



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró - Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Transfobia no percurso denunciativo brasileiro: um estudo a partir do Disque
Direitos Humanos da Presidência da República**

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade

Orientadora: Profa. Dra. Lenise Santana Borges

Goiânia, Dezembro de 2017.



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró - Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Transfobia no percurso denunciativo brasileiro: um estudo a partir do Disque
Direitos Humanos da Presidência da República**

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da PUC-Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lenise Santana Borges

Goiânia, Dezembro de 2017.

Ficha de Avaliação

ANDRADE, V. N. G. (2017). *Transfobia no percurso denunciativo brasileiro: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República*

Orientadora: Lenise Santana Borges

Este texto de defesa de Tese foi submetido à banca examinadora:

Profª. Dra. Lenise Santana Borges
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Presidente da banca

Profª. Dra. Conceição Nogueira
Universidade do Porto, Porto-Portugal
Membro convidado externo

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
Universidade Federal de Minas Gerais
Membro convidado externo

Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera
Universidade Federal de Uberlândia
Membro convidado externo

Prof. Dr. Sebastião Benício da Costa Neto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro convidado interno

Prof. Dr. Cristiano Coelho
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro Suplente

Profª. Dra. Eliane Gonçalves
Universidade Federal de Goiás
Membro Suplente

A554t	<p data-bbox="399 1232 1053 1411">Andrade, Vinicius Novais Gonçalves de Transfobia no percurso denunciativo brasileiro: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República[manuscrito]/ Vinicius Novais Gonçalves de Andrade.-- 2017. 303 f.; il. 30 cm</p> <p data-bbox="399 1433 1053 1579">Texto em português com resumo em inglês Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Goiânia, 2017 Inclui referências f. 275-285</p> <p data-bbox="399 1601 1053 1724">1. Denúncia (Direito penal). 2. Feminismo. 3. Identidade de gênero. 4. Psicologia social. 5. Sexo - discriminação. 6. Transfobia. I.Borges, Lenise Santana. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.</p> <p data-bbox="766 1747 1053 1783">CDU: 305.5(043)</p>
-------	---

Dedicatória

Dedico esta pesquisa de doutorado a:

GABRIEL AVANZI; STELA SILVESTRE TORQUETE; IURI SADRAKE DOS SANTOS VIANA; NÃO IDENTIFICADA; ELICRIS MUNIZ DA SILVA; ROSELI DOMINGOS CORREIA; PAOLA BRATHO; J.A.A.D.; CID BOTELHO; FERNANDO HENRIQUE LOTTI; MAURO JOSÉ LIMA DA SILVA; NÃO IDENTIFICADO; ROBERTO CARLOS SOARES DE LIMA; FLÁVIA; MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA; ANTÔNIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO; VANDERSON DA SILVA BEZERRA; GIOVANA ATANAZIO; NRAAI TNHOARLTELY; MÁRCIA CABRITA; BABARA MALQUIMI; JOSÉ RENATO PINTO MESQUITA; HENRIQUE ASSIS DAS NEVES; PAULA FERNANDES; BRUNA SOUZA; SEBASTIÃO CAMPOS DE LIMA; KETELLEN; DANI; A. DE PAULA CARVALHO; M.C.R; GILVAN CARDOSO; WANDERSON RODRIGUES LIRA; MICHELLY FERNANDES; FABIANO HILÁRIO; CLEIDSON SILVA DE ARAÚJO; THAIS GIEDRY BORGES DOS SANTOS; NÃO IDENTIFICADA; KAYLA LUCAS FRANÇA; NÃO IDENTIFICADO; FILADELFO BRANDÃO DE SANTANA; MALU; T. E. DE MORAES GEREMIAS; NÃO IDENTIFICADA; NÃO IDENTIFICADO; JEFF PINHEIRO; ELIEL NASCIMENTO; T.E.M. GEREMIAS; CICARELLI; VANDERLEY PEREIRA DA SILVA; D.L. SILVA DE OLIVEIRA; VALDO MELO COLARES; ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS; D.L. RABELINI QUADROS; C. MOREIRA BATISTA NEVES; HANNA JÚLIA ARAÚJO DE OLIVEIRA; ITAMILA MOURA DE SOUZA; E.M. DOS SANTOS; PRISCILA APARECIDA SANTOS DA COSTA; CAMILINHA; G. B. TEIXEIRA; NATACHA; ROSIMAR GOMES ALVES; GRACENILDA PINTO MARTINS; SÉRGIO GERALDO DE MOURA; NÃO IDENTIFICADA; WAGNER DE JESUS PEREIRA; SAMUEL TAVARES BATISTA; LENIVALDO BRAZ DOS SANTOS; JOSÉ EDGLEDSON CRUZ DA SILVA; BRAYAN BRUNO BRANDÃO; NÃO IDENTIFICADO; NÃO IDENTIFICADA; ALEXANDRE JOÃO BATISTA SANTIAGO; JOSÉ SANTOS ROSA; FRANCISCO ERIBERTO FERREIRA DA SILVA; NÃO IDENTIFICADO; MIKA P. DA SILVA; ARMANDO SOUZA RABELO; NÃO IDENTIFICADA; NÃO IDENTIFICADA; ADÍLIO ANTÔNIO SILVA; SIDNEI MARQUES PRANDINA; CAMILLA RIOS;

MICHAEL BRITO; CRIS; PEDRO GARCIA FERNANDES NETO; ALEXANDRE MARTINS DA SILVA; JOSÉ WILSON MESSIAS COELHO; ELESSANDRO MILAN; M.M.C.; FÁBIO JUNIOR SILVA DOS SANTOS; IZADORA MELINA ALVES MELÃO; D.S. BARROS; KEYTI; GABRIELA RODRIGUES; NÃO IDENTIFICADA; LEANDRO HAAB; DOUGLAS PONTES; ANDRÉ PEREIRA SANTANA; MENOR DE 10 ANOS; JOSÉ AGNALDO BARRETO DE ALMEIDA; BRUNO CARRARA; BIANCA ABRAVANEL; VANESSA; LUANA BARBOSA DOS REIS SANTOS; EDUARDO SERENINI DE MOURA; AMANDA ARAÚJO; LUANA BIRSACK; ANTÔNIO MARCOLINO BARROS FILHO; JÉSSICA MENDES CAVALCANTI; NAYARA SUELEN STEINMETE; CERQUEIRA DE SOUZA; WILLIAN COROMBERQUE BARBOSA; ADRIANA LEITE; NÃO IDENTIFICADA; WANDEZ LEONAM DA LUZ CONCEIÇÃO; MESSIAS BENVINDO BASTOS; NORIVAL CARDOSO DE ALMEIDA; ALDO HENRIQUE FERREIRA; ALANA PESSOA DA SILVA; DANIEL DE ALMEIDA BORGES; LETÍCIA SILVA; INÁCIO DE JESUS; NILBERTO MONTERO DA SILVA; ANTÔNIO APARECIDO DIAS; W. A. PIRES; ANA RICKMAN; EDVALDO DE JESUS DURVALE; MICHELE; LAUANDERSA; JAIR GOMES FIGUEIREDO; ANTÔNIO GOMES BARROS; ORLANDO GERÔNIMO PAIVA; PAULA; BRENDA ALBERLOCK; PAULO LAMPAS DOMINGUES LORENZO; ERICK ALESSANDRO MENEGOTTO; WELDES MONTEIRO; JORGE REIS RODRIGUES; JOSÉ MOUSINHO DE PONTES; AFRÂNIO; GIOVANNE OLIVEIRA; PATRÍCIA TAVARES; ALDO RODRIGUES FEITOSA; EDIVALDO SILVA DE OLIVEIRA; JEOVAN BANDEIRA; RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO SILVA; SUELEN; RODRIGO QUEIROZ; ÉRICK KANAÃ XAVIER DA SILVA; NÃO IDENTIFICADA; NÃO IDENTIFICADA; DIEGO DOS SANTOS BRITO; G. F. LIMA; CARLOS HENRIQUE BORGES SANTOS; JOÃO ISAC ISMAEL DA SILVA; LUIDE FARIAS; NÃO IDENTIFICADA; GILVAN ROBERTO DA SILVA; RHODNEY PEIXOTO; JULIA ALMEIDA; LORRAN LORANG; ERIC CARVALHO; WALLACE SOUSA DUARTE; LUANA; WELLINGTON JÚLIO DE CASTRO MENDONÇA; SHEILA SANTOS; MARCOS ANTÔNIO FÉLIX PEREIRA; NÃO IDENTIFICADA; NÃO IDENTIFICADO; DANYELLY BARBY; CLEBER BARBOSA DA SILVA; DAIANE BRASIL; BEBEL; NÃO IDENTIFICADO; ANDRÉ FELIPE VIEIRA COLARES; DIEGO VIEIRA MACHADO; ROBERTO CARLOS MACIEL; EMERSON RIOS CARVALHO SENA; PANDORA; EDMAR PEREIRA DE SOUSA; MAURÍCIO DOS

SANTOS NETO; JADY; DONIZETE RODRIGUES SILVA; CLEBER SANTOS DE OLIVEIRA; D. DIAS; NICKOLLE ROCHA; EDYMAR MESQUITA LEÃO; LEONARDO SANTIAGO MOURA; NÃO IDENTIFICADA; NÃO IDENTIFICADA; VALDECY COELHO DA COSTA; NAYARA; GENILSON HONÓRIO DE LIMA; WESLEY AGUIAR; SABRINA SOUZA SALES; NÃO IDENTIFICADA; FEH LOPES; NÃO IDENTIFICADA; T.F. BATISTA; BIBIS; ADRIANE BONEK; JOSÉ MÁRIO CAVALCANTE DA SILVA; NÃO IDENTIFICADA; TIFFANY RODRIGUES; THIEMY OLIVEIRA; NÃO IDENTIFICADA; ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS; PATY LOBO; ELTON PEREIRA IMBIRIBA; MARCO AURÉLIO BORGES; ROMEU CORIDOLA; NÃO IDENTIFICADO; JOSÉ WILTON DE MELO FILHO; BRUNO DA SILVA CARVALHO; BRENDA; MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS CARVALHO; ERIKA; JAQUELINE; THAYANE MILLA MENDES DIAS; MICHELE SANTANA; LIDIANA SANTANA; PAULO SÉRGIO RIBEIRO; MAXS RAI DE ANDRADE G; BRUNIELE; ROSEMIR APARECIDO LANDI; A. J. SILVA ; MATEUS SILVA JÚNIOR; ALTIVANE RAMOS BORGES; TAINÁ; DAVI SOUSA LIMA; JUAREZ PEREIRA MAIA; AMIN COSTA HADDAD; NÃO IDENTIFICADA; NÃO IDENTIFICADA; PÂMELA; H.J. SILVA; CRISTOPHER EDUARDO; LARISSA; BILOCA; CÍCERO ALVANDIR DE MORAES; DANIEL THIELE; ENY NUNES DE PAULA; ALDO JOSÉ RAMOS TRIPODI; RAFINHA SILVA; CHAIENE; NÃO IDENTIFICADA; LUIZ CARLOS CORREIA OLIVEIRA; PAULO CÉSAR RODRIGUES; W. RODRIGUES ALEXANDRE; FRANCISCO CARLOS BARBOSA TENÓRIO; JOÃO PAULO NOLLI; PAULO CESAR; C. DO NASCIMENTO ROLIM; NÃO IDENTIFICADA; HÉLIO GONZAGA; JOSUÉ NÓBREGA PEREIRA; BIANCA; JULIA SOFIA; JOSÉ HENRIQUE BATISTEL; LUIZ CARLOS DA CRUZ; GERVÁSIO PINTO NETO; GUILHERME DUARTE PAGOTTO; NÃO IDENTIFICADA; LORENA REYES MANTILLA; J.W. DA SILVA; GILSON BARBOSA; BELLAH SOOSA; JENIFER TOLEDO; MAXIMILIANO DE OLIVEIRA; LORENA; NÃO IDENTIFICADA; I.M. DE SOUSA; NÃO IDENTIFICADA; ROGÉRIO MOREIRA ARAGÃO; ALYNDA LEITE; LETICIA LOPES ROSA; PITY; DAY AZEVEDO; JORGE PATRÍCIO DE ARAÚJO; LIGIVALDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS; VALDIR MACÁRIO; EDVALDO MIOTTI; HELTON IVO BOTELHO DA CUNHA; SILAS SILVA; IGOR MACIEL; RAFAEL GUILHERME SILVA PEREIRA; IURI DANTAS; RAUL SOUZA; MÜNICH OLIVEIRA MORENO; PAULO; DANIEL FRANCISCO HASTENREITER; LUKAS VINICIUS; J. PEREIRA GOMES; PAOLA

BRACHO; LUCAS LOUVEIRO; CLAUDIM JHONSON SANTOS; CRISTINE MARIA PEREIRA; VANDERLICE ARAGÃO DE ARAÚJO; GLEYSON BATISTA; PATRICIA ARAÚJO; IOVANI CARRA; DANDARA; GLAUBER TEIXEIRA; MARCIA MEDEIROS; JOÃO MAX DOS ANJOS; VAUIR FERREIRA; BEL ZIZA; ROBERT KONZEN; M. D. MACHADO; WILLIAM CARDOSO FÉLIX; WELLINGTON SOARES ARAÚJO; WILL RHILLARY SILVA; PAULO MARCOS MELO; R.S. DE SÁ; NÃO IDENTIFICADO; BRUNO GUSTAVO DA SILVA; FELIPE LIMA; G.A. DE GODOY; NÃO IDENTIFICADO; PALOMA LOURENÇO; JOSÉ ELENILSON DE SÁ CESAR; ENZO FELIPE; D. DE SOUZA; ISRAEL SILVA; JOSE ROBERTO TELES GOMES; JULIANO HAYNE; EDUARDO ARAÚJO; GABRIEL GOMES; FABIANA BRAZ; EDVAN DE SOUZA; PAULA RAIO LASER; SCHAYMON ALMEIDA; BRUNO MOURA DE SOUSA; MARCELO DE OLIVEIRA SOUZA; LUIZ CARLOS RUAS; EUDES OLIVEIRA DOS SANTOS; ITABERLLY LOZANO; EDGAR DA SILVA DOS SANTOS; JAKE HELEN; FLAVIA VICTORIA KARDASHIAM; P.H.N.; FABRÍCIO DE GOES ORIHUELA; FLÁVIO DA SILVA ARAÚJO; GENÉSIO DE ARAÚJO; MELISSA SOUZA; PATRÍCIA FERRAZ; DIEGO MARCHADO DOS SANTOS OLIVEIRA; GIOVANNI BONDADÉ DA SILVA; ADILSON ALFREDO BEZERRA; FERNANDINHA; VALDECIR MINATELLE; JOSÉ JURANDIR DA SILVA JUNIOR; MICHELE COELHO DE MORAIS; LEONARDO BRAGA RANGEL; PALOMA; RAYKA TOMAZ; PAULO GOMES PEREIRA; NÃO IDENTIFICADO; NÃO IDENTIFICADO; LUANA; KAIQUE AUGUSTO BATISTA DOS SANTOS; RICARDO SANTOS DA SILVA; ANTÔNIO GONÇALVES PINHEIRO; ALAN ITAMAR LUIZ; SEBASTIÃO FLEURI; SÚLLIVAN PINHEIRO CASTELO BRANCO; ALEX SOBRAL; TONI GRETCHEN; NÃO IDENTIFICADO; CRISTAL; FRANK JOSE FERNANDEZ; LUCIANO DE JESUS SILVA; ALEXANDRE HENRIQUE; BUXEXA; LUIZ GUSTAVO DA SILVA; NÃO IDENTIFICADA; BRUNO BORGES; EDELSON LIMA; THIFANI; GUTTA; TISSIA; IVANILDO SANTOS; JOICE; JULIANO DE SOUZA CRUZ; SARITA; PAULO JOSÉ FERREIRA; PAOLA; PAULO MACHADO DE OLIVEIRA; MARIMAR; NINETE; RAÍSSA; DÁRCIO NATAL DE MENDONÇA; TATTY; ALISSON DA ROCHA RIBEIRO; VALTENIR RIBEIRO; RAFAELA; UARIAN CARLOS DA SILVA; CRIS, FABIANO PAIVA; WILLERSON ARAÚJO; BETTO COELHO; ADSON ORLEANS; PAULETE; WALDEMIR DEVILLART; ALEX MEDEIROS; ROBERTONA; CAMILA VERONEZI; PAULETE; RENAN ALVES;

LÚ; NÃO IDENTIFICADO; GERALDO DE ALBUQUERQUE SILVA; MILTON MAURICIO DOS SANTOS; ALESSANDRO DE SALES MESSIAS; NÃO IDENTIFICADA; HÉLTON EDUARTI SOUZA; NÃO IDENTIFICADA; CELSO MAZZIERI; KITANA; A.S.S.; HIGOR ROCHA SILVA; ANDRESSA PINHEIRO; KÁTIA LOPES BARBOSA; ROSE MARIA; RENATO DUARTE HORÁCIO; MILE; GEOVANE HENRIQUE LEAL SILVA; NÃO IDENTIFICADA; LISMAR SANTOS SILVA; VANESSA; JAEQUISANDRO SILVA MORAIS; VITÓRIA; GUILHERME; NÃO IDENTIFICADA; DAVID DA COSTA MOREIRA; DANI; PAULETE; F.J.N.; ALCEBES EMÍDIO RIBEIRO; NICOLE; AGAMENON; ANTÔNIO CARLOS DE SANTANA; PAULO SÉRGIO DO NASCIMENTO; MARCIO GOMES FREITAS; NÃO IDENTIFICADA; MARCIANA; CLÁUDIO QUOOS CONTE; DERICH RODRIGUES; GIOVANA SOUZA SILVA; NÃO IDENTIFICADA; CLEYTON FERNANDES DA SILVA; IGOR ALVES; JOÃO MIGUEL SACRAMENTO; BRUNINHA; EUDES SANTOS BATISTA; VALDENI JOSÉ DOS SANTOS; BERNARDO UGLIONE BOLDRINI; JOSÉ CARLOS PACHECO DIAS; MILEIDE; MARCOS ANTÔNIO VALDEVINO DA SILVA; WALKER DE MONTEMOR QUAGLIARELLO; NILTON CEZAR CORREIRA DOS SANTOS; CRISTIANO SANTANA; JOSÉ GENILDO BEZERRA DA SILVA; VALDEMIR MARQUES DE SOUZA; CALIANDRA; VALQUÍRIA; BHRENDA SCARPELIN; GEOVANE SOUZA COSTA; JOSÉ VALDÊNIO LEITE TEIXEIRA; JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA; DIEGO ANDRADE; MARCOS JOSÉ DE MENDONÇA FURTADO; GERCIANE PEREIRA ARAÚJO; POLY; ADRIANO LIMA; JOSIAS GOMES DE ANDRADE; NICOLE; OLEGARIO MATIAS; IKARO PATRICK MARQUES COUTO; ANTÔNIO SOUZA BASTOS; EDILSON JOSÉ BARBOSA; F.J.R.; PAI ARMANDO DE LEMANJÁ; ZEZINHO CABELEIREIRO; JENIFER; S.J.N.L.; JOSÉ WELLINGTON GOMES DA ROCHA ; J.A.P.G.S.; RAONE LORIANO; BRUNA; EDILSON SEBASTIÃO DA SILVA; MARCIA; PAULO FRANÇA; NIVALDO PEREIRA DE SOUZA; PEDRINHO; PAOLA; VILMONY MENDES QUEIROZ; JOSÉ; WINÍCIUS SAVIAN; CLAUDIO DA SILVA OLIVEIRA; A.P.S.; JOSÉ DOMINGOS MENDES; JOSÉ DIRSON DE LIMA; ANDREZZA DA SILVA MENEZES; SHAYARA; MICHELI; RAIMUNDO OLIVEIRA TEODORO; CICERO MIGUEL; JOSÉ LEANDRO FRANCISCO DA SILVA, A.L.B.R.; ANDRÉ SANDRO DE ARAÚJO; ANTONIO GOMES DE SOUZA; W.P.R.; RONALDO DE JESUS DA SILVA; UILISSON DENER; ALEF SOUZA DA SILVA; EDSON FERREIRA;

DANIEL DE OLIVEIRA SOUZA; MARCOS ANTÔNIO SOARES BURLAMAQUI;
STHEFANYE KELLEN SANTORINE; JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO GUIMARÃES;
MARINA KLUN; MAKELLY CASTRO; LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA SANTOS;
DENNYSI BRANDÃO; DAFINE; ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA SILVA; ALISSON
HENRIQUE DA SILVA; CAMILA; AÉCIO DA CRUZ SILVA; MAICON TADEU
PORTO; MÁRCIO GADELHA DOS SANTOS; VANESSA SAYURI; LEOSEMAR
BRITO FERREIRA; ELENILSON FERREIRA CAVALCANTE; FLÁVIO HENRIQUE
DO CARMO; SAMANTHA; OSCAR GOMES FILHO; GEOVANA; AUDÁLIO DE
SOUZA; RENATO BÁRBARA DE OLIVEIRA; JOSUÉ DE DEUS RODRIGUES;
REGINALDO PEREIRA COSTA; THIFANY MITCHELL; MATHEUS HENRIQUE
BASTO DE SOUZA; CARLOS FABIANO DE CAMARGO; TEREZINHA; KAREN
ALANIS; JOÃO ANTÔNIO DONATI; DANDARA; SAMUEL ROCHA; CRIS;
MARIA LUCINEIDE MARTINEZ; F.L.S.; JOSÉ ANTONIO SALAZAR;
WANDERSON SILVA; ALISSON DA SILVA LIMA BEZERRA; SÉRGIO RICARDO
CHADU; RICHELLE SARAIVA FERREIRA; MAURICIO SOUZA DA SILVA; JOSÉ
FLÁVIO CIRILO CODAR; BRUNO VINÍCIUS VARGAS; BRUNA LAKISS;
JOSIMAR DA SILVA OLIVERIA; RAFAELA; SÉRGIO FERREIRA DA SILVA;
SÉRGIO APARECIDO DA SILVA; GAIVOTA; FRANCISCO CARLOS DE SOUZA;
POLYANA ALESSANDRA DE ARAÚJO; LUZINETE LEMOS RODRIGUES; GÉIA
BORGHI; SARA; A. C. C.; ARLINDA SANTOS FERREIRA; BENEDITO; RAFAEL
CASTELANI; VALNEI; CLEUDE ALVES PEREIRA; CLEBERSON VICENTE
VIEIRA; JOSÉ ERIVALDO DOS SANTOS ALVES; P.V.M.; WALLAS DA SILVA
NEVES; BRUNO ALEXANDRE BARBOSARA; CÉLIO JOSÉ DO CARMO; AMÓS
ANTÔNIO DOS SANTOS; GABRIEL CARVALHO; LEANDRO BRANT; FLÁVIA;
PAULINHA B. F.; MAICON; RAÍSSA; CAREQUINHA; RAQUEL; LETÍCIA;
WALLISON CLEBER VIEIRA DE FREITAS; FRANK ALLYSSON; LAYLA
BURSA; ADRIANA; FRANCISCO BORGES DOS SANTOS; JOSÉ FILHO DO
NASCIMENTO; ALESSANDRO SANTOS SOUZA JUNIOR; JOSÉ ANTÔNIO
PEREIRA SILVA; L.P.A; JOSÉ IVAN NEVES DE ALMEIDA; JOSÉ WILSON
INÁCIO ALVES; LELEY; RAMONA; MARCOS VINÍCIUS MACEDO DE SOUZA;
IGOR HENRIQUE LOPES DE QUEIROZ; TIARA FRANCO; PAMELA; J.M.;
TOMAS SANCHES; VALDOMIRO VIEIRA DA SILVA; MATHEUS; ABEL
DEDODATO DA SILVA; ISAIAS CAETANO SIMÕES; CASSIMIRO LOPES
MOREIRA; JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO; PATRÍCIA; JOANA; DAYANE

RAMOS DOS SANTOS; EDERVAL APARECIDO BODURA; RODRIGO DIAS CANTARUTTI DANTAS; JAMILE; FRANCISCO AUGUSTO VIDAL DOS SANTOS; JOSHUÁ ISRAEL DE ASSIS PEREIRA; CLÉBER; JEAN DOS REIS SANTOS; MOISÉS WILLIAM AGUIAR SILVA; VITÓRIA MARIA; RAFAELA; JOQUINHA; D.R.R.S.; NYCOLE; MARCOS FÁBIO COSTA PINTO; G.R.S.; CRISTAL; CLAUDIA COSTA; VANESSA; C.P.O.; P.S.G.S.; LUIZ ANTÔNIO MOURA; JOÃO PAULO DA SILVA; TOM MELO; R.E.N.; JAIR LEANDRO GONÇALVES; NILSAN DOS SANTOS SANTANA; DAVID ALICE GRACILIANO...¹

...que são algumas das pessoas LGBT (e heterossexuais “fora das normas”) assassinadxs/suicidadxs em território brasileiro enquanto eu desenvolvia esta pesquisa de doutorado. Lê-lxs aqui me mostra que essas pessoas existiram, que têm nomes, que têm história e que (possivelmente) têm importância para alguém.

Dedico àquelxs que tiveram sua existência interrompida: à ‘Gisberta real’, à ‘Gisberta personagem’ desta pesquisa e à Dandara, cujas agressões fatais foram gravadas por celulares, momento em que ninguém ousou (ou quis?) oferecer ajuda; quando filmar um assassinato de uma travesti, além de não proporcionar dor e possibilidade de luto, é mais importante que tentar garantir-lhe a possibilidade de sobrevivência.

Dedico também as travestis, transexuais, e outrxs desobedientes do gênero e sexualidades sobreviventes. Permaneçam vivxs, pois temos muito a aprender com vocês sobre como embaralhar e borrar fronteiras.

Dedico também às pessoas que insistem em propor curas/terapêuticas de sexualidades não heterossexuais. Para vocês digo apenas uma coisa: melhorem.

¹ Fonte: Grupo Gay da Bahia.

Uma motivação para a existência desta pesquisa foi o meu medo de ser morto. Eu morrer e/ou aqueles que amo. Poderia ser eu ou você, que lê este trabalho, a estar nesta lista.

Agradecimentos

O primeiro agradecimento, como não poderia ser diferente, é para a Professora Dra. Lenise Santana Borges, carinhosamente apelidada por mim de Bonita. Admiro sua coragem, pelos movimentos de resistência, aqui e acolá, pela aceitação da tarefa de me orientar no doutorado, na verdade quase no meio do percurso – e ainda com um Sanduíche no meio; ousada, você. Foi um grande prazer ter sido seu aluno, orientando, seu estagiário de docência e ter tido oportunidade de, pela proximidade, fortalecer nossa amizade. Obrigado pela confiança em mim e em você mesma de que esta pesquisa se materializaria. É muito interessante pensar que fui aluno seu em disciplina do doutorado e, em seguida, aluno-orientando, me tornando seu primeiro aluno de doutorado, com muito prazer.

Gostaria de agradecer à Professora Dra. Conceição Nogueira que me recebeu em Portugal como aluno de estágio doutoral no período Sanduíche, e que parecia já me conhecer há anos. As reuniões de pesquisa, os encontros na cantina, o seu carinho, seu afeto, seu jeito demasiadamente humano e sua confiança em mim com certeza foram bons investimentos. Depois de Portugal me sinto uma pessoa mais livre, mais disponível aos sabores dos ventos. Obrigado por tudo isso, por ter sido minha orientadora em Portugal e pelas contribuições à pesquisa no momento do exame de qualificação.

Agradecimentos ao Professor Dr. Marco Aurélio Máximo Prado que esteve presente nesta pesquisa mesmo antes dela existir. Você está aqui e na minha vida como uma pessoa incrível que tento cultivar a cada dia. Você sabe que esses agradecimentos nunca contemplarão a sua participação e importância neste trabalho e na minha vida. Muito obrigado pelas contribuições fundamentais dadas no exame de qualificação. Obrigado pela disponibilidade e carinho, ainda que venham ao seu jeito peculiar de fazer apontamentos <3.

Agradeço ao Professor Dr. Emerson Rasesa que gentilmente aceitou participar do exame de qualificação desta pesquisa trazendo contribuições, nortes para o melhoramento do trabalho. Fiz o possível para estar à altura dos seus apontamentos.

Agradeço ao Professor Dr. Sebastião Benício que aceitou, prontamente, participar da qualificação deste trabalho. Obrigado pelas horas de discussão de texto, quase página a página, esclarecendo sua leitura e contribuições.

Quero agradecer a Nuno Carneiro. Ah, Nunita querida, *mana!* Você sabe quanto foi, é e será importante para o meu trabalho e para mim! Trago na alma todas as experiências, as descobertas, cobertas, construções e desconstruções forjadas na universidade, nas ruas, nos bares e discotecas LGBT do Porto; fosse frio, calor ou chuva. A disposição à pitada *queer* que trago vem de ti! Esta pesquisa também foi construída nos guetos e nos não-normativos junto de ti, Nunita!

Agradeço às ‘membras’ do grupo de pesquisa Construção de Fatos Sociais: Júlia Adrès Rossi, Priscilla Menescal e Flávia Martins. Cada uma de vocês, ao modo peculiar de cada uma, me deram forças e ouvidos para as lamúrias típicas da escrita da pesquisa. Júlia, além de presencialmente, ‘foi ouvidos’ *online*, também.

Agradeço aos membros do grupo de pesquisa coordenado pela Professora Dra. Conceição Nogueira na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto: Conceição Nogueira, Nuno Santos Carneiro, Sara Magalhães, Liliana Rodrigues, Rita de Cássia Maciazeki, Luciana Lima, Cecilia Teixeira Soares, Lucienia Martins, Rita Grave, Teresa Teixeira. Vocês foram incríveis!

Gostaria de agradecer à Professora Dra. Kátia Menezes Sousa e ao Professor Dr. Kleber Prado Filho pela estupenda contribuição em relação aos estudos foucaultianos e da Análise do Discurso. Sem sombra de dúvidas o meu texto cresceu em densidade e

complexidade pelo que aprendi na disciplina de vocês. Além disso: vocês são apaixonantes! Meu muito obrigado; levo-os na pesquisa e no coração.

Meus agradecimentos ao Professor Dr. Rogério Diniz Junqueira pelas referências fornecidas e pelas conversas sempre entremeadas de bagagem emocional, cultural, intelectual. Um privilégio meu, tais oportunidades.

Quero agradecer ao Professor Dr. José Caldas da Universidade do Porto, que de forma ímpar contribuiu para este texto. O peso da escrita ficou mais leve a cada conversa, a cada pitada de humor, a cada frase que não tinha nada a ver com transfobia (e que as vezes tinha), mas que tinha a ver com *trans*, outras vezes com salto alto, Givenchy, Chanel, Burberry e joias. Obrigado, *madrecita*, por confiar em mim, por iludir-me sobre minha competência e me incentivar a prosseguir com o pós-doutorado.

Agradeço à minha família: Elson Gonçalves de Andrade, Margareth Novais de Andrade, Eduardo, André e Daniel. Amo vocês. Obrigado pelo apoio de sempre e, também, pelas discussões acaloradas em tempos de crise de valores éticos da política e de ascensão conservadora e reacionária. Vocês são os melhores pais e irmãos que a vida poderia me oferecer. Ela foi ótima comigo, com vocês.

Agradeço a Ricardo Dalai, uma personagem *online* que conheci, aos sabores dos acasos (ou nem tão acasos assim) da *internet*, durante o período de estágio doutoral em Portugal. Eu no Porto e ele em Barcelona (tcha tcha, tcha!). Ele seis meses e eu um ano, os mesmos objetivos: estudar, aprender coisas novas, escrever e festejar os novos horizontes europeus escancarados em nossa frente em fronteiras mais flexíveis e fluidas. A amizade permanece *online*, mas o carinho e o afeto existem sempre. Esteja mais presente, você faz falta.

Gostaria de agradecer a Leonel, um grande amigo de anos. Acho que o único amigo resiliente ao tempo dos tempos de graduação. Amigo, essa amizade já formou década! Estamos em geografias diferentes, mas você está aqui nesse coraçãozinho em peito aberto para você.

Agradeço a Bárbara Afonso, uma portuguesa estupenda. Uma amizade que começou no meu terceiro dia no Porto, logo ali na Ribeira, em festa de estudantes. Amor à primeira vista, Barbara esteve comigo, de uma forma ou de outra, diariamente enquanto morei em Portugal. Presencial ou virtualmente, sempre esteve presente. Ainda me lembro da virada do ano nos Aliados e Zoom e você berrando na porta do meu prédio e eu dormindo, pleno. Fizemos muita farra pelas ruas do Porto, comemos muitas francesinhas e outros jantares no Piolho. Sinto muita falta disso!

Agradeço a Ricardo Barros, uma pessoa ímpar que também conheci logo no início da viagem. Tivemos muitas noitadas, né, amigo!? Lusitano e Zoom era um trajeto certo. Nossas pernas já iam quase que sozinhas. Obrigado, amigo, pelo apoio e os desejos de: “força, força, termine isso logo e volte para Portugal”!

Agradeço a Anderson Fujihara e Rui Brito, figuras fantásticas. Os jantares na casa de Rui foram sempre memoráveis. Entre saltos, vestidos, coreografias e muito vinho barato éramos todos felizes; dançávamos a vida e os amigos. Fuji, um exímio cozinheiro e dançarino, além do sorriso mais lindo, e Rui um anfitrião de dar inveja a qualquer pessoa. Obrigado!

Agradeço a Marcia Marina da Silva. Saber que você existe é como vinho em tempos de frio.

Quero agradecer a Priscilla Arruda Borges, uma amiga como poucas, uma parceira maravilhosa de viagens, de felicidades gritadas, de alma mais livre das certezas e do

cultivo das possibilidades. Sua curiosidade com os assuntos feministas motivaram-me, sempre, a tentar escrever um texto melhor. *Grazie tutti!*

Agradeço a David, meu comissário de bordo Ryanair único e favorito. Portugal não teria sido o mesmo sem você; “portanto, bom dia!!!” Tanto no Porto quanto em Lisboa, sua companhia sempre foi extremamente agradável e perdura assim ainda hoje.

Agradeço a Paulo Manoel, o brasileiro que me recebeu em um apartamento ‘república’ quando na verdade eu tinha alugado um apartamento só para mim. Esse grande equívoco tornou-se pequeno por você estar lá, junto a uma alemã que em seis meses conversaram duas vezes, e as duas espanholas em por vir. Reconheço sua importância para me inserir na vida noturna do Porto, bem como de me tirar os medos de andar sozinho pelas madrugadas.

Quero agradecer a Fabiana Gonçalves (e sua família), amiga de Goiânia e residente em Cabanas de Tavira, Algarve-Portugal. As duas vezes que estive aí foram espetaculares, *mi cariño*. Tenho saudades que você não consegue calcular o quanto. Estar com você foi ótimo para me aproximar somente o mínimo do Brasil que eu precisava e para respirar uma pausa da escrita. Foi a porçãozinha familiar que eu precisava para continuar em êxtase de alegrias em Portugal. Aquele Quasimodo’s Bar tem histórias nossas!

Gostaria de agradecer a Kassem Kalife, Rodolfo Elvas de Carvalho, Jorge Fontão, Fox Paulistinha, Jorge Andrade, Rúben Teixeira, Kika, João Pedro Viana, Igor Kakay, Geraldo Toledo, Bruno Cunha, Olavo Rocha, Miguel Lobo Barbosa, Vasco Sousa, Luiz Antunes e ‘Hanno Montano’: as festas e outros momentos com vocês foram sempre incríveis!! Obrigado! <3

Agradeço a Universidade do Porto por me receber tão bem e atender às minhas demandas com atenção e agilidade. Sempre impecável como minha universidade anfitriã, mostrou-me a todo o tempo o quando eu havia acertado na decisão de fazer ali o meu estágio doutoral.

Gostaria de agradecer a existência de um lugar chamado Base Porto, ao lado da Torre dos Clérigos, jardim que inúmeras vezes me hospedou para beber, conversar com amigos, estudar, pensar nesta pesquisa e, sobretudo, para contemplar sua beleza e sobre o quanto eu não queria voltar ao Brasil. Ali chorei, ali sorri, ali vivi inesquecíveis momentos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Prof. Dr. Cristiano Coelho que assumiu/assume a coordenação e Martha que esteve/está à frente da secretaria.

Por fim, agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela oportunidade de ser bolsista PROSUP/PROSUC e do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Balada de Gisberta²
(Pedro Abruñhosa)

Perdi-me do nome,
Hoje podes chamar-me de tua,
Dancei em palácios,
Hoje danço na rua.
Vesti-me de sonhos,
Hoje visto as bermas da estrada,
De que serve voltar
Quando se volta p'ró nada.
Eu não sei se um anjo me chama,
Eu não sei dos mil homens na cama
E o céu não pode esperar.
Eu não sei se a noite me leva,
Eu não ouço o meu grito na treva,
E o fim vem-me buscar.
Sambei na avenida,
No escuro fui porta-estandarte,
Apagaram-se as luzes,
É o futuro que parte.
Escrevi o desejo,
Corações que já esqueci,
Com sedas matei
E com ferros morri.
Trouxe pouco,
Levo menos,
E a distância até ao fundo é tão pequena,
No fundo, é tão pequena,
A queda.
E o amor é tão longe,
O amor é tão longe
E a dor é tão perto.

² Interpretada por Maria Bethânia.

Resumo

São nefastos os efeitos das violências cometidas contra pessoas *trans* (travestis e transexuais). Quando interseccionado gênero com outros marcadores sociais, como raça e etnia, sexualidade e classe social, mostram-se acentuadas as desigualdades, hierarquias de poder e de sujeição/opressão. Esta pesquisa buscou subsídios teórico-epistemológicos nos estudos de gênero e sexualidade a partir dos referenciais do construcionismo social, estudos *queer*, dos feminismos e da interseccionalidade, encontrando na Psicologia Social, por um viés crítico e político, o seu lugar de fala, de disputa por discursos (des)naturalizantes, (des)essencializantes e (des)universalizantes na Psicologia. Esta é uma investigação desenhada com contornos empíricos (quantitativa e qualitativamente) e documental, que teve como objetivo a análise da transfobia brasileira a partir de denúncias e de seus fluxos no sistema de justiça; das relações entre saberes-poderes-subjetividades na produção/manutenção da violência transfóbica. Buscou-se, assim, analisar as denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos, módulo LGBT, no ano de 2014, relatórios de monitoramento do mesmo serviço e um processo criminal. Os focos metodológicos adotados consistiram em dois: Análise Temática e Análises de Discurso e (outras) práticas com ‘inspiração’ em Michel Foucault. Os resultados da pesquisa permitiram problematizar a estrutura e funcionamento do Disque Direitos Humanos mostrando suas dificuldades e falhas, principalmente no que tange ao encaminhamento e monitoramento das denúncias. Os resultados sugeriram que, por romperem com a suposta linearidade da sequência sexo, gênero e orientação sexual, pessoas *trans* são direcionadas compulsoriamente à margem da sociedade; expostas (muitas vezes) à noite e à prostituição e a diversas modalidades de violência ocupando, hierarquicamente, lugares de subordinação e assujeitamento. Analisou-se a transfobia operada e manifesta como efeito de discursos e (outras) práticas sociais, como a impossibilidade de ir-e-vir dxs *trans*, por questões de territorialidade; de não serem consideradxs seres humanos por todo um dia; pela violência psicológica/simbólica por via de insultos, termos de baixo calão, humilhações, ameaças à vida e/ou silêncios; violência institucional; física; sexual e, em muitos casos, os assassinatos. Considera-se, portanto, que são graves os efeitos de múltiplas violências interseccionais presentes no cotidiano de pessoas *trans*, sendo o Brasil um exemplo desse processo, país em que mais se mata travestis, transexuais e outros sujeitos com identidades de gênero “dissidentes” ou não binárias. Quando um coletivo de vozes brada pelo fim da existência de um corpo não cisgênero, não heterossexual e não branco e esse permanece vivo, devemos considerar este ato de sobrevivência como uma atitude política e de resistência. Nesse sentido, deve-se (re)pensar mudanças, (re)significações discursivas na Psicologia e nas práticas sociais cotidianas, considerando não mais a impossibilidade de vida das pessoas *trans* mas, sim, nas suas possibilidades de existência como um corpo legítimo e humano.

Palavras-chave: Psicologia Social Socioconstrucionista, Feminismos, Estudos *Queer*, Transfobia, Denúncias.

Abstract

The effects of violence against transgender people (specially transvestites and transsexuals) are nothing but pernicious. When the gender factor is analyzed with reference to other social markers, such as race and ethnicity, sexuality and social class, inequalities are accentuated in the form of hierarchies of power and subjection/oppression. This research seeks its theoretical and epistemological foundations in the studies of gender and sexuality based on the references of social constructionism, *queer* studies, feminisms and intersectionality, finding in Social Psychology, from a critical and political point of view, its voice, one of dispute with some (de)naturalizing, (de)essentializing and (non)universalizing discourses in Psychology. This is an investigation designed with empirical and documentary contours (both quantitatively and qualitatively), with the objective of analyzing transphobia in Brazil based on crime reports and how they are dealt with in the criminal justice system, as well as of the relations between knowledge-powers-subjectivities in the production / maintenance of transphobic violence. This paper considers the crime reports and complaints against the LGBT community received by “Disque Direitos Humanos”, a hotline intended to deal with the report of crimes against human rights, in 2014. It focuses on the monitoring of the reports as well as of a criminal case. The methodologies adopted consisted of two: Thematic Analysis and Discourse Analysis as well as (other) practices inspired by the work of Michel Foucault. The results of the research allowed us to problematize the structure and functioning of the hotline “Disque Direitos Humanos”, showing its difficulties and failures, especially regarding the destination and monitoring of the crime reports. The results suggested that, because transgender people break with the supposed linearity of the sex, gender and sexual orientation sequence, they are compulsorily sent to the margins of society; exposed (more often than not) to the dangers of the night and prostitution just as to various forms of violence, occupying, hierarchically, places of subordination and subjection. Exerted and clearly expressed transphobia is considered here as the effect of discourses and other (social) practices, such as the forbiddance of transgender people to come and go as freely as they want due to territorial dispute; the fact of not being considered human beings for a whole day, only being allowed to come out during the night; the suffering of psychological/symbolic violence through insults, curses, humiliations, threats to life and / or silences; institutional violence (both physical and sexual) and finally, in many cases, murders. The effects of multiple intersectional violence in the daily lives of transgender people are considered, then, devastating. Brazil offers many examples of such violence, since it is the country where transvestites, transsexuals and other subjects with "dissident" gender identities or not binary, are killed the most frequently. When so many demand the end of the existence of a non-cisgender, non-heterosexual, non-white body and it remains alive, such act of survival must be regarded as a political attitude of resistance. Consequently, it is vital to (re) think about changes, discursive (re)significations in Psychology and in everyday social practices, considering no longer the impossibility of transgender people leading a full life, but their possibilities of existence as legitimate and human bodies.

Keywords: Socioconstruction Social Psychology, Feminisms, Queer Studies, Transphobia, Crime Reports Through Hotlines.

Lista de Gráficos	Página
Gráfico 1: Frequência absoluta e percentual de casos válidos do sexo das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	174
Gráfico 2: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da identidade de gênero das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	176
Gráfico 3: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da orientação sexual das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	178
Gráfico 4: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da raça/cor das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	179
Gráfico 5: Frequência absoluta e percentual de casos válidos para polícia acionada (ou não) nos casos de violência: Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	182
Gráfico 6: Frequência absoluta e percentual de casos válidos de violência policial nas ocorrências de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014	183
Gráfico 7: Frequência absoluta e percentual de casos válidos de instituições LGBT acionadas (ou não) nas ocorrências de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	185
Gráfico 8: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da vinculação (ou não) entre vítimas e agressores nas ocorrências de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	186
Gráfico 9: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da forma de vínculo entre vítimas e agressores nos casos de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	187

Gráfico 10: Frequência absoluta e percentual de casos validos da duração das violências envolvendo vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	189
Gráfico 11: Frequência absoluta e percentual de casos validos dos locais de ocorrência das violências contra sujeitos <i>trans</i> . Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	191
Gráfico 12: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da modalidade de violência cometidas contra pessoas <i>trans</i> . Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	193

Lista de Tabelas:	Páginas
Tabela 1: Disque 100 – ano 2012 – Comparativo 2011/2012, aumento do número de denúncias por módulo. Fonte: Relatório DDH (Brasil, 2014, não publicado).	6
Tabela 2: Disque 100 – ano 2013 – Comparativo 2012/2013, aumento do número de denúncias por módulo. Fonte: Relatório DDH (Brasil, 2014, não publicado).	62
Tabela 3: Média, frequência absoluta e percentual de casos válidos e omissos da idade das vítimas de transfobia	172
Tabela 4: Frequência absoluta e percentual de notificações de violência segundo o Estado de origem das vítimas. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.	181

Lista de Figuras	Páginas
Figura 1: Sistematização do Histórico de Políticas Públicas LGBT. Fonte: Costa (2016).	56
Figura 2: Guarda-chuva transgênero ou guarda-chuva <i>trans</i> . (tradução minha). Fonte: Ramalho (2013, p. 99).	106
Figura 3: Ficha de Formalização de Denúncia. Fonte: Disque Direitos Humanos (2016).	134
Figura 4: Parte da ficha de denúncia destinada as narrativas de violência. Fonte: DDH (2016).	138
Figura 5: Modelo de relatório de monitoramento das denúncias. Fonte: DDH (2016).	139
Figura 6: Discursos e outras práticas em perspectiva de níveis de análise e de enunciados associados.	169
Figura 7: Quadro síntese das informações empíricas, de teoria e método apropriadas para análise.	205
Figura 8: Quadro síntese das informações empíricas, de teoria e método apropriadas para análise.	260
Figura 9: Mapa de análise temática dos relatórios de monitoramento	303

Lista de Siglas

DDH- Disque Direitos Humanos

LGBT- Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros

HIV/AIDS- Vírus da imunodeficiência humana/ Síndrome da imunodeficiência adquirida

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SIDA- Síndrome da imunodeficiência adquirida

GGB- Grupo Gay da Bahia

ONG- Organização não Governamental

DSM- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders)

MHB- Movimento Homossexual Brasileiro

ABGT- Associação Brasileira de Gays, Lésbica e Travestis

DST- Doenças sexualmente transmissíveis

GL- Gays e lésbicas

APA- Associação Americana de Psicologia (American Psychological Association)

SDH- Secretaria de Direitos Humanos

PNDH- Programa Nacional de Direitos Humanos

CNCD- Conselho Nacional de Combate a Discriminação

GLTTB- Gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais

Sumário

Introdução nos caminhos desta investigação de doutorado.....	28
<i>Narrando experiências e decisões de pesquisa.....</i>	<i>29</i>
<i>Apresentando os capítulos da tese</i>	<i>41</i>
Capítulo 1: Aproximações de contextos, conceitos e políticas públicas sobre pessoas LGBT	45
<i>1.1- O Disque Direitos Humanos, a categoria denúncia e as estatísticas nacionais de violência cometidas contra a população trans.</i>	<i>52</i>
<i>1.2- O Disque Direitos Humanos: histórico, estrutura e funcionamento [e críticas]. .</i>	<i>57</i>
<i>1.3- A categoria denúncia: tentativas de problematização.....</i>	<i>67</i>
Capítulo 2: Contribuições teóricas ao debate sobre identidades: categorias de análise, críticas e confronto das normas.....	72
<i>2.1- Um “trejeito” conceitual acerca da sequência sexo-gênero-desejo e a categoria raça/etnia</i>	<i>83</i>
Capítulo 3: Trans(itando): um debate acerca das construções discursivas sobre a performatividade trans e autorxs em (suas) perspectivas como lentes teóricas.....	97
<i>3.1- Autorxs em perspectiva(s) teórica(s): ferramentas para análise</i>	<i>117</i>
Capítulo 4: O percurso metodológico da investigação	130
<i>4.1- Definindo aspectos da construção, sistematização e análises quantitativas.....</i>	<i>135</i>
<i>4.2- Definindo aspectos da construção, sistematização e análises qualitativas.....</i>	<i>137</i>
Capítulo 5: Um panorama da violência transfóbica brasileira a partir do Disque Direitos Humanos: uma abordagem quantitativa do ano de 2014	171
<i>5.1- Caracterizando as “vítimas” a partir de seus marcadores sociais.....</i>	<i>172</i>

5.2- <i>Violência contra pessoas trans no Brasil: lugares, relações sociais/institucionais e as diversas faces das violências</i>	180
Capítulo 6: As denúncias sobre a travesti Gisberta: uma proposta de análise das informações qualitativas	196
1- <i>Motivação para as violências</i>	206
2- <i>Duração/Modalidade das Violências</i>	223
3- <i>Efeitos da Violência</i>	239
Capítulo 7: O Disque Direitos Humanos e o seu fluxo denunciativo no Estado de São Paulo: o deslocamento da posição de “vítima” para o de “autora” de um crime	251
Considerações [que não pretendem ser] finais	268
Referências:	276
Anexos:	288
Apêndices:	299

Introdução nos caminhos desta investigação de doutorado³

...o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (Foucault, 1971, p. 10).

...rir de categorias sérias é indispensável para o feminismo. Sem dúvida, o feminismo continua a exigir formas próprias de seriedade (Butler, 2003, p.8).

A seção introdutória desta pesquisa busca fazer uma aproximação com o que acredito ser fundamental para compreender o processo formativo que ‘resultou neste produto’ de pesquisa⁴. Dessa forma, procuro localizar/narrar quais foram os momentos que pressuponho terem sido importantes e, inclusive decisivos, para os aspectos ‘formais’ de uma pesquisa de doutorado: percursos e decisões teóricas, epistemológicas e metodológicas, bem como os contextos dessas escolhas. Nestas páginas introdutórias

³ Nesse produto de pesquisa de temática *trans*, com uma ‘pegada’ no questionamento dos binarismos de gênero e sexuais faço opção pela substituição dos artigos ‘a’, ‘e’ e ‘o’, designação de feminino e masculino, acerca de sujeitos e indivíduos (tanto da empiria quanto de autores e autoras), por ‘x’ para que cada leitr se sinta representadx, assim como Tavares (2017a, p. 9) o fez: “uso do ‘x’ em substituição aos artigos que expressam gêneros. Como exemplo, nas palavras ela e ele [para sujeitos e indivíduos], os artigos ‘a’ e ‘e’ são substituídos pelo ‘x’, ficando ‘elx’”. Outra opção é pela escrita em primeira pessoa, assumindo posicionamento crítico/político em concordância com o movimento socioconstrucionista, opção também adotada por Mary Jane Spink (2000) e por Lupicínio Iñiguez (2005) ao afirmar sobre a importância da reflexividade, da epistemologia/movimento feminista, sobre o caráter interpretativo e da tomada de decisões por pesquisadorxs.

⁴ Fundamental destacar que este autor recebeu/recebe bolsas de Doutorado PROSUP/PROSUC e Doutorado Sanduiche no Exterior, financiamentos de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

exponho momentos importantes no Brasil e em Portugal, onde realizei estágio de doutorado (período sanduíche) na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Proponho elucidar como se deram os pensares e repensares acerca do tema, objeto e problema de investigação bem como suas implicações. Por fim, descrevo como esta pesquisa encontra-se estruturada em relação aos conteúdos e a disposição dos capítulos propostos.

Narrando experiências e decisões de pesquisa

Para além desta pesquisa, produto de doutorado, houve um doutorado; um processo formativo adotando uma perspectiva teórica, metodológica (e de vida), de que conhecimento, percursos e identidades não são estanques, mas, sim, deslocadas, móveis, incompletas, frágeis e deslizantes. Com os anos de doutorado e todas as experiências que eles me proporcionaram, atravessaram e ressignificaram, não poderia ser diferente; houveram mudanças, pesares, pensares e (re) pensares de lugares geográficos e subjetivos – adotando a ideia de Guacira Lopes Louro (2016) em seu texto “Viajantes pós-modernos”, acerca das viagens e seus deslocamentos –, além de algumas fraturas necessárias.

Admitindo a importância da história, das relações sociais e políticas, elucidar sobre alguns momentos do processo de doutorado talvez sirvam para lançar luz às escolhas, nunca neutras, das perguntas que busco problematizar nesta pesquisa, bem como da minha inserção (recente) no campo dos estudos de gênero e sexualidades, construcionistas sociais, feministas, interseccionais e *queer*, em seus diálogos e possibilidades para análise do meu objeto de pesquisa.

A decisão de ver nas denúncias e fluxos denunciativos do Disque Direitos Humanos uma estratégia analítica é datada dos tempos de mestrado, quando tive oportunidade de pesquisar *in loco* essa política pública. Não obtive acesso as denúncias e nem aos fluxos denunciativos por questões éticas da época⁵, mas entrevistei com pessoas que lá trabalhavam sobre o recebimento de denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Mas a curiosidade permaneceu: como eram tais denúncias? Como era o formulário? Quais e como eram dispostas as perguntas? Quem ligava? Para onde essas denúncias eram encaminhadas? O que falavam as denúncias? O que dizem as estatísticas produzidas, ou antes disso, o que significa uma estatística de recebimento de denúncias quando o objetivo ‘bafo’⁶ dessa política pública é o de cessar a violência?

Essas e inúmeras outras questões permaneceram vivas em mim, algumas sem respostas, ainda hoje. Guardei o Disque Direitos Humanos (DDH) na memória, assim como os potenciais, limites e precariedade do serviço que já mostravam-se visíveis no mestrado para, em um futuro próximo, no doutorado, serem problematizados.

A ‘decisão’ do (até aquele momento) ‘tema’ de doutorado veio, inclusive, antes da própria formalização do ingresso como aluno formal nesse nível de pós-graduação *stricto sensu*. Foi construído a partir das minhas relações sociais, afetivas e intelectuais em Belo Horizonte (Minas Gerais) com Marco Máximo, pesquisador de questões de gênero e sexualidade (mais especificamente sobre homofobia, transfobia e psicologia política). Com

⁵ As questões éticas relacionadas ao Disque Direitos Humanos, pela minha experiência, parecem depender da estruturação da gestão do serviço e das alianças políticas de cada gestão. O efeito desse processo é o serviço, dependendo da gestão, disponibilizar acesso ou não aos documentos, impondo facilidades ou dificuldades ao pesquisador, aspecto que também será citado nesta investigação.

⁶ Gíria ou expressão criada/circulante no ‘mundo LGBT’ brasileiro que denota situação ou algo importante, digno de comentários ou nota.

ele pude observar a imensa quantidade de ligações recebidas em um curto espaço de tempo. Em cada ligação, uma notícia de assassinato de um *gay* ou uma travesti, ou da ocorrência de outras modalidades de violências, também contra outros sujeitos da população LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais). Eu não pude, nem se quisesse, passar incólume àquela situação. Afinal de contas, o próximo poderia (e ainda pode) ser eu, ou algum dos meus amigos e amigas ‘bichas’ e ‘sapatonas’ (termos aqui usados como estratégia política, aspecto esse que será desenvolvido ao longo da pesquisa, principalmente quando discuto sobre estudos *queer*). Até então, como *gay*, jovem, cisgênero⁷, de classe média e graduado, não havia me atentado para a gravidade daquela realidade. Eu sequer sabia que ela existia. Carregava na ‘pele’ as marcas inegáveis e extremamente doloridas da homofobia vivida nos tempos escolares, mas jamais imaginei que tantxs sujeitxs LGBT eram assassinados no Brasil. Pensei: eu não posso mais me conformar no meu silêncio, na posição de coautor ou de convivência com a violência cometida contra LGBTs.

Ter experimentado o sabor amargo da homofobia durante a infância, adolescência – constantemente chamado em tom de xingamento de “bicha”, “veado” e “mulherzinha” – e ainda na fase adulta, hoje, já com outras possibilidades de defesa e resistência, bem como a solidão, a escuridão, a aspereza e o silenciamento do ‘armário’, ou seja, de manter em

⁷ “Cisgênero ou cissexual [ou cis] é um termo utilizado para designar uma pessoa não-trans, ou seja, uma pessoa que nasceu com determinada genitália (sexo) que fora alinhada convencionalmente pela linguagem como consonante ao gênero com a qual se sente mais à vontade” (Perucchi, Brandão & Silva, 2015, p.72). Propõe-se nessa perspectiva atribuir relevo a função da linguagem como construtora de realidades sociais, performativa. Além disso, a partir da proposta de Scott (1990) sobre a compreensão do gênero como construto analítico, considera-se que tanto a categoria transgênero ou *trans*, quanto a categoria cisgênero, são produções ou construções históricas e não entidades da natureza ou naturais, talvez seja esse o ponto principal dessa compreensão.

sigilo para a família, trabalho e outros ‘lugares’ sociais uma identidade LGBT por 18 anos (*estar no armário* denota a figura dx “enrustidx”, e *sair do armário*, ou fazer o “*coming out*”, implica em assumir publicamente sua orientação não heterossexual), construíram o panorama das minhas implicações com tema. A proximidade com Marco Máximo – sem a qual esse doutorado não teria sido pensado e possível – apontou-me e legitimou uma posição até então desconhecida para mim: a de que era possível ser *gay*, lutar contra a homofobia (estendida aos outros grupos da sigla LGBT), não ter vergonha e, para além desse aspecto, ver a beleza disso e sentir orgulho desse movimento de construção de pessoa/pesquisadrx, indissociáveis.

Todas essas reflexões serviram como mote para a escolha do objeto dessa pesquisa, hoje entendido, assim como as identidades, sendo algo móvel, não estático e processual. Sendo alunx formal de doutorado pude aliar as minhas implicações com o tema que, naquele momento me inquietava/inquieta, às ‘curiosidades’ de investigação guardadas acerca das denúncias do Disque Direitos Humanos. O DDH havia inaugurado em 2010 o módulo LGBT de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violência, pautando-se como um importante referencial brasileiro para a sistematização e caracterização da violência contra sujeitxs LGBT, motivos suficientes para enxergar nesse serviço a necessidade de problematizá-lo. Dessa forma a ‘equação’ história de vida dx pesquisadrx + implicações com o tema + denúncias do DDH mostrou coerência.

Em termos teóricos, epistemológicos e metodológicos esse doutorado teve seu início na metade do segundo ano de curso, quando vi em uma mudança de orientação a saída (ou entrada) possível para a construção e defesa de uma tese que, de fato, contribuísse para o campo dos estudos de gênero e sexualidades. A abordagem anterior, de base marxista, não sorriu para mim como uma proposta plausível (Haraway, 2004; Rubin, 1989; Preciado, 2014). Analisar o fenômeno da violência contra pessoas LGBT (somente) pelo

viés de classe social não me convenceu de que seria uma expressão representativa da realidade da violência cometida contra *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e *queers*.

Reconheço o contributo de classe social como uma categoria de análise para a investigação e, inclusive, tento apropriar-me dela em minhas discussões. Entretanto, busco a construção de análises de forma interseccionada (Crenshaw, 2002; Nogueira, 2013a), entendendo que a violência motivada por gênero e orientação sexual (‘dissidentes’) é um fenômeno complexo e que reduzir sua análise a uma categoria é simplificar, empobrecer e despolitizar a discussão, além de não alcançar a multiplicidade ou pluralidade de experiências de pessoas LGBT.

Acredito que esquivar-me da contextualização de alguns nomes/situações importantes no processo de doutorado não faz jus à construção coletiva e partilhada que, de fato, é esta investigação. O primeiro importante nome a ser destacado é o da Professora Dra. Lenise Santana Borges que, gentil e humanamente, aceitou-me como orientando e ‘topou’ tanto esse relacionamento quanto a minha proposta de pesquisa quando me vi no limbo.

Foi com Lenise, no Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, que descobri que existiam discussões sobre gênero e sexualidades na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Acerca dessas temáticas tive oportunidade de cursar duas disciplinas no Programa e fazer estágio docência em outra, todas ministradas pela Professora Lenise: “Tópicos Especiais em Psicologia Social: diferença, exclusão social e políticas públicas”, “Processos Grupais (diferenças, processos de exclusão e direitos sociais)” e “Temas de Pesquisa em Processos Psicossociais: preconceito, gênero e sexualidade”, respectivamente. Além disso, tive/tenho oportunidade de integrar o grupo de pesquisa coordenado pela mesma docente,

denominado “Construção de Fatos Sociais”⁸ e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Concomitante à minha mudança de orientação no doutorado, para o pensamento de uma Psicologia Social crítica que estivesse em diálogos socioconstrucionistas, com os estudos feministas e *queer* – campos de estudos que percebo como fluido, problematizador, intrincado de tensões, mas, sobretudo, com possibilidades de diálogos e complexificações –, deu-se aquilo que ampliaria meus horizontes como pessoa-pesquisadx: a viagem para estágio doutoral na cidade do Porto, Portugal, com orientação dx Professorx Dra. Conceição Nogueira, e o diálogo próximo com Professxr Dr. Nuno Carneiro. Acredito que essa experiência me tocou de forma similar à forma como Louro (2016, p. 13) elucubra ser tocadx, a partir da construção da metáfora da viagem, enunciando que

A imagem da viagem me serve, na medida em que a ela se agregam ideais de deslocamento, desenraizamento, trânsito. Na pós-modernidade, parece necessário pensar não só em processos mais confusos, difusos e plurais, mas, especialmente, supor que o sujeito que viaja é, ele próprio, dividido, fragmentado e cambiante [...] processo que provoca desarranjos e desajustes, de modo tal que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante.

Considero o período de estágio de doutorado sanduíche na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, com o grupo de pesquisa coordenado por Conceição Nogueira, um marco para meu processo formativo e a possibilidade de inúmeras reflexões presentes nas páginas desta pesquisa. Valorizo a experiência do estágio doutoral por inúmeros motivos, sendo três deles: a apropriação teórica/metodológica, a autonomia que me foi dada no processo reflexivo do estudo e a construção de relações

⁸ Endereço para acessar esse espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6191927994936333

sociais menos hierarquizadas com xs membrxs do grupo dx Professorx Conceição; um lidar de ‘igual para igual’ apesar das diferenças individuais.

A primeira noite no Porto já se mostrou chocantemente agradável: fui ao encontro dx Professxr Nuno Carneiro no Syndikato Bar, uma discoteca de performances travestis voltadas ao público LGBT. Cheguei ao Syndikato por volta das 3 horas da manhã e deparei-me quase imediatamente com x Nuno maravilhosamente travestida. Já naquele momento essa pesquisa de doutorado começava a ser ‘maquinada’ no pensamento/emoção a partir dos discursos que ali circulavam e que não se reduziam as palavras, mas também aos corpos, roupas, bebidas, cigarros, gestos e sociabilidades. Ali concretizava-se um movimento de fratura com a concepção dx corpo docente como assépticx, neutrx, (de)sexualizadx, “corpos aí sempre tão *escondidos e suspeitos*” em crítica de Louro (2000, p. 73, grifo meu). Crítica essa já presente nas palavras de Gayle Rubin (1989, p. 17) ao afirmar que nossa “cultura sempre trata o sexo como suspeita. Julga sempre todas as práticas sexuais [...]. O sexo é culpado até que provem sua inocência”⁹. E ainda:

Membros das profissões ligadas à educação são monitorados na busca por sinais de conduta sexual fora do comum. Na maioria dos estados há leis a partir das quais o professor pode ser preso por delitos sexuais e perder seu emprego e sua credibilidade. Em alguns casos o professor é demitido porque seu estilo de vida não convencional se tornou sabido pelos seus superiores (Rubin, 1989, p. 32)¹⁰.

⁹ No original em espanhol “Esta cultura mira al sexo siempre con sospechas. Juzga siempre toda práctica sexual [...]. El sexo es culpable mientras que no demuestre su inocência” (Rubin, 1989, p.17).

¹⁰ No original em espanhol: “miembros de las profesionales de la enseñanza cualesquiera signos de conducta sexual fuera de lo común. En la mayor parte de los estados existen leyes por las que los maestros arrestados por delitos sexuales pierden sus trabajos y acreditación profesional. En ocasiones se ha despedido a un profesor porque su estilo de vida no convencional llega a oídos de sus superiores” (Rubin, 1989, p.32).

Minha concepção se deslocava para a compreensão daquela como um corpo sexuado, performatizado e político. No bar Sindykato tive o prazer e a oportunidade de conhecer e conversar com várias travestis, algumas já vitimadas pela violência e que, entre um *drink* e outro, narravam essas situações. Tive oportunidade também de ouvir discursos transfóbicos por parte de clientes, como: “Este lugar me dá nojo, cheira a SIDA”¹¹. Discursos estigmatizantes, cristalizados e reproduzidos historicamente e socialmente, sobre pessoas *trans* e sujeitos que vivem com HIV-AIDS, retrato da equação (supostamente) verdadeira: sujeitos *trans* = portadores de HIV-AIDS.

Para além dos limites das paredes acadêmicas da Universidade do Porto, nas reuniões de seminários de apresentações de projetos de mestrado e doutorado com Conceição Nogueira, Nuno Carneiro e outros pesquisadores, esta pesquisa foi pensada e discutida inúmeras vezes, mesmo que despropositadamente, nos bares entre uma cerveja e outra e nas boates LGBT do Porto. Foi pensada também em Lisboa, no Club Finalmente¹², a discoteca de performances travestis/transformismo mais antiga de Portugal, quando pude ser público de impecáveis espetáculos, dentre os quais o mais esperado era o de um travesti negro.

Com Nuno tive as mais lindas discussões sobre poesia, crítica, políticas e resistências do universo *queer* e feminista e suas intersecções com as violências LGBT, principalmente a transfobia, materializada, por exemplo, no caso emblemático de Gisberta Salce¹³, transexual brasileiro brutalmente assassinado em Portugal. Essa referência é

¹¹ Sigla de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, causada pelo vírus HIV. No Brasil, AIDS.

¹² Para mais informações sobre discussão de gênero, corpos, estética e música relacionadas ao Club Finalmente, sugiro leitura de Marco Roque de Freitas (2015) “«Podem chamar-lhe loucura, mas achamos que é cultura»: A performance do transformismo em Lisboa”.

¹³ “Gisberta nasceu Gisberto, em São Paulo, caçula de uma família com oito filhos. Ainda na infância dava sinais de que estava num corpo que não correspondia à sua identidade de

importante, pois será esse x nome fictício utilizado por mim nas análises de uma série de situações transfóbicas cometidas contra umx travesti brasileirx (capítulos qualitativos desta pesquisa, nos quais analiso as denúncias recebidas pelo DDH e seus fluxos). Essa apropriação justifica-se como uma resistência política, uma vez que “[o] Poder Judiciário considerou o caso como uma simples brincadeira, não como homicídio. Segundo a tese aceita pelo Ministério Público português, a morte só ocorreu por culpa do poço”¹⁴. Uma resistência implicada em não deixar a memória de Gisberta morrer. De lembrar, sempre,

gênero. Após a morte do pai, confessou à família, ainda na adolescência, que gostaria de ser mulher. Aos 18 anos, com medo da crescente violência contra transexuais na capital paulista, optou por se mudar para a França. Mais tarde, já depois de realizar tratamento hormonal e fazer implante de silicone nos seios, Gisberta mudou-se para o Porto, no Norte de Portugal. Rapidamente enturmou-se na cena *gay* local. Fazia apresentações de transformismo em bares e boates. A vida como artista, contudo, não gerava dinheiro suficiente para pagar as contas. Como complemento de renda, recorreu à prostituição. A imigrante brasileira possuía visto de residência e adaptou-se à vida em Portugal. Os contatos com a família eram raros. Com o passar dos anos, no entanto, sua situação começou a se deteriorar. Os sinais no corpo de que era portadora do vírus HIV impossibilitaram a brasileira de se sustentar pela prostituição. O nome masculino e o corpo de mulher impossibilitavam que obtivesse trabalho. Desempregada, não conseguiu renovar o visto de residência e passou ao *status* de imigrante ilegal. Sem dinheiro para pagar as contas, teve de deixar o apartamento em que morava no Porto. [...] Os garotos [...] a descreveram como ‘um homem que ‘tinha mamas’ e ‘parecia mesmo uma mulher’’. Os 14 jovens – entre os 12 e os 16 anos – dividiram-se em grupos que revezavam-se para espancar, violentar e humilhar a brasileira. Durante três dias, Gisberta foi agredida a pedradas, pauladas e chutes. Foi sexualmente torturada com o uso de pedaços de madeira e teve o corpo queimado com cigarros. Entre 21 e 22 de fevereiro [de 2006], os jovens voltaram ao prédio abandonado. A brasileira não respondia a qualquer estímulo. Ao julgarem que estava morta, planejaram como desaparecer com o corpo. Primeiro pensaram em queimá-lo, mas desistiram por medo de que a fumaça atraísse a atenção de seguranças que trabalhavam num parque próximo. Depois imaginaram enterrá-lo, mas não tinham as ferramentas necessárias. Então, optaram por atirá-la ao fosso do prédio, que estava cheio de água. Gisberta estava inconsciente, mas ainda viva. Morreu afogada. ‘O juiz disse, textualmente, que o assassinato foi ‘uma brincadeira de mau gosto de crianças que fugiu ao controle’. Gisberta foi amarrada em um pedaço de madeira e atirada ao fosso, mas o julgamento, no fim, determinou que quem a matou foi a água, e não as pessoas que a atiraram lá’, recorda Vitorino [entrevistado]”. Para mais informações, ler a matéria jornalística na íntegra: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160218_brasileira_lgbt_portugal_mf. Acesso: 13 de janeiro de 2016.

¹⁴ Pádua Fernandes (2011). Disponível em: <http://opalcoemundo.blogspot.com.br/2011/11/alberto-pimenta-tortura-estupro-e.html>

que mesmo em casos como esse as normas cisgênera e heterocêntrica – preconceituosas, discriminatórias e fascistas –, não têm possibilidade de reconhecer o caráter de um crime de ódio por motivação de gênero e orientação sexual ‘dissidentes’.

Elucidações feitas sobre o processo reflexivo de construção desta pesquisa, essa investigação de caráter exploratório assumiu como objeto de pesquisa a identificação e análise de violências cometidas contra pessoas *trans*, ou transfobia (termo problematizado no final desta seção introdutória) a partir do processo denunciativo do Disque Direitos Humanos e de seus fluxos, me apropriando do conceito de violência em Foucault (1995, p. 243):

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra resistência, a única escolha é tentar reduzi-la.

O problema de pesquisa que norteou este trabalho foi: Como os discursos/práticas transfóbicas mostram-se presentes nas denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos (módulo LGBT no ano de 2014) e em seus fluxos denunciativos? Teve como objetivo geral o de identificar e analisar quantitativa e qualitativamente os processos transfóbicos a partir das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos, de seus fluxos no sistema de justiça (órgãos para os quais as denúncias são reportadas) e de um processo criminal.

Os objetivos específicos, por sua vez consistiram em a) elencar, sistematizar e analisar as denúncias de violência cometidas contra sujeitxs LGBT recebidas pelo DDH, em âmbito nacional no ano de 2014 para, em seguida, estabelecer foco na população de travestis e transexuais; b) construir um conjunto de características das vítimas e da violência transfóbica brasileira no ano de 2014 a partir das denúncias recebidas pelo DDH, analisando especificidades da transfobia como características dxs autorxs, das vítimas, das

violências, dos locais de ocorrência etc.; c) analisar as variadas dimensões da transfobia a partir das narrativas das violências presentes nas denúncias recebidas pelo DDH¹⁵; d) descrever como é construído o fluxo das denúncias a partir do DDH no citado período, no Estado de São Paulo; e) analisar como os discursos/práticas transfóbicas comparecem nos relatórios de monitoramento construídos pelo DDH no citado período, bem como de um processo criminal, e f) problematizar as relações entre o Disque Direitos Humanos acerca da superação ou reprodução da transfobia.

Esta pesquisa busca sugerir a defesa do argumento de que a transfobia está atravessada, via discursos e outras práticas, nas relações sociais. Sugere que a transfobia está posta no sistema denunciativo e em seus percursos pelo sistema de justiça culminando na criminalização de gêneros e sexualidades dissidentes, além de outros marcadores como raça e classe social. Por fim, busca mostrar e ‘denunciar’ a construção das performatividades *trans* como não importantes, abjetas, alvos culturalmente legítimos para o exercício da violência e impassíveis de luto, mas, por outro lado, passíveis de resistência.

Fornecidas as informações preliminares sobre os trânsitos realizados no processo de doutorado, as localizações ou posicionamentos científicos que foram apropriados como pauta de discussões, bem como das decisões temáticas (objeto, problema, objetivos gerais e específicos), torna-se possível compreender e debater os aspectos relacionados às teorias, metodologias e análises de informações empíricas presentes nesta investigação.

Esta pesquisa foi construída, assim como o meu posicionamento teórico no percurso do doutorado, do lugar da Psicologia Social em seus movimentos críticos. Assim, busquei

¹⁵ Para esse objetivo vão ser analisadas as narrativas de violência cometidas contra umx travesti brasileirx. As análises e os motivos da seleção das narrativas sobre a vítima serão explicados com pormenores no qualitativo desta pesquisa.

assumir um lugar crítico, contestador, resistente e político¹⁶ frente a essa disciplina psicológica, pelos menos em seus enquadres mais tradicionais/positivistas¹⁷ que se mostram insuficientes para a análise (des)naturalizada e (des)essencializada das questões LGBT. Não considero aqui a existência de duas psicologias, como se fossem dois blocos separados: uma tradicional, e tomada como ruim, e outra crítica e, portanto, valorizada, que resolveria os ‘problemas’ de gênero e sexualidade. Sendo assim, não se trata da superação ou extinção de uma ou outra forma de pensamento/prática na Psicologia, mas, sim, a compreensão de discursos de gênero e sexualidade em disputa no campo *psi* (psiquiatria, psicologia e psicanálise), ou, como diria Foucault (2016a), de camadas discursivas que se sobrepõe umas às outras em dados momentos históricos e sociais. De todo modo, deixo marcado o meu compromisso e meu lugar de debate nesta tese, o da Psicologia Social em seus fundamentos socioconstrucionistas.

Esse posicionamento, o de crítica, exigiu a apreensão de saberes de outras áreas do conhecimento, de forma que considero esta pesquisa de doutorado como *trans*, ou se seja, ‘transitada’ interdisciplinarmente. Busquei subsídios ou contribuições para os debates (também) na Sociologia, História, Antropologia e Filosofia. As possibilidades reflexivas, a partir de estudos brasileiros e portugueses (e de outras origens) encontram terreno fértil de discussão nesta pesquisa, motivo pelo qual reconheço suas respectivas importâncias e

¹⁶ Esta referência ao termo ‘político’ encontra-se ancorada na compreensão conceitual de Scott (1990, p. 28) que afirma: “político no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle”, o poder discursivo.

¹⁷ Em pesquisa realizada por Borges et. al. (2013) com trabalhos de conclusão de graduação e dissertações de mestrado sobre práticas discursivas em gênero e sexualidade, mostrou-se como o campo *psi* tem se mostrado a-crítico sobre esses temas: “Se pensarmos que a Psicologia, nas suas raízes e movimentações teóricas, permanece ainda muito colada ao ideário modernista, reiterando uma série de pensamentos individualistas e essencialistas” (Borges et. al., 2013, p. 739).

exercício a tentativa de construir conhecimentos cada vez mais descolonizados, admitindo o argumento de que os saberes nacionais e internacionais são igualmente relevantes.

Na medida em que lia autorxs expoentes do campo de estudos *queer* e feministas e sistematizava minhas informações empíricas (as denúncias), refletia que, o até então objeto desta pesquisa precisava ser repensado, problematizado e ajustado. Fruto de conversações com xs meus pares de trabalho, ficou a decisão de, no lugar de pesquisar a globalidade das denúncias LGBT, analisar em profundidade as particularidades da transfobia. Eu, que passei minha infância com medo de travestis, porque supostamente eram pessoas más (maus) e perigosxs, estava diante de uma possibilidade ímpar de ressignificação discursiva, de práticas e de produção de conhecimento sobre esse grupo populacional.

Apresentando os capítulos da tese

Este produto de pesquisa de doutorado apresenta uma introdução (percurso de doutorado e definições de tema) já apresentada, e encontra-se elaborada em sete capítulos. No primeiro capítulo, intitulado: “**Aproximações de contextos, conceitos e políticas públicas sobre pessoas LGBT**”, pretendi informar ao leitor deste estudo sobre o conceito de políticas públicas; o mapeamento dessas políticas voltadas à população LGBT, bem como o aprofundamento em uma delas, a do Disque Direitos Humanos. Além disso, busca problematizar os conceitos de homofobia e transfobia, travestis, transexuais, denúncia, autorxs e vítimas de violência.

No segundo capítulo, intitulado: “**Contribuições teóricas ao debate sobre identidades: categorias de análise, críticas e confronto das normas**”, discuto os aspectos teóricos acerca do construto “identidade” com o objetivo de problematizá-lo e

flexibilizá-lo para, no capítulo seguinte, discutir as várias identidades culturais relacionadas ao objeto de estudo desta investigação.

No capítulo três desta pesquisa, denominado **“Trans(itando): um debate acerca das construções discursivas sobre a performatividade trans e autorxs em (suas) perspectivas como lentes teóricas”** proponho um aprofundamento temático, ou seja, a discussão da suposta linearidade existente entre sexo-gênero-desejo sexual relacionando-os a outros marcadores de opressão e privilégios, como os de raça e classe social. Há também a tentativa de construir, em uma perspectiva de diálogos possíveis, um debate com as lentes teóricas apropriadas para este estudo (construcionismo social, estudos feministas e *queer* e interseccionalidade), objetivando tornar possível a análise das identidades *trans* e transfobia a partir das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos e seus fluxos no sistema de justiça brasileiro.

Os aspectos metodológicos desta investigação são discutidos no quarto capítulo, intitulado **“O percurso metodológico desta investigação”**. Esclareci o delineamento deste estudo, o caráter das informações empíricas apropriadas, bem como das suas formas de acesso, da sistematização e análise, tanto quantitativa quanto qualitativa. São elucidados aspectos da Análise Temática como um meio de sistematização e pré-análise das informações e as contribuições dos métodos históricos de pesquisa em Michel Foucault, também considerados nesta investigação como instrumentos de análise.

O quinto capítulo, que dá início a parte analítica deste produto de doutorado, denominei **“Um panorama da violência transfóbica brasileira a partir do Disque Direitos Humanos: uma abordagem quantitativa do ano de 2014”**. Trata-se do primeiro conjunto de informações empíricas analisadas a partir de um delineamento de pesquisa

quantitativa, baseado nas denúncias recebidas pelo módulo LGBT do Disque Direitos Humanos, no ano de 2014.

O sexto capítulo, **“As denúncias sobre a travesti Gisberta: uma proposta de análise das informações qualitativas”**, se fundamenta como sendo o segundo capítulo de análises empíricas da pesquisa, desta vez com delineamento qualitativo. Os excertos textuais/denunciativos sobre as violências sofridas por uma travesti brasileira compõem o foco de descrição e análise, a partir dos diversos marcadores sociais de opressão e privilégios envolvidos no caso. Também analisei a duração das agressões, modalidade, motivação e efeitos das violências formando o espectro das discussões propostas. Nesse sentido, as contribuições dos métodos de análise arqueológica e genealógicas em Michel Foucault foram importantes.

No sétimo e último capítulo, intitulado: **“O Disque Direitos Humanos e o seu fluxo denunciativo no estado de São Paulo: o deslocamento da posição de ‘vítima’ para o de ‘autora’ de um crime”**, descrevi, a partir dos relatórios de monitoramento do Disque Direitos Humanos, o fluxo das denúncias de violência cometidas contra pessoas LGBT no estado de São Paulo, mais especificamente sobre a travesti referida no parágrafo anterior. Sugeri, analiticamente, a forma como a transfobia mostra-se presente nesse fluxo e cada uma das instituições envolvidas. Além disso, analiso, a partir do percurso das denúncias, o processo de criminalização das dissidências sexuais e gênero que culmina em um processo criminal em que a referida travesti figura como autora de crime.

Nas considerações finais desta pesquisa, retomo alguns aspectos teóricos e temáticos relacionados ao objeto de estudo; evidencio algumas possíveis análises sobre a transfobia no Brasil a partir da realização deste estudo. Também pontuo algumas críticas

acerca do Disque Direitos Humanos como política pública que objetiva a cessação de violências cometidas contra sujeitos LGBT.

Capítulo 1: Aproximações de contextos, conceitos e políticas públicas sobre pessoas LGBT

O Brasil é o país em que mais se mata travestis e transexuais no mundo (*Transgender Europe*¹⁸ e Grupo *Gay* da Bahia¹⁹) e também o que mais pratica outras formas de violência, de acordo com o Disque Direitos Humanos, única instituição formal de construção de índices estatísticos de violência cometidas contra sujeitxs LGBT. Somadas informações acerca dos assassinatos temos os referenciais (mesmo que sempre passíveis de críticas) de expectativa de vida de travestis e transexuais brasileirxs: de, em média, 30 anos apenas, comparados aos 74,6 anos para homens e mulheres não transgênerxs²⁰.

Como foi dito anteriormente, no Brasil existe apenas uma instituição de contagem e organização estatística de dados referentes a violências cometidas contra sujeitxs LGBT, o Disque Direitos Humanos, política pública do Governo Federal que recebe, encaminha e monitora denúncias de violência contra diversos grupos populacionais, sendo um deles composto por LGBTs. Há também o Grupo *Gay* da Bahia (GGB) que, informalmente e pelas vias da militância, organiza dados sobre assassinatos de pessoas LGBT a partir de

¹⁸ É uma organização europeia, sem fins lucrativos, que busca através da aliança com diversxs membrxs a construção de relações humanas livres de preconceitos e discriminações motivadas por identidades e expressões de gênero transgênerxs. Dentre suas ações estão: possibilitar voz, conscientização, incentivo a pesquisa e a defesa de direitos de pessoas *trans*. Fonte: <http://tgeu.org/>. Acesso em 09/11/2016.

¹⁹ Grupo *Gay* da Bahia, instituição que desde os anos de 1980 organiza dados sobre assassinatos de pessoas LGBT brasileirxs. Organização não governamental (ONG) que, desde a década de 1980 reúne em planilhas atualizadas diariamente, os casos de assassinatos de pessoas LGBT publicados pelos diversos veículos midiáticos brasileirxs, ou seja, por metodologia de pesquisa hemerográfica.

²⁰ Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/node/31192/>. Acesso em 09/11/2015.

informações veiculadas pelas mídias escritas (jornais e revistas) e *online*. As duas instituições encontram críticas: o GGB de forma geral, principalmente em relação à origem, qualidade e confiabilidade das informações recebidas, e o Disque Direitos Humanos pela sua precarização enquanto política pública – que somente no ano de 2011 instaura o módulo LGBT –, pela sua dependência aos órgãos de responsabilização ‘parceirxs’, instituições para as quais as denúncias são encaminhadas; pela ausência de informações importantes nas denúncias e pelas dificuldades em encaminhar e monitorar os retornos dos referidos órgãos (Costa, 2016).

Considero neste estudo a categoria *trans* que, de acordo com Carvalho e Carrara (2013), vem sendo uma expressão bastante difundida para as discussões sobre pessoas transexuais e travestis. Perucchi, Brandão e Silva (2015, p. 72), também fazem essa opção ao asseverarem “*trans* como um guarda-chuva para abarcar as experiências de mulheres travestis e transexuais, de homens transexuais e de qualquer outra pessoa que se encontre em algum trânsito de gênero”. No corpo deste texto, de forma generalista, mas sem qualquer pretensão de estabelecer generalizações, aparecerá o termo *trans*; todavia, quando o debate exigir maiores especificidades sobre uma ou outra identidade de gênero, elxs serão designadas pelos seus respectivos termos: transexuais ou travestis.

Esse agrupamento não implica em um processo de homogeneização das particularidades de cada grupo, mas, sim, estrategicamente, como um reforço do escopo analítico deste trabalho, principalmente em relação às informações quantitativas, tornando-as mais visíveis e volumosas quando somadas, ao mesmo tempo em que busco desanuvier aspectos autodiscursivos de ambos os grupos. Cabe ressaltar que nas análises empíricas desta pesquisa todas as designações de gênero e sexualidade são apropriadas dos documentos do DDH e não há qualquer interpretação minha nesse aspecto, visto que essas mesmas análises dependem dos discursos que circulam nas denúncias tal como se

encontram. Por exemplo, quando constar na denúncia a designação de que a orientação sexual da pessoa é a de ser homossexual, é dessa maneira que será considerada analiticamente.

Trago aqui os conceitos de travesti e transexual com cuidados e incômodos, buscando relativizá-los a fim de não reproduzir e produzir novas violências contra sujeitos pertencentes a esse grupo populacional. Compreendo pessoas com performances de gênero travesti como aquelas que, segundo Benedetti (2005, p. 18), “promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização”. Trata-se de, portanto, da “vontade/projeto de se *sentir* mulheres” (Benedetti, 2005, p. 15). Sobre aquilo que caracterizaria a experiência de gênero ou identidade transexual, Berenice Bento (2008, p. 21) elucida que

A experiência transexual destaca os gestos que dão visibilidade e estabilidade aos gêneros e estabelece negociações interpretadas, na prática, sobre o masculino o feminino. Ao mesmo tempo quebra a causalidade entre sexo/gênero/desejo e desnuda os limites de um sistema binário assentado no corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher).

Bento (2008) argumenta também que a experiência transexual mostra relações com a produção de novos sentidos sobre o que seriam masculinidade e feminilidade, sentidos esses muitas vezes produzidos em meio a dúvidas, sofrimentos e isolamento p/ pessoas que desejam ou vivem expressões de gênero que lhes são socialmente proibidas ou interditas, uma vez que entram em um circuito discursivo e de outras práticas sociais de patologização e outros preconceitos e discriminações como a própria violência manifesta.

O que aproximaria e o que diferenciaria, então, essas duas expressões de gênero, travestis e transexuais? Bento (2008) lança mão do argumento de que o que xs tornaria

próximas seria uma ruptura ou tentativa de ruptura com a matriz de gênero binária e naturalizante. De acordo com a pesquisadora: “Tanto transexualidade quanto a travestilidade são construções identitárias que se localizam no campo do gênero e representam respostas aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada para os gêneros” (Bento, 2008, p.69). E o que diferenciaria travestis e transexuais? Poderíamos dizer que a principal diferença estaria ligada à questão genital para xs transexuais e do desejo de fazer a cirurgia de redesignação sexual? Bento (2008) pontua que essa, comumente, tem sido a resposta mais frequente para demarcar as diferenças. Por outro lado, relativiza o argumento dizendo que “[a] importância da cirurgia, a decisão em submeter-se ao protocolo dos hospitais que a realiza, o melhor momento para fazê-la, são questões que passam por decisões condicionadas à biografia de cada pessoa transexual” (Bento, 2008, p. 74).

Se as respostas para diferenças entre travestis e transexuais não estão encerradas nos genitais, na questão de mantê-los ou alterá-los, onde estariam? Novamente Bento (2008) nos esclarece que *parecem* estar nas formas de visibilidade, de demandas (reconhecimento social do gênero com o qual se identifica), de legitimidade e localização nas hierarquias de poder. Transexuais, ‘higienizadx’ e ‘tratadx’ pelo discurso médico ocupariam os lugares mais altos nessas hierarquias, “enquanto a travesti é construída como a outra radical, como se a categoria médica ‘transexual’ fosse o trabalho de limpeza, assepsia de uma categoria da rua” (Bento, 2008, p. 76). Para se lidar com as categorias de gênero travesti e transexual, como já foi dito anteriormente, é fundamental que as relativizações estejam presentes, uma vez que identidades culturais são construídas de forma fluida e dinâmica.

Algumas outras ressalvas se fazem necessárias, mais especificamente a defesa de dois argumentos, para que as discussões que fundamentam esta pesquisa fiquem mais

claramente postas ou definidas aos leitorxs. A primeira delas é sobre o uso corrente do termo *transfobia* e a segunda procura problematizar o Disque 100 como um serviço frágil, concebido, instaurado e operacionalizado de forma precária em relação à população LGBT.

Acerca do primeiro tópico, mostra-se necessário um retorno ao termo *homofobia*, comum e erroneamente tratado como sinônimo de *transfobia*. Borrilho (2009), em sua definição do termo, discute as possibilidades de manifestações homofóbicas, traz relevo à discussão sobre o lugar que homossexuais ocupam nas hierarquias sexuais, como o do doente e que precisa ser tratado para regressar à normalidade, e às posições de subalternidade e inferioridade às quais sexualidades *homo* estão inscritas, consideradas como secundárias ou desvalorizadas. De acordo com ele

A homofobia é um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à extermínio, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica [...]. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no Ocidente até os anos 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e *gays*, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária (Borrillo, 2009, p. 18).

Junqueira (2007), em seu texto “Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas”, discute sobre o aparecimento do termo *homofobia* argumentando que a base do radical *homo*, no latim, diz respeito a figura masculina e, portanto, o termo estaria ligado às diversas práticas violentas cometidas contra homens homossexuais, ou homem *gay*; ou seja, outros sujeitos componentes da sigla LGBTTT

(lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) estariam excluídxs dessa base conceitual até mesmo pelas diferentes dimensões que pretendem alcançar em termos de gênero e sexualidade: “LGB” acerca das violências motivadas por orientação sexual e “TT” por motivação de gênero.

Frente a essa realidade, da homofobia como representante central da violência cometida contra sujeitxs LGBTT – para além das diferenças entre cada um desses grupos –, movimentos sociais ao não se sentirem contempladxs ou representadxs pelo termo *homofobia*, em uma lógica identitária, “empregam os termos ‘lesbofobia’ e ‘transfobia’ com o intuito de chamarem a atenção [...] e conferirem maior visibilidade política às suas lutas” (Junqueira, 2007, p. 8). A compreensão restrita de que o conceito *homofobia* refere-se à violência cometida apenas contra *gays* mostra mais uma face do machismo brasileirx, fazendo perdurar a invisibilidade lésbica (Prado & Junqueira, 2011), bissexual e *trans*, por exemplo. Conforme Mello, Brito e Maroja (2010, p. 22) apontam,

A intenção é explicitar que o preconceito, a discriminação, a intolerância e o ódio que atingem travestis, transexuais, lésbicas, *gays* e bissexuais possuem em comum o fato de estes segmentos sociais questionarem a ordem sexual e de gênero de *maneiras afins, mas diferentes* (grifo meu).

Outra crítica aos termos *homofobia*, *lesbofobia* ou *transfobia* encontra fundamento a partir do sufixo -fobia, que denotaria características (individual, interna, psicológica, natural, biológica ou patologizante) portadas pelas pessoas que discriminam motivadas por seus preconceitos em relação a gênero e sexualidades (Mello, Brito e Maroja, 2012; 2014). Nesse interim, mesmo com (algum) incômodo, decorrentes das críticas aqui explicitadas, opto pelo uso dos termos *homofobia*, *lesbofobia* e *transfobia* neste texto, ciente das implicações e críticas tecidas acerca deles. Argumento a favor da acessibilidade e apropriação da forma escrita de tais termos como correspondentes de violências cometidas

contra pessoas *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, formas legítimas, variadas e passíveis de serem apropriadas ao longo do texto.

A segunda ressalva necessária refere-se ao argumento de que o Disque 100, frente ao atendimento à população LGBT, mostra sua fragilidade e precariedade como política em sua instauração e funcionamento. Uma pesquisa realizada por Costa (2016) acerca das relações entre Disque Direitos Humanos e seus fluxos e o grupo populacional LGBT pôde mostrar como essa política é passível de inúmeras críticas para aquilo que se propõe como objetivo: receber, encaminhar e monitorar denúncias.

O recebimento de denúncias é precário, por vezes transfóbico (lidam com usuárias travestis e transexuais no masculino), faltante de informações sobre xs vítimas e autorxs, de modo que a construção de estatísticas mais próximas da realidade (absurdamente violenta) brasileira torna-se mais difícil. Além disso, a dificuldade de acesso aos dados construídos pelo serviço resulta na impossibilidade de controle pela sociedade dessas informações. Encaminhamento e monitoramento também são precários, segundo Costa (2016), porque, como informações importantes não foram obtidas no recebimento da denúncia, o encaminhamento das mesmas se torna comprometido. Sobre o monitoramento, o serviço também se mostra precário e ineficiente ao não possuir estrutura e disponibilidade para efetuar a busca ativa de retornos dos órgãos acerca das atitudes tomadas por eles. Em um extremo, Costa (2016, p. 13-14) afirma:

Em todo campo, que começa antes mesmo desta pesquisa, me deparei com relatos seja por parte da gestão, da sociedade civil, movimento social ou da polícia civil, de que o Disque 100 não passava de um serviço de registro e armazenamento de dados sobre violência homofóbica, uma base de dados, muitas vezes denominado pejorativamente como *call center* (Costa, 2016, p.13-14).

Pelo que expus aqui até o momento, foi construída uma “história” pessoal de envolvimento com o curso de doutorado (e esta pesquisa), juntamente com aspectos relativos ao Disque Direitos Humanos e as categorias de identidade de gênero travesti e transexual que tornam possível um ‘deslizar’ mais esclarecido e norteado pelo *corpus* teórico/empírico deste estudo.

1.1- O Disque Direitos Humanos, a categoria denúncia e as estatísticas nacionais de violência cometidas contra a população trans.

De acordo com Luís Mello, Daniela Maroja e Walderes Brito (2010, p. 28), “políticas públicas são respostas do governo a problemas sociais específicos, a partir das reivindicações expressas pelos diferentes agrupamentos e segmentos da sociedade”²¹. Em relação à população LGBT, uma das políticas pensadas e implementadas pelo Governo Federal é a do “Brasil Sem Homofobia”, lançada no ano de 2004. Destaco dentre os vários capítulos do documento, o de número IV – “Direito à segurança: combate à violência e à impunidade”, que circunscreve sobre as medidas a serem implementadas pelas esferas federais, estaduais e municipais na prevenção e combate à violência contra sujeitxs LGBT, bem como a responsabilização dxs autorxs dessas violências (Brasil, 2004).

A partir das discussões elaboradas por Costa (2016) acerca da emergência das diferentes políticas públicas em âmbito nacional, do ano de 2001 a 2016, foi possível a construção da Figura 1 que organiza esse mapeamento, contemplando as datas, os marcos históricos, os principais fundamentos ou características da política pública, bem como das fontes ou referências utilizadas.

²¹ Texto disponível no site: https://portais.ufg.br/up/16/o/Texto_2_-_Geral_-_versao_final.pdf

Sistematização do Histórico de Políticas Públicas LGBT			
Data	Marco histórico	Fundamentos/produtos das políticas públicas	Fontes
2001	Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD	-Decreto nº 3.952 -Planejamento do Programa “Brasil sem Homofobia” instituído em 2004	http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=8e4c0e70-b979-48b8-b8dc-d7fdb74734a0:1.0 http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=8e4c0e70-b979-48b8-b8dc-d7fdb74734a0:1.0 www.sdh.gov.br Mello, Brito & Maroja, 2012
2002	Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2)	-Compreensão da necessidade de igualdade de direitos para população LGBT -Garantia da liberdade de expressão das diferentes orientações sexuais	Mello, Brito & Maroja, 2012
2004	Programa “Brasil Sem Homofobia” em 2004	-Objetivo de promover a cidadania/direitos da população LGBT -Objetivo de combate à violência e à discriminação homofóbicas -Criação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à homofobia -Incentivo para construção de Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania LGBT	http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/guia-orientador-2a-conferencia-nacional-lgbt Mello, Brito & Maroja, 2012 Irineu, 2014

		-Criação de projetos de capacitação em Direitos Humanos	
2008	Conferência Nacional de <i>Gays</i> , Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Tema: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de <i>gays</i> , lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”	-Decreto Presidencial de 28 de novembro de 2007 -Proposta de criação do módulo LGBT no Disque Direitos Humanos -Propor diretrizes para criação de políticas públicas -Avaliação do Programa “Brasil Sem Homofobia” -Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, lançado em 2009	http://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/central-de-arquivos/prevencao/1-conferencia-estadual-lgbt-2008/conferencianacionalglbt-textobase.pdf ; http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/guia-orientador-2a-conferencia-nacional-lgbt
2009	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT		http://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/central-de-arquivos/prevencao/1-conferencia-estadual-lgbt-2008/conferencianacionalglbt-textobase.pdf ; http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/guia-orientador-2a-conferencia-nacional-lgbt
2009/2010	Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos		http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=8e4c0e70-b979-48b8-b8dc-d7fdb74734a0;1.0 Mello, Brito & Maroja, 2012
2010	Decreto nº 7.388	-Alteração do formato do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), implantando o Conselho Nacional LGBT	http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=8e4c0e70-b979-48b8-b8dc-d7fdb74734a0;1.0

			Mello, Brito & Maroja, 2012
2011	Módulo LGBT no Disque Direitos Humanos – Disque 100		http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=8e4c0e70-b979-48b8-b8dc-d7fdb74734a0;1.0 Mello, Brito & Maroja, 2012
2011	II Conferência Nacional LGBT. Tema: “Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”	<p>-Diretrizes para a implementação de políticas públicas: combate à discriminação, erradicação da pobreza, promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT</p> <p>-Avaliar a implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT</p>	http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=8e4c0e70-b979-48b8-b8dc-d7fdb74734a0;1.0 Mello, Brito & Maroja, 2012 http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/guia-orientador-2a-conferencia-nacional-lgbt
2013	Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (Sistema Nacional LGBT)	<p>-Portaria 766 (3 de julho de 2013)</p> <p>-Integrado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República</p> <p>-Integração e articulação de políticas públicas de cidadania e direitos voltadas ao combate da violência cometida contra a população LGBT</p> <p>-Instalação de Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais LGBT</p> <p>-Instalação de Coordenadorias Estaduais, Distrital e Municipais LGBT</p>	http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=8e4c0e70-b979-48b8-b8dc-d7fdb74734a0;1.0 http://www.mprj.mp.br/documents/112957/1508730/Portaria_N766_2013.pdf Mello, Brito & Maroja, 2012
2016	III Conferência Nacional LGBT. Tema: “Por um Brasil que		http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=8e4c0e70-b979-

	criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”		48b8-b8dc-d7fdb74734a0;1.0 Mello, Brito & Maroja, 2012
--	---	--	---

Figura 1: Sistematização do Histórico de Políticas Públicas LGBT. Fonte: Costa (2016).

Cabe refletir sobre a existência de uma tensão posta e que não se mostra resolvida na teia das relações sociais: se por um lado observamos números preocupantes de violências, as mais diversas contra xs sujeitxs não heterossexuais, por outro lado temos Adorno (2010, p. 15) elucidando sobre os avanços do Plano Nacional dos Direitos Humanos em suas três versões:

O PNDH-1 silenciou a respeito da livre orientação sexual e identidade de gênero. O PNDH-2 incluiu esses direitos, priorizando duas diretrizes: luta contra o preconceito e as formas de discriminação e combate à violência contra os GLTTB (*gays*, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais). No entanto, nas diretrizes pertinentes à orientação sexual já propunha “apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais”. O PNDH-3, portanto, reafirmou esses objetivos, embora tenha sido mais ousado em reconhecer o direito à adoção por casais homoafetivos.

A questão é o que, mesmo com a versão PNDH-3, as manifestações de violência contra pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais continuam erigidas nas relações sociais e dirigidas a esses grupos populacionais subalternizados em seus direitos, nas suas formas de estar no mundo e no (in)alcance prático ou cotidiano do *status* de cidadãxs, consideradxs abjetxs.

Uma das políticas públicas criadas pelo Governo Federal e pertencente ao espectro da totalidade de políticas voltadas à população LGBT foi o serviço Disque Direitos Humanos, que a partir do ano de 2010 passou a receber denúncias de violência cometidas

contra esse grupo populacional. Como esse serviço e seus meandros ocupam lugar de destaque nesta pesquisa de doutorado, eles necessitam de maiores ou mais especificadas elucidações.

1.2- O Disque Direitos Humanos: histórico, estrutura e funcionamento [e críticas].

O Disque Direitos Humanos da Presidência da República é uma política pública produto de um processo histórico que se iniciou no ano de 1997, resultado de demandas e esforços voltados ao grupo populacional de crianças e adolescentes. Nem sempre o referido serviço se pautou como na atualidade: historicamente, ele se estabeleceu e se estruturou como um canal de comunicação da sociedade civil com o Governo no que se refere à violência em suas diversas configurações, a princípio contra crianças e adolescentes brasileiros, estendendo-se, posteriormente, a outros grupos populacionais também violentados (Brasil/Sedh, 2009; Andrade, 2012; Andrade e Sousa, 2013; 2013a; Bernardes e Moreira, 2013; Tavares, Louredo e Prado, 2013), como o LGBT em 2011 (Mello, Brito & Maroja, 2012).

O DDH surgiu a partir do reconhecimento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes da dimensão das violências sofridas e da necessidade de se construir subsídios que garantissem que tais violências fossem cessadas e, para além disso, que seus direitos fossem preservados e promovidos de forma efetiva. Em 1997, o Disque Denúncia atendia pelo número 0800 99 0500, e era mantido e administrado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA). Em 2003, o serviço é assumido pelo Governo Federal, via Ministério da Saúde (até 2005), instaurado e gerido segundo sistema tripartite: Governo Federal, Petrobras e Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

(CECRIA), com representações governamental, empresarial e sociedade civil, respectivamente (BRASIL/Sedh, 2009; Andrade, 2012; Bernardes & Moreira, 2013).

Em 2006, como resultado de reflexões, de campanhas publicitárias e do “I Seminário do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes”, de fato, o Disque Denúncia Nacional passa a fazer parte do sistema da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), e não do Ministério da Saúde. Adota-se o número 100 para contato por ser de fácil memorização, com o objetivo de aumentar a acessibilidade dos usuários ao serviço (BRASIL/Sedh, 2009).

A partir dos resultados dessa nova abrangência, ressalto a importância do Disque Denúncia no cenário das políticas nacionais no que tange a consolidação de dados numéricos acerca das violências denunciadas, estatísticas que demarcam o panorama devastador de agressões voltadas, diariamente e em diferentes formas e intensidades, a variados grupos populacionais (Andrade, 2012). Dessa forma, entendo que esses dados estatísticos corroboram a necessidade de se construir um projeto de sociedade pautado pelos Direitos Humanos que proponha e possibilite o estabelecimento de relações humanas não violentas, mas, justas e solidárias.

Partindo da premissa de que Direitos Humanos são direitos de todos os seres humanos, é inscrito em Brasil/SDH (2011, p. 3) que “[com] a criação do Disque Direitos Humanos, em dezembro de 2010, o Disque 100 ampliou sua capacidade de atendimento, incorporando outras áreas relacionadas à defesa de direitos humanos”. Tavares, Louredo e Prado (2013) argumentam que o Disque 100 recebia denúncias de variadas modalidades de violações dos direitos das crianças e adolescentes e, em menor medida, também de outros grupos populacionais, como de pessoas idosas; *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e

transexuais (LGBT); pessoas com deficiências; desaparecidxs; pessoas que sofrem tortura etc.

Segundo xs autorxs Tavares, Louredo e Prado (2013) a partir do crescimento da demanda desses grupos populacionais emergentes no serviço, em dezembro de 2010 o Disque 100 mudou sua denominação para Disque Direitos Humanos, estruturando-se e funcionando metodologicamente por módulos. Essa política pública, antes pensada e construída com foco nas crianças e adolescentes, passa agora, de fato, a possuir: a) módulo da criança e adolescente; b) módulo dx idosx; c) o módulo de pessoas desaparecidxs e em tortura; d) o módulo LGBT, e e) de pessoas com deficiências.

De acordo com a publicação de sistematização do Disque Direitos Humanos (Brasil, 2009), o órgão conta estrutural e funcionalmente com três centrais e três níveis operacionais, a saber:

- 1- Central de recebimento de denúncias, operacionalizada por teleatendentes e colaboradorxs para escuta especializada, na qual

é essencial que o atendente ouça a demanda do usuário, mas que esteja atento ao fato de que ele, atendente, é quem direciona a ligação [para] pedir ao usuário as informações relevantes para a elaboração do texto da denúncia, além disso, é necessário fortalecer o denunciante, ou seja, informá-lo da importância da atitude tomada por ele de denunciar e exercer sua cidadania (Andrade, 2012, p. 52).

Assim, há entre xs colaboradorxs do Disque 100 xs teleatendentes, pessoas que recebem as ligações e constroem as denúncias a partir das informações fornecidas pelxs usuárixs – dados esses que serão detalhados no capítulo metodológico. Também há entre xs colaboradorxs do serviço, no recebimento de denúncias, xs atendentes de escuta especializada responsáveis pelas ligações mais complexas, como as recorrentes, os atendimentos a agressorxs e, ainda,

pessoas em iminência de suicídio.

- 2- Central de encaminhamento de denúncias, operacionalizada por monitorxs: após as denúncias serem construídas pelxs atendentes e pelxs colaboradorxs de escuta especializada, elas são enviadas à central de encaminhamento aos cuidados dxs monitorxs, outro cargo presente no escopo de funções do Disque 100 que corrige e encaminha para os órgãos competentes de acordo com cada situação de violência, grau de complexidade, envolvidxs e possibilidade de flagrante policial. Segundo Andrade (2012, p. 54) a “central de encaminhamento de denúncias [...] tem como tarefa primeira, a impressão das denúncias classificadas como urgentes na tentativa de encerrar a situação de violência o mais rápido possível”. Para isso, conta com o prazo máximo de 24 horas para o procedimento.
- 3- Central de monitoramento de denúncias, operacionalizada por monitorxs: após a realização dos encaminhamentos, até o prazo limite de 24 horas a contar do horário de registro do documento, “entra em cena a central de monitoramento dos encaminhamentos feitos, ou seja, far-se-á uma busca ativa (por meio do *software* utilizado pelo serviço) a fim de verificar quais foram as medidas protetivas utilizadas pelos órgãos da rede” (Andrade, 2012, p. 54). Em outras palavras, xs colaboradorxs dessa central monitoram os retornos dos mesmos órgãos em relação às medidas adotadas nas situações de violência denunciadas.

A partir dessa metodologia o serviço, ‘cumpre’ com seu objetivo: receber os relatos de violência dxs usuárixs, elaborar e encaminhar denúncias, monitorar o andamento das mesmas em relação aos “órgãos de ponta” e, por fim, construir relatórios quantitativos a partir dos quais políticas públicas são pensadas, elaboradas e colocadas em discussão na agenda do poder público. Em consonância com essa argumentação, é publicado em Brasil

(2012, p. 9) que: “Estatísticas são consideradas essenciais para articular e promover reivindicações de sujeitos subalternizados e para a formulação de políticas públicas e programas que garantam a realização dos direitos humanos”. Assim, dados numéricos, mesmo com as críticas que lhes cabem, funcionam como instrumentos de visibilidade dos fenômenos, mostrando as demandas de pessoas feridas em seus direitos e, mais que isso, promovem que novos direitos e deveres sejam pensados, construídos e efetivados via programas e políticas públicas.

Nesse ínterim, Suassuna e Carvalho (2013) discutem as dimensões numéricas e de relevância do DDH, argumentando que em inúmeras partes do território brasileiro as pessoas mais do que nunca têm contribuído para o combate da violência vivida ao não se acomodarem ou se resignarem com os maus-tratos sofridos ao acessar o DDH e ao construir suas denúncias na tentativa de transformação das próprias condições de existência.

Esse processo de expansão do serviço mostra-se claro pelo seguinte comparativo: no início do serviço, no ano de 2003, 892 municípios haviam acessado o Disque Denúncia. No ano de 2012, esse número avançou para 4 994 cidades, materializando a relevância e a credibilidade do Disque Direitos Humanos junto a população brasileira (Brasil, 2012). Em relatório não publicado (Brasil, 2014), percebe-se que o cômputo dos totais de denúncias, seguindo critério ‘por ano’ das notificações, pode ser sintetizado em: no ano de 2011 foram 96 451 denúncias abrangendo os diversos módulos estruturantes do DDH; em 2012, 168 690 registros, um aumento de 74,9% das denúncias em relação ao ano anterior. Essas informações podem ser visualizadas no Tabela 1, que expõe os totais de denúncias por ano e por grupo populacional atendido, assim como os índices de aumento em relação ao ano anterior.

Tabela 1: Disque 100 - Ano 2012 - Comparativo 2011/2012, aumento do número de denúncias por módulo

Módulo	2011	2012	% de aumento
Crianças e adolescentes	82 117	130 029	58,35
Pessoas idosas	8 220	23 523	186,17
Pessoas com deficiência	2 977	8 353	180,58
LGBT	1 159	3 017	160,31
Outros	1 541	3 229	109,54
População situação de rua	437	539	23,34
TOTAL	96 451	168 690	74,90

Fonte: Relatório DDH (Brasil, 2014, não publicado).

Em relação ao ano de 2013, o mesmo relatório apresenta um total de 182 880 denúncias, a partir do qual pode-se apreender um acréscimo de 8,4% em relação a 2012, informações essas que podem ser observadas na Tabela 2.

Tabela 2: Disque 100 - Ano 2013 - Comparativo 2012/2013, aumento do número de denúncias por módulo²².

Módulo	2012	2013	% de aumento
Crianças e adolescentes	130 029	124 079	-4,58
Pessoa idosa	23 523	38 976	65,69
Pessoas com deficiência	8 353	11 391	36,37
LGBT	3 017	1 695	-43,82

²² As informações estatísticas iriam ser atualizadas até o corrente ano (2017). Entretanto o site do Disque Direitos Humanos, sítio *on line* onde essas informações ficam disponíveis, encontra-se indisponível ou inexistente.

Outros	3 229	2 953	-8,55
População situação de rua	539	755	40,07
Pessoas em restrição de liberdade		3 031	
TOTAL	168 690	182 880	8,41

Fonte: Relatório DDH (Brasil, 2014, não publicado).

Pode ser observado que os módulos mais acessados pelos brasileiros é o da criança e adolescente, segundo o que consta nas Tabelas 1 e 2, seguido pelo módulo da pessoa idosa e pessoas com deficiências. No tocante a este trabalho, vale discutir os índices numéricos construídos acerca do módulo LGBT, que ocupa o quarto lugar entre o total de sete módulos do DDH. As Tabelas 1 e 2 mostram que no comparativo dos anos 2011/2012 houve um aumento de 160,3% no número de denúncias, ou seja, de 1 159 para 3 017 denúncias. Do de 2012/2013, elas foram reduzidas em 43,8% (de 3 017 para 1 695 denúncias), em um momento em que o Brasil, paradoxalmente, convive com um número cada vez maior de violências cometidas por intolerância a orientações sexuais não heterossexuais e identidades de gêneros não cisgêneras.

Desde a década de 1980, o Grupo *Gay* da Bahia constrói, anualmente, planilhas²³ que mostram o panorama das violências letais cometidas contra *gays*, lésbicas e pessoas *trans* – travestis e transexuais (Costa, 2016). Essas planilhas corroboram o argumento de

²³ Os dados organizados pelo GGB partem da colaboração de informantes da sociedade civil. Estes enviam *online* para o GGB, os recortes de jornais com o relato dos casos de assassinatos. Desta forma os dados podem ser questionáveis uma vez que existem subnotificações dos casos, a polícia e a própria mídia omitem ou distorcem informações importantes, ou reduzem o caso como “latrocínio”, de modo que a motivação do crime permanece desconhecida. Feita esta ressalva, destaca-se que a organização destes dados se mostra pertinente e relevante para pesquisas nesta temática, uma vez que o GGB e o DDH são as duas instituições brasileiras que constroem informações sobre violência homofóbica em abrangência nacional.

que a violência letal cometida contra sujeitxs LGBT é crescente no Brasil nos últimos anos (com exceção do ano de 2013). Segundo os dados do GGB, no ano de 2009 foram assassinadxs 198 pessoas homossexualmente orientadas. Em 2010, esse número subiu para 210 crimes letais, e no ano de 2011 os crimes atingiram o total de 266. Em 2012 foram assassinadxs 338 pessoas LGBT. No ano de 2013, foi observado um ligeiro decréscimo: de 338 do ano anterior para 310 casos de crimes letais.

Tanto as estatísticas construídas pelo Disque Direitos Humanos, quanto as informações veiculadas pelo Grupo *Gay* da Bahia são expressões do panorama da violência sofrida por *gays*, lésbicas, travestis e transexuais brasileirxs. Em pesquisa²⁴ realizada pela Fundação Perseu Abramo, com resultados e discussões organizadas por Venturi e Bokany (2011), confirma-se o cenário devastador das manifestações de intolerância as sexualidades não heterossexuais e identidades *trans*. De acordo com os ‘achados’ dessa investigação, 91% da população brasileira tem preconceito contra transexuais (pessoas que fazem redesignação de sexo); 92% contra *gays* e lésbicas; 93% em relação a travestis. Sobre os sentimentos de repulsa e ódio direcionados a esse grupo populacional (LGBT), a pesquisa revelou: 8% contra *gays*, 8% contra lésbicas, 8% contra bissexuais, 9% desses sentimentos são direcionados a travestis e 10% a transexuais. Do total de brasileirxs pesquisadxs, 99%

²⁴ Esta pesquisa teve abrangência nacional, somando-se 150 municípios brasileiros representativos do Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro Oeste. Foram pesquisados 2.014 sujeitxs heterossexuais (selecionadxs por amostragem probabilística, nxs quais foram aplicadas entrevistas), e 413 homossexuais e bissexuais adultos de 18 municípios brasileiros (com amostragem intencional, do tipo “bola de neve” nos quais foram feitas entrevistas), sobre temas correlatos a intolerância a diferença, sobre as diferentes orientações sexuais, identidades de gênero (*gay*, lésbica, travesti e transexual). O objetivo da investigação era o de apreender e quantificar o quanto de preconceito a população brasileira tem em relação a sujeitxs LGBT.

relatam que manifestam preconceito contra sujeitxs LGBT (dos quais 6% são considerados preconceito forte).

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo também quantificou a composição dos índices de homofobia (com base no Censo 2000, estimativa 2005 e IBGE). Os resultados mostram que $\frac{1}{4}$ da população brasileira, ou seja, 25%, é homofóbica, distribuída nos seguintes níveis: 6% fortemente homofóbica e 19% medianamente homofóbica. Dos *gays* pesquisados, 60% já viveram situações de discriminação; em relação às lésbicas, esse número totaliza 50% e acerca dos bissexuais, 39%. Em relação às violências sofridas, 42% foram tratadxs com ironias ou gozações; 7% foram submetidxs à violência física ou lesão corporal e 3% foi expostx, de propósito, ao risco de morrer.

Diante dos dados estatísticos construídos pelo DDH, pelo GGB e pela Fundação Perseu Abramo, confirma-se a situação de vulnerabilidade e subalternidade a que xs sujeitxs LGBT brasileirxs estão submetidxs. Venturi e Bokany (2011, p. 11-12) asseveram que “o Legislativo brasileiro tem estado paralisado no que tange a regulamentação de qualquer lei que combata preconceitos de natureza homofóbica e que tipifique e criminalize a homofobia”. O produto do preconceito homofóbico e dessa paralisação discutida por Venturi e Bokany (2011, p. 12) é o “Brasil figurar entre os países com alto número de assassinatos de homossexuais e travestis”.

Ressalto a importância da iniciativa do Disque Direitos Humanos quando da construção e publicação de dois relatórios anuais de violências contra pessoas LGBT. Nesses documentos figuravam diversos tipos de manifestações violentas que iam além dos casos letais, exatamente para explicitar a existência de inúmeras modalidades ou formas de violência por motivação de gênero e sexualidades. De acordo com Costa (2016) trata-se dos

relatórios sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011 e de 2012, publicados respectivamente em 2012 e 2013. [...] Os relatórios do Disque 100 acima citados não se limitam aos dados sobre violência extrema e fatal, o que é bastante relevante já que, infelizmente, esses ainda são os casos de violência que mais chamam a atenção da segurança pública e que restringem sua concepção acerca da homofobia, especialmente quando os casos envolvem gangues ou grupos organizados. Sendo assim, produções como essas, ao apresentarem uma realidade de violações diversa e multifacetada, poderiam e deveriam ampliar a concepção da segurança pública acerca da violência homofóbica (p. 36-37).

À guisa de considerações finais desta seção, percebo a necessidade de alguns apontamentos: a compreensão de que x sujeitx LGBT é políticx e *possível* de resistência aos discursos postos e de ressignificação da própria experiência; e a compreensão das sexualidades e gênero, a partir de concepções que não sejam patologizantes, universalizantes, totalizantes, naturalizantes, mas, sim, contextualizadas com interseccionalidades articuladas e críticas da realidade. É necessário exigir que políticas de direitos, nos mais diversos âmbitos, sejam efetivadas, uma vez que, conforme afirma Costa (2016),

A máxima de que “todos são iguais e têm direitos iguais” tem sido insuficiente para se considerar os “sujeitos da diferença” e para se garantir a proteção dos direitos dos grupos considerados vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade. O máximo dessa insuficiência se reflete nas violações e violências cometidas [...] que distanciam a população LGBT dos equipamentos públicos, ameaçam seus direitos sociais e individuais e os mantêm em um ciclo de estigmatização, violência e vulnerabilidade social (p. 50).

O módulo LGBT do Disque Direitos Humanos, materialização de uma política pública, tem se constituído como um canal para organização de dados numéricos sobre o panorama da violência cometidas contra *gays*, *lésbicas*, *bissexuais*, *travestis* e *transexuais* brasileiros. A partir do recebimento de denúncias, o DDH se apropria, mesmo que

parcialmente (em decorrência de processos de subnotificação e das falhas na captação das informações), de números e narrativas de violências motivadas por gênero e sexualidades concebidas como não normais. Por sua relevância, percebo a necessidade de discutir e problematizar a categoria denúncia com pormenores, tentando (re)conhecer seus fundamentos, modos de operação e efeitos e, inclusive, pensando em (des)construções.

1.3- A categoria denúncia: tentativas de problematização

O Disque 100 é um serviço de utilidade pública e de ampla abrangência e acessibilidade da sociedade brasileira. Pode ser utilizado por qualquer pessoa que tenha passado por situações de violência ou, também, para expor histórias de agressões que envolvam outras pessoas. Dito de outra forma, alguém que acessa o Disque Direitos Humanos para formalizar uma denúncia de violência sofrida por si mesma ou por outras pessoas.

De acordo com Costa (2016), a partir dos anos de 1980 existiu uma demanda dos grupos representantes de movimentos sociais LGBT de construir índices/estatísticas que mostrassem ou tornassem visível qual era o panorama das violências cometidas contra sujeitos não heterossexuais e não cisgêneros. Uma estratégia para alcançar esse objetivo foi pela via da formalização de denúncias, de modo que o primeiro serviço com esse alcance no Brasil foi o Disque Defesa Homossexual, do Rio de Janeiro, que pretendia, além de receber as denúncias, elaborar um *corpus* de dados quantitativos de violência homofóbica. De acordo com Costa (2016, p. 35) o

registro de denúncias, a produção e análise de dados sobre a violência homofóbica ocorreu entre 1999 e 2000 com o Disque Defesa Homossexual no Rio de Janeiro. Essa produção de dados foi significativa porque até aquele momento os dados divulgados pela mídia e pelo movimento social se restringiam a dados sobre

assassinatos, diferente dos dados do DDH, que eram oriundos dos relatos das próprias vítimas e que caracterizavam situações diversas de discriminação e agressão homofóbicas. Os dados produzidos pelo DDH revelaram que, para além de casos letais e de grande repercussão na mídia como espancamentos e assassinatos, há uma variedade e intensidade de casos que acontecem no âmbito familiar, doméstico e de trabalho, que são praticados por pessoas conhecidas, seja em casa ou na vizinhança, e que se tratam de crimes sem fins lucrativos (p. 35).

As reflexões e problematizações sobre a categoria denúncia encontram terreno fértil para discussões propostas por Foucault (1971) quando estabelece debates sobre os sistemas de exclusão operados pelo discurso²⁵, mostrando que um destes é o da vontade da verdade. Esse sistema, imbuído de portar em seu discurso “o poder da verdade” ou o “poder do saber verdadeiro” tem, como efeito agregado, o poder da segregação; de separar x loucx dxs sãos e sãs, xs culpadx dxs inocentes. Foucault (1971) alerta que, mesmo que se mostre como saber ‘verdadeiro’, há que se buscar a compreensão da maquinaria de construção desta ‘verdade’. De acordo com ele:

Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenvolver necessário. E a razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a verdade que a atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la (Foucault, 1971, p. 20).

A denúncia, ou o texto denunciativo, pode ser analisada a partir dos pressupostos foucaultianos, ou seja, como uma construção discursiva que opera com poderes de

²⁵ Há aqui uma tentativa de criticar a suposta verdade de um tipo determinado de discurso - o numérico/estatístico - que captura parcialmente as situações de violência, ao mesmo tempo que tenta chamar atenção para possíveis efeitos desses discursos.

‘verdade’. Há, x denunciante, alguém com poder de determinação, pela via discursiva, de designar a si mesmxx ou outrem como vítima. Ora, se há vítima é pressuposto haver também agressorxx. Nesse interim mostram-se instauradas as hierarquias de *poder* e *saber*: alguém que, por portar o discurso (supostamente) da verdade ou da vontade de verdade, de alguma forma, tem ‘poder’ de ‘decidir’ o destino dx outxx. Assim, Foucault (1971, p. 19) assevera que a vontade de verdade “[...] não cessa de se reforçar de se tornar mais profunda e incontornável”.

A categoria denúncia deve ser refletida e problematizada para que não se reforce/reproduza concepções ingênuas dessa como sinônimo de verdade – ou, no seu contraponto, sinônimo de mentira/falsidade – bem como da cristalização, sem críticas, das figuras ‘vítima’ e ‘agressorxx’. Caso contrário, nas palavras de Brito (2015, p. 61) “acabamos dividindo a sociedade entre vítimas e algozes”, e é exatamente esses lugares que precisam ser problematizados, por exemplo, nas situações de falsas denúncias. Essxx autorxx se questiona, também, sobre qual o impacto ou efeitos negativos na vida de algumxx inocente que recebe, *a priori*, o rótulo da culpa.

Costa (2016) apresenta outro elemento à discussão sobre as categorias ‘criminosxx’ e ‘vítima’ quando afirma sobre a não neutralidade e isenção da justiça na construção dessas representações. Argumenta, portanto, serem elas construções e julgamentos pautados pelos valores sociais vigentes. De acordo com a autora

Assim sendo, a justiça produz as categorias “criminoso” e “vítima”, ela não retrata uma realidade, um dado da natureza ou uma verdade, *ela produz uma verdade discursivamente, pautando-se inclusive pelas normas e valores sociais*. Os procedimentos de investigação e julgamento da justiça não são puros, não estão isentos de representações, estigmas, discursos, preconceitos e normas sociais (Costa, 2016, p. 48, grifo meu).

Moraes (2001, p. 21) conceitua a denúncia como “uma unidade de informação que chega para ser encaminhada para investigação”. Para Andrade (2012; 2013) uma denúncia é uma informação que se funda em uma suposição, ou seja, é a narrativa de uma suposta situação de violência, e não uma verdade *a priori*. Andrade (2012, p. 38) afirma também que uma denúncia é “um insumo que deve ser investigado”, necessariamente investigado. Enquanto insumo, ou narrativa de supostas situações de violência, não podemos considerá-lo como uma verdade, tampouco como uma inverdade. Em suas palavras:

[as ligações recebidas pelo Disque 100] não necessariamente dizem da realidade, ou seja, a ocorrência da violência. Essas “verdades”, situadas ainda no campo da informação ou especulação, vão depender necessariamente do mosaico de provas agrupadas por cada uma das partes (supostos réu e vítima) para ser chamada de uma verdade [...]. Sendo assim a verdade não existe a priori (Andrade, 2012, p. 38).

Essa argumentação é necessária, pois, sem a devida crítica, pode-se cair no engodo de achar que quem tem o poder da fala, da narrativa, está sempre na detenção de uma verdade. Por outro lado, não se pode desconsiderar a denúncia como sem valor, uma mentira, desprovida de razão. Comparativamente estão às análises propostas por Foucault (1971) acerca da fala *do louco*, absolutamente desconsideradas, ouvidas/escutadas somente por pessoas ‘melhores’, sãs (e sãos) e estatutárias de um saber disciplinar, como o saber médico ou psicológico.

A denúncia, pautados na legislação, figura-se no Código de Processo Penal que, por via do Decreto Lei número 3 689 de 3 de outubro de 1941 (Artigo 43), prevê que

A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou

esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas²⁶.

A suposta objetividade do discurso jurídico acerca do significado de uma denúncia também deve ser questionada. O que se quer dizer é: o ‘fato’ criminoso é exposto por quem? Ou até um passo antes, o que se configura como *crime*? Pautado por qual (suposta) verdade ele é exposto? As circunstâncias são construídas com a pretensão de operar quais efeitos discursivos? Como se acusa alguém por estarem fundamentados em concepções naturalizantes, universalizantes e essencialistas? O crime é, de fato, um crime, ou um *suposto* delito? Testemunhar não seria por si só um ato de saber e poder?

Estas não são perguntas a serem respondidas, ou respondidas no ‘calor’ da discussão, ou sem alguma reflexão. Não pretendo aqui a tentativa de aparar ou adotar uma definição conceitual de denúncia, de fechar questões ou estabelecer classificações acerca das mesmas. Muito ao contrário, meu objetivo é deixar, teoricamente, a categoria denúncia em aberto, móvel em sua complexidade. Entretanto, deixar essa categoria aberta em sua fluidez não invalida as investidas analíticas, tanto quantitativa quanto qualitativas, que serão aqui empreendidas, uma vez que, como produção discursiva, não busco a verdade dos ‘fatos’ denunciados, mas a denúncia e seus fluxos, por quem é construída, quem está envolvido e, mais que isso: o que elas dizem, seus saberes e poderes, e os efeitos que produzem.

²⁶ Código de Processo penal, Art. 43, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm#art43. Acesso: 13/01/2016.

Capítulo 2: Contribuições teóricas ao debate sobre identidades: categorias de análise, críticas e confronto das normas

Neste capítulo teórico são apresentadas e discutidas algumas conceituações relevantes para a compreensão do construto identidade – alinhadas ou afinadas ao movimento teórico dito pós-estruturalista²⁷, (incon)formado por alguns autorxs–, assim como as formas pelas quais este movimento compõe, impacta ou se ‘efetiva’ na (des)construção dos gêneros e sexualidades; nas produções performatizadas dos corpos *trans*; nos (des)alinhamentos da (suposta) sequência sexo-gênero-desejo sexual. Além disso, busca proporcionar as direções, as posturas teóricas e metodológicas importantes, os pontos nevrálgicos, e os nós (coletivos) necessários para instaurar os (des)entendimentos teóricos, movimento que torna possível o processo analítico.

Faz-se necessário, mesmo que *an passant*, situar quais as definições para de pós-modernidade e pós-estruturalismo, inclusive para justificar o maior relevo atribuído por mim a este segundo ‘movimento’. A referência que ora me apropriado é a de Peters (2000) em seu texto “Pós-estruturalismo e filosofia da diferença”, traduzido por Tomaz Tadeu da Silva. Segundo Peters (2000), mesmo que por vezes estes dois “pós” sejam lidos como sinônimos há a necessidade de se fazer uma conceituação mais precisa sobre cada um deles. Assim, é considerado que a pós-modernidade pode abarcar duas acepções: uma primeira referente às transformações ou às reações estéticas em relação ao seu panorama cultural e artístico anterior (modernidade) e outro que pode ser, “em um sentido histórico e filosófico,

²⁷ Essa localização se justifica pelo importante e amplo debate construído acerca de três tópicos que considero fundamentais para a construção desta pesquisa: importância da linguagem ou dele, pós-estruturalismo, como uma das condições de possibilidade de emergência do ‘giro linguístico’; a contribuição para a desestabilização ou fratura da concepção de identidades como fixas e; as possibilidades e potenciais das análises de discursos e práticas sociais como teoria e, ao mesmo tempo, método em pesquisa.

para se referir a um período [...] uma transformação da modernidade ou uma mudança radical no sistema de valores e práticas subjacentes à modernidade” (Peters, 2000, p. 13-14). Sobre o pós-estruturalismo este mesmo autor afirma:

[...] o pós-estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um *movimento de pensamento* – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes (Peters, 2000, p. 29).

O conceito de pós-estruturalismo formulado por Peters (2000) traz ao debate contribuições relevantes, motivos pelos quais opto por me guiar, ao longo desta investigação, por este viés: tratar-se de um movimento de pensamentos e saberes e, portanto, apropriado pelo campo das ciências humanas e sociais; propor uma negação deste movimento de pensamento como um processo de homogeneização de diferentes teóricxs e teorias – “Jacques Derrida, Michel Foucault, Julia Kristeva, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze, Luce Irigaray, Jean Baudrillard, entre muitos outros, (Peters, 2000, p. 34)” –, o que me permite acolher diferentes e/ou similares abordagens e; por fim, se constituir em um campo de saberes interdisciplinares, postura que tento adotar/exercitar nesta pesquisa.

Poderá ser observado por leitorxs que trarei para os debates as contribuições teóricas de várixs autorxs. Entretanto, talvez *alcance* maior visibilidade as proposições de Judith Butler e Michel Foucault por se constituírem em um ‘pano de fundo’ epistemológico necessário. Isso não implica que seus escritos sejam discutidos sem o bom senso da reflexividade, do saber da existência de críticas e das tensões postas no meio acadêmico bem como nos movimentos sociais.

Acerca dos estudos *queer*, emergidos em solo norte americano e que têm entre seus maiores expoentes teóricxs Judith Butler, Larissa Pelúcio (2016) em seu artigo intitulado *O Cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil*, critica a assimilação brasileira, colonizada, desta teoria que somente emergiu pelas possibilidades presentes no contexto norte americano do qual, nós brasileirxs, não compartilhamos. De acordo com ela:

Diferentemente do que se passou nos Estados Unidos, os estudos *queer* entraram no Brasil pela porta das universidades e não como expressão política vinda do movimento social. Evidentemente, esse percurso tem a ver com questões históricas, políticas e culturais que singularizam os saberes localmente. Estas marcas precisam ser apresentadas, uma vez que muito mais do que propor uma vertente teórica nacional específica, nomeada de “teoria cu”, meu objetivo neste artigo é justamente problematizar as formas como temos localmente absorvido, discutido e ressignificado as contribuições de teóricas e teóricos *queer* (Pelúcio, 2016, p. 127).

Uma das críticas ou questionamentos feitos acerca de Michel Foucault, é realizado pela própria Butler (1998) em seu texto “Feminismos Contingentes: o feminismo e a questão do pós-moderno”. Ao debater sobre o que consideraria pós modernidade – talvez como caracterização histórica, diferentes acepções teóricas, e práticas estéticas de um tempo – Butler (1998), elucubra sobre a noção de sujeito do feminismo e a partir de Foucault, se pergunta se, de fato, o sujeito está ‘morto’. Butler (1998, p.23) se questiona: “Existe, é claro, uma conversa sobre a morte do sujeito, mas **qual** sujeito?” Quer dizer, houve uma desintegração, fratura de unidade do sujeito ou ele nunca existiu? Butler (1998), sem fechar essas questões ‘resolve-as’ argumentando serem estas, uma das marcas dos pensamentos pós-modernos e pós-estruturalistas, o que nos permite estabelecer aproximações entre a construção dos sujeitos a partir das identidades culturais.

Hall (2000) afirma que as sociedades modernas são descontínuas em relação a valores tradicionais por possuírem caráter mutável e fluido, mesmo em um curto espaço

temporal. De acordo com ele, “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante rápida e permanente” (Hall, 2000, p.14). Le Breton (2013) contrapõe as concepções de sociedades tradicionais, fundadas na solidariedade e integração das pessoas com a natureza, com as concepções de sociedades modernas ou individualistas em que os homens – e aqui acrescenta-se as mulheres e tudo aquilo que há no *continuum* entre esses – vislumbram ser possuidorxs de uma individualidade que habitava o próprio corpo e de forma permanente.

De acordo com Le Breton (2011, p.33) “o corpo na Modernidade, aquele que resulta do recuo das tradições populares e do advento do individualismo ocidental, marca a fronteira entre um indivíduo e outro, o encerramento do sujeito em si mesmo”. Assim, o efeito desse processo é a demarcação das diferenças identitárias entre os corpos, das diferenças sexuais, dos conjuntos de sentidos construídos pela cultura e atribuídos às pessoas em suas relações sociais, ou seja, dos discursos construídos e valorados dessas diferenças, bem como das práticas materializadas nas relações sociais (constantemente) assimétricas, como a violência cometida contra sujeitos *trans*.

A concepção de identidade estabelecida por Silva (2000) é a de que ela só pode ser compreendida na medida em que a diferença se encontra, também, presente como oposto ou oposição. Trata-se, portanto, de uma amálgama identidade-diferença que resulta na diferenciação e na valoração da identidade dos outros, daqueles que não compartilham do mesmo grupo, como negativa nas relações sociais.

Ele argumenta que este processo de diferenciação é, basicamente, a instauração de relações de poder. Nas palavras deste autor

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas [...]. São outras tantas marcas de poder: incluir/excluir (‘esses pertencem, aqueles não’); demarcar

fronteiras ('nós, eles'); classificar ('bons e maus; puros e impuros; desenvolvidos e primitivos; racionais e irracionais'); normalizar ('nós somos normais, eles são anormais') (SILVA, 2000, p.4).

Silva (2000) parte do pressuposto de que existem disputas entre diferentes grupos sociais (representados por diferentes identidades) por privilégios de acesso aos bens simbólicos e de consumo na sociedade capitalista, ressaltando que estas disputas são sempre marcadas por relações assimétricas de poder. Ele sintetiza que “A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (Silva, 2000, p.2). Assim, entende-se que este processo de hierarquização das identidades não é desinteressado, inocente ou desprovido de intencionalidade, tem-se, por exemplo, que o lado conservador e fundamentalista religioso da sociedade continua atuante na (hipócrita) manutenção de seus valores e no repúdio às diferenças individuais e grupais. Exemplo disso é a expressão problematizada por Rodrigues (2011, p. 29) “God hate fags” (“Deus odeia bichas”, tradução minha).

Ainda sobre as diferenciações e alocação de certos sujeitos como hegemônicos ou dissidentes, Miskolci (2007) afirma que a linguagem opera segundo uma lógica binária, fundamentada em oposições e que constrói padrões valorativos. Assim, só existe o normal, porque existe o anormal como seu valor negativo; existe o masculino, porque existe o feminino como seu negativo; a heterossexualidade porque existe a homo e bissexualidade como os seus negativos e o desejável e o abjeto como seu lado oposto e negativo. Silva (2000) ao discutir sobre identidade e diferença como um par indissociável denomina este mecanismo como uma operação de diferenciação, processo este que classifica, categoriza e localiza as identidades em hierarquias a partir da (des)valoração das diferenças.

Talvez exemplificando o processo de construção de uma identidade e a decorrente fabricação das hierarquias de poder e de opressão advindas, torne a discussão clarificada. Sobre as identidades sexuais, por exemplo, Prado e Machado (2012) afirmam que a

heterossexualidade e a homossexualidade são construções modernas, mas que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo existem desde os tempos mais remotos. A homossexualidade foi inventada como o inverso negativo da heterossexualidade burguesa, tida como inteligível, lícita, desejável, natural, aquilo que faz com que a reprodução humana seja possível. Nesse ínterim, Prado e Machado (2012) pontuam que a homossexualidade foi instituída prática e discursivamente como crime, pecado, doença, perversão, o abjeto, o que não tem *status* de existência.

Ainda, de acordo com Prado e Machado (2012), a sexualidade, como dimensão constitutiva da vida privada e pública do ser humano, passou então a funcionar como um mecanismo reprodutor de hierarquias de poder, produtora e reprodutora de desigualdades, de inferioridade e subordinação seguindo à égide heteronormativa. Eribon (2008), em concordância com a argumentação dxs autorxs supracitados, afirma que em relação aos homossexuais existe uma ordem social que considera estxs sujeitxs como subalternxs, subordinadxs e inferiores porque não estão concatenados com a norma heterossexual posta, operando na manutenção do preconceito homofóbico. Borrilho (2009, p.17), por sua vez, expõe que “No cerne desse tratamento discriminatório, a homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um *status* superior e natural”.

Eribon (2008, p.23) expõe que ao finalizar a escrita do prefácio de seu livro teve acesso pelo jornal da notícia do assassinato de um jovem homossexual. A partir desta fez uma provocação: “Como não pedir ao leitor para nunca esquecer, ao lê-lo, que não são apenas problemas teóricos que estão em jogo?”. É ponto nodal conceber a violência contra pessoas LGBT não como um problema epistemológico apenas, é, sobretudo, uma realidade materializada e vivida diariamente pelas pessoas com identidades lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) e heterossexuais.

Considera-se, portanto, importantes as contribuições de Silva (2000) sobre identidade e diferença; de Hall (2000) sobre identidades e seu caráter descontínuo, deslocado, móvel, contraditório, não linear ou coerente, ou seja, como fragmentadas e não totais. Também os contributos de Prado e Machado (2012), Borriho (2009) e Eribon (2008), acerca dos processos de hierarquização das identidades e produção de efeitos preconceituosos e discriminatórios. Finalmente, deve-se considerar identidades como não individuais, não essenciais/naturais (Nogueira, 2001b; Borges et al., 2013; Nogueira, 2013a; 2013b; Bento, 2014), mas sim, performativas, (Butler, 2003).

O pensamento pós-estruturalista constrói críticas a diversos pontos das produções científicas tradicionais ou modernas, como por exemplo: relações de poder, verdade, neutralidade científica, relações entre sujeito e objeto, noções de identidade, gênero, sexualidades, sujeito e reflexividade. Para esta seção da tese irei discutir, mesmo que brevemente, acerca da centralidade da linguagem e das (des)construções das identidades. Alguns pontos teóricos, de uma forma geral, mostram-se importantes no debate pós-estruturalista e que me permitiram pensá-los a partir do lugar da psicologia social crítica. Um primeiro ponto é o movimento de conceber o conhecimento e a linguagem como atividades ‘localizadas’ nas relações sociais e não no indivíduo ou em sua ‘mente’, ou seja, há uma atribuição de centralidade da linguagem na constituição/manutenção/disseminação (e rupturas) de discursos, bem como das práticas e as imbricações de ambos para e nas relações sociais, ou como argumenta Rasera e Japur (2001, p. 202) “A linguagem é considerada como atividade compartilhada, e sua análise deve focalizar o relacionamento entre as pessoas, e não o indivíduo, como produtor da linguagem e do entendimento”.

De acordo com Nogueira (2008) linguagem e discurso e/ou Análise de Discurso têm sido termos amplamente empregados e discutidos no meio acadêmico, mais especificamente “a antropologia, a sociologia, a história, a psicologia social, estudos de

gênero, a teoria política ou a teoria literária entre outras” (Nogueira, 2008, p. 235). Isso se deve à abrangência que esses termos assumiram naquilo que historicamente foi denominado de ‘giro linguístico’ ou ‘viragem-linguística’, momento em que incide no campo das ciências uma mudança na concepção da linguagem. Se antes ela era concebida como um veículo de comunicação, de representação ou espelho da realidade, emerge um discurso outro, concorrente ou paralelo em que a linguagem é compreendida como formadora ou construtora de realidades ou “como um instrumento para a própria constituição das ideias em si mesmas” (Nogueira, 2008, p. 235).

Nogueira (2008) constrói um mapeamento das principais influências teóricas que tornaram o giro linguístico possível na Psicologia Social. Ela cita o pós-modernismo expondo, por exemplo, a crise das narrativas ou das meta-narrativas, pretensiosas de *status* verdadeiro, argumentando ser a realidade social impassível de totalização. Debate também sobre o pós-estruturalismo para mostrar a crise da (suposta) coerência do *self* ou das identidades, argumentando que estes são efeitos ou construções da linguagem, defendendo “a ideia de que o significado não é fixo” (Nogueira, 2008, p. 236) e que “a linguagem produz e constrói a experiência pessoal” (Nogueira, 2008, p. 237) para os pós-estruturalistas. Além destes ainda traz as influências da Teoria Crítica e Crítica Social (a partir de Foucault).

Nogueira (2008) elenca as possibilidades de apropriação na pesquisa em psicologia social, quais sejam: abordagem sociolinguística, análise conversacional, a psicologia discursiva e análise crítica do discurso (a partir de Foucault), pontuando que as duas últimas vertentes são as mais utilizadas em psicologia social e que a análise foucaultiana é aquela que tem se apropriado no seu ‘fazer pesquisas’. As análises de discurso, concebidas como teorias e métodos podem ser uma das fontes pelas quais o construcionismo social se nutre, mais especificamente, segundo Neuza Guaresch (2000, p. IV, no Prefácio do livro

“Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano”, Spink, 2000), em relação às “práticas discursivas e de discurso do pós-estruturalismo nas análises sobre a produção de sentidos no cotidiano”.

Em síntese, Nogueira (2008) afirma sobre a relação entre linguagem e produção/performatização de identidades que a linguagem proporciona:

[...]grandes implicações para a compreensão de pessoa, de identidade e das possibilidades de mudança social e pessoal. Palavras, frases, poemas, livros, anedotas, etc., podem mudar o seu significado ao longo do tempo, de contexto para contexto, e de pessoa para pessoa. O significado é sempre contestável (grifo do autor) (Nogueira, 2008, p. 237).

Outro ponto de discussão necessário, a meu ver, é sobre a noção crítica das identidades pela concepção pós-estruturalista. Hall (2000) elenca três concepções básicas de identidade cultural e na produção de sujeitos, sendo a primeira aquela que provém do Iluminismo, construindo uma ideia do sujeito nascido com um ‘centro’, uma essência racional, um “eu” centrado ou guiado pela razão, consciente, ativo e unificado. A segunda concepção provém do período moderno, constituindo uma ideia sociológica de identidade, a partir da qual o sujeito ainda possui um “eu”, mas que não é auto suficiente como no período anterior e que depende de mediações socioculturais para existir, “a identidade, então costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam” (Hall, 2000, p. 11). Essa formulação é construída pelas correntes teóricas do interacionismo simbólico. Por fim, a terceira produção conceitual, desta vez pós-estruturalista das identidades culturais, seria aquela que formaria os sujeitos pós-modernos. Elas, por este viés teórico, passam a ser compreendidas como deslocadas; contextualizadas social, cultural e historicamente; fluidas, fraturadas e, portanto, parciais e

não completas ou fixas (Hall, 2000; Peres et al, 2014), trata-se, segundo Hall (2000, p.11), de uma “celebração móvel” das identidades.

Desta forma, as identidades e seus efeitos hierárquicos devem ser refletidas como construções sociais e não entidades da natureza, portanto, passíveis de serem flexionadas, questionadas e vivenciadas de forma variada e plural. Tal pluralidade de experiências identitárias, como de gênero, sexuais, raça/etnia e geração vem no contraponto, por exemplo, segundo Hall (2000), da rigidez apregoada pela concepção de identidade para o marxismo, cristalizada e encerrada na categoria classe social. Segundo ele:

[...] nenhuma identidade singular – por exemplo, de classe social – podia alinhar todas as diferentes identidades com uma ‘identidade mestra’ única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura [...] a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas (Hall, 2000, p.15)

Devido a esta complexidade devemos estar atentos, da mesma forma e, talvez, principalmente, sobre o seu potencial de transformação social na medida em que essas identidades e seus discursos, muitas vezes fascistas, devem ser ressignificados. Sobre estes mesmos potenciais transformadores, Louro (2016, p.24), acerca das identidades de gênero e sexuais, afirma que

essas são dimensões tidas como ‘essenciais’, ‘seguras’ e ‘universais’ – que, supostamente, não podem/não devem ser afetadas ou alteradas. Por isso, o efeito e o impacto das experiências desses sujeitos são fortemente políticos – o que eles ousam ensaiar repercute não apenas em suas próprias vidas, mas na vida de seus contemporâneos (Louro, 2016, p. 24).

A partir destes argumentos e, sendo um pouco mais radical, penso sobre questionar, inclusive, a necessidade da existência das identidades e de suas funções ou efeitos que estivessem para além da manutenção de processos de opressão e violência aos grupos

‘marginalizados’ ou ‘minoritários’. Argumento, também, que os aspectos pós-estruturalistas presentes nos textos dxs autorxs discutidxs nesta seção contribuem ao debate dos estudos de gênero e sexualidade e funcionam como instrumento para problematizar a instauração/ruptura, ou perturbar as continuidades” (Foucault, 2016a), das categorias identitárias e de suas supostas interconexões ou coerências.

Também pontuo a importância da Psicologia Social no cenário das discussões pós-identitárias quando esta se apropria e problematiza as pautas das diferentes áreas do saber, como a filosofia, a história e a antropologia, por exemplo, pensando na construção de uma disciplina menos disciplinadora, mais reflexiva e aberta para as questões LGBT. Uma psicologia social crítica, travestida com uma roupagem colorida de política; construcionista quando desconfia das (supostas) verdades e certezas científicas a partir da reflexividade; *queer* quando resiste, enfrenta e rejeita as normas de gênero e sexualidade e feminista quando entra na cena das disputas de poder e se compromete com a transformação social ao propor um projeto de psicologia que enxerga na redução das desigualdades sociais, sexuais, raciais, de gênero e de tantas outras categorias, uma oportunidade de proporcionar condições de vida menos desiguais, menos violentas e mais humanas e solidárias para os sujeitos entendidos como ‘marginais’ ou ‘minoritários’ em direitos.

A compreensão sobre as identidades, reitera-se, como não essenciais, não naturais e não fixas, mas sim, construídas é fundamental para a continuidade deste capítulo de tese que apresentará na próxima seção a discussão sobre as (supostas) ‘coerências’ entre diversas categorias. É importante, pois o objetivo é, exatamente, o de argumentar a favor das descontinuidades, das rupturas com o que os discursos correntes vêm afirmar sobre a legitimidade de uma categoria em detrimento de outra ou de posições identitárias como hierarquicamente superiores se comparadas a outras.

A ideia que será discutida é a do reconhecimento de que, histórica e culturalmente nas sociedades ocidentais, como a brasileira, a heterossexualidade, a cisgeneridade e a branquitude (e porque não citar as elites?) têm se pautado em discursos e práticas normalizadoras, essencializantes e violentas; de que a heterossexualidade tem produzido sombras abjetas enquanto se mantém como a luz da referência discursiva e de outras práticas sociais. Por fim, defender o argumento de que as categorias em questão precisam ser desestabilizadas a fim de propor que as sequências diferentes de sexo-gênero masculino ou feminino-heterossexual, produzem e compreendem, na alusão ao texto de Judith Butler, não mais os corpos que pesam, mas, sim, corpos que importam. Dito de outra forma: corpos legítimos.

2.1- Um “trejeito” conceitual acerca da sequência sexo-gênero-desejo e a categoria raça/etnia

Em seus estudos Joan Scott (1990) reivindica uma dimensão histórica/teórica do gênero no texto “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (Scott, 1990), uma obra seminal nesse campo investigativo. Trata-se de um movimento que até então havia sido relegado pela disciplina (em referência a História), que considerava esta categoria, o gênero, somente em seus aspectos descritivos. Neste sentido, Scott (1990) afirma:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. [...]. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa original da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (Scott, 1998, p.2).

A formulação teórica proposta por Scott (1998) abre horizontes para novas possibilidades analíticas do gênero como algo construído e não ‘dado’, não ‘natural’, não ‘localizado’ no sujeito e não determinado pelo sexo biológico. Ao contrário disso, argumenta que o sexo não pode ser lido ou interpretado de outra forma senão pelas lentes do gênero. Desta forma, Scott (1998) desnaturaliza, dessencializa, contempla uma dimensão histórica e analítica, ao mesmo tempo em que traz o gênero para o âmbito das relações sociais, marcadamente atravessadas pelas instituições e seus poderes constituindo/organizando as diferenças sexuais e seus (in) acessos. Trata-se, portanto, de considerar o gênero como lentes teóricas utilizadas como ferramentas para interpretação e análise da realidade social.

De acordo com Conceição Nogueira (Nogueira, 2013b), gênero e disputa de poder mantêm estreitas relações. Conceitualmente, entende-se que o gênero não está localizado no sujeito – como uma característica individual – mas, sim, encontra-se habitado no entre-sujeitos, nas relações sociais, devendo ser analisado como “uma construção social, um sistema de significados que constrói e se organiza nas interações, e que governa o acesso ao poder e aos recursos [...] é uma forma de dar sentido as transações” (Nogueira, 2013b, p.28).

Donna Haraway em seu texto “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra” (2004, p.211), afirma que

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

Haraway (2004) traz à cena das discussões aspectos importantes para o questionamento da categoria gênero, termos como: naturalização, diferença sexual, e relações de hierarquia entre homens e mulheres. Em seu conceito, Haraway (2004) questiona os processos de normalização do que se entende pelo ‘natural’ de ser homem e mulher e seus respectivos ‘papéis sociais’, nomeadamente uma crítica aos postulados marxistas sobre divisão do trabalho: mulheres em casa na lida com serviços domésticos e educação dos filhos, e homem como provedor da subsistência financeira da família pelo trabalho fora de casa. A autora ainda aponta para a existência de uma dimensão histórica de construção do gênero que localiza homens e mulheres em lugares hierárquicos diferenciados, desiguais. Por fim, defende que os feminismos (teoria e movimento social) são instrumentos na luta pela transformação da sociedade.

Desta forma, Scott (1998), Haraway (2004) e Nogueira (2013b) aproximam-se conceitualmente: quando o analisam o gênero como construção/organização social e histórica; ao postularem sobre a existência de hierarquias sexuais que delimitam/determinam (in)acessos a poderes e recursos diferentes para homens e mulheres e, ao subverterem as concepções de gênero com raízes naturais ou como atributos individuais e que habitam uma pessoa. É preciso negar as identidades de gênero binárias – masculino e feminino – lidas, analisadas e vividas como identidades que contêm algo de essencial, fixo, determinado e imutável (Oliveira & Nogueira, 2009), ou seja, a concepção de ‘algo que vem com a pessoa no seu nascimento e que se leva para a vida toda’. Entretanto, pouco se reflete que as normas de gênero, fabricante dos sujeitos e assujeitamentos, podem e devem ser tensionadas, desestabilizadas e rompidas.

Butler (2003), acerca da categoria de gênero, pontua que o conjunto de discursos e significações normalizadas/binárias de gênero disponibilizados pela cultura são base para a construção de identidades masculinas/femininas heterossexuais, “...sujeitos sexualmente

diferenciados” (Oliveira & Nogueira, 2009, p.9). Essas autorxs tecem essa afirmação para estabelecer resistência a estes mesmos processos de normalização: simplistas, essencialistas, totalizantes, restritivos e excludentes.

A performatividade para Butler (2003) diz respeito, basicamente a dois aspectos: o primeiro se refere a citacionalidade, ou seja, das repetições dos comportamentos, do gestual, dos códigos e signos construídos e solidificados no processo histórico que reificam aquilo que se qualifica como masculino ou feminino (também podem ser pensadas as performances não conformadas aos binarismos), construindo uma versão discursiva do gênero como algo natural, essencial, algo que se nasce com a pessoa. O segundo aspecto constituinte da performatividade é a sua característica iteracional, considerada por Butler (2015a) a dimensão que explicaria a impossibilidade de se considerar as normas sociais a partir de um viés determinista, já que elas não são subjetivadas completamente, mostrando, mesmo, que as normas são falhas em sua pretensão de homogeneizar sujeitos e de que rupturas e mudanças nos sistemas normativos são possíveis. De acordo com Butler (2015a, p. 237-238)

A produção normativa do sujeito é um processo de iterabilidade – a norma é repetida e, nesse sentido, está constantemente ‘rompendo’ com os contextos delimitados como as ‘condições de produção’.[...] A ‘ruptura’ nada mais é do que uma série de mudanças significativas que resultam da estrutura iterável da norma.

Quando se considera as identidades como fluidas e movediças, os binarismos de sexo masculino e feminino, homem e mulher são desestabilizados, uma vez que corpos do sexo masculino ou feminino podem não coincidir com performances de masculinidades ou feminilidades, homem ou mulher. Acerca disso, Butler (2003) afirma:

Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros socialmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade

do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos [...]. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente uma relação mimética entre gênero e sexo, no que o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito (Butler, 2003, p. 24).

Nesse sentido, a crítica proposta por Butler (2003) acerca dos binarismos, dicotomias ou das polaridades de sexo e gênero e suas interconexões (ou não), conduz a assertiva de que, de fato, aquilo que Butler (2003) denomina de relação mimética de sexo e gênero não passa de uma construção ficcional. Algumas pessoas *trans* podem ser exemplos para o argumento de que mimetismo de sexo e gênero deve ser flexionado, pois mostra-se insuficiente para aproximar-se das experiências individuais.

Neste ínterim, o argumento que defendo é o de que o sexo não consegue, por si próprio – atrelado a biologia –, designar as possibilidades (que sequer precisam ser enumeradas), em relação às experiências generificadas de sujeito, em cada momento de sua vida. Em outras palavras, o que se defende é que se compreenda o sexo a partir das normas de gênero que lhe demarcam os limites de significação, conforme afirmam Oliveira e Nogueira (2009, p.9) “deixa de ser possível pensar a materialidade dos corpos, sem as normas que regulam essa materialidade e lhes atribuem significado”. Um sistema de códigos que demarca, regula e controla as possibilidades de quais corpos devem existir e, mais que isso, determinam a forma específica de como devem existir para serem considerados humanizados e desejáveis.

As inteligibilidades acerca dos corpos e, até mesmo das partes do corpo humano, podem ter suas construções, normalizações, essencializações e naturalizações localizadas sociocultural e historicamente, como efeitos da primazia da Biologia e da filosofia positivista no campo das ciências, ao formarem versões sobre o que significa ser do sexo

masculino e ser do sexo feminino, ser homem e mulher; discursos sobre os quais recaem as críticas do pensamento pós-estruturalista. Paul Beatriz Preciado (2014), em seu “Manifesto Contra-sexual”, reflete sobre a construção histórica e social de uma tecnologia da sexualidade, produtora de discursos acerca do sexo, dos desejos, das práticas sexuais e, inclusive, das partes do corpo, como sendo naturais. Trata-se, segundo esse autor, de uma tecnologia heteronormativa – “esse conjunto de instituições tanto linguísticas quanto médicas ou domésticas que produzem constantemente corpos-homem e corpos-mulher” (Preciado, 2014, p.28) – que produz naturalizações acerca dos genitais, ao mesmo tempo que legitima e reproduz seus significados e processos hierárquicos de sujeição e opressão.

Associa-se esses aspectos ‘tidos como naturais’ às produções genderizadas culturalmente do masculino e feminino de um modo tão engenhosamente refinado que faz aparentá-los/apresentá-los como algo da natureza humana, deixando às escondidas as pontas dos nós sociais e culturalmente determinantes desta maquinaria. O efeito desse processo é vigorar um discurso ‘senso comum-verdade’, ou seja, da apropriação da heterossexualidade como algo da natureza sexual, da mesma forma que atribui aos corpos masculinos o pênis e aos corpos femininos a vagina como o normal, afinal de contas seriam esses que permitiriam a reprodução. A partir desse *a priori*, há o policiamento e a punição com violência das ‘contrasexualidades’ (Preciado, 2014) ou daqueles que não veem na política heterossexual um lugar de experiência de prazeres, de construção subjetiva, de práticas e de identidade; daqueles que se excluem da ‘mão’ e se inserem na ‘contramão’, mesmo que a lógica heterossexual seja a hegemônica/dominante, pagando os altos preços pela assunção dissidente, as vezes a própria vida.

Preciado (2014, p.31) afirma que “Os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação”. A

argumentação de Preciado (2014) que dá conta do movimento das peças da maquinaria do sistema heterossexual, permite-me alcançar a compreensão de uma outra verdade (pensando que possam existir inúmeras verdades), paralela, tão não-natural, legítima, como a heterossexual; ou seja, uma versão contrasexual, um movimento que pelas palavras de Preciado (2014, p. 32) poderia ser aludido com “Pelo ânus, o sistema tradicional da representação sexo/gênero *vai à merda*”.

Entretanto, tem-se que as explicações tradicionais, cristalizadas, endurecidas pelos espaços institucionais na história da cultura, continuam vigorando ainda na atualidade, para reforçar, para legitimar e para reproduzir a sequência ‘compulsória’, ‘inteligível’, ‘natural’ ou ‘esperada’, de sexo-gênero-desejo sexual, amplamente questionada e problematizada por Butler (2003) em seu texto *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*.

No espaço de disputas acerca da categoria gênero e sexualidade, Borges et al. (2013) afirmam que no campo das ciências psicológicas três correntes de pensamento podem ser destacadas. Uma delas é a perspectiva empiricista que acomoda as visões *essencialista* – gênero como inato e estável – e de *socialização* – gênero como produto sociocultural da aprendizagem dos papéis referentes a cada sexo/ diferenças sexuais.

Oliveira (2010a) afirma que as bases do essencialismo podem ser localizadas nos estudos da sexologia. Um homossexual, por exemplo, seria analisado segundo as causas/início/origem da sua homossexualidade, assim como seus efeitos, para se pensar terapias e métodos de prevenção. De acordo com ele: “na gênese deste modelo essencialista encontram-se os primeiros trabalhos da sexologia, habitualmente em capítulos sobre patologias e parafilias Trata-se, portanto, de uma concepção patologizante das sexualidades não heterossexuais [...] estatuto de patologia, cuja origem importava à ciência conhecer e

estudar” (Oliveira, 2010, p.21). Isso explica o fato da homossexualidade ter suas ‘origens’ pesquisadas em detrimento da heterossexualidade. A crítica necessária ao posicionamento empiricista é que ambos os vieses, tanto o essencialista quanto o de socialização, reforçam e mantêm os binarismos de homem e mulher, masculino e feminino, heterossexual e homossexual e a dicotomia de interno e externo.

A segunda abordagem (Borges et. al., 2013), a que se constrói como resistência à primeira é denominada de construcionista e nega os processos de essencialização e naturalização postulados anteriormente, argumentado não haver no gênero, sexo e na orientação sexual nada que seja pré-discursivo ou anterior para ser usado como modelo explicativo dos sujeitos serem como são, ou seja, é “o discurso (que) produz os efeitos por ele nomeados” (Borges, 2014, p. 284).

Como terceira abordagem, Borges et al. (2013) vislumbram leituras e análises dos fenômenos das ciências humanas e sociais por uma outra via teórica, mais *queerizada* (em referência aos estudos *queer*), apontando para uma necessária desestabilização dos pressupostos teóricos da psicologia tradicional quando o assunto é gênero e sexualidade e suas intersecções com outros eixos de opressão e privilégios, como exemplo, raça/etnia e classe social. Os estudos *queer* e feministas são, portanto, de acordo com Borges (2014), importantes possibilidades de reflexão que se colocam no campo de disputas da psicologia social para estabelecer crítica ao “pensamento científico moderno (no que se refere a): verdade, objetividade e neutralidade” (Borges, 2014, p. 281), uma empreitada que localiza seus inícios na insatisfação com a psicologia tradicional.

De todo modo, os construtos teórico-epistemológicos acerca das temáticas de gênero e sexualidade que fundamentaram e fundamentam as investigações – tanto na psicologia quanto em outras disciplinas das ciências sociais –, ainda hoje são orientados

por um posicionamento essencialista (Nogueira, 2001a; 2001b; Oliveira, 2010a; 2010b). A característica mais marcante desta abordagem é a de localizar no sujeito um atributo ou uma essência que determine tanto o gênero quanto a sexualidade (Nogueira, 2001a; 2001b; Oliveira, 2010a), ou seja, “...uma verdade interna do indivíduo” (Oliveira, 2010a, p.21). Nas palavras de Borges et al. (2013, p.733)

[...] na visão essencialista, gênero é concebido como uma propriedade estável, inata e bipolar de diferenciação sexual, como um caráter eminentemente determinista e como um traço que descreve as personalidades e os processos cognitivos.

Os estudos críticos sobre sexualidades e identidades de gênero no campo das ciências humanas e sociais denunciam a urgente necessidade de desconstrução de certos discursos, como o médico, o religioso e o científico (Prado & Machado, 2012) rumo a construção de discursos mais emancipadores e plurais nos quais os sujeitos consigam sentir-se contemplados em suas experiências, vivos e visíveis positivamente. O uso do termo desconstrução, nesse sentido, se apoia naquilo que Butler (1998, p. 24) enuncia “Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, talvez seja mais importante, abrir um termo [...] a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas”, ou seja, (des)usos que não foram passíveis de emergência em outro contexto social e histórico.

Acerca da sexualidade, Prado e Machado (2012, p.15) afirmam ser ela um dos determinantes da constituição dos sujeitos, considerada “tão necessária quanto o ar que respiramos”. Constitutiva dos seres humanos, talvez a sexualidade se constitua no conjunto das práticas humanas menos ‘naturais’, pois se encontra recoberta por valores estabelecidos e reproduzidos pelos discursos médico, religioso e científico. Para estxs autorxs a

sexualidade envolve diferentes formas de expressão, de vivência de prazeres, de (im)possibilidades peculiares de (in)visibilidade e práticas de ser/estar do/no mundo social.

Desta forma, de acordo com Prado e Machado (2012)

A sexualidade humana é uma dimensão da experiência social permeada por inumeráveis questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como sendo nossa identidade. Todavia [...] esse jogo não se faz a margem da história, muito pelo contrário, ele se fabrica no intercâmbio de significados e contextos que ocorre entre o ‘eu’ e o ‘outro’; o ‘eu’ e o ‘nós’, o ‘nós’ e o ‘eles’ (Prado & Machado, 2012, p.7).

Prado e Machado (2012) trazem, ainda, relevo à sexualidade como categoria constitutiva do ser humano, produzida, fabricada e experienciada pelas e nas relações sociais. Também demarcam a importância do contexto histórico neste processo de construção e, para além disso, apontam para a sexualidade como uma dimensão a qual permite que padrões de diferenciação e valoração sejam construídos e perpetrados por alguns grupos em detrimento de outros. A partir de valores considerados hegemônicos, torna-se possível afirmar que ‘eu sou isso e não aquilo’; ‘nós somos isso e não aquilo’; e viver as conseqüentes práticas advindas deste discurso que, em inúmeras vezes, se cristalizam em relações sociais fundamentadas pelo ódio manifesto e intolerância à diferença, ou seja, pelo preconceito, discriminação e violência. Prado e Machado (2012) discutem valores hegemônicos sustentando a argumentação no fundamento de que eles criam 1- superioridade de certos grupos que culminaria na reprodução de valores e práticas sociais e, 2- inferioridade de certos grupos que culminaria em subalternização dos homossexuais nos espaços públicos e ser, conseqüentemente, alvo de preconceito e violência.

Prado e Junqueira (2011) discutem a dimensão das instituições na produção de diferenciações, normalizações e hierarquizações. De acordo com eles a igreja, a família e a escola são instituições que engendram, disciplinam e controlam padrões de sexo, gênero e sexualidade como necessariamente lineares. Xs autorxs destacam que a família e a escola são respectivamente, primeiro e segundo lugares nos quais a discriminação homo-lesbo-transfóbica é transmitida e vivida. Argumentam que a realidade é esta porque estas instituições reproduzem, ao mesmo tempo em que legitimam as expectativas da cultura, quais padrões correspondem ao esperado por cada identidade de gênero, ou seja, igreja, família e escola são consideradas *locus* de normalização e fabricação de (suposta) coerência entre sexo-gênero-desejo.

Desta forma, estas instituições passam a valorar ou a funcionar como crivo de diferenciação, hierarquização e inferiorização em relação àqueles que não compartilham do esperado para determinada identidade de gênero. Em síntese, por esta lógica de inteligibilidade heterocentrada, um sujeito do sexo masculino deveria, invariavelmente, se posicionar como homem e com todos os atributos esperados para um homem nas sociedades ocidentais e viver uma sexualidade heterossexual. O mesmo funcionaria para a mulher que, supostamente, deveria ser feminina e heterossexual.

Preciado (2014), interpreta o sistema heteronormativo/heterocentrado como uma tecnologia social capaz de produzir sujeitos desviantes se fundamentando na afirmação de que a heterossexualidade, bem como os corpos masculino e feminino, são entidades naturais. Críticx desta compreensão, x autxr argumenta a favor de uma teoria contrasexual comprometida com os furos do sistema heterossexual, ou seja, “identificar os espaços errôneos, as falhas da estrutura dos textos (corpos intersexuais, hermafroditas, loucas, caminhoneiras, bichas, sapas, bibas, fanchas, *butches*, saídas ou frígidas, hermafrodikes...) e reforçar o poder dos desvios” (Preciado, 2014, p. 27, grifo meu). A partir dessa

identificação, assim como do sistema heterossexual como algo construído e não natural, torna-se possível “sacudir as tecnologias de inscrição do sexo e do gênero, assim como suas instituições (Preciado, 2014, p. 19)²⁸”, como vem sendo elaborado pelos estudos *queer* ao proporem ressignificações e mudanças de posição de sujeito/discursivas a partir da negação da normalização heterossexual e cisgênera.

Laqueur (2001), por sua vez, asseverou que os corpos feminino e masculino, bem como a valoração de suas diferenças estão profundamente ligadas a construção social de hierarquias sexuais. Segundo ele, são construtos culturais, portanto, invenções naturalizadas socialmente, mas em nenhum aspecto algo natural ou essencial. Essa compreensão implica problematizar e desestabilizar, por exemplo, “a confortável noção de que o homem é homem e de que a mulher é mulher” (Laqueur, 2001, p.24).

Laqueur (2001), a partir de seus estudos históricos, não cinde as categorias analíticas de sexo – como correspondente da anatomia e da biologia – e gênero como correspondente das construções culturais, argumentando acerca desse amálgama, se tratar, para além das questões da biologia, de algo político e de disputa de poder. Ele revela:

[...] desejo mostrar, com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira *dizer* sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre gênero [...] é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (Laqueur, 2001, p.23).

Esta é a ideia que se pretende: tencionar e desestabilizar a normalidade proposta pelos discursos de gênero e sexualidade reproduzidos e continuamente reiterados nas relações sociais para que, cada vez mais, consigam alcançar os sujeitos em suas expressões individuais, contemplá-los na “liberdade” de ser/estar para si mesmo e para a sociedade

²⁸ No original em espanhol: “hay que sacudir [...] las tecnologías de la escritura del sexo y del género, así como sus instituciones” (Preciado, 2014, p.19).

aquilo/como se queira viver/experimentar, ou de algo que se aproxime disso de alguma forma, ou seja, forjar formas de existência na dependência/possibilidades de seus contextos sociais, culturais e econômicos. Uma síntese dessa argumentação ancora-se nas palavras de Louro (2012, p.4) “...as múltiplas possibilidades de viver ou de experimentar os gêneros e a sexualidade, as distintas posições de sujeito e seus atravessamentos”. Butler (2003), por exemplo, se questionaria enquanto mulher, se ser mulher exaure todas as suas possibilidades identitárias ou de expressão. Com essa afirmação Butler (2003) permite “denunciar” as categorias que, em suas reiteraões e repetições ao longo da história constroem uma ilusão de um ‘eu’ natural, essencial. Butler (2003) propõe, então, o questionamento e a desestabilização do discurso do sexo-gênero-desejo sexual como categorias fixas, sequenciais e essenciais, ao mesmo tempo em que permite que uma possível fluidez passe a figurar em suas análises.

Considero importante a este arcabouço teórico as contribuições de Foucault (1971, 1995; 2014; 2016a) acerca do discurso, pois é exatamente ele que está a nível das práticas sociais de saber e poder e também ele que, enquanto discurso, deve ser desconstruído em busca das condições históricas que possibilitaram seu aparecimento. De acordo com Foucault (1971) os sujeitos que falam e o lugar hierárquico de onde falam, os gestos, comportamentos, os signos, as circunstâncias (“e mais”, Foucault, 2016a, p. 60), todos estes, ritualizados “...fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites do seu valor de coerção” (Foucault, 1971, p.39). Ainda de acordo com Foucault (2016a, p.60) deve-se

[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), *mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam*. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis a língua e ao

ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (grifo do autor).

Ao argumentar a favor de que os discursos estão no patamar das práticas sociais repetidas e estes produzem ou formam objetos, Foucault (2016a) está defendendo a tese de que tais objetos não são pré-discursivos, ou seja, “não preexiste a si mesmo” (Foucault, 2016a, p.54), mas, sim, que são produzidos pelo discurso. Portanto, devem ser analisados a partir de si próprios, em seus determinantes e que, desta forma, não se deve buscar por algo que subjaz escondido, oculto, velado e que aspira por ser descoberto.

A partir destes construtos, de acordo com Foucault (2016a), não se deve buscar a origem de qualquer significado ou sentido, mas, sim, das condições históricas em que o discurso foi construído e possível de existir. Dito de outra forma, quais instituições participaram num dado momento histórico da constituição discursiva e que são estatutárias de um determinado saber e poder contemporâneos, “fazer uma história dos objetos discursivos” (Foucault, 2016, p.58). Construir a história dos objetos que pesquisamos, bem como das regras e efeitos que regulam o aparecimento e a manutenção desses ‘jogos’, constitui-se em uma ferramenta importante para se pensar e tentar compreender, por exemplo, o fenômeno da violência perpetrada em sujeitos *trans*, sobretudo, pelo notório relevo das instituições envolvidas na elaboração discursiva, das hierarquias de saber/poder e das práticas sociais cotidianas acerca deste grupo populacional, bem como dos modos de subjetivação desses mesmos saberes e poderes fabricados.

Capítulo 3: Trans(itando): um debate acerca das construções discursivas sobre a performatividade trans e autorxs em (suas) perspectivas como lentes teóricas.

Localizei, historicamente, alguns discursos acerca da homossexualidade e que me auxiliou a me aproximar e a refletir sobre as questões *trans*, visto que de acordo com Carvalho e Carrara (2013) a categoria travesti nem sempre foi considerada em sua dimensão identitária (isso já seria um produto das conquistas dos movimentos sociais), mas, sim, como pertencente ao campo das orientações sexuais em uma das suas variantes, ou seja “...a distinção que antes era feita entre ‘entendidos’ e ‘bichas’ se reconfigura na distinção entre ‘homossexual’ e ‘travesti’” (Carvalho & Carrara, 2013, p.323). Dito de outra forma, discursos acerca da categoria “homossexual” mostram ser anteriores aos relacionados a identidade cultural “travesti”.

De acordo com Foucault (2004), a homossexualidade só se constituiu como um problema ou uma questão rodeada de tensões no século XIX em decorrência do desaparecimento das relações de amizade entre as pessoas do mesmo sexo. De acordo com elx, até então as relações sexuais entre homens (e de mulheres entre mulheres) não era algo digno de notas. Todavia, como é apreendido em suas palavras, passa a ser um problema político, médico, social e culturalmente construído

[...] a homossexualidade (pelo que eu entendo a existência de relações sexuais entre homens), torna-se um problema a partir do séc. XIX. A vemos tornar-se um problema com a polícia, com o sistema jurídico. Penso que se ela se tornou um problema, um problema social, nessa época, é porque a amizade desapareceu. Enquanto a amizade representou algo de importante, enquanto ela era socialmente aceita, não era importante que os homens mantivessem entre eles relações sexuais [...]. Que eles fizessem amor ou que eles se abraçassem não tinha a menor importância. Absolutamente nenhuma. Uma vez desaparecida a amizade enquanto relação culturalmente aceita, a questão é colocada: “o que fazem, então, dois homens juntos?”. Neste momento o problema apareceu (Foucault, 2004, p.273-274).

Ser homossexual já foi considerado discursiva e em outras práticas sociais como *pecado* pela igreja; *crime* na Inglaterra vitoriana, ou seja, era uma atitude amoral e de escolha, equiparada ao *status* de vício e digna de punição pelas vias da lei. Um discurso concorrente e, sobreposto, foi o da homossexualidade como *distúrbio ou transtorno mental*, momento histórico em que se observou uma mudança importante: por ser considerada doença não pôde ser enquadrada como atitude de escolha, foi tida como inata e essencial. Cabral (2016) sintetiza estes momentos históricos, mostrando as posições discursivas dos sujeitos e seus respectivos efeitos. Para isso lança mão de uma tríade explicativa, a saber, os discursos de pecado, crime e doença, que segundo elx

perpetua-se no tempo por meio de atitudes discriminatórias e intolerantes a partir de três principais categorias-chave (pecado, crime e doença) que se prolongam no tempo de forma diacrônica e sincrônica, cada uma das quais com seus respectivos correspondentes institucionais (Igreja, Estado e Ciência), substantivos (sodomia, pederastia e homossexualismo), adjetivos (sodomita, pederasta e homossexual) e demais derivados (Cabral, 2016, p.129).

Dito de outra forma, Foucault (2014) permitiu-me observar como operaram os poderes institucionais na construção dos seus objetos-abjetos: a Igreja, a partir do discurso cristão, construiu a sodomia e a fixou no sodomita, alguém que ocupa uma posição inferior e subordinada de sujeito, alguém que transgride as leis da Igreja ou da ‘verdade’. A lógica é a mesma para as outras instituições, o Estado, a partir do discurso jurídico, constrói a pederastia, localizando-a no pederasta. Por fim, a Ciência se incumbe da tarefa de formar uma doença, passível de tratamentos medicamentosos e de outras terapêuticas, ou seja, caracteriza e qualifica discursivamente o homossexualismo e o investe na pessoa homossexual. O efeito final desse processo foi a migração dos homossexuais do discurso jurídico para o discurso médico, ou seja, estes passaram a ser sujeitos construídos pelos

saberes e poderes médicos. Não mais eram punidos pela lei, mas submetidos às diversas terapêuticas de tentativa de reversão sexual, de retomada ou incitação do desejo heterossexual (Oliveira. 2010a). Em se tratando de datas, a homossexualidade entrou para o *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* (DSM-2), no ano de 1952 como transtorno mental, e foi retirada deste manual no ano de 1973, deixando de ser considerada uma psicopatologia, consequência das pressões do movimento gay e do crescente número de investigações científicas que não viam relações entre homossexualidade e doença.

Esse ensejo histórico se fez necessário, pois, como foi observado, houve inicialmente a patologização das pessoas com desejos/práticas homossexuais e, vinte e um anos depois, o processo de despatologização. Entretanto, o mesmo não ocorreu com as ‘patologias’ das identidades de gênero, fato que marcou e marca a vida das pessoas *trans* que, historicamente e ainda hoje, são consideradas pessoas com sintomas clínicos, disfóricas, incluídas no DSM-V²⁹ (vide conceitos de disforia, transgênero e transexualidade). Jesus (2012) afirma que

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade,

²⁹ “Disforia de gênero, como termo descritivo geral, refere-se ao descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado, embora seja definida mais especificamente quando utilizada como categoria diagnóstica. Transgênero refere-se ao amplo espectro de indivíduos que, de forma transitória ou persistente, se identificam com um gênero diferente do de nascimento. Transexual indica um indivíduo que busca ou que passa por uma transição social de masculino para feminino ou de feminino para masculino, o que, em muitos casos (mas não em todos), envolve também uma transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital (cirurgia de redesignação sexual). Disforia de gênero refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa. Embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgia não estão disponíveis. O termo atual é mais descritivo do que o termo anterior transtorno de identidade de gênero, do DSM-IV, e foca a disforia como um problema clínico, e não como identidade por si própria” (DSM-V, 2014, p.451-452).

decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam (Jesus, 2012, p.11).

Barbosa (2013) apresenta os estereótipos que perduram acerca das pessoas *trans*: transexuais como loucas e deprimidas, subjugadas ao discurso médico, e as travestis como ‘putas’ e marginais. De acordo com elx: “No caso dos termos ‘doidas’ e ‘putas’, poderíamos pensar que eles afirmam uma ‘falta de razão’ por parte das transexuais e uma ‘falta de moral’ por parte das travestis” (Barbosa, 2013, p. 376). Ainda de acordo com estx autxr, esse (e outros) marcadores funcionam para operacionalizar processos de diferenciação entre as pessoas transexuais e as travestis, uma vez que o grupo *trans* não é homogêneo em sua constituição, performances, sofrimentos, demandas e política.

Pensar na categoria *trans* como não homogênea implica pensar na não existência de consensos identitários acerca de gênero e sexualidade (e de outros marcadores como classe e raça/etnia) tanto para uma pessoa inserida em um grupo e ser ‘classificada’ ou ‘categorizada’ por outrem, quanto em relação as auto-designações, uma vez que pode se declarar em um momento como transexual e em outro como travesti e vice-versa, por exemplo. Nesse sentido, o discurso médico, por via do diagnóstico, ‘resolve’ esta questão para inúmeras pessoas *trans* quando lhes prescrevem este termo, disciplinam seus corpos (Barbosa, 2013), e os higieniza (Bento, 2008).

Barbosa (2013) apresenta, a meu ver, outros marcadores de diferenciação/valorização acerca de transexuais e travestis, são elas:

Além da expressão dos elementos relacionados a gênero e sexualidade já discutidos, são acionadas convenções vinculadas a:

1. Estilos corporais ligados à classe, como nos exemplos acerca da fala com erros de português, vestimentas e refinamento do comportamento;
2. Estilos corporais relacionados à geração, como as formas conseguidas pelo uso de silicone industrial ou próteses cirúrgicas;
3. Associações convencionais que articulam elementos

de cor/raça à classe, como as convenções que correspondem cor de pele com estilos de classes (Barbosa, 2013, p. 375).

Outros elementos de diferenciação são, por exemplo, o desejo e a convicção de muitas pessoas *trans* de serem ‘mulheres de verdade’, ou ‘essencialmente mulheres’, cisgêneras por terem passado pela cirurgia de redesignação sexual – e mesmo algumas que não passaram por este procedimento também conclamam por este *status* –, e de serem sujeitos heterossexuais, reiterando e reproduzindo o *status quo* dos binarismos de gênero e as normas/padrões operados pelo sistema de pensamento e práticas da heteronormatividade. Por outro lado, tem-se as travestis

Em diversas situações vemos as travestis como abjetas, em função de uma série de exclusões na afirmação da categoria transexual e na produção do que seria uma “verdadeira mulher”. Tais exclusões contingenciais sinalizam múltiplos enunciados morais em jogo na construção dessas diferenças, que ficam mais evidentes nas trocas de acusações e no uso da categoria “viado”; nos afastamentos em relação à homossexualidade; nos exageros e nas diversas ambiguidades morais que se expressam por meio de contornos e de práticas corporais (Barbosa, 2013, p.377).

Sales e Peres (2016), ao invés de pensarem nas travestis como sujeitos com determinadas características físicas, performatividades de gênero e sexualidade, preferem deixar esta questão em aberto, construindo uma inteligibilidade travesti como “definir as travestis de maneira sempre *in itinere*, inacabada e com possíveis equívocos, pois mesmo uma destas que vos fala se afirmar travesti, outras travestilidades são possíveis e legítimas” (Sales & Peres, 2016).

Enquanto algumas pessoas *trans* (transexuais) desejam ou demandam viver uma política de ‘confirmar-se como uma mulher de verdade’ por via da cirurgia de redesignação sexual e das terapêuticas hormonais, muitas travestis têm como uma de suas demandas, se apoderar de uma política da sobrevivência e de existência, ou nas palavras de Sales e Peres

(2016, p. 23) das pessoas que “sonhavam em viver de dia”, ou daquelas que almejam serem consideradas seres humanos por 24 horas por dia.

Carvalho e Carrara (2013) fazem um mapeamento das instituições e da história do movimento social travesti e transexual brasileiro, asseverando ser este um cenário: de inúmeras disputas de poder e visibilidade entre as categorias; de diferentes demandas e exigências nas políticas identitárias; de dificuldades de construção de espaço, inserção e permanência no movimento LGBT e, também, de poucos consensos, mesmo entre os membros que constituem os ‘Ts’ da sigla LGBT, sendo um dissenso xs sujeitxs que na busca e na afirmação da “verdade” e “essência” dos seus sexos e gêneros reclamam a cirurgia enquanto outrxs não. Proponho que é necessário trazer, mesmo que brevemente, alguns apontamentos históricos acerca das demandas e conquistas do grupo *trans* no seio dos movimentos sociais LGBT que, como apontam Carvalho e Carrara (2013), foram e continuam sendo marcados por fortes tensões e disputas.

A categoria travesti, em uma compreensão identitária (a de transexual no Brasil só se torna mais visível próximo dos anos 2005), teve seus tímidos primórdios nos anos de 1970, momento histórico em que se distinguiu “gays” de “travestis”, ou seja, das dimensões de orientação sexual e identidade de gênero. O início das movimentações travestis surgiram, nomeadamente, por duas demandas (e sob diferentes formatos, a saber, auto-organizações e ONGs): controle/prevenção do HIV/AIDS entre trabalhadoras do sexo e, reivindicações em prol do fim da violência policial perpetrada contra travestis nos seus locais de trabalho. Nas palavras de Carvalho e Carrara (2013, p. 325) “...o binômio violência policial/AIDS foi a pedra fundamental da constituição do movimento que, com o passar dos anos, incorporaria progressivamente outras bandeiras de luta”.

As ONGs voltadas para a tentativa de contenção/controlar do HIV/AIDS tiveram importante papel, como mostram Carvalho e Carrara (2013, p.328), "...havia a influência dos projetos de prevenção de DST-AIDS, que ofereceram a possibilidade concreta, através de cursos de capacitação e financiamento de projetos, para que travestis se constituíssem como sujeitos nos campos jurídico e político". Todavia, somente em 1990 é que essas organizações compostas por travestis se firmaram, de fato, como estratégia e possibilidade de militância para a conquista de direitos.

Já foi dito anteriormente que travesti, compreendida enquanto categoria identitária, é algo recente. Da mesma forma, somente há poucos anos é que o 'T', que designa o leque das identidades *trans*, passou a compor a sigla LGBT, na década de 90 do século XX, do movimento até então denominado de Movimento Homossexual Brasileiro – MHB. É neste momento histórico que passaram a se integrar nos processos de resistência e reivindicações de direitos participando mais ativamente das lutas nos movimentos sociais. De acordo com Carvalho e Carrara (2013, p. 330):

Foi em 1995 que, pela primeira vez, organizações de travestis participaram formalmente de um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu âmbito criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). O termo "travesti" passou então a fazer parte oficialmente da sigla.

Inicialmente o "T" comportava apenas a identidade travesti. Entretanto, em 1997, a partir da organização de grupos transexuais em busca da afirmação identitária e das pressões de militantes estrangeirxs, essa 'nova' categoria passou a integrar o bojo dos grupos de pessoas representados pela letra "T", mesmo possuindo demandas e sofrimentos díspares se comparadas aos das travestis. Outro elemento que merece destaque, segundo Carvalho e Carrara (2013), é que nos finais dos anos de 1900 e início dos 2000 surge, ao lado da expressão orientação sexual, o termo identidade de gênero nos contextos de

militância. Isso funcionou como mecanismo de separação de ideais político-identitários: lésbicas, gays e bissexuais lutando em prol da resolução de problemas relacionados à orientação sexual e às travestis e axs transexuais pelas questões que tangenciavam a identidade de gênero.

As rivalidades presentes no movimento LGBT parecem ser marcantes: travestis queixam-se dos gays e lésbicas que, ao buscarem visibilidade e construção de referências identitárias positivas para o grupo ‘GL³⁰’, discriminam o grupo *trans*; reclamam das lésbicas que se submetem a ocupar lugares subalternizados no movimento social; e denunciam a supremacia gay na ocupação dos cargos de presidência das instituições militantes (Carvalho & Carrara, 2013). Em função destas tensões e das construções sociais acerca destes grupos identitários é nítida a dificuldade de inserção dos ‘T’ no universo LGB, produzindo como efeitos as dificuldades de encontrarem nestes lugares LGBT o seu espaço e representatividade e, até anterior a isso, a dificuldade de encontro de seus pares que, em movimentos de resistência que tornem possíveis e motivem uma consolidação da presença ‘T’ no LGB.

Os consensos são poucos, inclusive, entre as travestis e transexuais que, em diversos momentos, se contrapõem à ideia de estarem, ambos os grupos, acolhidxs pela letra “T”, ou seja, seria necessário exigir o “TT”, ou a categoria que usualmente vem sendo adotada nos movimentos sociais, a *trans*. As origens e as demandas de direitos de cada grupo

³⁰ “A letra “B” de bissexuais só é incluída oficialmente na sigla [LGBT] em 2005, mesmo já sendo utilizada por diversos grupos no país” (Carvalho & Carrara, 2013, p.338). O grupo “B” parece, ainda, ocupar lugares de maior invisibilidade dadas as limitadas referências às suas particularidades, tanto no movimento LGBT, quanto na academia. Para maiores reflexões sobre a bissexualidade e suas relações com masculinidades, consultar a tese de doutorado “Derivas da Masculinidade: Representação, Identidade e Diferença no Âmbito da Masculinidade Bissexual”, de Fernando Seffner (2003).

identitário são extremamente singulares como asseveram Carvalho e Carrara (2013, p. 342):

Enquanto as organizações de travestis surgem do binômio ‘violência policial – AIDS’, as organizações exclusivamente transexuais surgem a partir de relações entre pessoas que buscam esclarecer o ‘fenômeno da transexualidade’ e que demandam políticas de acesso às tecnologias médicas de transformação corporal, mais especificamente àquelas relacionadas à redesignação genital.

Esta cirurgia, a de redesignar o sexo, não apresenta a mesma importância ou valoração para travestis e transexuais. Algumas travestis sentem desejo de fazer, outras não e se consideram felizes habitando as fronteiras dos gêneros e performatizando um feminino travesti. Xs transexuais por sua vez (ou em muitas vezes) demarcam claramente o desejo da cirurgia, pois ela é o vislumbre da tão quista ‘normalidade’, de estar adequada socialmente, assujeitada às normas de gênero e sexuais, de se confirmar como ‘mulher por natureza’, cisgênera e heterossexual (Barbosa, 2013).

A APA (2009a, p.28)³¹ considera o grupo populacional ‘*transgender*’, ou variantes de gênero, como pessoas com “...comportamento, aparência ou identidades que se cruzam, transcendem, ou não se conformam com as normas culturalmente definidas para pessoas de seu sexo biológico”. Uma destas variantes é a transexualidade caracterizada por Oliveira (2010a, p.20) como:

um desejo de viver uma experiência de vida de acordo com que é convencionalmente atribuído a outro gênero. No caso de pessoas cujo sexo biológico de nascimento é masculino e que vivem no gênero feminino, falamos de transexuais MTF (male to female). No

³¹ No original em inglês: “Transgender or gender variant refers to the behavior, appearance, or identity of persons who cross, transcend, or do not conform to culturally defined norms for persons of their biological sex.” (APA, 2009a, p.28).

caso de pessoas cujo sexo biológico é feminino e que vivem no gênero masculino, falamos de transexuais FTM (female to male).

Ramalho (2013) apresenta as diferentes formas identitárias de gênero, utilizando o recurso da analogia unidade/diversidade do guarda-chuva (Figura 2), ou seja, na mesma categoria, a transgênero ou a *trans*, podemos identificar como seus componentes: mulheres *trans* (*male to female*), homens *trans* (*female to male*), pessoas intersexuais, andróginos e *cross-dressers*³² e, também, sujeitos travestis.

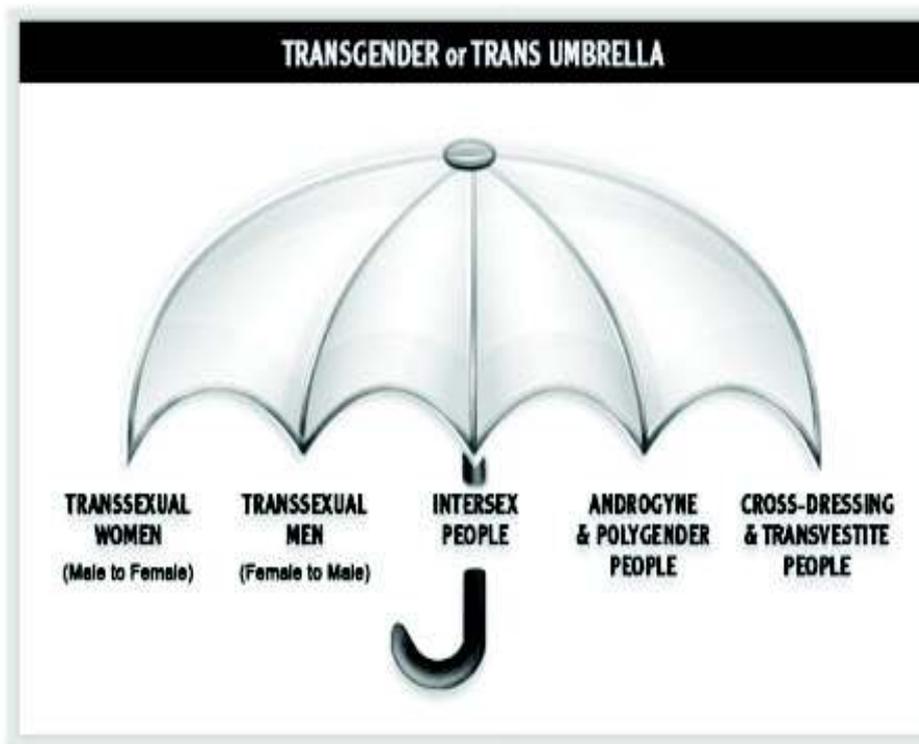


Figura 2: Guarda-chuva transgênero ou guarda-chuva *trans* (tradução do autor). Fonte: Ramalho (2013, p. 99).

Destaco uma ressalva acerca ‘do fato’ de existirem pessoas que sentem-se mais à vontade ou preferem se considerar inclassificáveis em termos de homem ou mulher,

³² *Cross-dressing* é uma forma de expressão de gênero que consiste da apropriação de roupas ou acessórios, considerados pela cultura como sendo do sexo oposto. A pessoa que se expressa dessa forma é denominado/a de *cross-dresser*.

rejeitando as construções normativas binárias de gênero. Mostram um movimento de resistência a estes construtos, de não querer ser/estar em nenhum dos polos masculino ou feminino e suas decorrentes hierarquias. Acredito que os binarismos de gênero devem ser cada vez mais questionados, problematizados, dessencializados e apreendidos em sua fluidez e trânsito, concordando com o afirmado por Bento (2014, p.481): “existem muitas possibilidades de viver as transexualidades, e como corolário imediato teremos os deslocamentos das noções de masculinidade e feminilidade de qualquer referente biológico. Nosso léxico é extremamente pobre e binário”. Apesar das classificações e enquadres serem ‘úteis’ para algum efeito didático, devem, entretanto, serem concebidas com finalidade de serem problematizadas, rompidas. Deve-se, sim, levar em consideração a forma como a própria pessoa se auto designa em relação ao próprio sexo, gênero e orientação sexual, isso se elx quiser se auto designar de alguma maneira.

Algumas pessoas *trans*, discursivamente, materializam em seus corpos uma ruptura ou flexibilização das concepções binárias e normalizadoras da cultura ocidental moderna, expressa pela suposta coerência entre sexo-gênero-desejo sexual, amplamente teorizada por Butler (2003). É dito a palavra ‘algumas’ porque nem todas as pessoas *trans* estão isentas de serem capturadas pelos poderes das normas de gênero e sexuais, se aproximando, portanto, dos binarismos, da normatividade e dos processos de normalização, uma vez que existem privilégios envolvidos nas polaridades binárias, como a não violência de gênero. A norma cultural pressupõe o masculino-homem-heterossexual e feminino-mulher-heterossexual como as únicas possibilidades de experiência, dos modos de ser e de se apresentar à sociedade. Ao não se conformarem com aquilo que é entendido como normas sociais de gênero, pessoas *trans* passam a ser interpretadxs como sujeitxs marginais, incoerentes, monstruosxs, corpos que não designam ser ‘nem-homem-nem-mulher’, ‘nem isso e nem aquilo’, ‘nem uma coisa e nem outra’, portanto, ilegítimos. São xs habitantes

das intersecções dos gêneros, pessoas localizadas nas fronteiras dos gêneros, desta forma, consideradx sujeitos abjetos.

O abjeto para Butler (2003; 2015a) seria aquelx ser humano que não tem voz, aquelx que não importa, que não está na norma heterossexual, que não é ‘esperadx’ ou previstx, que não está para a inteligibilidade ou alcance compreensivo dos outros. Um corpo que existe de forma transgressora, consideradx socialmente como ilegítimx e que se relaciona “a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (Butler, em entrevista concedida a Prins & Meijer, 2002, p.161). Junior (2012, p.559), de forma mais descritiva caracteriza o abjeto como o

...o que está fora das categorias de pensamento socialmente inteligíveis" e o interpreta a partir da categoria do ‘monstro’ argumentando que “o monstro vive nos limites das categorias: humano, animal, vegetal, mineral, anjo, demônio, homem, mulher, homo, hétero, bissexual, conhecido, desconhecido. A monstrosidade é a infinita e possível *mixagem*, união e ou borramento entre as categorias socioculturais (Junior, 2012, p.562), (grifo meu).

Michel Foucault (2001), em sua obra “Os Anormais”, já esclarecia sobre a figura dx monstx nas sociedades ocidentais e a forma como o discurso acerca dessx transitou na direção de sua patologização/correção, apropriados por um poder disciplinador e de controle dos saberes médicos. É interessante refletir sobre o pensamento de Foucault e a forma como ele impacta a produção científica atual sobre as identidades sexuais ou de gênero não binárias: aquilo que entendemos como não pertencente a uma matriz heterossexual, cisgênera, normativa já mostrava suas feições monstruosas na argumentação dessx teóricx. Elx se utiliza dessa expressão para afirmar que x humanx monstx é x transgressxr das leis da ‘natureza’, da inteligibilidade. Segundo afirma Foucault (2001)

O que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das

leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza [...]. No fundo, o que o monstro suscita, no mesmo momento em que, por sua existência, ele viola a lei, não é a resposta da lei, mas outra coisa bem diferente. Será a violência, será a vontade de supressão pura e simples, ou serão os cuidados médicos, ou será a piedade (Foucault, 2001, p.69-70).

A partir das discussões de Foucault (2001), Butler (2003) e Rubin (1989) considero, no sentido das transgressões das normas sociais, que as homossexualidades, as travestilidades e as transexualidades (e outras tantas identidades ou expressões não-conformadas) estariam encerradas na figura de abjetx, da anomalia, de indesejável e, até mesmo de monstrx, por romperem a suposta ‘normalidade’ da matriz heterossexual e das ‘leis da natureza’. Jesus (2012, p. 14), por sua vez, em consonância com as críticas erigidas à cisgeneridade como única possibilidade de experiência, afirma que a transexualidade: “Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa”, trata-se de uma questão identitária, assim como qualquer um dos grupos correspondentes as outras letras da sigla LGBT, só que correspondente ao gênero.

Ao romperem com a demarcação das fronteiras binárias do sexo masculino e feminino e mostrando a incorporação de ambos os sexos, xs sujeitxs *trans* trazem o “convívio do masculino e feminino no mesmo corpo” (Peres, 2005, p. 60). Por estarem localizadxs em lugares subalternos nas hierarquias de gênero, sexuais e de poder, as pessoas *trans* são direcionadxs compulsoriamente à margem da sociedade, expostxs à noite, à prostituição (especialmente as travestis) e às diversas modalidades de violência: desde a impossibilidade de ir-e-vir por questões de territorialidade, de não serem consideradxs seres humanos 24 horas por dia, até os não raros e brutais casos de assassinato.

Ainda sobre a apropriação dos conceitos de abjeto e performatividade postulados por Butler (2003), podemos estabelecer diálogos com o que Peres (2005, p.61, citando Benedetti, 2002) afirma sobre as travestis, ao argumentar de que se trata de “um feminino tipicamente travesti [...] que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado”. Benedetti (2005, p.131), por sua vez, sobre o universo e as construções travestis afirma

É a incorporação do seu feminino que autoriza as travestis a personificar a ambiguidade, a polissemia de suas relações. Ao mesmo tempo em que produzem meticulosamente traços e formas femininas no corpo, estão construindo e recriando seus valores de gênero, tanto no que concerne ao feminino quanto ao masculino. A ingestão de hormônios, as aplicações de silicone, as roupas e os acessórios, o *acuendar a neca*³³, as depilações são momentos de um processo que é maior e que tem por resultado a própria travesti e o universo que ela cria e habita (Benedetti, 2005, p.131).

Assim, entende-se que os corpos performatizados e a aparência das travestis – e aqui considera-se também as pessoas transexuais – localizam-se nos pontos interseccionais entre o masculino e o feminino. Por construírem esta performance, são consideradas, duplamente, “motivo” para serem violentadas e exterminadas: serem inteligíveis pelo outro apenas como pessoas desenquadradas e desajustadas das normas e como homens feminilizados ou mulheres masculinizadas. Em ambas as situações são mergulhadas na

³³ “...‘Aquendar a neca’, o que significa esconder o pênis. A ‘neca’ é colocada cuidadosamente entre as pernas, pressionando o saco escrotal e, dependendo do ‘dote’ de cada uma, presa entre as nádegas; faz-se assim a ‘buceta’, como elas gostam de brincar. Com a experiência e a prática, as que se prostituem aprendem a fazer na rua, ao sair de um programa. Abre-se as pernas, agacha-se um pouco curvando-se o corpo levemente para frente, ajeita-se a ‘neca’ com as mãos e, por fim, sobe-se a calcinha, fazendo, então, os ajustes finais” (Pelúcio, 2005, p.105).

ambiguidade, na desconfiança de seus gêneros, de suas sexualidades, na necessidade de classificá-las negativamente por sua entendida na monstruosidade e não humanidade.

Butler (2015b) constrói em seu texto “Introdução: vida precária, vida passível de luto”, uma versão teórica sobre essas categorias (gênero e sexualidade) que considero alinhadas e necessárias às discussões sobre a abjeção ou sujeitos abjetos e a produção de violência. Butler (2015b), de maneira poética, a meu ver, nos presenteia com a afirmação

[...] uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (Butler, 2015b, p. 13).

Uma das propostas feitas por Butler (2015b) consiste em argumentar a favor da existência de condições de vida precária, de condições que produzem existências precárias e, mais que isso, como determinados grupos populacionais estão mais expostos a precariedade da vida. Essa autorx parte do argumento de algo vivo só possui sua vida *reconhecida* (grifo meu) como vida a partir de determinados enquadramentos normativos produzidos e reproduzidos pelas normas, históricas, sociais e culturais, consideradas por Butler (2015b) falhas ou parciais na medida em que se pode transformá-las e na medida em que não normatiza a todxs da forma igual.

Assim, a partir de determinado enquadramento, de gênero ou sexualidade, por exemplo, para Butler (2015b) as pessoas que não têm sua vida reconhecível ou inteligível como vida, vivem as experiências de compartilhar de condições precárias de existência; são sujeitxs expostxs, mais densamente, a precariedade da vida e a violência. Dito de outra maneira são sujeitxs que não têm suas existências consideradas legítimas ou importantes de tal modo que são impassíveis do luto ou de serem enlutadas. Nas palavras de Butler

(2015b, p. 45-46), “aquelas cujas vidas não são ‘consideradas’ potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte”. Em outro trecho essa mesma autora estabelece o contraponto das vidas importantes e das não importantes, sobre esse segundo grupo, ela afirma:

Essas populações são ‘perdíveis’, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação [...] a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos ‘vivos’” (Butler, 2015b, p. 53).

A partir desses enunciados em Butler (2015b), podemos refletir sobre as pessoas sujeitas às condições precárias da vida e que, de alguma forma, burlaram/burlam as normas da cultura. Assim, é possível pensar nas vidas *trans* como existências precárias e abjetas na nossa sociedade moderna e ocidental, ou pelo menos na realidade brasileira atual. Para além de refletir sobre as vidas precárias podemos retomar o argumento de Butler (2015b) sobre os enquadramentos, ou sobre a questão normativa e falha (mais ainda assim potente em suas determinações) que constitui os enquadres de determinada ‘paisagem’ de sexo, gênero e desejo sexual. Se as normas falham e deixam brechas para resistência, por menores que elas sejam no tecido das redes de poder, há possibilidades de processos de subjetivação diferentes dos propostos pelas normatividades e, assim, consequentemente, podemos sugerir que se há possibilidade de mudança, há como produzir transformação social.

A partir do exposto, o questionamento e problematização da suposta coerência entre sexo-gênero-desejo, Butler (2003) contribui para a consolidação de uma agenda de estudos

sobre essas categorias e, também, constitui-se em uma referência para a permanente (auto)crítica acerca das investigações sobre gênero e sexualidade. Ao questionar os binarismos, as identidades de gênero e sexuais, bem como ao ressaltar a necessária contextualização e análise de outros eixos interseccionais, como o de raça, discutido por Hooks (2015), permite estabelecer nos estudos feministas e *queer*, um lugar *privilegiado* (grifo meu) no contraponto a outras abordagens teóricas, a saber, a sexologia e o marxismo que: ou fundaram suas concepções em argumentações essencialistas (Oliveira, 2010a), ou não vislumbraram nesses estudos as possibilidades de não naturalização dos sistemas de gênero, como afirma Haraway (2004, p. 213) acerca do marxismo como “corolários naturais nas atividades reprodutivas de homens e mulheres na família e a consequente incapacidade de alocar, sem ambiguidades, as mulheres nas suas relações com os homens do lado da história e da sociedade”.

Gayle Rubin (1989) defende, incisivamente, a construção de uma teoria radical sobre o sexo e suas conexões com o gênero e outros marcadores sociais, argumentando que essa teoria deveria possuir um arsenal teórico-conceitual fundamental, expresso por uma linguagem crítica que consiga “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual”³⁴ (Rubin, 1989, p. 13). Gayle, em sua base teórica, questiona os processos naturalizados e essencializados de hierarquização do sexo, propondo um pensamento crítico acerca desta dimensão da vida social como uma política que deveria aproximar-se ao máximo das experiências individuais. Defende veementemente a negação do essencialismo sexual proposto pela biologia, psiquiatria e psicologia, reconduzindo-o ao seu devido lugar de construção social e histórica das sociedades, pois “nós nunca

³⁴ No original em espanhol: “identificar, describir, explicar y denunciar la injusticia erótica y la opresión sexual” (Rubin, 1989, p.13).

encontramos um corpo separado das mediações que se impõem pelos significados culturais”³⁵ (Rubin, 1989, p.15).

Outros fundamentos/críticas propostos por Rubin (1989) são os de que existe nas sociedades modernas ocidentais o que ela denomina como negatividade sexual (genitais como órgãos inferiores se comparados ao cérebro e coração, por exemplo); a falácia da escala mal posicionada (supervalorização do sexo como um tema/prática negativa, cercado por sentimentos negativos como ódio, terror e ansiedade) e, domínio de perigo/risco sexual (aspectos do sexo que instauram uma situação de experiência sexual ilegítima, doentia e rebaixada hierarquicamente) que se mostra integrado neste sistema de produção de políticas de opressão sexual. Rubin (1989) argumenta sobre a falta de conceituação benigna de variação sexual, ou seja, uma proposição que leve em conta formas democráticas de viver a sexualidade.

As reflexões de Rubin (1989) mostram-se importantes e daí a minha opção de trazê-la ao debate, para se pensar que na atualidade as hierarquias sexuais continuam vigorando e produzindo posições de privilégios e opressões. As pessoas *trans*, nessas hierarquias, são obrigadxs a ocupar os lugares mais inferiores por serem consideradxs pessoas de gêneros e sexos marginais, não conformadxs culturalmente, e fora dos ditames cisgêneros e heterossexuais. Compõem “as castas sexuais mais desprezadas”³⁶ (Rubin, 1989, p. 18) que produzem como efeitos “a presunções de doença mental, má reputação, criminalidade,

³⁵ No original em espanhol: “Más aún, nunca encontramos al cuerpo separado de las mediaciones que le imponen los significados culturales” (Rubin, 1989, p. 15).

³⁶ No original em espanhol: “Las castas sexuales más despreciadas”, (Rubin, 1989, p.18).

mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas”³⁷ (Rubin, 1989, p.18). Além disso, estão sujeitos frequentemente, a agressões físicas, psicológicas e outras modalidades de violência e, também, os assassinatos.

Ancorado na concepção de que diferentes eixos de subordinação, sobrepostos e multiplicados, produzem efeitos diversos nas condições de existência, de precariedade ou não das pessoas (Crenshaw, 2002; Nogueira, 2013a) de forma interseccionada³⁸, tem-se que além dos marcadores de gênero, sexualidade, classe social, há também o de raça/etnia que, para a produção de análises dos preconceitos e discriminações racistas, mostra ser aspecto importante.

De acordo com Nilma Lino Gomes (Gomes, 2005), usa-se o termo raça como uma categoria social, política e historicamente construída, para designar e analisar como são estabelecidas as relações entre negrxs e brancxs, por exemplo, e a partir de quais mecanismos esta relação, historicamente, mostra suas faces hierárquicas na produção de desigualdade e opressão de negrxs e negrxs brasileirxs. Desta forma, afirma esta autora: “Não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas, usado em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha” (Gomes, 2005, p. 45), mas, sim, como estratégia analítica, política e de resistência objetivando transformação social, e a concretização de uma democracia racial.

Como raça e etnia não são sinônimos, cabe a ressalva de que, enquanto o termo raça procura de forma política escancarar a existência do racismo e tentar reduzir as

³⁷ No original em espanhol: “la presunción de enfermedad mental, a la ausencia de respetabilidad, criminalidad, restricciones a su movilidad física y social, pérdida del apoyo institucional y sanciones económicas” (Rubin, 1989, p.18).

³⁸ O conceito de interseccionalidade será melhor discutido na próxima seção com os subsídios teóricos de Kimberlé Crenshaw (2002) e Conceição Nogueira (2013).

desigualdades entre brancxs e negrxs, o termo etnia faz referências mais específicas às questões de pertencas culturais e lugares de origem, assim, de acordo com Silveira e Nardi (2014, p. 17) “na sociedade brasileira o conceito de etnia é coerente para os estudos sobre as populações indígenas e não para a população negra”. Ainda segundo essxs autorxs pela opção do termo raça no contexto brasileiro:

Entendemos que no Brasil o conceito de raça é pertinente para análises das relações entre população branca e população negra, principalmente porque não se pode falar de diferenças culturais entre esses grupos, e sim de relações de exploração, de dominação, de discriminação e de privilégios das pessoas brancas com relação às pessoas negras” (Silveira & Nardi, 2014, p.17).

A partir desta discussão preliminar sobre as categorias de sexo, gênero, desejo sexual e raça, considero necessário reafirmar, com alguns pormenores epistemológico-teóricos, o construcionismo social, os feminismos e o *queer*, e o conceito da interseccionalidade, em suas contribuições para os estudos de gênero e sexualidade, pois como afirma Oliveira (2010a) “O estudo das questões psicológicas ligadas à orientação sexual e identidade de gênero implica um posicionamento epistemológico que oriente a pesquisa e os modos de dar sentido às investigações” Oliveira (2010a, p.21).

As abordagens mencionadas e que orientam esta investigação, possibilitam a partir de um movimento de desconstrução/(re)construção, subverter/flexibilizar as lógicas (supostamente) lineares de sexo-gênero-sexualidade, ao mesmo tempo em que convidam, provocam/convocam o desejo de refletir acerca da construção de conhecimentos que se aproximem o quanto mais das experiências dos sujeitos.

3.1- Autorxs em perspectiva(s) teórica(s): ferramentas para análise

O que quero dizer é que temos a possibilidade de mudar a situação, que esta possibilidade existe sempre. Não podemos nos colocar fora da situação, em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder [...]. Enfim, em poucas palavras, há sempre a possibilidade de mudar as coisas (Foucault, 2004, p. 268).

Sem qualquer pretensão de exaurir as propostas, os avanços e as críticas de cada um dos aportes teórico-epistemológicos do construcionismo social, feminismos, estudos *queer* e interseccionalidade (e das decisões metodológicas daí decorrentes) que sustentam os debates propostos para esta pesquisa, busco fazer algumas discussões para melhor apreender/analisar o objeto deste estudo, ou seja, a transfobia a partir das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos.

Talvez pudéssemos iniciar estas reflexões por meio do que significa o construcionismo social para o campo das ciências humanas e sociais, em termos de críticas, quando se firma no contraponto à filosofia positivista nas compreensões e análises dos fenômenos da psicologia. Borges et al. (2013) afirmam que a psicologia na modernidade serviu aos propósitos de produção e reprodução dos discursos/saberes normalizados e disciplinares sobre gênero e sexualidade. A academia, por sua vez, tornou-se reconhecida por ser a estatutária da verdade, do controle e das normas. O panorama posto implicava a predominância dos ideais positivistas nas explicações/apropriações teórico-metodológicas na construção de investigações na psicologia e, mais especificamente da psicologia social, acerca das categorias gênero e sexualidade. É no questionamento destes saberes tradicionais e prescritivos da psicologia tradicional que vão se instaurar ‘vozes’ alternativas como a da postura construcionista social.

De acordo com Nogueira (2013b) o construcionismo social surge e se situa em um movimento epistemológico pós-moderno, marcado pela efervescência crítica aos pressupostos positivistas do ‘fazer ciência’ e das suas ‘verdades’. Segundo Nogueira (2001a), na contemporaneidade, já se mostra mais disseminada a ideia de que os fenômenos sociais e culturais vividos pelos seres humanos não podem ser considerados como processos básicos, independente do que se denomine de modernidade ou pós-modernidade.

Ela afirma:

Assim, quer caracterizemos a idade contemporânea como moderna ou pós-moderna, a maioria das pessoas parece estar já preparada para admitir ou defender a ideia de que são poucos os aspectos da existência humana que sejam básicos no sentido ontológico ou trans-histórico (Nogueira, 2001a, p.45).

Torna-se complexo e questionável, a meu ver, as concepções de verdade assentes no seu caráter universal, fixo e a-histórico positivistas. Além disso, a partir dos pressupostos pós-modernos, o construcionismo social rompe com as idéias de que: os objetos ou a realidade estão para serem descobertos pelos cientistas, ou seja, de que encontram-se ocultos, escondidos, velados; nega os pressupostos essencialistas da psicologia tradicional, de que existem determinadas características nas pessoas que as fazem ser como são; desestabiliza os ideais estruturalistas, de que a sociedade é organizada segundo estruturas; não cede a concepção da verdade como una, monolítica e universal; faz oposição as metanarrativas ou metateorias como explicações suficientes para todos na totalidade dos contextos sócio-culturais; opõe-se ao empiricismo e realismo como escolas de pensamento; desacredita na estabilidade e fixidez do self; rompe com a ideia de neutralidade científica da psicologia como a-política e, por fim questiona a razão como sinônimo acrítico da verdade (Nogueira, 2001a ao discutir Lyotard, 1986; Flax, 1990; Smart, 1993 e Burr, 1995).

De acordo com Nogueira (2001a, p.46) “O construcionismo pretende sintetizar de várias formas todas as críticas já apresentadas e mover-se para além da crítica, no sentido de uma descrição mais positiva do potencial científico”. A partir disso, pode-se vislumbrar contributos do construcionismo social na medida em que ele me permite uma percepção instrumental capaz de duvidar das verdades científicas (Gergen, 2009), para as desestabilizar em seguida, com os propósitos claros de emancipação e proposição de conhecimentos menos opressivos e mais libertadores e políticos.

Pensando na violência contra pessoas *trans*, objeto desta minha investigação, as ideias sócioconstrucionistas mostram-se importantes quando permite desestabilizar as noções construídas/reproduzidas pela psicologia tradicional acerca do essencialismo, da normalização e fixidez das identidades cisgêneras e heterossexuais, ao mesmo tempo em que lhes confere *status* de construídas social, cultural e discursivamente.

Além disso, por não conceber que existam verdades localizadas nos objetos, nos sujeitos ou na sociedade que almejam ser desocultadas, traz o conhecimento e a linguagem para o âmbito das relações sociais/interações produzidas entre as pessoas e passíveis de serem, quer mantidas, quer transformadas (Nogueira, 2001a). De todo modo, pressupõe um lugar de centralidade a linguagem, a medida em que esta é entendida como uma forma de ação e de produção de realidades.

De acordo com Nogueira (2001a, p.46) a psicologia neste posicionamento “...torna-se o estudo do ser socialmente construído, o produto de discursos histórica e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder”. A partir dos pressupostos elencados e discutidos, podemos compreender melhor

como se estabelece a aliança ou as aproximações entre a terceira onda³⁹ do movimento feminista e a psicologia orientada pelo construcionismo social e pelo pensamento pós-moderno, nomeadamente, no que concerne às questões de gênero, de sexualidade e, trazendo para a cena desta investigação, a violência contra pessoas *trans*. Aproximações estas que se encontram na terceira onda feminista terreno fértil para desdobramentos teóricos, metodológicos e de transformação social.

Nogueira (2013b) afirma que, em primeiro lugar, é preciso ressaltar não a existência de um feminismo (enquanto movimento social e teoria), mas de alguns feminismos, mostrando, exatamente, a pluralidade histórica da constituição destes em suas formas de se organizar e fazer políticas, segundo suas variadas demandas contextuais e históricas. Como forma de sistematizar o conhecimento produzido, Nogueira (2013b) afirma ser possível analisar os feminismos segundo ondas feministas. Esse movimento sistemático não pretende estabelecer homogeneizações ou generalizações, muito ao contrário disso, prevê que cada onda seja analisada de forma contextual em suas especificidades, demandas, contribuições e críticas. Nas palavras de Nogueira (2013b, p.22) “A ideia das vagas serve apenas para dar uma ideia de fluxo de teorias, pessoas, grupos, movimentos e ativismos com um certo grau de coerência em termos temporais”. Essa autora afirma que a primeira onda feminista se estabeleceu em meados do século XIX e perdurou até os anos 60 do século XX, tendo como as principais reivindicações: a emancipação das mulheres (exigência de liberdade face a dominação masculina); inserção no estado moderno como

³⁹ Primeiramente é necessário esclarecer que o termo “vaga” é utilizado no contexto acadêmico de Portugal sendo o seu equivalente no Brasil a palavra “onda”, de modo que neste estudo, o termo doravante utilizado será “onda” como forma de adequação à linguagem brasileira (será utilizado “vaga” somente em citações literais).

sujeitos civis e políticos; melhores condições de vida material e no trabalho, assim como o direito ao voto.

A segunda onda dos feminismos iniciou-se nos anos 60 do século XX e perdurou até os anos 80 do mesmo século. As principais marcas desta onda podem ser sintetizadas em: denúncia da opressão feminina vivida em diversos contextos sociais como família e trabalho; afirmação de que as relações interpessoais deveriam ser questionadas, assentes no argumento de que “o pessoal é político” (Nogueira, 2013b, p.23); visibilidade dos temas relacionados à reprodução, à identidade, ao aborto, à sexualidade e ao questionamento da heterossexualidade compulsória e dos estereótipos dos corpos das mulheres. Os principais feminismos representados por esta onda foram o: liberal, o marxista, radical, cultural e mais próximo da sua transição para a terceira onda, o feminismo negro.

De acordo com Nogueira (2013b, p. 27), a partir dos anos 80 do século XX, “...surtem perspectivas críticas provenientes de epistemologias pós-modernas e, particularmente na psicologia, à perspectiva do construcionismo social, que vieram posteriormente a inaugurar o que hoje se situa nas teorias da terceira vaga”. O movimento primacial desta onda se situa no descontentamento e na crítica radical estabelecida em relação aos essencialismos identitários (e da própria identidade como categoria analítica) e de subjetividade, bem como das explicações monolíticas ou universais acerca do gênero e sexualidade. Nogueira (2013b) novamente contribui a discussão afirmando que

A terceira vaga pode ser uma época onde é possível ter um posicionamento feminista crítico que não abdique de uma materialidade (ainda que instável e flexível) e, por isso, não abdique de possibilidades de intervenção que a nível da investigação na psicologia, quer a nível dos movimentos sociais e da política [...] atuando como ativismo científico a psicologia feminista tem sido influente no deslocar da psicologia tradicional face a uma posição mais ativista, no sentido de transformação social” (Nogueira, 2013b, p.31-32).

Também é marcante a integração de outras categorias ou eixos de opressão e privilégios como constituintes de uma análise interseccional, que são eles, de acordo com APA (2009b, p.16)⁴⁰ “estigmas adicionais, como os relacionados com a idade, sexo, identidade de gênero, raça, etnia, cultura, nacionalidade, religião, orientação sexual, deficiência, língua e nível socioeconômico” (APA, 2009b p. 16; Butler, 2003). De acordo com Bento (2014) a categoria identidade de gênero, isoladamente, não é capaz de analisar a pluralidade de experiências possíveis de serem vividas por todas e todos. Nas palavras de Butler (2003, p. 20), por sua vez, “Resulta que tornou impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que ela é invariavelmente produzida e mantida”.

Crenshaw (2002) argumenta que a interseccionalidade deve ser pensada como a intersecção de eixos diversos de subordinação na produção de condições desiguais de existência. De acordo com ela uma análise interseccional “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades” (Crenshaw, 2002, p.177). Esta autora constrói uma analogia sobre como operam esses sistemas de marcadores sociais cruzados, a de que os eixos de poder seriam como avenidas que estruturam e (in)acessam fatores sociais, econômicos e políticos, ela afirma que “essas vias são definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes [...] tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas” (Crenshaw, 2002, p.177).

⁴⁰ No original em inglês: “...additional stigmas, as well, such as those related to age, gender, gender identity, race, ethnicity, culture, national origin, religion, sexual orientation, disability, language, and socioeconomic status”, (APA, 2009b p. 16).

Nogueira (2013a) argumenta que o exercício de pensar a interseccionalidade e de construir pesquisas preocupadas com a multiplicidade de eixos de opressão e privilégios é fundamental para refletirmos e construirmos estratégias emancipadoras, ou seja:

Este entrecruzamento pode permitir a [...] (des) construção das categorias opressivas, para, no seu conjunto, se ‘construir’ conhecimento válido e útil que permita alcançar e potenciar experiências de vida com qualidade e de vivências [...] enfatizando as normalmente esquecidas, invisíveis ou totalmente complexas na sua interseccionalidade (Nogueira, 2013, p.35).

Argumento semelhante é o defendido por Crenshaw (2002) ao afirmar sobre as contribuições possibilitadas pelas análises interseccionais que, por sua complexidade, produzem compreensões que não permitem, tanto a invisibilização quanto a superestimação (em valor ou importância) de determinados eixos de subordinação em detrimento de outros, mesmo que em algumas circunstâncias uma ou outra categoria exija mais esforços analíticos. Ela sugere que, metodologicamente, diante de algo a ser analisado, deva se questionar “Onde está o sexismo nisso? Qual sua dimensão de classe? Onde está o heterossexismo? [...] De que forma esse problema é matizado pelo regionalismo? Pelas consequências históricas do colonialismo?” (Crenshaw, 2002, p.183).

Nesse sentido, os pensamentos pós-estruturalistas e interseccionais – na medida em que rompem as ideias de estruturas como definidoras de categorias e, também, na medida em que traz relevância às relações sociais de poder, de subordinação e de políticas–, funcionam como importantes instrumentos de desestabilização das ‘verdades’ consideradas até então como naturais, absolutas, estáveis e universais. Segundo Nogueira (2013b, p.30-31) essas

perspectivas adoptam a visão de que o conhecimento é socialmente construído, que todo o conhecimento é parcial ou limitado, histórica ou politicamente. No lugar das meta-narrativas assume-se

a uma pluralidade e diversidade de posições, e narrativas mini-localizadas, para dar voz às múltiplas realidades que surgem a partir das experiências vividas.

A partir das contribuições materializadas no corpo da terceira onda feminista (e de todo o processo que envolve o fluxo das outras ondas) para se pensar gênero, sexualidade e outras tantas categorias interseccionadas como múltiplas e fluidas em seu caráter identitário, torna-se possível estabelecer um posicionamento *queer*, mostrando suas feições (diversas, movediças e transitórias) mas seguras em relação a contestação e negação das identidades como fixas, essenciais e imutáveis. De acordo com Oliveira e Nogueira (2009) o termo *queer* e seu respectivo posicionamento político-crítico-contestador surge com o fundamento de que “o conceito *queer* possa desestabilizar as certezas da teoria” (Oliveira & Nogueira, 2009, p. 10). De acordo com Peres et al. (2014, p.12)

o *queer* se caracteriza pela figura de um guarda-chuva que comporta as mais variadas formas de dissidências às normas sexuais e de gênero, mas também a todas as formas de existências que se distanciam do normativo e do hegemônico, tais como classe social, raça/cor, etnias, geração, entre outros, anunciando que nem todo gay/lésbica é *queer*, e nem todo *queer* é gay/lésbica, evidenciando a presença do heteroquer.

O *queer*, que no inglês corresponde a um insulto/injúria (Oliveira & Nogueira, 2009), direcionado a pessoas com gêneros e sexualidades não conformadas a heteronormatividade e a cishnormatividade, parte do movimento daquilo que está na ordem da negatividade e negação das identidades para pensar, propor e (re) construí-las em sua positividade, ou como afirma Preciado (2014, p.28) “quando um grupo de ‘corpos abjetos’ [...] tomam a palavra e reclamam sua própria identidade”.

Pensar nas identidades, como as de gênero, deslocadas e não as fixas, constitui uma importante tecnologia quando abordamos, por exemplo, a questão das violências cometidas

contra pessoas com identidades *trans*, porque evidencia, exatamente, o quão legítimo é construir uma identidade travesti, transexual ou qualquer outra que seja, no contraponto ou resistência ao modelo binário de organização dos gêneros e sexuais. Para Louro (2012, p.6):

[...] podemos pensar o *queer* como um movimento, uma disposição existencial e política, que supõe a ambiguidade, o não-lugar, o trânsito.[...] como um movimento pós-identitário. Isso não significa a negação dos movimentos identitários nem a ruptura com esses movimentos, mas se expressa por uma mudança de foco, uma mudança epistemológica. O que se buscaria seria enfatizar mais as práticas do que as identidades e questionar os binarismos sobre os quais se assenta o saber e a cultura dominantes. [...] o *queer* pode representar o questionamento e a crítica desconstrutiva das normas, da lógica e dos arranjos sociais vigentes (Louro, 2012, p.6).

As contribuições de Louro (2012) me permitem refletir sobre o *queer* não como uma identidade, ou tampouco como uma teoria *queer*, mas, sim, em uma disposição ou abertura ao trânsito pelos entre-lugares, ou seja, um caminhar pelo hiato possível entre as categorias normativas/binárias disponíveis pela cultura. Propõe uma mudança epistemológica a fim de fragilizar ou implodir (Peres et al, 2014) as fronteiras das categorias identitárias. Para isso, prefere que, no lugar de identidades estáticas, lidemos com expressões ou práticas sociais/sexuais fluidas e deslocadas. Esse é caminho desconstrutivo das normas encharcadas dos binarismos. Joan Scott (1989) acerca de uma proposição de leitura histórica dos gêneros afirma que

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (Scott, 1989, p. 28).

Ao fazer esta afirmação, Scott (1989) me possibilitou novos horizontes reflexivos/analíticos. Argumenta-se acerca da limitação da nomenclatura de ‘homem’ e ‘mulher’ quando compreendidos em concepções a-históricas e a-críticas, ao mesmo tempo em que aponta para as suas possibilidades. Em outras palavras, as limitações se fazem visíveis nas perspectivas dualista e binárias e que, dificilmente, conseguem alcançar a complexidade das experiências daqueles sujeitos que não se reconhecem nesses construtos genderizados. As possibilidades que insurgem serem destacadas estão muito próximas daquilo que está no *entre* do homem-*entre*-mulher, dito de outra forma, nesse *entre* gêneros, fronteiraços e transbordados, negados e construídos como ilegítimos pela cultura.

Louro (2012) e Butler (2003) se encontram teoricamente no lugar da ambiguidade pós-identitária, característica do pensamento *queer*, ou seja, se encontram nos lugares impossíveis de acesso quando se pensa em identidade como algo fechado e imóvel. Se encontram, portanto, nos *entre*-lugares e nos ‘vazios’ e nos ‘transbordantes’ – porque não são fixas e nem esgotadas – das categorias que se tornam urgentes de ser problematizadas. Esta leitura abre possibilidades para uma enormidade de compreensões e experiências de performances e práticas sociais, em nome das quais se luta para a redução das opressões; das desigualdades sociais; por processos emancipatórios e, pelo fim das violências cometidas contra pessoas não heterossexuais e não cisgêneras, por exemplo.

Na medida em que as fronteiras dos gêneros e da sexualidade são borradas, não há razões para alguém ser violentado por ter uma identidade não heterossexual ou uma identidade de gênero não-cis. Em outras palavras, poderia se “Viver como se deseja, como se quer e de maneira a ser feliz. Um *queering* (diferenças em processo) potente que dá às sujeitas o poder de transitar para além dos aspectos que foram normatizados” (Sales & Peres, 2016, p.36).

Ciente da complexidade inerente aos estudos de gênero e sexualidade – e mais ainda quando interseccionados, gênero e sexualidade, a outros marcadores sociais –, dos relevos ou maior importância dados a uma ou outra categoria por determinados aportes teóricos, das tensões postas em relação a radicalidade na concepção das identidades, busco fazer a apreensão de um leque de posicionamentos teóricos em uma perspectiva de diálogo entre eles para avançar na construção de conhecimento, entendendo que as potenciais divergências e concordâncias funcionam não para empobrecer, mas, sim, para complexificar o conhecimento produzido.

Borges *et. al.* (2013), a partir de um posicionamento feminista, coloca luz às discussões sobre uma das nuances comparativas, por exemplo, entre o construcionismo social e os estudos *queer* em relação a sexualidade. De acordo com elxs

Ao compararmos o ponto de vista construcionista com o *queer*, podemos afirmar que se, por um lado, a perspectiva construcionista sobre a sexualidade propiciou maior alcance para contestar a naturalização dos sexos a partir da emergência do conceito de gênero, por outro lado, ao não problematizar que o sexo também é construído socialmente, incorporando na discussão a constituição dos corpos, ela não conseguiu romper a ideia de entidades polarizadas e fixas – homens e mulheres, homossexualidade e heterossexualidade (Borges *et. al.*, 2013, p. 734-735).

Borges *et. al.* (2013), ao se apropriarem dos discursos construcionistas e *queer*, mostram a importância do pensamento de Michel Foucault tanto às problematizações acerca da naturalização da sexualidade proporcionadas pelo construcionismo social, quanto à existência e possibilidade de um discurso *queer* que desestabilize os binarismos de gênero e sexualidade e que abranja os fora-da-norma, os tidos como abjetos e impassíveis de luto no leque dos sujeitos diferentes ou da diferença.

Tavares *et. al.* (2017) em seu texto, *Estudos Críticos do Discurso, Estudos Queer e Construcionismo Social: Possibilidades de Articulações*, também em uma proposição de

diálogo entre esses campos teóricos, constroem um panorama da inserção histórica das análises discursivas nas ciências sociais e na Psicologia Social, nas palavras dxs autorxs: “uma articulação entre a perspectiva teórico metodológica dos Estudos Críticos do Discurso com reflexões filosóficas desenvolvidas nos Estudos *Queer* e pelo Construcionismo Social” (Tavares *et. al.*, 2017, p. 73). Para a realização de sua pesquisa e tese de doutorado, intitulada: *Aqui, (Tam) Bem Reguladas: Sexualidades e Discursos de Igrejas Inclusivas*, Tavares (2017) utilizou com aportes metodológicos a Análise Temática (Braun & Clarke, 2006; Clarke & Braun, 2013) e Análises de Discurso Foucaultianas.

Silveira e Nardi (2014), a partir destes referenciais teóricos de gênero dxs feministas Scott (1988/1955), Butler (1990/2003) e Haraway (1991/1995), mostram a importância do conceito de interseccionalidade para a discussão sobre violência contra mulheres. Além disso, se apropriam de pressupostos foucaultianos sobre poder, relações de poder e sujeito para defenderem o argumento de que saberes e poderes produzem formas de subjetivação, ou seja, que “a subjetividade é tomada como uma produção histórica, localizada no tempo e no espaço, a partir de complexas relações atravessadas pelos saberes disponíveis que objetificam o que somos” (Silveira & Nardi, 2014, p. 16).

Louro (2009), no texto “Foucault e os estudos *queer*”, também busca construir relações ou diálogos entre o pensamento de Foucault e os estudos *queer* e, sobremaneira apoiada no discurso foucaultiano, pelo viés do método da arqueologia do saber, Louro (2009) afirma que o pensamento destx teóricx foi uma das condições possibilitadoras da emergência de uma disposição ao *queer* e não de outro discurso em seu lugar. Ela afirma:

Como esse movimento pode se ligar a Foucault? Alguns poderiam argumentar que Foucault está na origem do que veio a se chamar teoria ou estudos *queer*. Não faço essa afirmação. Entendo que a busca de origens ou princípios é pouco coerente quando se pretende discutir um campo teórico dito pós-estruturalista. Além disso, Foucault nunca pretendeu fundar qualquer teoria nem inaugurar

nada. Mesmo com tais ressalvas, estou convencida de que o *queer* está enredado com o pensamento de Michel Foucault. *As ideias do filósofo se constituem em uma das condições de possibilidade para a construção de um modo queer de ser e de pensar* (Louro, 2009, p. 233), (grifo do pesquisador).

Xs autorxs ora citadxs, Borges *et. al.* (2013), Tavares *et. al.* (2017), Silveira e Nardi (2014), Louro (2009), são alguns exemplos das possibilidades de convergência teórica entre os aportes feministas, socioconstrucionistas, interseccionais e *queer*. Indicam também que há algo que atravessa ou é compartilhado em todos esses estudos: as contribuições de Michel Foucault nas análises acerca das categorias gênero e sexualidade. Isso mostra que as reverberações dos estudos foucaultianos parecem alcançar importante dimensão nesse campo teórico e de pesquisa.

Um (outro) exemplo dessa reverberação é o lançamento de um Dossiê pelo periódico *Bagoas: Estudos Gays * Gênero e Sexualidades* (vol. 11, n 16, jan/jun 2017) acerca de Michel Foucault.

Como poderemos perceber nos textos que compõem o Dossiê, Foucault inspirou e continua a inspirar xs teóricxs queer, principalmente em duas vertentes: primeiro, a problematizar o corpo, a sexualidade e o gênero como dispositivos históricos, constituídos por vontades de saber-poder-verdade, ao mesmo tempo atravessados por resistências múltiplas; segundo, ao mostrar que a sexualidade não é um fato natural da vida humana, mas uma categoria construída das experiências históricas, sociais e culturais (Marinho & Veras, 2017, p. 23)

Nesta edição são trazidos vários artigos que abordam temas contemporâneos em aliança com análises foucaultianas, que não serão descritos aqui por uma questão de extensão deste texto e de não ser objetivo desta pesquisa. Apropriadxs das discussões temáticas e teórico-epistemológicas propostas para esta investigação, passo, a seguir, à descrição do processual metodológico deste estudo.

Capítulo 4: O percurso metodológico da investigação

Esta é uma investigação documental constituída por dois percursos metodológicos distintos, passíveis, entretanto, de complementariedade entre si. Pautei-me pela construção de análises empíricas por vieses quantitativo e qualitativo, com propostas de sistematização e análise específicas para cada um (como será apreendido ao longo desta seção), a partir de três fontes de informações: as denúncias de violência cometidas contra pessoas *trans*, recebidas pelo Disque Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil no ano de 2014; os relatórios de monitoramento das denúncias desse mesmo serviço e referentes ao mesmo ano e, por fim, informações sobre o andamento de um processo criminal que envolve uma das vítimas que compõem o *corpus* denunciativo analisado do ano de 2014.

Justifico o emprego de diferentes metodologias nesta investigação com o argumento de Nogueira e Oliveira (2010) ao afirmarem que cada desenho metodológico permite construir respostas a diferentes perguntas de pesquisa e alcançar diversos objetivos na dependência do nível de análise desejado pelo pesquisador. Assim, metodologias diferentes mostram variadas facetas do mesmo fenômeno. Nas palavras desses autorxs: “[Utilizamos] diferentes metodologias (qualitativas e quantitativas) por considerarmos que ambas permitem visões necessárias e por isso importantes de considerar e utilizar” (Nogueira & Oliveira, 2010, p. 13).

Sobre a importância da metodologia quantitativa, por exemplo, Nogueira e Oliveira (2010, p. 13) afirmam que contribuem para a compreensão de “uma versão da realidade que, por ser de grande escala, espelha, não a diversidade, mas as regularidades que nos processos de invisibilidade ou estigmatização são ainda importantes de viabilizar”. Argumentam, entretanto, que a abordagem deve ser crítica na compreensão e análises dos números e, também, que deve estar a serviço da emancipação e não da opressão e

constrangimento de grupos populacionais. Sobre os delineamentos qualitativos, por sua vez, afirmam sobre o diferencial de proporcionar análises em profundidade, variabilidade e polissemia de sentidos.

Uma discussão importante se firma na compreensão das significações atribuídas a documentos e como essa modalidade ou fonte de informações empíricas tem sido concebida na/pela produção do conhecimento nas ciências humanas e sociais. Uma contribuição expressiva é a de Foucault (2016a, p. 7-8) que, em análise histórica dos documentos, discute:

o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. [...] ela [a história] procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.

Foucault (2016a) ressalta sobre o caráter de potencial analítico que os documentos possuem. Não é porque não se tem a possibilidade de contato face a face com aqueles que produziram os documentos que esses perdem ou tem seu valor de análise reduzido. Ao contrário, é preciso reconhecer que as fontes de informações narrativas trazem consigo possibilidades analíticas para que o pesquisador construa versões ou “verdades” a partir dos seus interesses/objetivos investigativos e, também, do manejo dos elementos encontrados para a elaboração das ‘cenas’, identificação dos discursos, relações sociais, dos jogos de poder e hierarquias e de seus efeitos nas práticas sociais.

Spink (2000, p. 112) esclarece que várias são as formas que os documentos podem assumir, quais sejam: “diários oficiais e registros, jornais ou revistas, anúncios em revistas” ou qualquer forma ilustrativa ou textual, pois “tudo tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir”, denotando relevo a determinações da história na produção desses materiais. Desta forma, as denúncias sistematizadas e analisadas nesta investigação também são consideradas como documentos que permitem a construção de descrições e versões analíticas das práticas discursivas, relações de poder e de subjetivação ali emergentes.

Spink (2000) esclarece ainda que os documentos são considerados de domínio público ao mesmo tempo ou concomitantemente ao momento em que são publicados e, eticamente, abertos à análise, à crítica, à responsabilização pelo veiculado e que, então, passam a pertencer ao espaço público e disponível a quem for de interesse. Sobre esses mesmos materiais, argumenta que “[s]ão públicos porque não são privados” (Spink, 2000, p. 103) e que são resultado de ações sociais de intersubjetividade, mesmo que não sejam *via face a face* como ocorre nas entrevistas, por exemplo. Pela inversão da lógica do argumento de Spink (2000), e extrapolando para o caráter dos documentos desta pesquisa, podemos considerar – em virtude do fato de que as denúncias não se tornam públicas ou passíveis de crítica, análise, responsabilização e controle social – tratar-se de documentos de domínio privado. Dito de outra forma, não são documentos públicos porque são privados, mantidos aos cuidados, sigilo e confidencialidade pelo Disque Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal Brasileiro.

As denúncias foram-me disponibilizadas mediante assinatura de contrato⁴¹ de cooperação, sigilo e confidencialidade das informações, sendo-me vetada a publicação de informações que pudessem identificar vítimas ou agressorxs, bem como qualquer tentativa de contato com xs envolvidxs nos casos das violências retratadas. Esses cuidados se justificam pelo fato de, nos documentos, existirem campos para preenchimento de respostas (todavia, muitas vezes ausentes) de fatores como: idade, sexo, nome, nome social (apenas para vítimas), raça/cor, endereço e telefone, tanto das vítimas quanto de agressorxs. Consta também nas denúncias uma seção destinada à construção das narrativas das violências, contadas pelas pessoas que acessam o Disque 100 para formalizar uma queixa. Essas informações podem ser visualizadas na Figura 3, o formulário de elaboração de denúncias do referido serviço.

⁴¹ Anexo 1. Nesse documento são apresentadas as exigências éticas do Disque Direitos Humanos para a realização desta pesquisa. Também constam o objeto e objetivos da investigação quando da assinatura do contrato de confidencialidade.



DENÚNCIA REGISTRADA NO DISQUE DIREITOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NÚMERO DO PROTOCOLO:
NÚMERO DA DENÚNCIA: GRUPO DE VIOLAÇÃO: LGBT
DATA E HORA DO ATENDIMENTO:

RELATO DO DENUNCIANTE:

Informamos que o texto abaixo segue rigorosamente o alegado pelo (a) denunciante:

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DADOS DA(S) VÍTIMA(S):

NOME:
NOME SOCIAL:
IDADE:
FAIXA ETÁRIA:
SEXO:
COR/RAÇA:
ENDEREÇO:
PONTO DE REFERÊNCIA:
TELEFONE:
MUNICÍPIO/UF:

DADOS DO(S) SUSPEITO(S):

Pessoa Física

NOME:
IDADE:
SEXO:
COR/RAÇA:
ENDEREÇO:
PONTO DE REFERÊNCIA:
TELEFONE:
MUNICÍPIO/UF:

De acordo com o art. 5º do Decreto 8.162/2013, ao Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos compete, entre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar denúncias e reclamações sobre violações de Direitos Humanos.

Dessa forma, encaminhamos a Vossa Senhoria para análise e providências cabíveis, mantendo esta Ouvidoria informada sobre os resultados alcançados, por meio do e-mail disquedireitoshumanos@sdh.gov.br fazendo referência ao(s) seu(s) número(s) do registro em nosso serviço, com vistas à composição de banco de dados da área de monitoramento do Disque 100.

SETOR COMERCIAL SUL - B, QUADRA 09, LOTE C, TORRE A, SALA 1005-9
EDIFÍCIO PARQUE CIDADANIA CORPORATE
CEP: 70308-200, BRASÍLIA/DF
DISQUE DIREITOS HUMANOS - DISQUE 100
Fac para resposta: (61) 3433-8553 - Telefone de confirmação: (61) 3025-5087
E-mail: disquedireitoshumanos@sdh.gov.br



Observações gerais:

Figura 3: Ficha de Formalização de Denúncia. Fonte: Disque Direitos Humanos (2016).

Foi pelo meu mergulho nesse universo de informações que contemplou a pesquisa bibliográfica, além dos relatórios de monitoramento e informações sobre o andamento de processo criminal, a serem descritos posteriormente, que os delineamentos de investigação bibliográfica, quantitativa/qualitativa empiricamente, tornaram-se possíveis para a construção desta pesquisa de doutorado.

3.1- Definindo aspectos da construção, sistematização e análises quantitativas⁴²:

O primeiro passo desta investigação consistiu no contato que tive com os representantes da gestão do Disque Direitos Humanos para esclarecer sobre os objetivos da pesquisa e, também, sobre meu percurso no referido serviço, já que no ano de 2012 concluí minha pesquisa de mestrado no até então Disque 100, Módulo da Criança e do Adolescente (Andrade, 2012). Mediante o interesse/aceite do serviço para a realização do trabalho e assinatura do contrato de cooperação e sigilo, as denúncias do ano de 2014, recebidas pelo módulo LGBT, foram enviadas *on-line* para mim. Optei por investigar um ano de denúncias, 2014, em função do vasto material disponibilizado pelo serviço, constituído de 991 denúncias sistematizadas por mim (mesmo sabendo que o DDH também possui sistematizações anuais), além dos relatórios de monitoramento dessas denúncias. Outro motivo da escolha do ano de 2014 se deu pela necessidade de cumprimento do cronograma inicial do curso de doutorado que envolvia cursar disciplinas obrigatórias, participação em pesquisas, as diversas fases de desenvolvimento da investigação, além de

⁴² Será notado pelxs leitorxs desta pesquisa uma diferença em relação à extensão dessa seção em comparação com a seção de construção, sistematização e análise das informações qualitativas. Isso justifica-se pela elaboração e descrição de diferentes níveis de sistematização e análise construídos, além da necessária utilização de referenciais teórico-epistemológicos que fornecem subsídios analíticos às informações empíricas qualitativas.

um período de 12 meses de Doutorado Sanduíche na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – Portugal, sob orientação da Profa. Dra. Conceição Nogueira).

De posse do *corpus* de 991 denúncias, iniciei um processo exaustivo de leitura como tentativa de aproximação com os conteúdos dos documentos. Optei por organizar esse conjunto de informações em um banco de dados no *software* IBM SPSS *Statistics* 23. Assim, foram elaboradas diversas categorias analíticas (apêndice 2) de meu interesse como tentativa de contemplar as discussões que tangenciavam os problemas propostos para a pesquisa.

Os documentos expressaram a possibilidade de existirem, em cada um deles, inúmeras vítimas e autorxs. Todavia, constatou-se uma série de repetições que consistia em: o número de vítimas muitas vezes se resumir em uma ou duas (apesar de encontramos casos com mais) e o número de autorxs muitas vezes variar entre um e três (apesar de, também, existirem casos com mais). Dessa forma, deliberadamente, optei por alocar no banco de dados até duas pessoas agredidas e até três agressorxs, de modo que as análises quantitativas ora são baseadas em informações das vítimas, ora nas dxs agressorxs e, em diversos momentos, também nas denúncias como um todo.

A partir de certas demandas de análise, solicitei uma consultoria com profissional da área de estatística que sugeriu o desmembramento do banco de dados em quatro subníveis: agressões, agressorxs, vítimas e denúncias. Realizada essa tarefa, iniciei os cruzamentos de categorias de meu interesse (relacionadas a pessoas *trans*) no SPSS para a construção de tabelas e gráficos que foram interpretados à luz dos subsídios teóricos e epistêmicos dos estudos de gênero e sexualidade.

3.2- Definindo aspectos da construção, sistematização e análises qualitativas⁴³:

A forma de exposição dos passos metodológicos presente nesta seção não corrobora ou sustenta propostas dicotômicas de construção do conhecimento. Ao contrário, reconheço que tanto a apreensão quanto a sistematização e análise formam um *continuum* do meu trabalho, a partir do qual não pretendi localizar em que ponto se inicia e termina uma etapa ou outra, mas busquei, sobretudo, a coerência ou rigor no percurso, a coerência dos passos e entre os passos. Entretanto, para elucidar de forma didática o processo de construção das análises qualitativas, divido esta seção em dois itens, a saber: 1- apreensão das informações empíricas, e 2- sistematização/análise dos conjuntos de informações empíricas.

1- Apreensão das informações empíricas

Para a realização da parte qualitativa deste estudo, selecionei três fontes de informações documentais sobre uma determinada vítima, culminando em três *corpora* de material empírico⁴⁴: o primeiro deles consistiu nas mesmas denúncias recebidas pelo DDH (total de 34 páginas), apropriadas na parte quantitativa desta pesquisa (módulo LGBT, ano de 2014), utilizando, entretanto, a parte das narrativas desses documentos, conforme mostra a Figura 4.

⁴³ Xs leitorxs podem se questionar sobre o maior volume de discussão desta seção em comparação a anterior, a quantitativa. Isso se deve a complexidade inerente ao debate de teoria e método ora empregados em perspectiva qualitativa ou em profundidade.

⁴⁴ A análise de cada conjunto desses materiais, denúncias, relatórios de monitoramento (e informações de um processo criminal) serviram como base para a construção dos capítulos qualitativos desta pesquisa de doutorado.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
DISQUE DIREITOS HUMANOS - DISQUE 100

Secretaria de
Direitos Humanos

DENÚNCIA REGISTRADA NO DISQUE DIREITOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO

NÚMERO DO PROTOCOLO:

NÚMERO DA DENÚNCIA: - GRUPO DE VIOLAÇÃO: LGBT

DATA E HORA DO ATENDIMENTO:

RELATO DO DENUNCIANTE:

Informamos que o texto abaixo segue rigorosamente o alegado pelo (a) denunciante:

Figura 4: Parte da ficha de denúncia destinada as narrativas de violência. Fonte: DDH (2016).

O segundo *corpus* de informações empíricas agregou os relatórios de monitoramento das denúncias recebidas pelo módulo LGBT no ano de 2014 (que, transportado do formato Office Excel para Office Word, totalizou 18 páginas). Termo de sigilo e compromisso desse conjunto de informações (Anexo 2), conforme a Figura 5.

UF	Município	Data	Protocolo	Denúncia	Identidade de gênero da Vítima	Descrição da Demanda	Tipo de Serviço	Status	Resposta

Figura 5: Modelo de relatório de monitoramento das denúncias. Fonte: DDH (2016).

Por fim, o terceiro *corpus* de análise selecionado consistiu nas informações/encaminhamentos dados a um processo criminal⁴⁵, totalizando duas páginas, bem como das publicações acerca do mesmo no Diário Oficial (uma página).

O foco da análise qualitativa deu-se a partir das histórias ou narrativas das agressões relatadas pelos usuáries do serviço, bem como dos fluxos denunciativos e processo criminal. Aqui cabe a ressalva – e que se concatena com as narrativas de quem acessa o DDH – de que existe um protocolo de atendimento do Disque Direitos Humanos, qual seja: após obter as informações necessárias, a denúncia é lida para os usuáries e solicitado seu aceite e/ou alterações (acréscimos ou omissões) que porventura possa desejar fazer. Esse adendo é fundamental, pois nos mostra que cada texto denunciativo passou pela aprovação de seu (sua) respectivo denunciante.

2- Sistematização/análise dos conjuntos de informações empíricas

Foram apropriadas por mim duas formas de análises diferentes, porém complementares, empreendimento semelhante ao utilizado por Tavares (2017). Uma delas, como estratégia de sistematização e análise inicial das informações empíricas, foi a

⁴⁵ Disponível em: <https://www.legalnote.com.br>

proposta de Análise Temática – AT (apêndice 3)⁴⁶ elaborada pelas psicólogas socioconstrucionistas Victoria Clarke e Virginia Braun (2006; 2013), momento inicial da investigação em que, a partir da organização das categorias de análise, foram construídas discussões pelo cotejamento entre teoria e empiria.

A segunda estratégia analítica foi a apropriação da Análise de Discurso foucaultiana das práticas discursivas (AD), momento em que foram analisados os enunciados, em perspectiva arqueológica, em: sua materialidade, em sua perspectiva de rede enunciativa ou campo de enunciados associados, e em relação a posição de sujeitos do enunciado, aspectos fundamentais das análises enunciativas (Foucault, 2016A). Esse segundo momento também funcionou como base de inspiração e análise a partir das nuances genealógicas em Foucault (1971; 1995; 2014; 2016a; 2016b), para problematização, revisão e complexificação das discussões produzidas pela primeira metodologia de análise, a de Análise Temática, marcas de um pensamento constantemente autocrítico e reflexivo. Essas propostas de sistematização e análises, a saber, AT, AD, e análises genealógicas serão melhor descritas a seguir.

A escolha pela AT (Braun & Clarke, 2006; 2013) se justifica por alguns motivos. Primeiramente, decorre de minha imersão nas perspectivas analíticas disponíveis nas narrativas das denúncias, fluxos denunciativos e processo criminal, a partir dos quais foi observado se tratar de um *corpus* significativo e rico em possibilidades discursivas e de seus efeitos nas práticas sociais e de subjetivação.

⁴⁶ O *corpus* empírico total desta pesquisa é maior, mas foi resumido nesse apêndice com o cuidado de trazer as informações que serão, de fato, analisadas por considerá-las suficientes para contemplar tanto as regularidades quanto as polissemias discursivas. Dito de outra forma, esse apêndice sintetiza as informações empíricas necessárias para a construção das respostas aos objetivos desta investigação.

O que as narrativas/fluxos davam de pistas, tomadas e interpretadas por mim, eram as de ser um *corpus* marcado pelas repetições (inclusive pela própria dinâmica de violência contra as pessoas *trans* serem sistematicamente repetidas, recorrentes), pela existência de uma diversidade de temas e enunciados, pelas inter-relações entre eles e, também, das possibilidades que essas narrativas, fluxos e do processo criminal possibilitavam-me de construir, de contar as histórias de transfobia e analisá-las discursivamente, a partir das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos.

Outro motivo para a escolha da AT foi o de considerar que os temas presentes nos discursos que circulam sobre as vítimas, agressorxs e da própria transfobia, *a priori*, não existem, não são dados pela natureza, não possuem essências e, portanto, não são pré-discursivos. Ao contrário disso, em leitura de Foucault (1971), os objetos só existem na medida em que discursos os constroem, qualificam, caracterizam e os nomeiam, não desinteressados politicamente, mas, sim, portando signos, códigos, valores e preconceitos que operam para a localização de sujeitos em posições hierárquicas de poder, de privilégios e de subordinação nas relações sociais.

Um terceiro (e último) motivo para a eleição da AT como método de análise foi o de considerá-lo uma possibilidade analítica flexível em termos teórico-epistemológicos, como será discutido posteriormente, não pertencendo ou se localizando nos domínios de uma ou outra escola de pensamento específica.

Clarke e Braun (2013, p. 3) afirmam que “AT é [...] um método para identificar e analisar padrões de dados qualitativos”⁴⁷. A partir e para além da identificação e análise daquilo que se repetia no *corpus* empírico desta pesquisa, buscou-se, sobretudo, a

⁴⁷ No original em inglês: “TA is essentially a method for identifying and analysing patterns in qualitative data” (Clarke & Braun, 2013, p. 3).

variabilidade, pluralidade ou polissemia discursiva presente nas narrativas com o intuito de exaurir as possibilidades de descrição e análise em cada denúncia e, também, no conjunto dessas. Assim, a apropriação da AT nesta investigação se comprometeu com “a representatividade da pluralidade das narrativas em sua singularidade, de modo a estabelecer conexões entre as histórias” (Maciazeki-Gomes et al, 2016, p. 152).

Clarke e Braun (2013) consideram sua utilização adequada por inúmeras teorias, tratando-se, portanto, de um método flexível. Em suas palavras: “Isto significa que a AT pode ser aplicada em uma gama de referenciais teóricos, desde os essencialistas aos construcionistas; análise do discurso [...] é, também, possível⁴⁸” (Clarke & Braun, 2013, p. 3). Elas sugerem ser necessário o seguimento de alguns passos metodológicos que serão agora descritos e ilustrados, um a um, com aproximações ou exemplos da sistematização realizada para este estudo. O primeiro passo para a elaboração da AT é a **familiarização com os dados**, isto é, ler o conjunto das informações repetidas vezes com o intuito de torná-lo familiar e de conhecer com profundidade os textos. Elas afirmam que “pesquisador deve mergulhar-se, e tornar-se intimamente familiarizado⁴⁹” (Clarke & Braun, 2013, p. 4). O movimento de apropriação empírica desta investigação deu-se, em primeiro lugar, pelas inúmeras leituras desse material e, em seguida, pelo exaustivo burilar dessas informações com vistas à elaboração do banco de dados quantitativo no programa SPSS, processo que não contribuiu diretamente para análises qualitativas, mas imensamente para familiarização com narrativas de violência.

⁴⁸ No original em inglês: “This means TA can be applied within a range of theoretical frameworks, from essentialist to constructionist; thematic discourse analysis [...] is even possible” (Clarke & Braun, 2013, p. 3).

⁴⁹ No original em inglês: “the researcher must immerse themselves in, and become intimately familiar” (Clarke & Braun, 2013, p. 4).

Outro momento da AT é o processo de **codificação** do material que consiste em, a partir da familiarização com as informações empíricas, identificar e nomear os temas emergentes. É dito: “Isso envolve a geração de rótulos concisos para as características importantes dos dados de relevância que vão guiar a análise da pergunta de pesquisa”⁵⁰ (Clarke & Braun, 2013, p. 4). Segundo estas autoras, não é uma estratégia que visa somente a redução do volume de informações, mas, sim, permitir uma visão do processo como um todo, observando aspectos tanto semânticos quanto conceituais. Para tanto, é necessário codificar o texto, elegendo os extratos melhor representativos de cada código.

Nesta fase da sistematização foram atribuídos inúmeros códigos a diversos extratos textuais que buscavam dar conta, tanto da repetição quanto da diversidade dos eixos identificados. Balizado pelas teorias apreendidas previamente, eu tinha um panorama de temas que porventura poderiam emergir, entretanto não me detive a esses, somente, observando a variabilidade e as diferentes nuances discursivas presentes nas narrativas. A título de exemplo, alguns códigos foram: fatores físicos, sociais e emocionais. Dito isso, cabe afirmar que cada código/nome era construído como correspondente de excertos textuais grifados com uma cor de caneta. Por exemplo, um trecho textual formador do código “emocional” foi: “*A vítima está apavorada, com medo de ficar sozinha no período da noite [...]. Informa-se que a vítima apresenta tendências suicidas*”. **D.25.07**. O mesmo processo foi realizado com todos os outros códigos analisados.

Outro passo da AT é a **procura por temas**. Clarke e Braun (2013, p. 4) afirmam que “tema é um padrão coerente e significativo dos dados que são relevantes para a questão de pesquisa. Se os códigos são os tijolos e telhas em uma casa, então os temas são as

⁵⁰ No original em inglês: “this involves generating pithy labels for important features of the data of relevance to the (broad) research question guiding the analysis” (Clarke & Braun, 2013, p. 4).

paredes e painéis do telhado”⁵¹. Assim, os temas devem estar ligados aos códigos que, por sua vez, devem estar ligados aos objetivos da pesquisa. Alusões são possíveis sobre o que há em Foucault (2016a) acerca do processo de análise a partir dos acontecimentos, das possibilidades de existência do enunciado dito em seu campo de correlações ou associações, da proveniência das relações de poder e emergência de determinadas formas de subjetivação. De acordo com Foucault (2016a), é a partir de certas (des)regularidades enunciativas, mesmo sendo móveis e provisórias, que torna-se possível filiá-las a camadas discursivas historicamente elaboradas, reproduzidas ou dissipadas.

Ressalta-se, assim, o papel ativo e imprescindível do pesquisador na construção desse processo, pois as categorias analíticas não se encontram ocultas ou escondidas – mesmo que aparentemente estejam – aguardando para serem reveladas. O que Foucault (2016a) afirma é que alguns objetos só vão encontrar respaldo ou conexões com discursos de tempos longínquos, sem a precisão de seus inícios e determinantes. Portanto, é exigido do pesquisador decisões e elaborações acerca daquilo que existe de disponível empiricamente para então debruçar-se descritiva e analiticamente sobre esse material. As leituras, familiarização e codificação do material empírico – a partir do papel ativo do pesquisador –, permite a aglutinação de códigos em diferentes categorias.

Aproveitando o exemplo dado no item anterior, procedeu-se da seguinte maneira: observou-se a identificação de diferentes códigos para a categoria “efeitos”: emocionais, físicos, sociais, familiares, financeiros e redes de apoio.

⁵¹ No original em inglês: “A theme is a coherent and meaningful pattern in the data relevant to the research question. If codes are the bricks and tiles in a brick and tile house, then themes are the walls and roof panels” Clarke & Braun (2013, p. 4).

A partir dos excertos textuais correspondentes de cada código e dos diálogos ou conexões que existiam entre eles, analisei tratar-se de diferentes efeitos (nefastos) operados pelos discursos e outras práticas de transfobia. Assim, denominou-se essa categoria como efeitos da violência. No decurso do processo de análise, outros conjuntos analíticos foram construídos, como: motivação das violências e modalidades/duração das violências. Um aspecto que deve ser considerado é que todas essas categorias ou conjuntos de trechos empíricos mantinham relações com uma elaboração discursiva construída por mim que consistiu na apreensão do que estava emergindo de forma recorrente e atravessando as categorias, isto é, a ideia de (im)possibilidade de existência dos corpos *trans*.

Outro passo da AT é o **revedo temas**. De acordo com xs autorxs Braun e Clarke (2006), o “*reviewing themes*” é um momento da análise que requer atenção do pesquisador em relação a quais categorias permanecem, quais serão transportadas para um mapa de análise e quais códigos serão retirados ou reagrupados por não terem potencial para resposta aos problemas da pesquisa. Elxs afirmam que o revedo temas: “começa quando você constrói um conjunto de temas possíveis, e envolve o refinamento desses mesmos temas”⁵² (Braun & Clarke, 2006, p. 91). Ressaltam ainda que esses conjuntos analíticos devem conter homogeneidade interna e heterogeneidade externa, claramente definidas, diferentes entre si e que, também, apresentem interconexões. Esse passo da sistematização/análise empírica desta investigação mostrou-se fundamental para avaliar a coerência de cada categoria, bem como das ligações que estabeleciam com as demais, sendo uma oportunidade de correção dos potenciais equívocos. As revisões necessárias foram: a junção de dois temas semelhantes, “violência simbólica” e “violência psicológica”, a junção dos temas “duração das violências” e “modalidade das violências”

⁵² No original em inglês “...begins when you have devised a set of candidate themes, and it involves the refinement of those themes”⁵² (Braun & Clarke, 2006, p. 91).

e a exclusão de um código (“negligência”), por ser, no contexto das narrativas, adequado dele ser alocado na categoria “violência institucional”.

Definindo e nomeando temas é uma outra fase da AT, que consiste na apreensão daquilo que é importante/central em cada categoria, a “história” que cada uma traz (Braun & Clarke, 2006; 2013). Braun e Clarke (2006, p. 5) afirmam ser necessário que o pesquisador questione a si próprio em relação ao material de análise, perguntando-se: “qual história que esse tema me diz?” e ‘Como este tema se encaixa na história geral dos dados?’⁵³. Novamente é necessário que o pesquisador reflita sobre cada conjunto analítico separadamente e nas suas conexões para, em seguida, nomeá-los. Esses nomes precisam ser curtos, objetivos e mostrar rapidamente aos leitores do que se trata cada um (Braun & Clarke, 2006).

No processo de análise desta investigação, as categorias foram, aos poucos, sendo nomeadas, de modo que, ao final da construção do mapa de análise temática, leituras foram realizadas, mais atenciosamente, para a confirmação dos nomes atribuídos. Nessa fase nenhuma alteração foi necessária.

A última etapa da AT é a do **produzindo o relatório**. Braun e Clarke (2006) argumentam que o momento da escrita é fundamental para mostrar, de forma convincente, a importância e validade das histórias contadas pelo pesquisador. De acordo com eles, o “*producing the report*” “é para contar as complicadas histórias presentes nas informações empíricas por um caminho que convença o leitor do mérito e da validade de suas análises”⁵⁴

⁵³ No original em inglês “‘what story does this theme tell?’ and ‘how does this theme fit into the overall story about the data?’” Braun & Clarke (2006, p. 5).

⁵⁴ No original em inglês ‘producing the report’: “is to tell the complicated story of your data in a way which convinces the reader of the merit and validity of your analysis”⁵⁴ (Braun & Clarke, 2006, p. 93).

(Braun & Clarke, 2006, p. 93). É a oportunidade de recorrer aos extratos ou trechos textuais representativos das categorias para, então, analisá-las a luz da literatura científica disponível. O momento da escrita do produto, neste caso de uma investigação de doutorado, procurou ser realizado com os cuidados e rigores teórico-metodológico necessários (para além do prazer) à construção do conhecimento. Foi a oportunidade de criar um palco para o debate de diversxs autorxs em suas reflexões, ao mesmo tempo em que eu, além de funcionar como mediador, construía espaços para posicionar-me frente ao pensamento que traziam para as análises das narrativas das denúncias, dos fluxos denunciativos e do processo criminal.

Clarke e Braun (2013), por fim, argumentam que AT é um método que permite análises apuradas sobre aspectos emergentes da empiria, desde que seja feita criteriosamente. Mesmo defendendo a utilização da AT, elxs afirmam que x pesquisadxr deve selecionar o método mais adequado, sendo orientado pelos objetivos e problemas propostos pela investigação, ao invés de adotar a atitude denominada por elxs de “*methodolatry*” (Clarke & Braun, 2013, p. 97), que consiste em selecionar o mesmo método, de forma acrítica, independentemente do que é proposto para a pesquisa.

Até o presente momento buscou-se explicar o “passo a passo” do método de AT bem como dos motivos de sua eleição. Ao mesmo tempo foram sendo acrescentadas paulatinamente as possibilidades de inserção ou entradas das discussões propostas por Foucault (2016) e a Análise de Discurso e genealógicas. Buscou-se, portanto, construir um cenário coerente entre os motivos pensados para eleger a Análise Temática (Braun & Clarke, 2006; 2013) de forma conjugada ou integrada com a Análise de Discurso de Foucault (1971; 2016a) e genealógicas como propostas analíticas. Isso somado ao conjunto das teorias apropriadas, os objetivos da pesquisa e os extratos textuais do material empírico. Instaurado esse cenário de possibilidades e direcionamentos de sistematização e análise de

informações da pesquisa, a AD e genealógicas, como direcionamentos e opções, podem ser discutidas com alguns pormenores.

A opção pela Análise de Discurso foucaultiana (1971; 2016a) como instrumento analítico mostrou-se frutífera, pois tornou possível problematizar o decorrer do processo de sistematização e pré-análise das informações empíricas proporcionada pela Análise Temática (Clarke & Braun; 2006; 2013). Foram construídos, por exemplo, conjuntos de enunciados na dispersão dos acontecimentos denunciativos que lhes é característica (Foucault, 2016a), segundo suas funções de aparecimento, combinação, transformação e entrecruzamentos nas denúncias. Ao mesmo tempo buscou a construção das relações entre materialidade enunciativa, sujeito e campo associado, aspectos tidos por Foucault (2016a) como importantes nas análises discursivas por enunciados.

Exemplo disso é a formação de um agrupamento de enunciados denominado “Motivação para as violências” – segundo critérios de aparecimento, semelhança, combinação entre enunciados e escolha temática – com função de descrever os motivos envolvidos na construção da violência contra corpos *trans*. Uma das suas interfaces/cruzamentos com outros agrupamentos enunciativos é em relação à “Modalidades das violências”, por exemplo, oportunidade em que enunciados sobre motivos para a violência convergem com as diferentes formas de agressão a corpos *trans*. Segundo Foucault (2016a, p. 47), agrupamentos de enunciados, ou a busca de uma regularidade no material empírico emergente, é possível:

[...] no caso em que os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) [...]. Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceito, escolhas temáticas). (Foucault, 2016, p. 47).

Nogueira (2008), ao apontar para as apropriações das diferentes Análises de Discurso pela Psicologia Social, ao mesmo tempo como teorias e métodos de pesquisa, argumenta sobre a importância da “viragem” ou “giro” linguístico para atribuir centralidade da linguagem na compreensão de processos sociais. De acordo com a autora “as práticas discursivas são afinal práticas sociais, produzidas através de relações de poder concretas, numa época determinada” (Nogueira, 2008, p. 240).

Não foi minha pretensão buscar uma forma fechada de análise, pura e estática, mas o contrário disso, entendo que o pesquisador deve possuir/assumir certa autonomia para brincar/jogar/trabalhar com suas possibilidades, criatividade e reflexividade no fazer científico. Buscou-se burilar os excertos textuais sistematizados e pré-analisados pela Análise Temática (Braun & Clarke, 2006; 2013) com afinações, inspiração ou coloridos arqueológicos e genealógicos foucaultianos.

Um argumento para essa escolha teórica e de método encontra substrato nas afirmações de Borges et. al. (2013, p. 734) sobre as aproximações entre Foucault, o construcionismo social e a categoria sexualidade:

Uma das referências mais importantes para o pensamento construcionista é a obra clássica de Michel Foucault (1988), autor que afirma ser a sexualidade um constructo até então visto sob a ótica da repressão. Na perspectiva de Foucault, a sexualidade é social e historicamente construída, ou seja, depende da cultura e das relações sociais estabelecidas, o que possibilita pensar em diferentes formas de viver e de construir identidades de gênero e sexuais. A contribuição teórica do autor é inestimável também para entender que a homossexualidade, da mesma forma, é social e historicamente construída [...]. O *homossexual* é uma construção sóciohistórica e não universalmente aplicável, portanto, requer uma explicação sobre os processos envolvidos em sua construção.

Já foram discutidos os aspectos temáticos deste estudo que versaram sobre diferentes eixos ou marcadores sociais formadores de hierarquias de poder e subordinação relacionados as violências cometidas contra pessoas *trans*. Também foram trazidos ao

debate, nos capítulos teóricos, os aportes ou ferramentas teórico-epistemológicas que nos auxiliam a refletir na construção, consolidação e permanente autocrítica de uma Psicologia Social que abarque ou contemple norteadores feministas, *queer*, socioconstrucionistas e interseccionais e que efetivamente possibilite a emergência de discursos outros, em que as essências, as normatividades e normalidades estivessem em processo de superação na Psicologia, “desconstruindo verdades e valores instalados em nosso mundo em termos da produção do conhecimento, das relações de poder, e da constituição dos sujeitos ou da subjetividade” (Zanella et. al., 2006, p. 29).

Entendendo que Foucault nos proporciona um arsenal conceitual que objetiva “uma crítica do nosso mundo, do nosso tempo presente: uma crítica daquilo que somos hoje” (Zanella et. al. 2006, p. 32), cabe um aprofundamento ou adensamento maior em seus escritos e possibilidades arqueológicas e genealógicas.

Kleber Prado Filho, um dos autores do artigo “Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em Psicologia” (Zanella et. al., 2006)⁵⁵, expõe e discute algumas possibilidades de métodos de pesquisa histórica em Michel Foucault. Kleber Prado Filho afirma ser possível uma análise denominada de arqueologia do saber, cuja preocupação está em “ocupa[r]-se dos regimes de produção dos discursos, dos jogos de produção de verdades e das práticas discursivas de uma sociedade” (Zanella et. al., 2006, p. 29). Efetivamente é uma análise baseada na descrição das condições de possibilidade de determinados enunciados ou discursos em um período histórico determinado.

⁵⁵ Este é um artigo construído a “várias mãos”. Cada autor ficou responsável por escrever uma seção, sendo uma delas pelo Prof. Dr. Kleber Prado Filho, a qual me reporto e referencio.

Outro método seria o da genealogia das relações e das práticas de poder que propõe foco “nas relações de poder, não desvinculadas de seus suportes em termos de saber e de seus efeitos de subjetividade” (Zanella et. al 2006, p. 30). A proposta é construir um deslocamento analítico de dimensões maiores ou institucionais para focalizar as relações sociais corriqueiras, miúdas, próximas, observando nessas os poderes estabelecidos, as coerções, os assujeitamentos (e por que não das violências?) “que são o próprio objeto de uma história genealógica” (Zanella et. al. 2006, p. 30). Nessa abordagem metodológica, o que permanece em voga são as condições de proveniência e emergência dos acontecimentos sobre os quais pesquisadores lançam foco.

Assim, algumas práticas sociais tão cotidianas e habituais ganham visibilidade: a disciplinarização dos corpos e espaços, práticas de vigilância, práticas de individualização, identificação e normalização dos sujeitos, jogos de inclusão x exclusão, que produzem “realidades sociais” e “instâncias subjetivas” (Zanella et. al., 2006, p. 30-31).

Um terceiro método, também genealógico, é o da ética e do cuidado de si (Prado Filho, 2009), que consiste em construir uma versão histórica dos cuidados administrados – e esse termo é usado propositadamente para mostrar a existência ou aplicação de poderes por outrem – em si mesmos pelos próprios sujeitos, “de percorrer as trajetórias desta imposição de verdade que atravessa a cultura ocidental e coloca o sujeito em relação com a verdade de si mesmo, com o jogo de entre ‘falso X verdadeiro’” (Prado Filho, 2009, p. 44). Sendo assim, os aspectos genealógicos desse método,

[...] além de se ocuparem dos modos de objetivação dos sujeitos pelos discursos e nas práticas de normalização social, voltam-se para os modos de subjetivação, ou seja, relações que o sujeito estabelece consigo mesmo e com a normatividade social, no sentido do reconhecimento de si mesmo como sujeito moral, como indivíduo submetido aos jogos de identificação, às armadilhas da identidade moderna (Zanella, et. al. 2006, p. 31).

As condições de possibilidade de formação ou construção de práticas discursivas (em um dado momento histórico) estão para a arqueologia do saber (Foucault, 2016a) como as condições de proveniência e emergência estão para os estudos genealógicos em Foucault (2016b). De acordo com o autor, no texto “Nietzsche, a genealogia e a história” – e aqui há uma inferência de que a proveniência esteja mais próxima da genealogia da ética e do cuidado de si –, o conceito de proveniência se refere aos “erros, [à]s falhas na apreciação, [a]os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos” (Foucault, 2016b, p. 63), mas não como unidade ou verdade encerrada em si mesma.

Em outro momento, sobre as relações entre a produção dos corpos e processos de subjetivação, é afirmado que a “genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (Foucault, 2016b, p. 65). O “arruinando” a que esse autor se refere pode ser interpretado como os processos de normalização, essencialização e naturalização produzidos pela história nos corpos e subjetividades como algo que “sempre foi assim”.

Outro conceito fundamental para as análises genealógicas é o de emergência, ou seja, dos pontos de aparecimento de determinadas formas de poder, não compreendidas como localizadas em um sujeito, mas na cena das forças em disputa, sempre com potências diferentes. De acordo com Foucault (2016b, p. 66): “A emergência se produz sempre em um determinado estado das forças [...] deve mostrar seu jogo, a maneira como [...] lutam umas contra as outras ou o seu combate ante circunstâncias adversas” (Foucault, 2016b, p. 66), ou seja, da “entrada em cena das forças; é o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e juventude” (Foucault, 2016b, p. 67). Vigor e juventude aqui podem ser analisados a partir do argumento de que as forças que operam

nas relações de poder são sempre desiguais, exatamente porque seus “atores” estão localizados em diferentes discursos/práticas sociais, mais ou menos hegemônicas e, portanto, em posições de poder diferentes.

Aspectos arqueológicos e genealógicos não são sinônimos, não coincidem, mas não estão separados, pois encontram-se nas dispersões dos acontecimentos cotidianos, de modo que um eixo analítico fundante em Michel Foucault é o do saber-poder-subjetividade (Prado Filho, 2009). A atitude a ser adotada é a de compreender que um aspecto se sobressai em relação ao outro na dependência daquilo que se pretende analisar; trata-se, portanto, de uma questão de foco, ou seja, para quais formas de relações envolvendo saberes, poderes e subjetividade lançamos o olhar. Zanella et. al. (2006, p. 31) sintetizam esse argumento afirmando que

considerando a solidariedade entre saber e poder, que se sustentam e se alimentam reciprocamente, pode-se afirmar que toda história arqueológica contém elementos genealógicos, assim como toda genealogia contempla elementos arqueológicos em suas análises.

As análises propostas por Foucault (1971; 2016a) em sua **arqueologia do saber** estão sustentadas nos discursos, concebidos por ele como práticas discursivas. É exatamente por essas, disponibilizadas pela empiria, que a Análise de Discurso foucaultiana é efetivada. Talvez seja necessário um retorno à concepção de discurso para Foucault (1971) para as aproximações com a noção de enunciado para o filósofo, substrato empírico das análises empreendidas nessa pesquisa.

De acordo com Foucault (1971), os sujeitos que falam e o lugar hierárquico de onde falam, os gestos, comportamentos, os signos, as circunstâncias “e mais” (Foucault, 2016a, p. 60), todos esses, ritualizados, “fixa[m], enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites do seu valor de coerção” (Foucault, 1971, p. 39). Ainda de acordo com Foucault (2016, p. 60) deve-se

não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), *mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam*. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis a língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (grifo do autor).

Ao argumentar que os discursos estão no patamar das práticas sociais repetidas, que eles produzem ou formam objetos, Foucault (2016a) defende a tese de que esses mesmos objetos não são pré-discursivos, ou seja, “não preexiste a si mesmos” (Foucault, 2016a, p. 55), mas, sim, que são produzidos pelo discurso. Portanto, devem ser analisados a partir de si próprios, em seus determinantes e seus efeitos nas práticas sociais. Dessa forma, não se deve buscar por algo que subjaz escondido, oculto, velado e que aspira por ser descoberto, um ponto de origem ou nascimento do discurso.

A partir desses construtos, de acordo com Foucault (2016), não se deve buscar a origem de qualquer significado ou sentido, mas das condições históricas em que o discurso foi construído. Dito de outra forma, quais instituições participaram num dado momento histórico da constituição discursiva e que são estatutárias de um determinado saber e poder contemporâneos e, assim, “fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão” (Foucault, 2016a, p. 58).

Essa discussão proposta por Foucault (1971; 2016a) se constitui como uma ferramenta importante para se pensar e tentar compreender o fenômeno da violência perpetrada em sujeitos *trans*, sobretudo pelo notório relevo das instituições envolvidas na composição discursiva e de outras práticas direcionadas a esse grupo populacional, bem como das relações de poder e violência a que esses sujeitos são submetidos.

Em “A Ordem do Discurso”, Foucault (1971) tece uma argumentação sobre o discurso como práticas sociais de saber e poder, que ele não coincide com um diálogo entre sujeitos, mas sim, talvez, com as forças que governam esses diálogos, os ditos possíveis em um determinado momento histórico e lugar e, por outro lado, com aquilo não pôde ser dito ou sequer foi formulado ou teve possibilidade de emergência. Nesse sentido a linguagem deve ser compreendida como performativa – e é a partir dessa concepção que esta pesquisa de doutorado é refletida e construída –, como formadora ou construtora dos objetos que pretende designar e, inclusive, de suas possibilidades e interdições em diferentes lugares sociais.

Discute também sobre o caráter das forças/ práticas que possibilitam, tanto a formação quanto o controle discursivo dos objetos que nomeia e classifica, ou seja, “aquilo de que fala, de dar-lhe *status* de objeto – ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível” (Foucault, 2016a, p. 51). De acordo com ele, sobre outra característica do discurso, ele “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1971, p. 10), ou em outras palavras, trata-se das forças em disputa pelo controle do saber/poder sobre os objetos.

No capítulo “O Método”, do livro “A História da Sexualidade – A vontade de saber”, por sua vez, Foucault (2014) argumenta sobre as aproximações da relação entre saber e poder no discurso, mostrando que o discurso está na articulação desses dois construtos, formando uma variabilidade de elementos de discurso que, estrategicamente e visando o alcance de determinados objetivos, combinam-se e recombina-se; saberes e poderes que se distribuem e se redistribuem de formas distintas, da elaboração de regras de complexos jogos que operam segundo os efeitos pretendidos ou desejados. Como elucidado por Foucault (2014, p. 110):

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder [...] O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, desabilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.

Admitir a complexidade das construções discursivas, a partir de Foucault (1971; 1995; 2014; 2016a; 2016b), como: jogos de regras específicas e que ao mesmo tempo constrói ou forma os objetos que nomeia; reproduz/opera saberes e poderes e; que também produz efeitos estratégicos visando o controle discursivo via poder/saber, é aderir a uma forma específica – mas não fechada, estática ou cristalizada – de análise histórica de discurso. Foucault (2016a) apresenta um método de análise de informações empíricas em que produz um deslocamento do estudo das continuidades para as discontinuidades, rupturas, irrupções, dispersões, aspectos ignorados e estrategicamente escondidos pela análise proposta pela história das continuidades, linearidades e das origens dos objetos.

Aliás, esse é um ponto nefrágico das análises propostas por Foucault (2016a) em decorrência de sua severa crítica ao estudo das origens pela via do recuo ilimitado da cronologia, um recuo a períodos e séculos da história. Portanto, crítico e contrário a essa proposta analítica, o filósofo sugere que a análise discursiva seja realizada “na sua irrupção de acontecimentos” (Foucault, 2016a, p. 31), no momento específico de sua emergência, a partir das condições de possibilidade daquele dito e da impossibilidade de outros ditos, quaisquer que fossem eles, no lugar daquele enunciado, ou, ainda, “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2016a, p. 33). Trata-se da concepção de enunciados como acontecimentos. Além disso, propõe uma análise da articulação das regras envolvendo as correlações de forças nos jogos de saber/poder, bem como das práticas sociais produzidas operadas como efeitos pelas relações de poder.

Outrossim, para cada uma dessas formas de produção de pesquisas, Foucault (2016a; 2016b) atribui uma designação: estudos arqueológicos e genealógicos em que o ponto imediato, o substrato que coincidiria com o empírico para a análise seria o enunciado. Ressalva necessária é que essas designações (arqueologia e genealogia) também não são designações compartimentadas, fechadas e cristalizadas, tratando-se, portanto, de uma questão de foco a ser localizado/direcionado nas análises discursivas.

A partir de Foucault (2016a), o que poderia ser considerado ou o que definiria um enunciado emergido em suas características: uma estrutura? Uma frase? Uma palavra? Um período de texto? E ainda, como poderiam ser, eles, analisados: a partir da formação de unidades? Isolando enunciados? A partir de um campo enunciativo composto por enunciados associados? Foucault (2016a, p. 105) propõe caminhos que nos permitem refletir sobre essas questões, ao mesmo tempo em que delimita o que considera ser um enunciado passível de análise.

Não é preciso procurar no enunciado uma unidade longa ou breve, forte ou debilmente estruturada [...]. Trata-se antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação a diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos⁵⁶, se estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido ou não”, segundo que regra se sucedem ou se justapõe (Foucault, 2016a, p. 105).

A partir dessa citação, é possível estabelecer aproximações sobre aquilo que pode ser considerado como necessário para a existência de um enunciado. Vislumbra horizontes que não contemplam os enunciados como estruturas, não coincidem com unidades longas

⁵⁶ Foucault (2016a, p. 60) não produz um conceito de signo, mas em um “entre parênteses” enuncia: “Signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações)”.

ou curtas e, por conseguinte, não podem ser confundidos com frases ou palavras, apesar de poderem ser. O que é posto em relevo por Foucault (2016a) sobre os enunciados é em relação a necessidade de ali estarem articulados signos, isto é, é necessário existirem signos para que algo possa ser considerado um enunciado, portando uma função enunciativa.

Trata-se, assim, de uma função e não de uma estrutura. Função porque, já que não pode ser analisado isoladamente, encontra-se sempre em articulação com outros em rede, em um emaranhado, trama ou campo associado de enunciados para ser inteligível, produzir efeitos, fazer sentido e ser analisado. Enunciados esses que se encontram justapostos uns aos outros e, ao mesmo tempo em que emergem e se estabelecem, entrecruzam e dão suporte a outros em suas condições de formulação e possibilidade, “define[m] as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição o seu valor de verdade” (Foucault, 2016a, p. 111).

Foucault (2016a) sintetiza as características principais da função enunciativa afirmando que ela

[...] surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campo de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite, impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade, (Foucault, 2016a, p. 128).

Necessária ressalva ou relevo é dado ao aspecto não estático dos enunciados conforme pôde ser apreendido na citação acima. De acordo com x filósofx, os enunciados são passíveis de transformação em sua dinâmica estratégica a partir dos pontos de apoio e justaposição proporcionado por outros em uma função enunciativa, isto é, há uma constante mobilidade, fluidez, formação e desatamento de nós na rede enunciativa, seja para uma

estratégia que vise acomodação e assimilação dos enunciados, seja para rebelar-se e resistir a eles na disputa pelo controle discursivo.

De acordo com Foucault (1995; 2014; 2016b), especificamente e via enunciados, a análise das relações de poder, pelo viés da **genealogia das relações e práticas de poder**, pode ser operacionalizada segundo alguns níveis, a saber: 1- sistema de diferenciação, no qual as questões identitárias ganham relevo (privilégios ou não, diferenças econômicas, linguísticas e culturais, por habilidades ou competências e diferenças de localização dos sujeitos no sistema produtivo); 2- o tipo de objetivo, mostrando fundamental a ação sobre a ação de outros a fim da manutenção dos privilégios e *status*, exercício de cargo ou função e acumulação de lucros; 3- das modalidades instrumentais, que diz respeito aos instrumentos apropriados para estabelecimento e manutenção de mecanismos de controle, vigilância, como armas e palavras e seus efeitos; 4- as formas de institucionalização, que diz respeito à articulação entre dispositivos de poder e instituições como Estado, família e escola; 5- os graus de racionalização, que diz respeito ao funcionamento das ações de um (ou mais) sobre a ação de outrx(s) em relação às suas possibilidades de resistência, sofisticação tecnológica apropriada para os respectivos fins e maiores ou menores investimentos financeiros ou de possível reação nas relações de poder. Exatamente em função disso, Foucault (1995, p. 247, grifos meus) afirma:

O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: *ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados [...]*. As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social.

Os estudos de Foucault sobre a genealogia das relações de poder – e por isso se justifica sua escolha como um dos métodos que transpassam as presentes análises – mostram-se frutíferos, também, para o que pretendo construir nos capítulos analíticos desta

pesquisa, na tentativa de formação de um conhecimento que compreenda a discussão ou as interfaces do poder, das relações de poder, a conseqüente hierarquização de grupos e alguns efeitos manifestos de práticas sociais de violência cometidas contra pessoas *trans* a partir das informações de realidade empírica direta, como propõe Foucault (1995) no texto “O Sujeito e o Poder”, possíveis, no contexto da atual pesquisa, pelo escopo de denúncias recebidas e de domínio do Disque 100, no ano de 2014. Como ele declara: “Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação do presente e que implica relações mais estreitas entre teoria e prática” (Foucault, 1995, p. 234).

Talvez uma possibilidade de diálogo com Foucault (2014) seria sobre a sua própria concepção de poder, ou seja, quais as articulações construídas por ele sobre o poder. O que é? Há uma substância no poder? Há um sujeito que detenha o poder em detrimento de outro que não o possua? Há uma origem do poder? Há uma emergência, uma instauração e reprodução do poder? Onde está o poder? Há escapatória para as capturas do poder? Todos esses questionamentos mostram-se importantes para viabilizar o debate sobre essa dimensão nos estudos de Foucault ao mesmo tempo em que se abre um horizonte de possibilidades de apropriação conceitual presente em seus textos, instrumentos que nos permitem operar tanto na teoria quanto na prática analítica das realidades empíricas.

Ainda no capítulo “O método”, Foucault (2014) inicia sua discussão sobre o poder mostrando aquilo que ele não é ou que não possa ser confundido. Algumas primeiras considerações seriam as de que o poder não é algo adquirido, uma propriedade, algo do qual se possa apossar-se, compartilhar com outrem, algo que se possa guardar ou deixar escapar. Essas assertivas encontram sua justificativa pela compreensão de Foucault (2014) de o poder não possui uma matéria ou materialidade e, exatamente em função disso, não há também um ponto ou foco de origem, algo como uma fonte germinal ou soberana de

poder da qual alguém possa, ali, tomar posse. Assim como todos esses nexos que não o constituem, o poder também não pode ser confundido ou tratado como sinônimo de violência, como modo direto de sujeição ou de formação binária e estática entre dominadores e dominados. Dirá Foucault, nesse mesmo texto, que essas são formas terminais ou efeitos daquilo que se poderia analisar sobre o poder e suas relações a partir das condições de possibilidade dadas em determinado tempo histórico e cultural.

Aliás, a não consideração das relações de poder como sinônimo de violência para Foucault (1995) é um importante substrato de discussão teórica, pois aí está uma linha tênue, fluida, movediça e em constante deslocamento do *status* de uma forma de relação para outra. A violência para Foucault (1995), ao contrário de ações de alguns sobre as ações de outros, mostra ser uma forma de exercício de poder unilateral, um poder que não é aplicado sobre as possibilidades de agir do outro, mas, efetivamente, sobre o corpo do outro por via da coerção, da submissão e da força que, estrategicamente, visa a sua destruição.

Ainda sobre o “não” das nuances do poder, tem-se que ele não está na ordem da exterioridade das relações econômicas, sexuais, de saber, e aqui se acresce as de gênero e raciais. Por outro lado, o poder é considerado como imanente a elas, como focos de emergência e, ao mesmo tempo, exercício e manutenção das mesmas. Dessa forma, afirma Foucault (2014) que o poder está em todos os lugares, aparentemente como algo natural e permanente *das e nas* relações em função de sua repetição ao longo da história, o que, por sua vez, tenta imobilizar, cristalizar e fixar determinadas formas de exercício de poder naquelas mesmas relações das quais o poder imana, mantendo seu *status quo*. De acordo com ele, o poder deve ser compreendido ou analisado em termos de estratégias e correlações, afirmando tratar-se de um “nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 2014, p. 101). E ainda:

A multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio de onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através, de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 2014, p. 100-101).

Assim, o poder operado *nas e pelas* relações sociais transpassam o corpo social produzindo efeitos em relações assimétricas, desiguais e desequilibradas. Trata-se, portanto, como diria Foucault (2014), de um jogo de correlações de forças com regras específicas e claras (ou nem tão claras em um primeiro momento), formadores e atuantes na produção e manutenção de sistemas sociais como a família e a sexualidade. De acordo com Foucault (2014, p. 103),

Se, de fato são inteligíveis, não é porque sejam efeito, em termos de causalidade, de uma outra instância que as explique, mas porque atravessadas de fora a fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou decisão de um sujeito, individualmente; não busquemos a equipe que preside sua racionalidade; nem a casta que a governa.

A partir dessa citação, Foucault (2014) proporciona a reflexão de que o poder e seus exercícios ou operações jamais são despropositados. Ao contrário disso, quando analisado, mostra em seu sistema as intenções e objetivos a que se propõe alcançar, as estratégias ou meios que se pretende apropriar objetivando seus fins, bem como os instrumentos e as práticas que utiliza. Nesse sentido, a dimensão das estratégias é palavra-chave para Foucault (1995), trazendo a análise do poder para as relações sociais mostrando que seu objetivo, o do poder, está imbricado na obtenção de vantagem sobre o outro, bem como de seus procedimentos utilizados para ser vitorioso em relação ao outro na luta pelo controle

dos discursos e de outras práticas sociais. Assim, deveríamos pensar o poder, suas estratégias e exercícios como formas de racionalidade nada ingênuas ou desinteressadas.

Quando propõe debater o poder a partir das relações sociais de poder, Foucault (1995) afirma que as analíticas dessa dimensão social não estariam localizadas na intenção de descoberta dos porquês de qualquer fenômeno. Estariam, sim, interessadas em construir conhecimento sobre os “comos” acerca de algo. Segundo ele, “não no sentido de como se manifesta, mas como algo relacional, no jogo das relações entre os indivíduos ou grupos” (Foucault, 1995, p. 240). Dessa forma, a partir do deslocamento do poder como tendo fonte ou origem fundante demarcada, faz sentido pensar o poder, apenas, nas relações sociais, ou seja, a partir da denominação de relações de poder.

Foucault (1995) afirma que o conceito de relações de poder poderia ser sintetizado em ações sobre ações, ou, dito de outra forma, nas ações de indivíduos ou grupos sobre a ação de indivíduos ou grupos, “ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes” (Foucault, 1995, p. 243), e não uma ação direta e imediata sobre um corpo que, para ele, estaria no engendramento da violência, algo que não alcançou o *status* de relações de poder porque sequer encontrou liberdade ou possibilidade de resistência desses sujeitos ao poder. De acordo com Foucault (1995, p. 243)

Uma relação de poder [...] se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que o “outro” (aquele sobre o qual ele se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.

O que Foucault (1995) está afirmando é a necessidade de existência, em toda relação de poder, ou que estejam em sua base, a liberdade ou a possibilidade de resistência daquelas(s) que estão sujeitas ao exercício do poder, defendendo, então, que poder e

resistência não podem ser compreendidos de forma dicotomizada, cindida ou isolada um do outro. Não há exterioridade nessa relação, segundo Foucault (1995, p. 248), “[p]ois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual”.

Dada a importância das resistências para a existência das relações de poder, Foucault (1995, p. 104) afirma que não se trata apenas da existência de um ponto de resistência, de um “lugar de Grande Recusa”, mas, sim, de vários deles espalhados pelas tramas dos exercícios do poder, engenhosamente construídas; são “resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” (Foucault, 2014, p. 104).

Para Foucault (1995), partindo do pressuposto de que poder não envolve, necessariamente, consentimento, abster-se de liberdade de transferir direitos a outrem ou atribuição de poder a um sujeito, como se esse possuísse o poder, deveríamos pensar nas relações de poder como sendo algo da ordem da conduta. Em suas ações, elas, as relações de poder, proporcionam modos de condução de sujeitos pelas vias da coerção ou não, demarcando ou estruturando as (im)possibilidades de ação daqueles a quem se dirige seu foco. Trata-se, portanto, de maneiras de “dirigir a conduta de indivíduos ou grupos: governo das crianças, das almas, famílias, dos doentes” (Foucault, 1995, p. 244). De acordo com ele, o poder só é exercido sobre “sujeitos livres” quando esses possuem diante de si um leque de possibilidades de ação. Em síntese, as relações de poder formam ou constroem formas (e circularmente retroalimentam-se delas) de conduzir ou governar as possibilidades ou impossibilidades de agir de outrem, o que não significa que esses não possam resistir. Muito pelo contrário, Foucault (2004) argumenta ser necessário resistir,

construir e lutar pelo controle dos discursos e práticas sociais diferentes daqueles que nos foram impostos como verdades absolutas ao longo da história da sociedade moderna.

Na discussão pautada até o momento acerca dos contributos foucaultianos, busquei uma retomada dos conceitos de poder, relações de poder, violência e resistência e da complexidade teórica de Foucault (1995; 2014). Poderíamos, então, afirmar algo sobre a existência de um método fechado/estruturado da analítica das relações de poder nesse autor? Quais objetos ou quais perguntas essa analítica tornaria passível de construir respostas? Quais seriam as vias de acesso que possibilitariam esse trânsito/processo de análise discursiva? As respostas para essas questões, do ponto de vista da prática analítica ou de passos metodológicos em Foucault (1995; 2014), estão fadadas à impossibilidade de existência, uma vez que o próprio autor afirma que seu método consiste mais em discussões epistemológicas que metodológicas e que o que pode trazer a seus leitores são “no máximo, prescrições de prudência” (2014, p. 106) a serem adotadas por pesquisadorxs. Sobre as perguntas que acredita se constituírem em problemas de investigação na analítica das relações de poder, Foucault (2014, p. 106) questiona:

[...] quais são as relações de poder mais imediatas, mais locais, que estão em jogo? Como se tornaram possíveis essas espécies de discursos e, inversamente, como esses discursos lhe servem de suporte? De que maneira o jogo dessas relações de poder vem a ser modificado por seu próprio exercício – reforço de certos termos, enfraquecimento de outros, efeitos de resistência, contra investimentos [...]. Como essas relações de poder se vinculam umas as outras de acordo com a lógica de uma estratégia global...?

Sobre uma possível reflexão a esses questionamentos, Foucault (1995) explica que o exercício do poder está localizado nas tramas ou no tecido social em constante transformação e adaptação, se ajustando aos objetivos e estratégias vigentes das relações entre saberes e poderes. De acordo com x autx é também no conjunto da rede social, em

suas distribuições de saberes e poderes objetivados sobre sujeitos, que esses podem construir as maleáveis e fluidas dinâmicas de subjetividade.

As pesquisas sobre **genealogia da ética e do cuidado de si** podem ser consideradas um dos últimos empreendimentos nos escritos de Michel Foucault, buscando construir uma versão analítica que conseguisse abranger os temas correlatos a ética, liberdade, verdades e subjetividades nos diferentes contextos sociais e históricos dos sujeitos da atualidade. Talvez um primeiro ponto seja a consideração da relação entre ética e liberdade. A esse segundo termo cabe ressaltar de que não se trata de uma liberdade espontânea, ingênua, romantizada, plena, total, linear no tempo que pudesse ser vivida, mas, sim, como liberdade condicionada às possibilidades de cada tempo histórico. Dessa forma, em entrevista concedida por Foucault (2006, p. 267), é dito:

- O senhor disse que é preciso praticar a liberdade eticamente...
- Sim, pois o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade?
- Isso significa que o senhor compreende a liberdade como uma realidade já ética em si mesma?
- A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade.

Na introdução do livro “História da Sexualidade: o uso dos prazeres” Foucault (1998) elucubra sobre a construção e instauração de regras e normas que regularam e regulam as condutas das pessoas em diferentes momentos históricos, apontando diversas instituições e efeitos envolvidos nesse processo, a saber: “instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas [...] no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos” (Foucault, 1998, p. 9). O que estava em voga no pensamento de Foucault (1998) era investigar sobre como os saberes e poderes normativos operavam nos modos de

subjetivação dessas mesmas normas, ou, em outras palavras, como se dava o processo de sujeição e subjetivação dos sujeitos pelas normas culturais, de modo que eles próprios se reconheçam e problematizavam-se como constituídos pela normatização, como a condição de serem sujeitos da sexualidade, “uma história das problematizações éticas, feita a partir das práticas de si” (Foucault, 1998, p. 16).

Foucault (1998) analisa e se questiona sobre os valores construídos pelo paganismo antigo nas sociedades greco-romanas no contraponto dos valores apregoados pelo cristianismo. Para isso lança mão de três contrastes: qual seria o valor do ato sexual por essas duas “doutrinas”; sobre a delimitação do parceiro legítimo, e sobre a desqualificação do sexo envolvendo pessoas de corpos iguais (*homos*). Em um extremo, Foucault (1998) se questiona sobre ter havido ou não a sobreposição de um discurso em detrimento do outro, substituição ou existência paralela de ambos e acaba por concluir que, em um recuo histórico maior, “poder-se-ia acompanhar a permanência de temas, inquietações e exigências, que sem dúvida marcaram a ética cristã e a moral das sociedades europeias modernas, mas que já estavam claramente presentes no cerne do pensamento grego ou greco-romano” (Foucault, 1998, p. 18).

Para aproximar-se da temática dos processos de subjetivação operados nos indivíduos, Foucault (1998) discute sobre a questão moral nas sociedades modernas ocidentais, argumentando tratar-se de um conjunto de normas, regras, códigos construídos pelas diversas instituições educacionais, familiares e religiosas que estão à disposição da cultura para que se tornem sujeitos a elas, ou seja, sujeitos à moral. Para tanto, Foucault (1998) desenvolve o conceito de modos de sujeição que diz respeito ao modo pelo qual sujeitos “se deixam” ser conduzidos pelas normas e regras, sendo mais ou menos (in)conformados a elas. Nas palavras de Foucault (1998, p. 27): “à maneira pela qual o

indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática”.

Dessa forma, a partir desse jogo “regrado” de sujeição/insujeição em maiores ou menores graus, mais ou menos (des)obediências das normas e códigos culturais que envolvem tanto saberes quanto poderes, há a possibilidade de formulação de uma ética do cuidado sobre si mesmo, nunca estática e acabada, mas, sim, processual, fronteira, flexível e transitória, ou seja, em constante transformação. Foucault (1998, p. 28) sintetiza esse argumento da seguinte maneira:

Em suma, para ser dita “moral” uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se.

Pensando na coerência entre os enunciados encontrados na empiria desta pesquisa como base para a análise e a inspiração teórica em Foucault (1971; 1995; 1998; 2014; 2016a; 2016b), foi construída uma figura (Figura 6) que abrangesse, ou ao menos tentasse exprimir, a complexidade tanto da empiria quanto das contribuições teóricas foucaultianas, bem como das operações ou aplicações de uma sobre a outra. A figura nos mostra a trama complexa dos enunciados em rede ou campo associado, denotando pela sua construção em três dimensões o quanto esse campo enunciativo é fluido, sobreposto, combinado, dinâmico e passível de transformações, como bem pontuou Foucault (2014), além de mostrar os seus entrecruzamentos, justaposições e articulações.

São três agrupamentos de enunciados, a saber: 1- Motivação das Violências (analisando a partir de aspectos da arqueologia do saber), 2- Modalidade/duração das Violências (analisado a partir de aspectos da genealogia das relações e práticas de poder); 3- Efeitos das Violências (analisado a partir de aspectos da genealogia da ética e do cuidado de si), que contemplam enunciados envolvendo o conjunto 1: Violência motivada por Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Raça; do agrupamento 2: Violência recorrente, Violência Sexual, Institucional, Física e Psicológica/Simbólica; e do 3: Efeitos Físicos, Emocionais, Sociais/Econômicos/Familiares e Rede de Apoio.

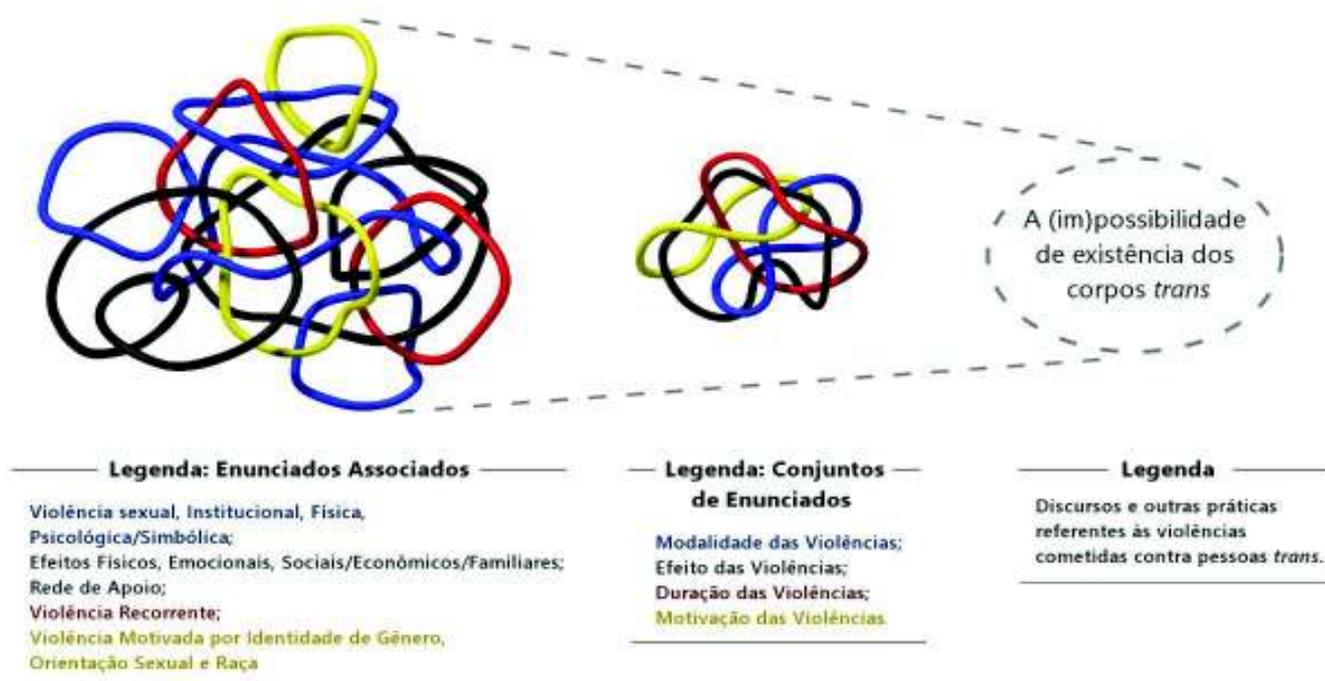


Figura 6: Discursos e outras práticas em perspectiva de níveis de análise e de enunciados associados.

Por fim, ainda sobre a figura acima, pode-se apreender a organização das informações empíricas em três níveis: 1- nível de enunciados associados, 2- nível dos conjuntos de enunciados e o nível que remete a discursos e outras práticas sociais acerca

da violência contra corpos *trans*, o 3- A (im)possibilidade de existência dos corpos *trans*. São fases de um mesmo fenômeno social, porém em diferentes níveis, ou seja, trata-se do mesmo fenômeno organizando ou focalizando diferentes momentos analíticos. Sendo assim, coloquei em primeiro plano na Figura 6 o foco nos enunciados em sua variabilidade e polissemia discursiva, pois são eles que constituem os substratos empíricos a partir dos quais esta investigação busca operar análises. Proceder assim não implica em subjugar os outros dois níveis; ao contrário, alcança-os na medida em que as análises avançam.

Capítulo 5: Um panorama da violência transfóbica brasileira a partir do Disque Direitos Humanos: uma abordagem quantitativa do ano de 2014.

At first I was afraid, I was petrified
Kept' thinkin' I could never live
Without you by my side
But then I spent so many nights
Thinkin' how you did me wrong
And I grew strong, and I learned how to get along

And so you're back, from outer space
I just walked in to find you here
With that sad look upon your face
I should've changed that stupid lock
I should've made you leave your key
If I had known for just one second
You'd be back to bother me!⁵⁷

Este capítulo marca o início das análises empíricas desta investigação, buscando aliar, sobretudo, as informações quantitativas com as teorias e conceitos discutidos nos capítulos anteriores. Em um primeiro momento, trabalho com as noções de marcadores sociais – ressaltando a importância das contribuições do conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Nogueira, 2013a) –, identificadas nos resultados desta pesquisa. Em momento posterior, discuto as várias faces ou nuances das violências enunciadas nas denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos, módulo LGBT, no ano de 2014.

⁵⁷Fragmentos da letra da música “I Will Survive”, composta por Freddie Perren e Dino Fekaris, interpretada por Glória Gaynor.

5.1- Caracterizando as “vítimas” a partir de seus marcadores sociais

As informações oriundas das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos mostraram que, do total de 991 (ano de 2014), 190 delas foram de violências transfóbicas. Nesses 190 documentos foram localizadas 276 vítimas, visto que pode existir mais de uma pessoa agredida na mesma denúncia.

Em inúmeras vezes o sujeito que acessa o DDH não possui todas as informações sobre a(s) vítima(s), acarretando em certa fragilidade nos dados. A idade das vítimas correspondente ao marcador social de geração é um exemplo disso, como pode ser observado na Tabela 3, a qual mostra que essa informação é inexistente em 15,6% das 276 vítimas. Dessa forma, a média de idade foi realizada com base em 233 vítimas (84,4%), o que resultou na média de 29 anos (a informação exata é de 28,9 anos), dados que correspondem aos veiculados por Brasil (2012).

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
IdadeV	233	84,4	43	15,6	276	100,0
Média 28,90						

Tabela 3: Média, frequência absoluta e percentual de casos válidos e omissos da idade das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014⁵⁸.

Algumas reflexões fazem-se insurgentes. Temos o grande volume de denúncias recebidas pelo DDH (sem levar em conta os processos de subnotificação), a média de idade das vítimas ser de aproximadamente 29 anos e o índice de expectativa de vida de sujeitos *trans* ser de, em média, 35 anos, como já foi discutido nesta pesquisa. Outro aspecto

⁵⁸ Nas tabelas e gráficos desta pesquisa constará sempre a expressão “banco de informações da pesquisa, 2014”. Isso se justifica pelo meu trabalho em refletir, elaborar categorias, sistematizar e analisar o *corpus* empírico.

passível de discussão/aproximação e que faz dessa informação – a média de idade das vítimas ser 29 anos – importante e justificável de ser inserida neste estudo é acerca da idade que a travesti discutida na parte qualitativa desta pesquisa possui, 28 anos, mostrando que ela compartilha, ou estaria próxima de compor a média de idade exposta na Tabela 3 Estariam essas informações interrelacionadas? Para além do fato de nos mostrar que inúmeras pessoas *trans* com essas idades, 28 ou 29 (e também em outras), estarem sofrendo violências, poderia indicar também relações com a faixa de idade com que elxs costumam ser assassinadxs.

A partir desse panorama de estatísticas, podemos estabelecer, por exemplo, aproximações entre as estatísticas das idades – média obtida pelas informações do DDH e índice de expectativa de vida – e o recebimento de denúncias de violências com os numerosos casos de assassinatos em território brasileiro. Não pretendo incorrer na concepção errônea de que pessoas *trans* morrem somente por assassinatos e muito menos que os dados de expectativa de vida não possam ser questionáveis. O que proponho é, somente, tencionar as relações entre as estatísticas de média de idade, a expectativa de vida e os assassinatos no país em que se mais se mata pessoas *trans* no mundo, como já dito.

Dessa forma, questiono: o que significaria, então, o DDH e suas denúncias para as pessoas *trans* na faixa etária dos 29 anos? Uma tentativa de conseguir ultrapassar a expectativa de vida dos 35 anos, uma vez que é próximo dessa idade que costumam ser assassinadas e de, mesmo antes disso, já estarem expostas à violência? Outra questão insurgente seria: qual é o lugar da prostituição no panorama da relação existente entre os assassinatos e outras violências e as médias de idade aqui discutidas? Sabe-se que o abandono familiar e a prostituição nas ruas ou nas ‘pistas’ são dos mais prováveis destinos para os quais travestis e transexuais são levadxs, mostrando estarem ainda mais expostxs a todas as modalidades de violência.

Uma discussão acerca do sexo das vítimas faz-se necessária, não para reafirmá-la como destino e/ou única possibilidade de vivê-lo, tampouco para reafirmá-lo como norma, mas sim para mostrar as diferenças de representatividade nas denúncias do Disque Direitos Humanos. O Gráfico 1 mostra que a grande maioria dos casos de violência é direcionada a pessoas do sexo masculino e que se identificam com o gênero feminino, ou seja, travestis e mulheres *trans*, somando 95,3% dos casos. As pessoas do sexo feminino, que se veem e se apresentam socialmente como do gênero masculino, ou seja, homens *trans*, representam 0,7%, assim como as pessoas intersexo, que tiveram o mesmo índice. O somatório dos 100% das informações dá-se com 3,3% dos casos em que essa informação era inexistente na denúncia.



Gráfico 1: Frequência absoluta e percentual de casos válidos do sexo das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

Novamente, problematiza-se o porquê dessa significativa diferença, ou seja, o motivo da violência transfóbica recair sobremaneira às pessoas travestis e mulheres *trans*, ou ainda, o quanto a sociedade abjeta, na apropriação do conceito de abjeto de Butler (2003), homens com performances femininas, ou mais afeminados.

Por outro lado, a que se deve um índice denunciativo tão inferior acerca dos homens *trans*? Inferências podem ser feitas: por exemplo, o efeito dos discursos machistas⁵⁹, heterossexistas⁶⁰ e patriarcais⁶¹ que invisibilizam e oprimem as pessoas do sexo feminino, mesmo que tenham performances de gênero masculinas. A partir de Judith Halberstam (1998), podemos discutir que em uma sociedade machista a produção de masculinidades seria um privilégio reservado aos homens, argumento que reiteraria as masculinidades *trans* como inviáveis/invisíveis. Em suas palavras, Halberstam (1998, p. 1) afirma que: “As masculinidades femininas são enquadradas como os retalhos rejeitados da masculinidade dominante, a fim de que a masculinidade masculina possa parecer ser o verdadeiro”⁶².

⁵⁹Balestrin e Soares (2015, p. 58) caracterizam o machismo como um sistema de opressão que “[...] pressupõe a hierarquia das relações e se manifesta de diversas formas: desde uma palavra que ofende, menospreza e/ou inferioriza a pessoa pelo fato de ser mulher, até formas de violência mais graves, como a violência física, sexual e patrimonial. Muitas vezes, o machismo está sutilmente colocado em piadas, expressões culturais, músicas, falas e tons de falas que implicitamente (ou nem tão implicitamente assim) partem do princípio de que as mulheres são mais frágeis, incapazes de determinados feitos, menos inteligentes para algumas habilidades”.

⁶⁰Heterossexismo trata-se de uma “lógica desigual de privatização de uma sexualidade em detrimento de outra, sendo que a legitimação pública se equaciona simplesmente no âmbito da heterossexualidade, remetendo todas as outras para um foro privado” (Oliveira, 2010a, p. 40). Refere-se, portanto, a uma lógica de discriminação e opressão de todas as formas de expressão (ideológica, de práticas, valores, crenças e de identidades) que não sejam ou não se conformam com as normas heterossexuais.

⁶¹O patriarcado consiste em um sistema de discursos e práticas sociais em que, segundo Oliveira (2010a, p. 29), “tanto a esfera pública como a privada são dominadas por homens, através da centralidade da paternidade. Trata-se do regime do pai. A opressão a que as mulheres estão sujeitas dentro deste regime não é explicável pela biologia ou natureza, mas faz parte de um sistema cultural que coloniza as mulheres”.

⁶² No original em inglês: “Female masculinities are framed as the rejected scraps of dominant masculinity in order that male masculinity may appear to be the real thing” (Halberstam, 1998, p. 1, tradução minha).

Nessa mesma direção tem-se que “a produção da masculinidade exclui as mulheres para manter a própria masculinidade como um privilégio dos homens” (Oliveira, 2010a, p. 36).

Nesta investigação, como já discuti anteriormente, a partir dos referenciais Carvalho e Carrara (2013) e Perucchi, Brandão e Silva (2015), adoto o conceito de *trans* para me referir a pessoas com identidades transexuais e travestis. Entretanto, na sistematização das informações documentais alvo desta pesquisa, optei por distinguir, a partir dos dados contidos nas denúncias, as duas categorias a fim de aprofundar a discussão da temática. Dessa forma, o Gráfico 2 nos apresenta que, das 276 pessoas *trans* vítimas de violência, 67% são travestis (ou 185 vítimas) e 33% são transexuais (91 vítimas).

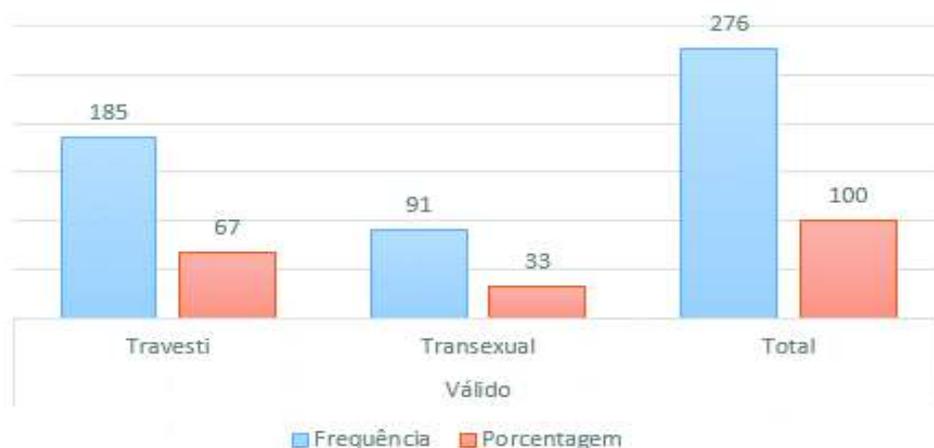


Gráfico 2: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da identidade de gênero das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

As estatísticas de violência transfóbica dependem do que se compreende como uma pessoa travesti e transexual, já que essa seria – se é que essa classificação de fato contempla as experiências possíveis de identidade, inclusive, e acredito que não – uma decisão/escolha pessoal em se autodesignar como uma ou outra. Além disso, cabe ressaltar que as pessoas que acessam o DDH e até mesmo os próprios atendentes do serviço podem, muitas vezes, não ter subsídios suficientes e necessários para considerar que uma vítima seja travesti ou transexual, de modo que as informações que comparecem no texto denunciativo carecem

de ser problematizadas para sabermos se, de fato, as travestis são mais violentadas do que transexuais ou vice-versa.

O que a literatura científica indica, aqui representada por Carrara e Vianna (2006)⁶³, é que travestis são alvo preferencial dxs agressorxs por terem suas performances ininteligíveis para a lógica da cultura heterocêntrica, ou nas suas palavras: “[...] há casos em que a identidade de gênero da suposta vítima, o fato de ‘ser travesti’, parece ser um fator determinante de execução – que assume as feições de um crime de ódio” (Carrara & Vianna, 2006, p. 245). Hammarberg (2011, p. 22), no relatório temático “Direitos Humanos e Identidade de Gênero”, construído acerca do contexto transfóbico europeu, reitera as afirmações de Carrara e Vianna (2006) ao afirmar que “[o]s homens e as mulheres trans têm um alto risco de serem vítimas de crimes de ódio ou de incidentes motivados pelo ódio”. Hammarberg (2011, p. 22, citando OSCE/ODIHR, 2007), ao descrever crimes de ódio, afirma: “Os crimes e incidentes de ódio homofóbico frequentemente mostram um elevado grau de crueldade e brutalidade. Muitas vezes envolvem espancamentos, tortura, mutilação, a castração, e até mesmo violência sexual. Há muitas probabilidades de que terminem em mortes”.

Outra informação pesquisada nos documentos do DDH no ano de 2014 foi acerca da orientação sexual, outro marcador social ou dimensão constituinte das vítimas de violência. Trata-se novamente de uma escolha estratégica para elucidar sobre as diversas possibilidades ou multiplicidades de viver a sexualidade sendo uma pessoa *trans* (ou qualquer outra) e, além disso, reiteradamente, outra tentativa de expor os furos da suposta

⁶³Carrara e Vianna (2006) realizaram pesquisa documental no Rio de Janeiro com inquéritos ou peças policiais e processos criminais acerca de homicídios de travestis e homossexuais *cross-dressers*. Foram elencados 14 desses casos, dos quais, segundo os autores, “em apenas dois há o indiciamento de acusados, sendo um deles absolvido e apenas um condenado” (Carrara e Vianna, 2006, p. 236).

sequência, linear e normalizadora, sexo-identidade de gênero-desejo sexual, teorizada por Butler (2003) em sua obra “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”. O Gráfico 3 nos mostra que, das 276 vítimas de violência, 69,9% foram consideradas pelos denunciante como sujeitos *gays* (193 casos), 1,1% como lésbicas (3 casos) e 0,4% como bissexual (1 caso), de modo que o somatório dos 100% das vítimas completa-se com 28,6% (79 casos) em que a orientação sexual da pessoa agredida não comparecia nas informações da denúncia.

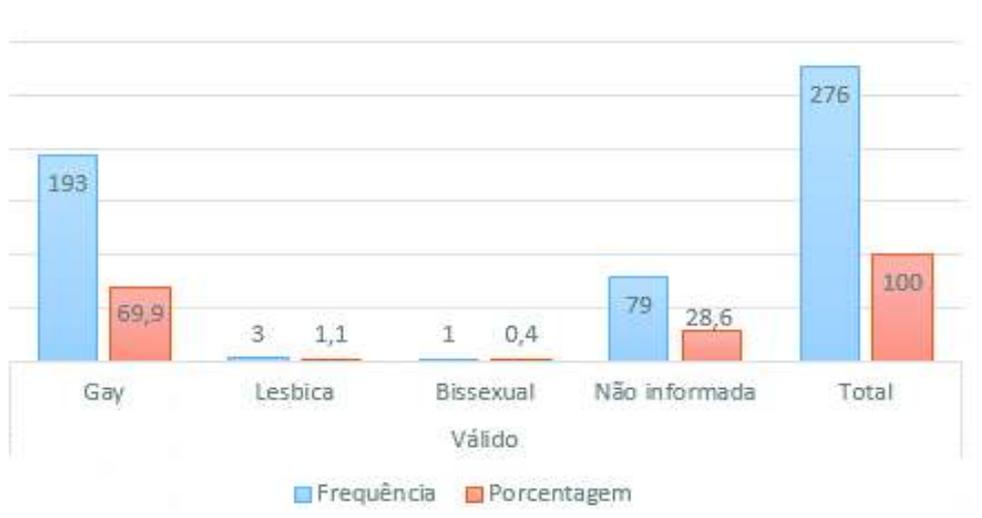


Gráfico 3: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da orientação sexual das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

O importante a ser destacado nesta discussão é o argumento de que a sexualidade deve ser compreendida não como algo naturalizado ou correspondente a uma essência hetero, homo, bi ou pansexual, mas sim como algo fluido, processual, não decisivo e não total. Uma pessoa, por exemplo, vive desejos/práticas homossexuais não por portar um sexo biológico específico que corresponda a uma identidade de gênero, tampouco esses se encontram encadeados ou concatenados.

Outro eixo de opressão que podemos considerar é o da raça. Crenshaw (2004), Gomes (2005), Nogueira (2013a) e Bento (2015) discutem essa categoria como um dos

marcadores que se intersecta ao sistema de gênero e sexualidade produzindo racismo, opressões e outras violências. As informações oriundas das denúncias, visualizadas no Gráfico 4, expressam que em quase 40% delas (110 vítimas) essa informação é inexistente, o que nos leva ao questionamento e problematização dos processos de invisibilidade desse marcador social, fenômeno amplamente criticado por Crenshaw (2002), quando discute sobre a subinclusão da categoria raça nas análises generificadas e, também, ao propor que essas sejam realizadas o quanto mais interseccionadas possível.

As informações empíricas mostram ainda que 23,6% (65 pessoas) são pardxs, 22,5% (62 *trans*) são brancxs, 13,0% (36 vítimas) são negrxs e 1,1% é amarelx. De acordo com Carrara e Vianna (2006), existe a tendência de que as vítimas de violência *trans* sejam pessoas negrxs ou pardxs e de classe social menos favorecida. Os dados encontrados em Brasil (2012) também mostram essa disposição ao afirmarem que negrxs (negrxs e pardxs) totalizam 40,55% das vítimas LGBT brasileiras. Mais especificamente em relação à população *trans*, os índices alcançam a marca dos 27,74% comparados aos 15,16% de vítimas de cor branca⁶⁴.

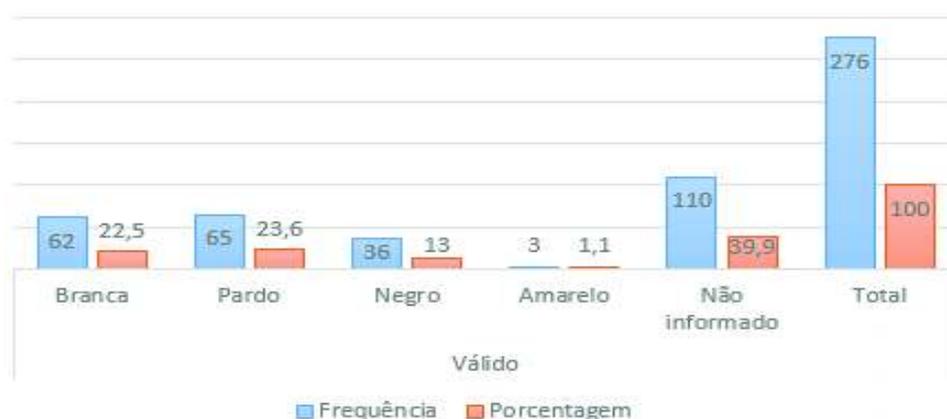


Gráfico 4: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da raça/cor das vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

⁶⁴ São dados hemerográficos de Brasil (2012) nos quais se acentuam os processos de subnotificação e (sub)informação.

5.2- Violência contra pessoas trans no Brasil: lugares, relações sociais/institucionais e as diversas faces das violências

A partir dos dados extraídos das denúncias, foi possível mapear a violência transfóbica tomando como base os estados da Federação Brasileira, buscando o cuidado necessário em não construir descrições simplistas ou generalizações e ciente de que as análises de tais informações dependem das especificidades de cada estado brasileiro. A partir do contingente populacional de cada um deles⁶⁵, tem-se que o estado com mais reportes de violências no Brasil em relação às pessoas *trans*: São Paulo. Nesse caso, entre as 276 denúncias no ano de 2014, encontram-se 70 vítimas, ou seja, corresponde a 25,4% dos casos em âmbito nacional. O segundo estado mais notificado é o Piauí, com 25 sujeitos violentados (9,15%), seguido por Minas Gerais, com 22 situações de violência, totalizados em 8,0%.

De acordo com Carrara e Vianna (2006), uma possível explicação para isso seria pela amplitude de seus contingentes populacionais, pois as grandes metrópoles apresentam maiores índices de violência contra pessoas de gêneros não binários e não heterossexualmente orientados. O que chama atenção aos dados aqui apresentados é em relação ao Piauí⁶⁶, que é menos populoso (cerca de 14 vezes) que São Paulo e ocupa o segundo lugar no *ranking* dessas violências, o que mostra fazer sentido o argumento de que o fenômeno da violência deve contemplar, sobretudo, as características sociais, culturais e econômicas de cada localidade.

⁶⁵ Admite-se que outras variáveis tragam reverberações para a ocorrência das violências contra pessoas LGBT, como: legislações e políticas públicas estaduais e municipais e histórico da presença ou ausência de movimentos sociais LGBT.

⁶⁶ Em São Paulo são 44.679.017 habitantes e no Piauí são 3.210.900. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso: 30/03/2016.

Santa Catarina obteve o índice de 0,4% (1 caso), o que não significa ser um dado sem relevância, uma vez que uma pessoa agredida é motivo suficiente para preocupação e ações na direção do fim dessa violência, ou, em outras palavras, nenhum caso de violência pode ser tolerado ou naturalizado. Os dados apresentados, assim como o de outros estados brasileiros, podem ser visualizados na Tabela 4.

Estados	Frequência	Porcentagem
AC	02	0,7
AL	20	7,2
BA	04	1,4
CE	09	3,3
DF	11	4,0
ES	11	4,0
GO	08	2,9
MA	02	0,7
MT	02	0,7
MS	02	0,7
MG	22	8,0
PA	10	3,6
PB	18	6,5
PR	14	5,1
PE	07	2,5
PI	25	9,1
RJ	09	3,3
RN	11	4,0
RS	14	5,1
SC	01	0,4
SP	70	25,4
SE	02	0,7
Não informado	02	0,7
Total	276	100,0

Tabela 4: Frequência absoluta e percentual de notificações de violência segundo o Estado de origem das vítimas. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

Outro aspecto de meu interesse neste estudo se alicerçou em avaliar quais instituições são acessadas quando do acontecimento da violência. Duas dessas instituições foram a polícia e órgãos de proteção LGBT. No Gráfico 5 podemos observar que, na maior parte dos 276 casos, em 39,5% (109 vítimas), a polícia não foi acionada no momento ou posteriormente a ocorrência da agressão. Em 34,4% (95 casos), a polícia foi convocada a comparecer na situação ou foi acessada pela vítima em momento posterior. Em 26,01% dos casos (72 vítimas), a informação sobre a polícia ter sido acessada ou não é inexistente no texto denunciativo.

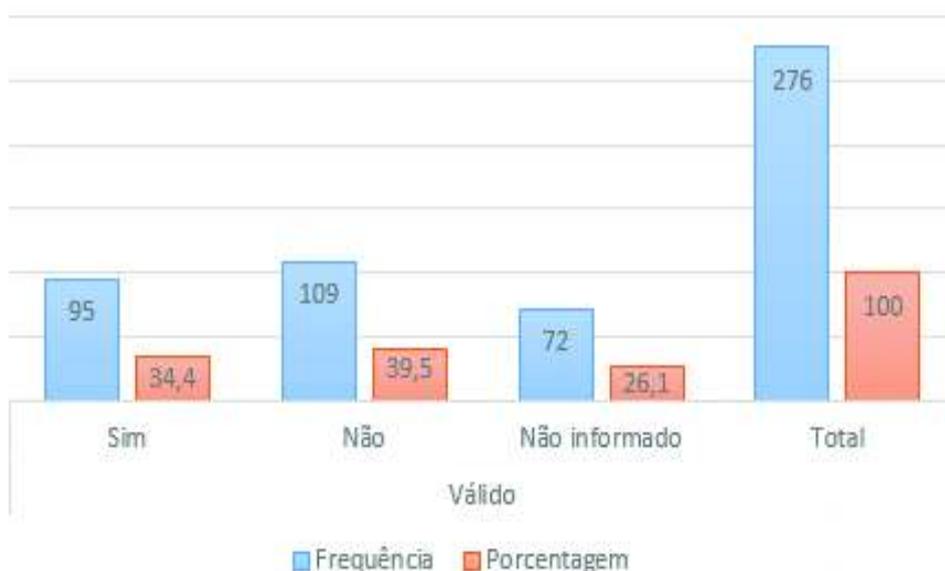


Gráfico 5: Frequência absoluta e percentual de casos válidos para polícia acionada (ou não) nos casos de violência: Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

Um desdobramento que buscamos investigar acerca da instituição policial dizia respeito à ocorrência ou não de violência por parte dos policiais e delegados, possuindo, *a priori*, as reflexões teóricas de Carrara e Vianna (2006), MacDowell (2008), Souza et al. (2015) e Balzer et al. (2012) – a última referência em contexto internacional –, que já nos apresentavam a cena (não rara) da polícia envolvida nos processos de manutenção e (re)vitimização das pessoas *trans*. O Gráfico 6 apresenta os números referentes à

informação que investiguei nas denúncias. Em 88,4% dos casos não houve violência policial. Por outro lado, existiram, sim, agressões por parte dos policiais e delegados em 11,6%, ou seja, em 32 casos.

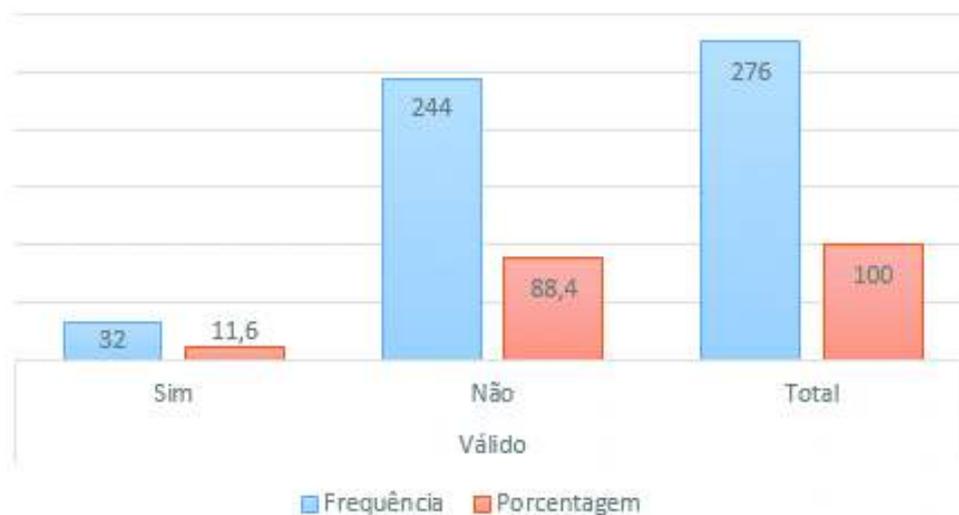


Gráfico 6: Frequência absoluta e percentual de casos válidos de violência policial nas ocorrências de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

Se compararmos as duas estatísticas (agressão policial ou não durante as ocorrências de violência contra pessoas *trans*), na aparência, as violências cometidas pelos representantes dessa instituição parecem pequenas e, mesmo se assim fosse, não deveriam ser justificadas ou toleradas.

Entretanto, se compararmos as estatísticas dos casos de violência policial com os casos de agressões reportados à polícia, podemos ter clareza da dimensão do que essa instituição representa para a transfobia (ou do que a transfobia representa para essa instituição). Dito de outra forma, dos 34,4% (95 vítimas) casos de violência transfóbica a que a polícia teve conhecimento, houve agressões por parte desses sujeitos em 11,6% (32 sujeitos), ou seja, em 1/3 dos casos em que existiu contato de policiais com pessoas *trans*, esses contatos foram mediados pela violência. Rubin (1989) afirma que a instituição policial, dispositivo executor das legislações do sexo, tem sido eficiente e veloz na tarefa

de patrulhar, policiar, controlar, subjugar, perseguir e punir veementemente gêneros e comportamentos sexuais “dissidentes”, “desviantes”. É auferido e legitimado pelo Estado o poder/função da polícia como instituição corretora dos “desvios” da norma.

De acordo com Costa (2016), nas relações sociais estabelecidas entre policiais e pessoas “Ts”, a sequência de violência permanece mesmo depois da morte das pessoas pertencentes a esse grupo populacional. Observa-se, pois, a manutenção dos seguintes aspectos:

reiteração por parte dos policiais da ideia de que as vítimas, travestis e transexuais, contribuíram para a sua própria morte devido ao seu modo de vida; arquivamento da maioria dos casos de execução de travestis; baixo número de acusados identificados e condenados; e tratamento das instituições de Segurança Pública e Justiça às travestis como réus nos processos em que são vítimas (Costa, 2016, p. 36).

As pesquisas realizadas por Carrara (2006) indicam estreitas relações entre as violências cometidas contra pessoas *trans* e a não responsabilização de agressorxs. Além disso, mostram o descaso de instituições do sistema de justiça, como a polícia, em sua recusa de investigação de crimes em que travestis e transexuais estão entre as vítimas, no arquivamento de casos e atitude de responsabilização das vítimas por suas mortes, concebidas, *a priori*, como criminosxs em potencial.

Os efeitos desse processo sistêmico de violências cometidas contra as pessoas *trans* é a polícia ocupar o “quarto lugar no *ranking* de agentes que praticam violência contra travestis e transexuais em Belo Horizonte” (Costa, 2016, p. 37), por exemplo, e a (in)atuação da polícia, provocando a “descrença e a desconfiança do grupo LGBT nesta instituição, o que o faz se afastar dela mesmo quando sua vida encontra-se em risco” (Costa, 2016, p. 37). As informações resultantes desta investigação de doutorado mostram a urgente necessidade de denúncia da instituição policial como reprodutora, reificadora e

legitimadora das violências cometidas contra pessoas LGBT e, mais especificamente, no caso desta pesquisa, contra pessoas *trans*.

Frente às situações de violência transfóbica e os processos de revitimização vividos quando do contato com a polícia, uma alternativa possível consistiria em reportar as agressões aos órgãos especializados nas temáticas LGBT. Entretanto, os dados da pesquisa realizada a partir das denúncias mostram uma realidade que exige transformação. Em 39,9% (frequência em 110) dos casos, a informação sobre acesso das vítimas a serviços especializados foi inexistente nos documentos construídos pelo DDH. Em 53,6% (148 vítimas), os casos não foram reportados a órgãos de proteção LGBT, e em apenas 6,3%, ou seja, em apenas 18 situações, as vítimas solicitaram auxílios desses serviços (Gráfico 7).



Gráfico 7: Frequência absoluta e percentual de casos válidos de instituições LGBT acionadas (ou não) nas ocorrências de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

Problematizo os motivos dessa (quase) inexpressiva estatística, exatamente por tratar-se de órgãos que, em seu fundamento, existem para garantir que os direitos de pessoas LGBT sejam preservados. Faltariam programas de formação continuada nessas instituições? Estariam elas fazendo divulgação necessária e suficiente para se tornarem visíveis à sociedade civil? Questiona-se, então, o porquê das vítimas não procurarem essas

instituições para nelas buscar apoio e formas de acolhimento, se seria por falta de informação ou mesmo pelos efeitos da vivência do circuito de sucessivas violências a tal ponto de não conseguirem vislumbrar qualquer possibilidade de ajuda nem nos órgãos especializados.

A partir da pesquisa documental realizada, pensei também em localizar nas denúncias de violência cometidas contra pessoas *trans* o que denomino aqui de um núcleo de ocorrência da transfobia, considerado por algumas categorias, a saber: vinculação entre agressorxs e vítimas, duração, territórios de ocorrência e modalidade da violência.

Primeiramente, busquei em cada denúncia a informação de existência ou não de vínculo entre vítima e agressor (a) para, posteriormente, identificar a modalidade de vinculação. Nas 190 denúncias recebidas pelo DDH envolvendo pessoas *trans*, foram localizados 404 agressorxs. A partir desses dados, obteve-se que, em 62,6% (frequência de 253) dos casos, não existia vínculo entre vítimas e agressorxs, no contraponto de 35,1% (frequência de 142) em que o vínculo foi observado. Em 2,1% (9 casos) das situações essa informação não constava na denúncia (Gráfico 8).

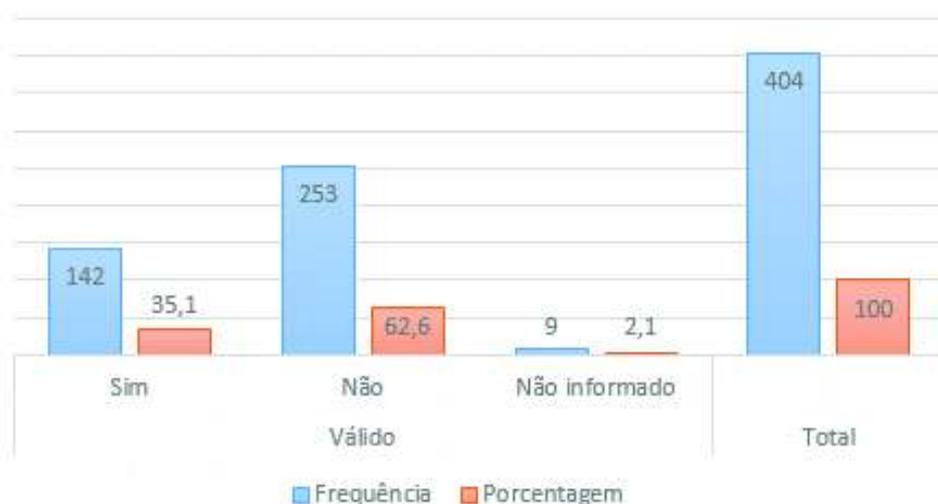


Gráfico 8: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da vinculação (ou não) entre vítimas e agressores nas ocorrências de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

A partir dos dados que expressaram a existência de vínculo entre vítima e agressorxs, buscou-se, então, verificar qual a forma de vinculação. Para as denúncias que indicavam a forma de vínculo (35,1% ou 142 situações), os dados resultaram em: 14,4% (58 casos) vítima e agressorxs eram vizinhxs; em 10,9% (44 situações) eram pertencentes à mesma família; colegas de trabalho e namoradxs obtiveram valores iguais: 3,7% (15 casos); empregadorxs somaram 1,2% dos casos (frequência de 5). Diretorxs e colegas de escola, professorxs e amigxs obtiveram valores iguais: 0,2% (1 caso). Em 65,1% (263 de frequência) foi observada a existência de vínculo entre vítimas e agressorxs, todavia não compareceu detalhado na denúncia (Gráfico 9).

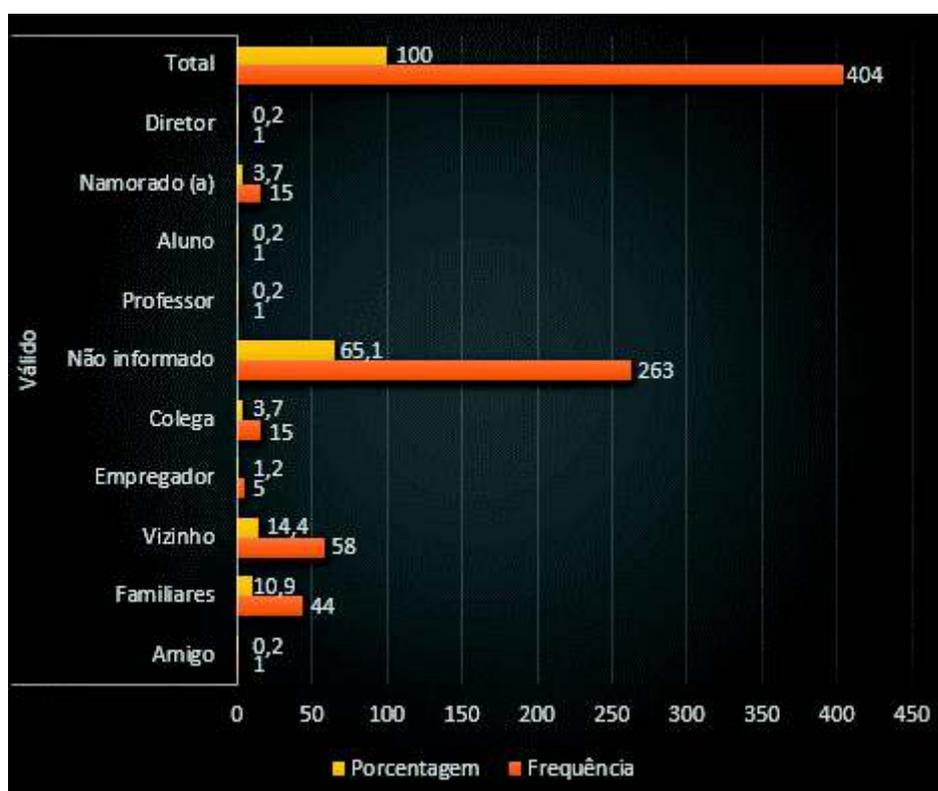


Gráfico 9: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da forma de vínculo entre vítimas e agressores nos casos de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

Essas informações coincidem com as análises encontradas em Brasil (2012) acerca da violência cometidas contra sujeitxs lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais

com os seguintes dados: vizinhxs totalizando 20,69%, seguido de membros da família com 17,72%. De acordo com dados hemerográficos de Brasil (2012), os processos (sub)informação são volumosos, porém, pode-se apreender que a maior parte dxs agressorxs possuem ou possuíam algum vínculo com as vítimas, mesmo que fossem clientes nos casos envolvendo prostituição.

Esse contexto pode ser interpretado a partir do que afirma Appadurai (2009) quando discute o porquê de as identidades “pequeno número”⁶⁷ serem alvo de violência e extermínio nas circunstâncias em que se observa alguma proximidade entre agressorxs e agredidxs. Ele argumenta que a violência pode existir quando algum grupo identitário, mesmo que seja pouco numérico – e extrapolando para esta investigação, mesmo que seja um (a) sujeitx –, funciona para afirmar ao outro grupo a sua incompletude, quando o desejo desse é “[...] fechar a brecha entre a maioria e a pureza da nação toda [...]. Os pequenos números representam um obstáculo muito pequeno entre a totalidade ou a pureza total” (Appadurai, 2009, p. 47).

É como se a ‘simples’ existência da diferença dos sujeitos localizados nos “pequenos números” fosse suficiente para gritar aos ouvidos da maioria: “Eu existo! Aceita que dói menos!”⁶⁸. A partir desse movimento, podem ser explicadas a violência e as tentativas de higienização na família e em outros territórios maiores, ou seja, a necessidade de exterminar aquilo que macula e impede a pureza e a totalidade dos que estão inseridos nos padrões heteronormativos e cisonormativos.

⁶⁷ Para maiores informações sobre “identidades predadoras”, “pequeno número” e “ansiedade de completude”, sugerimos a leitura de Appadurai (2009).

⁶⁸ Expressão corriqueira do “universo LGBT” quando algum de seus membros se coloca em um movimento de resistência a determinadas situações.

Os dados obtidos pela pesquisa documental mostraram que em 61,4% (248 casos) tratou-se de violências recorrentes, ou seja, cenas repetidas de agressões envolvendo as mesmas vítimas. Em 35,1% (142 situações) foram violências pontuais e em 3,5% (14 em frequência) essa informação não comparecia nas denúncias, como pode ser observado no Gráfico 10.

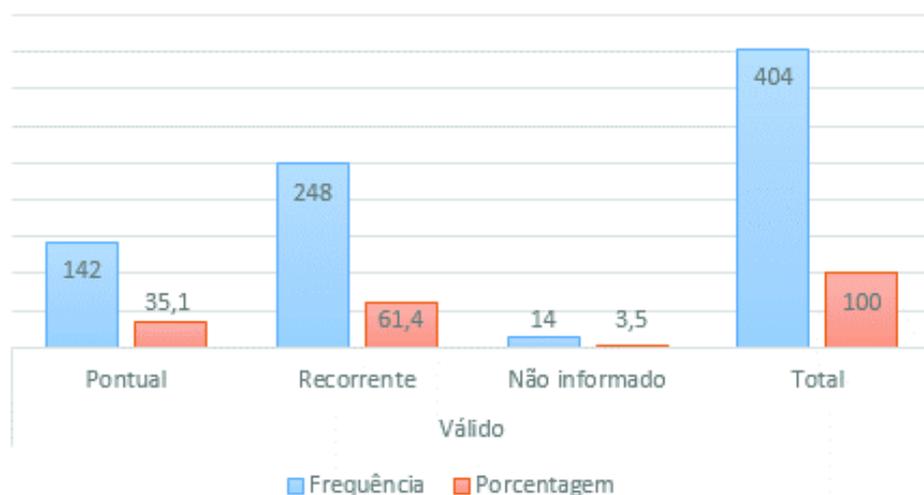


Gráfico 10: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da duração das violências envolvendo vítimas de transfobia. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

É necessário refletir sobre essas informações, pois se observa que, quando há vínculos ou proximidade entre as vítimas e agressorxs, há uma tendência de as violências ocorrerem de forma repetida e sistemática. Além desse aspecto, tem-se que processos de responsabilização pelas agressões também são falhos, como asseveram Carrara e Vianna (2006, p. 235): “Esses dados sinalizam para o grau de impunidade que incide sobre a execução de travestis”. O mesmo pode ser observado nas denúncias analisadas nessa pesquisa, não em casos de execução propriamente ditos, mas em agressões de uma forma geral, uma vez que mostram a existência de repetidas violências envolvendo os mesmos atores.

Na medida em que territórios constroem corpos e os corpos constroem territórios, MacDowell (2008) defende o argumento de que os processos de inclusão e exclusão são preponderantes na fabricação de lugares puros e impuros, não de forma fixa e estável, mas flexível e movediça: os primeiros, “os puros”, são ocupados por sujeitxs inseridxs nos discursos normativos de gênero, sexualidade, étnico etc. Xs outrxs “não sujeitxs”, xs que são consideradxs abjetxs, ocupam os territórios “impuros” e, não por acaso, esses lugares são alvo de limpezas. De acordo com MacDowell (2008), uma das instituições responsáveis pelo controle, disciplinamento, purificação e higiene dos corpos abjetos por meio da violência seria a polícia:

As forças policiais que patrulham a região [...] têm um largo histórico de participação ativa nas agressões a travestis e mulheres profissionais do sexo, que inclui atos de violência sexual, violência física em geral, extorsão, associação com cafetinas e cafetões para exploração do trabalho sexual e formas simbólicas de violência (MacDowell, 2008, p. 9).

Os resultados desta pesquisa documental revelaram que em 11,8% (frequência de 48) os territórios de violência não constavam nas denúncias. Naquelas em que essa informação estava disponível, tem-se que em 31,4% (127 casos) as violências ocorreram nas ruas, dados que confirmam os resultados encontrados por Vianna e Carrara (2006). Em 18,6% (75 situações) as agressões ocorreram na casa das vítimas ou dos agressorxs. Nos estabelecimentos comerciais as violências totalizaram 16,1% (65 casos), ao passo que nas instituições públicas a estatística é representada por 5,7% (23 situações). Em 3,5% (14 casos) ocorreu de forma conjugada: na casa e na rua. No ambiente de trabalho o número de agressões é o mesmo: 3,5% (14 em frequência).

Outras estatísticas dos lugares de ocorrência da transfobia foram: 3,0% (12 em frequência) na escola; 2,5% (10 situações) na polícia; 1,5% (6 ocorrências) pela internet;

1,2% (5 casos) pelo celular; 1% (4 eventos) em instituições de tratamento, tal como as psiquiátricas, por exemplo, e 0,2% (1 circunstância) pelo rádio ou televisão. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 11.

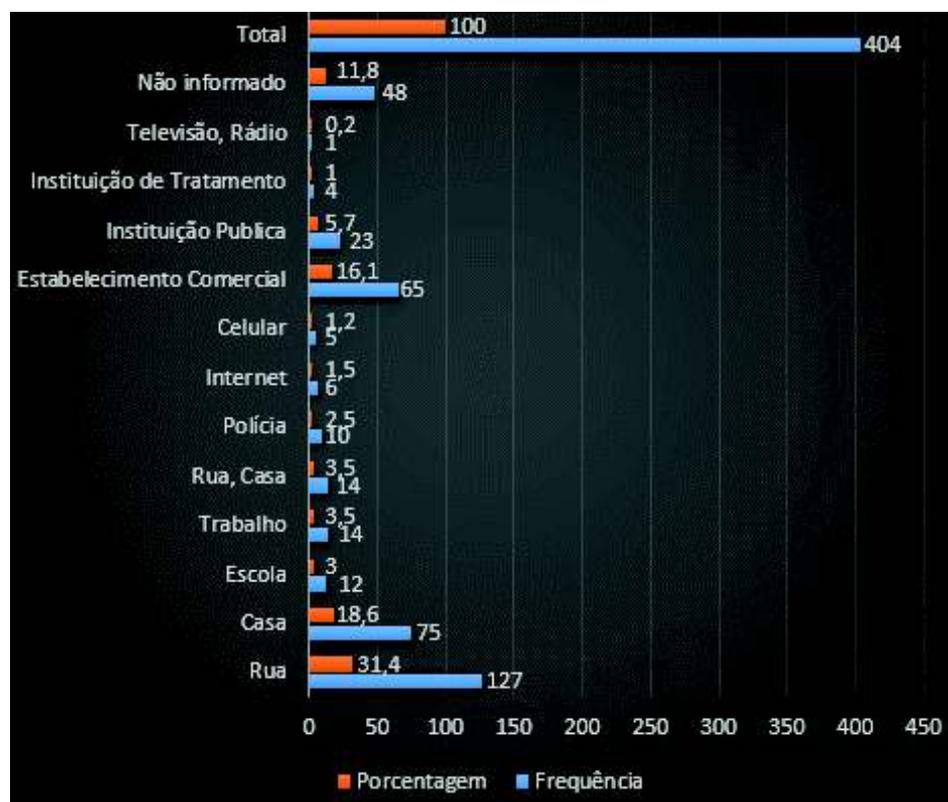


Gráfico 11: Frequência absoluta e percentual de casos validos dos locais de ocorrência das violências contra sujeitos *trans*. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

Esses dados mostram que a rua é o território privilegiado para a agressão às pessoas *trans*, informações que encontram correspondência com Brasil (2012) e Lopes (2015). Isso se justifica pelo fato de muitas dessas pessoas trabalharem nas ‘pistas’ da prostituição e estarem absolutamente vulneráveis a ataques transfóbicos, que vão desde agressões psicológicas, como injúrias e julgamentos, passando pela violência física e sexual e, em tantos casos, chegando a episódios extremos como os assassinatos. Uma estratégia adotada pelas travestis com o intuito de não serem violentadas é mencionada por Souza et al. (2015, p. 769), que afirmam: “É habitual, na busca por desviar situações que geram

constrangimento, evitem os espaços públicos, como a rua durante o dia, e outros locais comuns, como a farmácia, o mercado, a padaria, entre outros”. Esse aspecto mostra-se concatenado com uma das principais demandas das travestis: serem consideradas seres humanos, ou existirem de forma legítima socialmente, por 24 horas por dia.

A modalidade das violências também foi uma das categorias de interesse para a realização desta pesquisa documental (Gráfico 12). Todxs 404 agressorxs localizadxs estavam envolvidxs em diversas modalidades de violência. Os resultados acerca disso mostraram que em 50,7% (205 casos) trata-se de violência psicológica e 28,2% (114 situações) violência psicológica conjugada com violência física. Em 5,9% (24 agressões) houve violência psicológica, física e sexual ao mesmo tempo. Os assassinatos totalizaram-se em 5,7% pessoas *trans* (23 vítimas), sujeitos “particularmente vulneráveis aos crimes de execução” (Carrara e Vianna, 2006, p. 245). A negligência pôde ser observada em 5,4% (22 situações). Violência física e exploração comercial obtiveram os mesmos resultados, ou seja, ocorreram em 1,5% (6 casos) das situações. Violência sexual foi reportada em 0,7% (3 situações) e, como último dado quantitativo, a violência física conjugada com negligência resultou em 0,2% (1 caso).

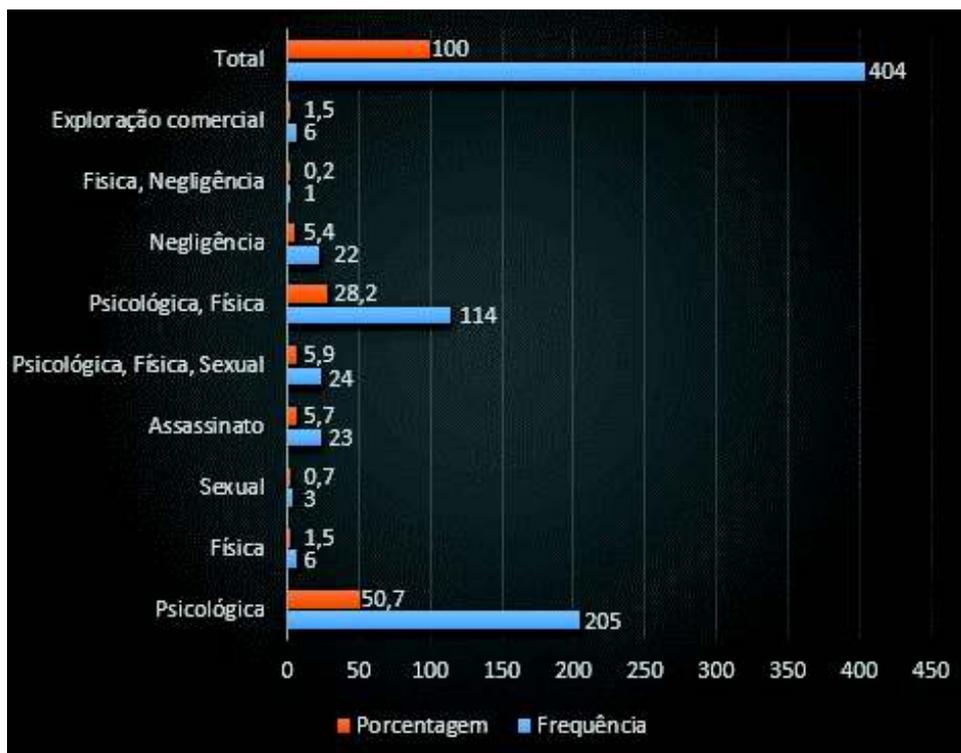


Gráfico 12: Frequência absoluta e percentual de casos válidos da modalidade de violência cometidas contra pessoas *trans*. Fonte: Banco de informações da pesquisa, 2014.

De acordo com informações da *Transgender Europe*⁶⁹, veiculadas no ano de 2015, a maior parte dos assassinatos de pessoas *trans* no mundo aconteceu no Brasil. Foram contabilizados 689 assassinatos de janeiro de 2008 a dezembro de 2015. Em segundo lugar está o México, somando 194 mortes no mesmo período. Os dados veiculados mostram que:

O Brasil é o segundo país com a maior população na região, com mais de 200 milhões de pessoas. [...] Em termos quantitativos, o Estado brasileiro informou a Comissão de que havia 278 assassinatos de pessoas LGBT em 2011 e 310 casos notificados em 2012, representando um aumento anual de 11,5%. Em 2013, a organização local “Grupo Gay da Bahia” (GGB) documentou pelo menos 312 assassinatos de gays, lésbicas e pessoas *trans* no seu relatório anual de 2013. Os homossexuais (59%) mulheres e

⁶⁹ Informações disponíveis em: <http://www.transrespect-transphobia.org/en_US/tvt-project/tmm-results/idahot-2015.htm>.

peças trans (35%) representam a maioria das vítimas (OAS, 2015, p. 93)⁷⁰.

Sobre as violências cometidas contra travestis brasileiras, os dados do Disque Direitos Humanos (Brasil, 2015) indicam que elas representaram apenas 1,47% das denúncias recebidas. Discute-se, nesse sentido, um processo de subnotificação desse segmento populacional, bem como de sua invisibilidade. Todavia, de acordo com o mesmo relatório, construído a partir de outra metodologia (dados hemerográficos retirados de informes midiáticos), das 511 violações cometidas contra a população LGBT, a transfobia correspondeu a 51,86% dos casos. Das mesmas 511 violações, 40% correspondem a assassinatos de travestis e transexuais (Brasil, 2015). Mesmo que eu esteja enfocando os assassinatos de mulheres *trans* e travestis, facilitados pela prostituição, pela experiência de trabalho nas ruas e, muitas vezes, pelo envolvimento com drogas, isso não significa que homens *trans* também não sejam alvos de assassinatos e outras violências, inclusive nos contextos familiares.

Sabemos da fragilidade e limites de análises baseadas em documentos, sobretudo pelas lacunas sabidamente apresentadas ou pela ideia de que os documentos se constituem como provas inquestionáveis de uma suposta realidade. No contexto de uma análise socioconstrucionista, ancorada em uma análise das práticas discursivas, o entendimento da linguagem é de que ela constrói realidades, portanto a forma como analisamos as

⁷⁰ No original em espanhol: “Brasil es el segundo país con el mayor número de habitantes en la región, con más de 200 millones de personas. [...] En términos cuantitativos, el Estado de Brasil informó a la CIDH que hubo 278 asesinatos de personas LGBT en el 2011 y 310 casos denunciados en el 2012, lo que constituye un aumento anual del 11.5%. En el 2013, la organización local “Grupo Gay da Bahia” (GGB) documentó al menos 312 asesinatos de hombres gay, mujeres lesbianas y personas trans en su Informe Anual de 2013. Los hombres gay (59%) y las mujeres trans (35%) representan la mayoría de las víctimas”, (OAS, 2015, p. 93).

informações dos formulários de denúncia constitui-se em uma forma não apenas de contabilizar e descrever as violências contra pessoas *trans*, mas de ampliar a compreensão sobre as narrativas de como essas violências acontecem.

Essas reflexões promoveram um ensejo de compreensão acerca do panorama de rejeição e exclusão social a que pessoas *trans*, travestis e transexuais – mesmo com as particularidades existentes entre esses grupos – estão submetidxs, bem como da localização dessxs sujeitxs “T” em lugares subalternos nas hierarquias de poder. No seu contraponto, encontram-se as pessoas localizadas nos discursos e nas práticas de gênero e sexuais hegemônicas, ocupando lugares de poder, de subordinar, sujeitar, excluir e violentar pessoas travestis e transexuais e não heterossexuais.

Outro objetivo desse capítulo foi e de possibilitar um cenário de discussão de dados qualitativos, como é o caso Gisberta, que compartilha de vários aspectos quantitativamente discutidos (como gênero, orientação social, raça e proximidade da média de idade) e que serão apresentados e analisados a seguir, a partir da Metodologia de Análise Temática, proposta pelas autoras Braun e Clarke (2006) e Clarke e Braun (2013) e das análises de discurso e de práticas sociais de poder/saber, bem como de processos de objetivação e subjetivação a partir de Foucault (1971; 1995; 1998; 2004; 2006, 2014; 2016a; 2016a).

Capítulo 6: As denúncias sobre a travesti Gisberta: uma proposta de análise das informações qualitativas

Go on, now go, walk out the door
Just turn around now, cause you're not welcome anymore
Weren't you the one who tried to hurt me with goodbye
Do you think I'd crumble
Do you think I'd lay down and die
Oh no not I, I will survive
For as long as I know how to love
I know I'll stay alive
I've got all my life to live
I've got all my love to give
And I'll survive, I will survive
Hey, Hey!

It took all the strength I had not to fall apart
And trying hard to mend the pieces
of my broken heart
And I spent oh so many nights just feeling sorry for myself

I used to cry, but now I hold my head up high⁷¹

O corpus de denúncias de violência perpetradas contra sujeitos *trans* que foram recebidas pelo Disque Direitos Humanos no ano de 2014 apontou para a importância de um estudo acerca das narrativas sobre uma das vítimas referidas nos documentos. Isso se justifica por ser um caso de múltiplas e repetidas violências e agressorxs. No ano de 2014 foram registradas 17 denúncias de violência cometidas contra Gisberta (nome fictício)⁷²,

⁷¹ Fragmentos da música “*I Will Survive*”, composta por Freddie Perren e Dino Fekaris, interpretada por Glória Gaynor.

⁷² Caba a ressalva de que a Gisberta que aparece no *corpus* denunciativo do Disque 100, e discutida nesta pesquisa, não é a mesma Gisberta assassinada em Portugal. Trata-se, sim, de um nome fictício utilizado como forma de homenageá-la e, mais que isso, como forma

em um total de 63 acessos (34 páginas de documentos), sendo possível, então, fazer várias ligações para complementar uma única denúncia. Essas informações denunciam, e esse é um ponto de relevo a ser dado quando da escolha desse “caso”: a precariedade do serviço Disque Direitos Humanos no que se refere a população *trans* brasileira vítima de violências.

Além disso (e também motivo para escolha deste caso) são documentos em que podem ser observadas, também, a multiplicação de marcadores sociais, ‘motivadores’ das agressões, como nos esclarece o conceito de interseccionalidade discutido por Crenshaw (2002) e Nogueira (2013a). Em outros termos, as informações empíricas acerca de Gisberta, em sua trama de complexidade, mostraram-se necessárias e suficientes para serem lidos a partir dos estudos de gênero e sexualidade e problematizados no campo da Psicologia Social de orientação socioconstrucionista, de modo que não foi considerada necessária a incorporação das narrativas de outras vítimas. Outro argumento é a proposta desse capítulo, que se constitui com base em análises qualitativas, portanto em profundidade. Assim, a questão numérica mostra-se secundária para os objetivos almejados.

Nesta oportunidade, serão discutidos, como eixos atravessadores, a identidade de gênero, orientação sexual, raça/cor⁷³ e classe social, mesmo que essa não esteja presente explicitamente nos gráficos analisados no capítulo de análise quantitativa desta pesquisa;

de denúncia contra a impunidade em relação às violências vividas por pessoas *trans* do e no Brasil.

⁷³ Será utilizada a expressão “raça/cor” para discussão das informações empíricas, pois é dessa forma que são apresentadas nas denúncias. Quando a discussão for teórica, optar-se-á pela expressão “raça/etnia”, deixando claro não se tratar de sinônimos, discussão que será efetuada no corpo do texto desta pesquisa.

além de diversas instituições que constituem, repetem e reforçam os cenários das violências.

Alia-se, também, a esse elenco de fatores a minha implicação enquanto pesquisador (e aqui escrevo em primeira pessoa), quando do meu contato, sistematização e análise das denúncias, compreendendo este estudo como uma possibilidade de ativismo científico, assim denominado por Nogueira (2013b), fundado na defesa de causas sociais e de transformação da sociedade. Um estudo “sem vergonha de ser político” (Nogueira, 2013b, p. 28).

A fim de iniciar as análises desta investigação, algumas características (ou marcadores sociais) que constituem a travesti, aquela que figura nas denúncias, se mostram necessárias de serem conhecidas. Gisberta é, segundo designações literais das denúncias, uma travesti brasileira, de 28 anos, negra, homossexual, residente no estado de São Paulo e que se infere, pelos cenários descritos, ser uma pessoa financeiramente desfavorecida⁷⁴.

É impossível saber quem acessou o serviço para a realização das denúncias, mas tem-se que a primeira delas ocorreu no dia 5 de janeiro de 2014 para revelar um panorama de agressões que já aconteciam há pelo menos oito meses. A última denúncia foi realizada no dia 10 de dezembro de 2014. Entre o dia 10 e 31 de dezembro não houveram acessos ao DDH; não sabe-se, portanto, se pelo seu falecimento, prisão, descrédito em relação ao Disque Direitos Humanos ou pelo cessar das violências.

As metodologias de análise apropriadas por mim nesta investigação tornaram possível a organização de três agrupamentos de enunciados, a saber: 1 – Motivação das

⁷⁴ As informações sobre Gisberta mostram-se reduzidas a fim de preservar sua identidade mantida em sigilo.

violências; 2 – Duração/modalidade das violências, e 3 – Efeito das violências, que contemplam enunciados envolvendo: 1 – violência motivada por identidade de gênero, orientação sexual e raça/cor; 2 – violência recorrente, violência sexual, institucional, física e psicológica/simbólica; 3 – efeitos físicos, emocionais, sociais/econômicos/familiares e rede de apoio.

Além disso, como pode ser observado na Figura 7, construída como instrumento base de análise, encontram-se outros aspectos necessários para responder às perguntas propostas para este capítulo da pesquisa que podem ser sintetizadas nas seguintes questões: A partir dos enunciados constituintes das denúncias, quem são os sujeitos referidos nesses mesmos enunciados? Como se constrói, a partir dos conjuntos de enunciados e suas nomeações, repetições, a performatividade de gênero *trans*? Quais as condições de emergência e possibilidade desses mesmos enunciados? Sobre as relações de poder, como estão postas nos trechos denunciativos? E, por último, quais são os efeitos, em termos de modos de subjetivação, presentes nas denúncias?

Conjuntos de Enunciados	Os enunciados	Os sujeitos dos enunciados que aparecem nas denúncias	A construção da performance de gênero travesti nas denúncias	Aprofundamentos teórico-analíticos em Michel Foucault
Duração/ Motivação para as violências	“Os fatos ocorrem há aproximadamente um ano, diariamente , em horários variados”. D.19.09.	Disque 100;	Submetida a repetidas violências;	Aspectos da Arqueologia do Saber.
	“Os suspeitos [conselheira tutelar, adolescentes e policiais militares] deixam claro que as violações ocorrem em decorrência da cor da vítima e da identidade de gênero ”. D.08.01.	Conselheira tutelar; Adolescentes; Policiais; Militares;	Cor da vítima e identidade de gênero;	Conceitos fundamentais: Discurso; Enunciado;
	“...o delegado disse que, devido à orientação sexual e cor de pele da vítima, ela tinha que trabalhar como garota de programa e apanhar sem reclamar, além de chamá-la de vagabunda e macaca . O delegado se recusou a assinar o Boletim de Ocorrência [...]	Delegado;	Garota de Programa; Vagabunda;	Campo associativo;

	que foi registrado e em seguida rasgado por ele, além de ameaçar de morte”. D.04.02.		Macaca;	Condições de emergência e possibilidade
	“...foram proferidas [por vizinho e mais dois homens] ameaças de morte, palavras de baixo calão, de cunho humilhantes e homofóbicos como bicha e viado [vizinho e mais dois homens] agrediram-na psicologicamente com xingamentos como macaco , viado e pedófilo ”. D.09.07.	Vizinhos; Dois homens (possivelmente os adolescentes citados acima);	Bicha; Viado; Pedófilo;	Da análise: Discursos heteronormativos; Discursos cisnormativos;
	“os suspeitos são amigos [cinco homens que proferiram] ofensas com relação a cor de pele e identidade de gênero chamando-a de macaco e viado e a ameaçaram de morte”. D.08.09.	Cinco homens (possivelmente os adolescentes citados acima);	Macaco; Viado;	Discursos racistas; Discursos racistas;
	“Foram proferidos [por quatro homens] termos homofóbicos e de racismo, viado e pessoas de cor tem que morrer e chamam a vítima de macaco , disseram que a vítima tem que morrer queimada ”. D.08.09.	Cinco homens (possivelmente os adolescentes citados acima);	Viado; Macaco; Alguém que deve morrer queimada;	Discursos machistas e sexistas.
	“[A] Promotora do Fórum [...] proferiu termos de cunho racial como macaca e disse para sair da sala, pois fedida , além disso, proferiu termos como filha da puta , viado , vagabunda e outros”. D.10.12.	Promotora do Fórum;	Macaca; Fedida; Filha da puta; Viado; Vagabunda;	
	“Gisberta, travesti , é agredida”. D.05.01.2014.	Disque 100;	Travesti (no feminino);	
	“[nome masculino], travesti , é agredido”. D.08.01.	Disque 100;	Travesti (no masculino);	
	“Gisberta, homossexual , foi agredida”. D.02.02.	Disque 100;	Homossexual;	
	“Gisberta, transexual , é agredida”. D.04.02.	Disque 100;	Transexual;	
	“[nome masculino] de nome social Gisberta, transexual , é agredido”. D.03.08.	Disque 100;	Alguém não chamado pelo seu nome social;	
	“[nome masculino] de nome social Gisberta, transexual , foi agredida”. D.10.12.	Disque 100;	Alguém não chamado pelo seu nome social;	
Modalidades das violências	<u>Psicológica/Simbólica:</u> “Policiais invadiram a casa da vítima depredando toda a porta e pertences da mesma para então cometer novas agressões, sabe-se, inclusive, que os policiais colocaram uma arma de fogo na boca de Gisberta . Nas agressões psicológicas , são	Disque 100; Policiais Militares;	Alguém que não tem direito a privacidade; Objeto de violência;	Aspectos da Genealogia das relações e práticas de poder

proferidas palavras de baixo calão, termos depreciativos, humilhantes , e extremamente ofensivos. [...a conselheira tutelar] ameaçou de morte a vítima, afirmando que ela não passaria desta semana ". D.05.01.	Conselheira tutelar;		Conceitos fundamentais; Discurso; Enunciado;
"Nas agressões psicológicas , a suspeita [mãe] profere palavras de cunho homofóbicos e de discriminação racial . O Delegado instigou a suspeita [mãe] a cometer as agressões ". D. 02.02	Mãe da vítima; Delegado;	Sexualidade, raça/cor desqualificadas;	Campo associativo; Poder; Relações de poder;
"Às 23:30 houve tentativa de contato com a vítima por telefone, ouviu-se [de dois policiais] tiros e um pedido da vítima para não matá-la. Desde então, não há notícias do paradeiro de Gisberta e o telefone celular está desligado". D.04.02.	Dois policiais;	Alguém que deve morrer;	Violência.
"Além disso [seis homens] ameaçaram queimar a vítima ". D.08.09.	Seis homens;	Alguém de deve ser queimada;	Da análise: Sistema das diferenciações;
"Os suspeitos [seis homens] falaram que não vão sossegar enquanto não matarem a vítima ". D.08.09.	Seis homens;	Alguém que deve morrer;	O tipo de objetivo;
"[Seis homens] Disseram que vão matá-la, seja queimada ou de qualquer outra forma , [...] disseram que a vítima tem que morrer queimada ". D.08.09.	Seis homens;	Alguém que deve morrer queimada;	As modalidades instrumentais; As formas de institucionalização;
Institucional: "Gisberta foi a delegacia, onde o Delegado se recusou a registrar o boletim de ocorrência alegando que não havia testemunhas". D.08.01.	Delegado;	Alguém que não tem direito a acesso ao sistema de Justiça;	Os graus de racionalização.
"A Delegacia de Polícia Militar, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Ministério Público, CRAS e Prefeitura da cidade foram acionados, porém nenhuma providência foi tomada ". D.08.01.	Polícia Militar; Núcleo Especializado de Combate à Discriminação; Ministério Público; CRAS; Prefeitura da cidade;	Alguém que não tem voz reconhecida como legítima/deve ser permanentemente silenciada;	
"A vítima entrou em contato anteriormente com órgão [Núcleo Especializado de Combate à Discriminação], pedindo proteção, porém falaram que era para Gisberta sair da cidade , pois o órgão não podia fazer mais nada". D.25.07.	Núcleo Especializado de Combate à Discriminação;	Alguém que não é digna de dividir os mesmos espaços sociais;	

<p>“O CRAS do município não quis ajudar a vítima, além de rir da mesma por ser homossexual. A Promotoria e o Fórum também foram acionados, porém também sempre riem e hostilizam a vítima. A Defensoria Pública e a única Delegacia de Polícia [...] foram acionadas várias vezes, mas não tomaram as providências cabíveis. Acredita-se que seja pela influência dos suspeitos [conselheira tutelar e seu filho, policiais militares e mais dois homens]”. D.13.01.</p>	<p>CRAS; Promotoria de Justiça; Fórum; Defensoria Pública; Delegacia de Polícia;</p>	<p>Alguém que é alvo de xingamentos, deboche e hostilidade;</p>
<p>“Na Diversidade Sexual a vítima foi orientada a não acionar o Disque 100”. D.15.01.</p>	<p>Núcleo Especializado de Combate à Discriminação;</p>	<p>Alguém que não teria direito de denunciar violências;</p>
<p>Física: “Nas agressões físicas os adolescentes [e] conselheira tutelar da cidade [mãe de um dos adolescentes] atiram pedras, tijolos e barras de ferro na vítima e na residência da mesma, além de socos e tapas ocasionando diversos hematomas e sangramentos, além disso invadiram a residência dele e quebraram vários objetos”. D.05.01.</p>	<p>Adolescentes; Conselheira tutelar; Disque 100</p>	<p>Objeto de violência; Ser descrita no masculino;</p>
<p>“[Policia] colocou a arma na boca da vítima e o agrediu com socos no estômago e na boca e o ameaçou de morte. Foi informado que os suspeitos [conselheira tutelar e mais três homens] agrediram fisicamente Gisberta com uma lâmpada e desferiram chutes e pontapés na vítima”. D.08.01.</p>	<p>Policia Militar; Conselheira tutelar; Outros três homens;</p>	<p>Objeto de violência;</p>
<p>“Ontem, dia 12/01/2014, por volta das 15h a [conselheira tutelar] jogou o carro para cima da vítima tentando atropelá-la, ocorrendo a mesma situação na data de hoje, além disso, a mesma tentou enforcar a vítima”. D.13.01.</p>	<p>Conselheira tutelar;</p>	<p>Alguém que deve morrer;</p>
<p>“[Cinco adolescentes] o agrediram fisicamente com chutes, socos, tapas e uma barra de ferro, além de rasgarem suas vestis e tirarem a peruca da vítima”. D.04.02.</p>	<p>Cinco adolescentes;</p>	<p>Alguém que não pode se expressar em sua performance de gênero travesti (roupas e peruca);</p>
<p>“[Três homens] o agrediram fisicamente com cuspes no rosto, chutes na barriga e nas costas”. D.08.02.</p>	<p>Três homens; Disque 100;</p>	<p>Objeto de violência; Ser descrita no masculino;</p>
<p>“Nas agressões físicas, foram desferidos [pelo delegado e outros cinco homens] chutes nas costas,</p>	<p>Delegado;</p>	<p>Objeto de violência;</p>

<p>socos, além de rasgarem a roupa da vítima lhe deixando nua”. D.08.02.</p>	<p>Cinco homens;</p>	
<p>“Na delegacia a vítima continuou sendo agredida [pelo delegado e policiais militares] psicologicamente e fisicamente com chutes e tapas no ouvido”. D.05.06.</p>	<p>Delegado; Policiais militares;</p>	<p>Objeto de violência;</p>
<p>“No momento em que os suspeitos [policiais militares e outros três homens] entraram [um policial] colocou a mão na boca da vítima para a mesma não gritar”. D.25.07.</p>	<p>Policiais militares; Três homens;</p>	<p>Objeto de violência; Alguém que não pode ter voz;</p>
<p>Sexual: Cabe ressaltar que o Delegado, mandou os [dois] soldados [...] abusarem sexualmente da vítima, praticando sexo anal e a obrigando a praticar sexo oral”. D.15.01.</p>	<p>Delegado; Dois soldados;</p>	<p>Alguém que não tem autonomia sobre o próprio corpo, inclusive sexualmente seu corpo é objeto do outro;</p>
<p>“Foi informado que no dia 06/02/2014 às 2:00hr o Delegado e a Conselheira invadiram a casa da vítima e alugou-a, tendo despido a vítima obrigou-a a manter relações sexuais”. D.04.02.</p>	<p>Delegado; Conselheira tutelar;</p>	<p>Alguém que não tem autonomia sobre o próprio corpo, inclusive sexualmente seu corpo é objeto do outro;</p>
<p>“Foi agredida por [um homem que] jogou uma pedra na vítima, além de desferir chutes, xingá-la de viado e mostrar o órgão sexual na presença de terceiros”. D.08.09.</p>	<p>Um homem;</p>	<p>Alguém que não tem autonomia sobre o próprio corpo, inclusive sexualmente seu corpo é objeto do outro;</p>
<p>“Os abusos sexuais ocorreram há aproximadamente um mês. Nos abusos sexuais Gisberta foi conduzida pelos suspeitos [delegado e dois policiais militares] até um matagal da cidade, onde foi obrigada a praticar sexo oral e anal com os policiais, sob ameaça de morte”. D.25.07.</p>	<p>Delegado; Policiais Militares;</p>	<p>Alguém que não tem autonomia sobre o próprio corpo, inclusive sexualmente seu corpo é</p>

			objeto do outro;	
Efeitos das violências	<u>Efeitos Físicos:</u> “Nesse momento a vítima encontra-se abalada e com sangramento no ouvido ”. D.05.06.	Disque 100;	Alguém que tem em seu corpo/ subjetividade as marcas de repetidas violências;	Aspectos da Genealogia da Ética e do cuidado de si Conceitos fundamentais: Processos de subjetivação Enunciados ‘Liberdade’ Verdade Da análise: Eixo: saber-poder-subjetividade
	“Devido às fortes agressões a vítima está vomitando sangue ”. D.08.09.	Disque 100;	Alguém que tem em seu corpo/ subjetividade as marcas de repetidas violências;	
	“Devido as agressões sofridas, a vítima tem fortes dores de cabeça, não consegue dormir, tem vômitos e desmaios constantes ”. D.08.09.	Disque 100;	Alguém que tem em seu corpo/ subjetividade as marcas de repetidas violências;	
	<u>Efeitos Emocionais:</u> “Em decorrência da situação, a vítima está com o estado emocional extremamente abalado, fazendo tratamento psiquiátrico e medicamentoso ”. D.05.01.	Disque 100;	Alguém com transtornos psicológicos; Alguém em tratamento psiquiátrico;	
	“A vítima não pode sair de casa, está abalada, toma remédios depressivos, dentre eles Diazepam. Gisberta mora sozinha e é profissional do sexo e não está trabalhando por causa das ameaças”. D.13.01.	Disque 100;	Alguém que precisa ser medicada;	
	“Ressalta-se que Gisberta está apresentando sintomas iniciais de depressão e fobia social, tendo muito medo para sair nas ruas devido às violações que tem sofrido nos últimos dias”. D.26.03.	Disque 100;	Depressiva; Fóbica;	
	“A vítima está apavorada, com medo de ficar sozinha no período da noite [...]. Informa-se que a vítima apresenta tendências suicidas ”. D.25.07.	Disque 100;	Alguém na iminência do suicídio;	
	“Gisberta está muito abalada, com pensamentos suicidas e de baixa estima ”. D.03.08.	Disque 100;	Alguém na iminência do suicídio e abalada; Alguém com baixa estima;	
	“Gisberta fala em suicídio a todo momento, por não aguentar mais a situação [em] que se encontra”. D.03.08	Disque 100;	Alguém na iminência do suicídio;	

<p><u>Efeitos: Sociais/Econômicos/Familiares:</u></p> <p>“[Gisberta encontra-se] impossibilitada de trabalhar para seu próprio sustento de modo que está passando por dificuldades financeiras, inclusive, sem alimentar-se adequadamente”. D.05.01.</p>	Disque 100;	<p>Alguém que encontra-se impossibilitada de exercer trabalho como prostituta;</p> <p>Alguém de extratos sociais mais desfavorecidas (classe social);</p> <p>Alguém que passa fome;</p>
<p>“Foi informado que a vítima está em extrema situação de vulnerabilidade social, passando fome e necessitando de ajuda de vizinhos e amigos para se alimentar”. D.26.03.</p>	Disque 100;	<p>Alguém em vulnerabilidade social;</p> <p>Alguém que passa fome;</p>
<p>“Gisberta está passando por dificuldades financeiras e chega a passar fome, pois não pode mais trabalhar, tem medo e está muito abalada psicologicamente. A família da vítima não se importa com a situação e não apoiam Gisberta”. D.25.07.</p>	Disque 100; Família da vítima;	<p>Alguém em vulnerabilidade social;</p> <p>Alguém que passa fome;</p> <p>Alguém que não tem apoio familiar;</p>
<p><u>Rede de Apoio:</u></p> <p>“Gisberta foi socorrido por um vizinho”. D.08.01.</p>	Disque 100; Vizinho;	<p>Alguém como rede social de apoio limitada;</p>
<p>“...necessitando de ajuda de vizinhos e amigos para se alimentar”. D.26.03.</p>	Disque 100;	<p>Alguém como rede social de apoio limitada;</p>
<p>“[Outra conselheira] estava na delegacia [...] falou com a vítima e ainda deu conselhos a ela”. D.05.08.</p>	Disque 100; Conselheira tutelar (outra);	<p>Alguém como rede social de apoio limitada;</p>
<p>“A vítima foi socorrida por um conhecido e levada ao hospital”. D.08.09.</p>	Disque 100; Um ‘conhecido’.	<p>Alguém como rede social de apoio limitada.</p>

Figura 7: Informações empíricas e possibilidades teóricas base para análises dos resultados.

Para o conjunto de enunciados “Motivação para as violências”, como pode ser apreendido no quadro acima exposto, busquei a construção de uma análise mais arqueológica dos enunciados, das práticas discursivas, presentes nas denúncias. Em relação

a “Duração/Modalidade das violências”, uma entrada analítica se deu por conceitos referentes a genealogia das práticas e relações de poder e, por último, sobre o conjunto de enunciados “Efeitos da violência”, busquei estabelecer uma leitura das informações empíricas a partir de alguns conceitos da genealogia da ética no que se refere a produção de modos de vida e de subjetivação. Fornecidas essas informações preliminares, as perguntas a serem respondidas e os caminhos apropriados, torna-se possível a descrição e análise dos dados.

1- Motivação para as violências

Para esse conjunto de trechos denunciativos, deliberadamente, optou-se por analisá-lo a partir da junção dos enunciados correspondentes à identidade de gênero, orientação sexual e raça/cor, eixos ou marcadores contemplados pelo conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Nogueira, 2013a; Silveira & Nardi, 2014). Justifica-se tal opção em função das limitações da forma como os textos denunciativos encontram-se construídos, o que mostra a impossibilidade de empreender este trabalho separando-os um a um, como pode ser observado nos fragmentos a seguir:

“Os suspeitos [conselheira tutelar, adolescentes e policiais militares] deixam claro que as violações ocorrem em decorrência da cor da vítima e da identidade de gênero”. D.08.01. “...o delegado disse que, devido a orientação sexual e cor de pele da vítima, ela tinha que trabalhar como garota de programa e apanhar sem reclamar, além de chamá-la de vagabunda e macaca. O delegado se recusou a assinar o Boletim de Ocorrência [...] que foi registrado e em seguida rasgado por ele, além de ameaçar de morte”. D.04.02. “...foram proferidas [por vizinho e mais dois homens⁷⁵] ameaças de morte, palavras de baixo calão, de cunho

⁷⁵ No *corpus* denunciativo aparecem diversos nomes de autorxs de violência, exaustivamente repetidos, mas que não contribuem, na maior parte dos momentos, para a produção de análises por serem xs mesmxs autorxs e por serem limitadas as informações sobre as suas vinculações com vítima. Portanto, não serão criados nomes fictícios. Nos

humilhantes e homofóbicos como bicha e viado [vizinho e mais dois homens] agrediram-na psicologicamente com xingamentos como macaco, viado e pedófilo”. D.09.07. “Os suspeitos são amigos [cinco homens que proferiram] ofensas com relação a cor de pele e identidade de gênero, chamando-a de macaco e viado e a ameaçaram de morte”. D.08.09. “Foram proferidos [por quatro homens] termos homofóbicos e de racismo, viado e pessoas de cor tem que morrer e chamam a vítima de macaco, disseram que a vítima tem que morrer queimada”. D.08.09. “[A] Promotora do Fórum [...] proferiu termos de cunho racial como macaca e disse para sair da sala, pois fedia, além disso, proferiu termos como filha da puta, viado, vagabunda e outros”. D.10.12. “Gisberta, travesti, é agredida”. D.05.01. “[nome masculino], travesti, é agredido” D.08.01. “Gisberta, travesti, é agredida”. D.13.01. “Gisberta, homossexual, foi agredida”. D.02.02. “Gisberta, transexual, é agredida” D.04.02. “[nome masculino] de nome social Gisberta, transexual, é agredido”. D.03.08. “[nome masculino] de nome social Gisberta, transexual, foi agredida”. D.10.12.

Esse fragmento textual de enunciados associados abre margem para inúmeras possibilidades de análise. Optei por analisá-lo e interpretá-lo segundo a divisão: 1 – marcadores interseccionais e 2 – injúrias. Pelo menos três categorias (citadas diretamente) puderam ser observadas intrincadas nas violências, a saber: identidade de gênero, orientação sexual e raça/cor, e uma quarta que não é citada nesse fragmento narrativo, mas que encontra sua expressão na totalidade do *corpus* empírico: a de classe social.

O que se pretende não é dissociar as categorias como se elas existissem de forma independente, mas, sim, analisá-las em sua singularidade e complexidade para defender a argumentação de que esses eixos não se encontram, de outra forma, senão cruzados/multiplicados (Nogueira, 2013a). Gisberta parece ser uma pessoa expressiva para

momentos, entretanto, em que essas referências forem pertinentes para as análises, elas serão descritas.

a elucidação de que interseccionalidade, como construto teórico, encontra sua aplicação na experiência das individualidades e de forma localizada e contextual.

Gisberta é uma pessoa *trans* (travesti) em quem (supostamente) observa-se o rompimento das normas de gênero binárias que lhe oferece/institui apenas duas possibilidades de referência, identificação e classificação: o masculino e o feminino. Louro (2012, p. 4) afirma que “[...] as tentativas de classificar, nomear, definir vão sempre se mostrar falhas”, exatamente porque as pessoas podem se identificar ou experimentar diversas possibilidades de gênero e sexualidades em diferentes momentos de sua vida. Quer dizer, além do hiato-abismo existente entre os gêneros masculino e o feminino ser desconsiderado em suas possibilidades de experiência, ele se concretiza como motivo para o exercício da violência, como discutida por Foucault (1995, p. 243):

[A] violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra resistência, a única escolha é tentar reduzi-la.

Violência que encontra sua expressão na materialidade do enunciado presente nas denúncias: “[...] *as violações ocorrem em decorrência [...] da identidade de gênero*”. **D. 08.01.** Esse acontecimento discursivo sobre as violações cometidas contra corpos *trans* encontram, a partir da Análise de Discurso foucaultiana, uma filiação à aceção discursiva de que pessoas *trans*, à luz (ou escuridão) do **discurso médico**, são pessoas anormais ou fora dos limites da normalidade, portadoras de “Disforia de Gênero” (DSM-V, 2014). Pela via do **discurso psicológico ou da psicologia**, que também segue os ditames médicos, são pessoas que necessitam – e isso é uma obrigação – de tratamento para identificar, clarificar (ou escurecer/alienar) as possibilidades de expressão de gênero rumo aos padrões de normalidade e normatividade binários e, mais que isso, as consideram como pessoas que

não têm saberes/poderes sobre os próprios corpos, como se elas, por serem construídas pela medicina como disfóricas, não possuíssem racionalidade o suficiente para autocompreensão, autoconhecimento, cuidado de si, tomada de decisões e ter autonomia sobre seu próprio destino. Essa posse da razão e dos saberes e poderes estariam investidos ou localizados nas posições de sujeito dx médicx e dx psicólogx no discurso e nas práticas sociais que envolvem tanto a medicina e psicologia quanto as transgeneridades.

Uma terceira possibilidade discursiva, a do **senso comum**, ancora-se na cobrança da sociedade em geral de que a pessoa *trans* se expresse da forma mais binária ou aproximada possível de uma pessoa cisgênera, tida como ‘natural’ ou ‘verdadeira’ para nossa cultura, mesmo que isso implique em ‘dar’ ou ‘entregar’ uma parte do próprio corpo, via cirurgia de redesignação sexual, como prova do ‘novo’ estatuto cis, o que corresponderia, no caso das pessoas *male to female* (masculino para feminino), ao alcançar do *status* da ‘verdadeira mulher’, ‘naturalmente mulher’ ou ‘completamente mulher’ (Barbosa, 2013), ou seja, quando estar assujeitadx (e cada vez mais assuejeitx) as normas de gênero indicaria o caminho mais possível dxs *trans* de serem toleradx pelxs cisgêneros.

Outra categoria ou eixo de subordinação presente no trecho citado é o de orientação sexual como motivador de violência, como nos mostra o enunciado “*foram proferidas ameaças de morte, palavras de baixo calão, de cunho humilhantes e homofóbicos como bicha e viado*”. **D.09.07**. Aqui há, novamente, um ponto nevrálgico nas discussões de gênero, sexualidade e interseccionalidade quando alcançadas pelas informações empíricas desta investigação. Gisberta é homossexual, como pode ser notado no enunciado: “*Gisberta, homossexual, foi agredida*”. **D.02.02**. Algo que merece ser problematizado nesse enunciado seria uma possível ou suposta ‘compulsoriedade’ ou ‘obrigatoriedade’ de travestis e mulheres *trans* serem inteligíveis apenas como homossexuais, ou seja, da compreensão da homossexualidade como único destino para esse segmento populacional.

A partir dos pressupostos defendidos por Butler (2003), gênero e orientação sexual, como duas categorias distintas que são, abrem margem para travestis ou mulheres *trans* se autodefinirem como heterossexuais, bissexuais, pansexuais ou assexuais.

Ser gay, lésbica, bissexual, pansexual ou qualquer outra designação que não seja a heterossexual, ou ainda, todas as expressões de sexualidade e desejo que não se ancoram ou não compartilham dos códigos e signos do sistema de pensamento e práticas heteronormativas, são formas consideradas indesejáveis de experiência como já foi amplamente discutido nessa pesquisa a partir dos discursos historicamente construídos de pecado, crime e doença e que ainda vigoram ou circulam nas relações sociais com maiores ou menores poderes na produção de efeitos hierarquizantes.

Foucault (2004) e Prado e Machado (2012) confirmam a homossexualidade como estatutária da modernidade ocidental, ou seja, uma construção moderna, um dispositivo de saber/poder instituído como o polo negativo de uma cadeia que se funda na heterossexualidade como norma hegemônica e compulsória, ou seja, como matriz de hierarquias e valores sexuais. Nesse sentido o discurso da heterossexualidade, ao mesmo tempo em que constrói a homossexualidade como desvio, se reafirma como lugar privilegiado e hegemônico (Rubin, 1989; Butler, 2003). Os enunciados de homofobia, materializados em suas emergências, encontram em sua repetição, sustentação e filiação a partir e para a manutenção de seu *status* de verdade no discurso heteronormativo; via enunciados homofóbicos eles reatualizam a (suposta e questionável) supremacia heterossexual.

Nas sociedades ocidentais modernas, o ‘esperado’, ‘desejado’ e o ‘normal’ é que x sujeitx seja heterossexual, um efeito do pensamento estabelecido pela matriz discursiva heterossexual/heteronormativa. Esse discurso da orientação sexual se alia ou se liga ao

discurso da procriação, ou seja, uma pessoa viveria sua sexualidade para reproduzir-se, e estaria aí marcada a sua condição de ‘normalidade’. Dessa forma a ‘orientação natural’ do ser humano é a de ser heterossexual e todas as outras possibilidades de experiência do desejo e práticas sexuais seriam consideradas, portanto, desorientações. As sexualidades ditas como desorientadas, anormais, foras da lei, das regras sociais no que concerne a orientação ou desejo sexual, convergem, novamente, para certas experiências vistas como negativas. Um exemplo disso são as violências cometidas contra sujeitos LGBT, como é o caso de Gisberta. Nesse sentido, afirma Foucault (1995), que é pelas resistências a determinados discursos, como o da heterossexualidade como norma, por exemplo, que teríamos que lutar pelo seu controle discursivo, problematizando-o, desconstruindo-o, (re)construindo-o e caracterizando-o em outras possibilidades.

Até o presente momento do debate proposto para esse estudo puderam ser apreendidos pelos textos denunciativos (cotejados por considerações teóricas e problematizações) dois eixos de subordinação vividos por Gisberta: o de identidade de gênero *trans* e o de ter orientação e/ou desejos/práticas homossexuais. Uma terceira categoria, não menos importante que as duas anteriores, é a marca de raça/cor. Gisberta é negra, ou seja, estamos diante de enunciados que constroem discursivamente uma pessoa travesti, homossexual e negra, absolutamente diferente do que seriam os enunciados construídos acerca de uma pessoa cisgênera, heterossexual e branca. Interseccionado a raça/cor (e aos outros eixos), não podemos ignorar um outro marcador, o de classe social, que pelo contexto produzido pelo *corpus* de material empírico se torna evidente e inegável. Dessa forma, Gisberta é construída identitariamente como travesti, homossexual, negra e em situação de pobreza.

Ser uma pessoa negra no Brasil é, ainda, enfrentar o racismo que teima em existir nos discursos e outras práticas sociais cotidianas e em produzir, ele mesmo, discursos que se

alimenta de si mesmo em um círculo vicioso. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que se produz um discurso racista, ele se firma como um saber/poder dotado de caráter de verdade e repetição, legitima-se nas/pelas práticas sociais e retroalimenta a si próprio de forma circular. O enunciado do delegado ao se referir à Gisberta é um marcador deliberado do racismo e tudo o mais em possibilidades de práticas sociais discriminatórias que ele implica, como pode ser notado no trecho *“o delegado disse que, devido a orientação sexual e cor de pele da vítima, ela tinha que trabalhar como garota de programa e apanhar sem reclamar, além de chamá-la de vagabunda e macaca”*. **D.04.02.**

Ora, aqui encontram-se elementos discursivos fundamentais para reflexão que insurgem transformações sociais e das relações de poder, ou seja, das ações sobre as possibilidades de ações de outrem (Foucault, 1995). Esse enunciado é a representação máxima do que pode haver de autoritarismo, de relações assimétricas, institucionais, de exercício do poder e coerção, de violência. Essas assertivas encontram reverberações em algo que está posto na literatura por Austin (1990) quando afirma que a linguagem constrói realidades e quando Foucault (2016) assevera que o discurso repetido performatiza ou constrói/descreve os objetos que nomeia. Essa é a realidade construída acerca de e para Gisberta, que, assujeitada aos discursos, é forjada pelos adjetivos performativos: “garota de programa”, “vagabunda” e “macaca”. Práticas discursivas essas que mostram ser efeitos e, ao mesmo tempo, as raízes de discursos heteronormativos e racistas.

Cabem aqui uma série de questões: ser homossexual e negra produz como única possibilidade de subsistência o trabalho sexual? Considera-se a homossexualidade e a negritude como ruins, inferiores, marginais e, também, o trabalho sexual como algo desvalorizado, subalterno e marginalizado. E por quê? Por que ser trabalhador ou trabalhadora do sexo é considerado ruim ou indigno para a sociedade moderna ocidental? Essas questões são importantes de serem postas porque vão encontrar terreno fértil para a

construção, circulação, reprodução e legitimação de discursos injuriosos, formadores do sujeito Gisberta nas denúncias.

Outras questões se fazem urgentes. O enunciado materializado na fala do delegado é um imperativo de alguém que, supostamente, tem o poder de decidir sobre destino do outro, tratando-o como objeto, ignorando a autonomia e as vontades que o outro possui. Talvez um ponto de partida para essa reflexão seja pensar se o trabalho sexual, também produtor de opressão, é, de fato, uma decisão individual ou não. Não estariam aí implicados uma série de fatores sociais como sexualidade, gênero, raça/etnia, classe social interseccionados na produção de formas de subjetivação?

O que foi enunciado pelo delegado mostra ser uma discursividade naturalizante e essencializante de fenômenos psicológicos que, em leitura crítica, deveriam ser considerados fenômenos socialmente construídos, como os que estão em debate: as travestilidades, homossexualidades, negritude, racismo e pobreza. Acerca desses discursos tidos ou compreendidos com bases naturais, cristalizados, devemos resistir e lutar com compromisso de desconstruí-los.

Sobre os ditos pelo delegado, mostram ser enunciados que identificam quem tem poder e quem não tem, quem tem autonomia e quem não tem, quem é melhor e quem é pior, além de indicar quais posições de sujeito estão vigorando. Dito de outro modo, é um enunciado que demarca os limites das hierarquias identitárias de poder, de gênero e sexuais, das dimensões de um “eu” e de um “ele/ela”, um “eu” sempre auto referido como superior e melhor e como operador de leitura/inteligibilidade dx outrx, comumente tidx como inferior e pior, aspectos amplamente discutidos por Silva (2000) em “A produção social da identidade e da diferença” e por Prado e Machado (2012) no texto “Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade”.

O discurso que parece fundamentar o enunciado dito pelo delegado remonta os sistemas de escravidão brasileiros em que figuravam o senhor (dono) e o escravo (objeto dx donx). As hierarquias de poder nesse discurso alcançam tamanha dimensão que o delegado, ocupando o lugar institucional que ocupa, vê-se legitimado como o portador do poder/saber da (suposta) verdade sobre si e sobre o outro (Foucault, 1971; 1995), para afirmar ou delegar que Gisberta deve apanhar sem reclamar e que deve ser violentada em seu corpo, subjetividade e direitos e se resignar. Inclusive uma das restritas possibilidades de resistência, nesse caso a da fala, lhe é negada, conforme afirma Foucault (1995, p. 244): “[...] a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se de uma relação física de coerção) – mas apenas quando ele pode se descolocar e no limite escapar”.

Encontramos expressividade ou relevo nos subsídios teóricos de Butler (2003; 2016) acerca da abjeção quando argumenta, em tom de crítica, que nossa sociedade construiu/constrói/reproduz discursivamente (e com efeitos nas práticas sociais) identidades tidas como abjetas, aquelas que não tem valor, que devem ser silenciadas, impassíveis de luto, invisibilizadas e que sequer podem ser consideradas por *status* de ser humano, quiçá tampouco deveriam existir, como pôde ser apreendido no enunciado dito à Gisberta “*Foram proferidos termos homofóbicos e de racismo, viado e pessoas de cor tem que morrer*”. **D.08.09** (sublinhado pelo pesquisador).

Outra discussão que se coloca para este debate se constitui na análise das formas como Gisberta é performatizada nas denúncias em relação ao gênero e sexualidade. Gisberta é enunciada ou nomeada, descrita, designada e/ou classificada de diferentes maneiras, como pode ser apreendido no conjunto de enunciados exposto a seguir:

“Gisberta, travesti⁷⁶, é agredida” D.05.01.2014. “[nome masculino], travesti, é agredido” D.08.01. “Gisberta, travesti, é agredida” D.13.01. “Gisberta, homossexual, foi agredida” D.02.02. “Gisberta, transexual, é agredida” D.04.02. “[nome masculino] de nome social Gisberta, transexual, é agredido” D.03.08. “[nome masculino] de nome social Gisberta, transexual, foi agredida” D.10.12.

A denúncia, como ato performativo, se propõe a construir as “personagens” envolvidas na situação de violência e, pensando na relação entre Gisberta e as categorias analíticas de gênero e sexualidade, analisarei esses enunciados por dois vieses na composição das frases: dos vocativos e dos adjetivos colocados no gênero masculino e feminino. Gisberta é qualificada, explicada ou descrita como travesti, homossexual e transexual. Ora, estamos diante de três possibilidades diferentes de designação e de ordens/dimensões diferentes, duas delas de gênero (travesti e transexual) e uma de orientação sexual (homossexual), todas colocadas como sinônimos, como sendo a mesma coisa, como uma massa que se pretende homogênea para designar diferentes experiências.

Sabemos que as vivências de travestis e transexuais são diferentes, mesmo que estejam aglutinadas na letra ‘T’ da sigla LGBT. Entretanto, se faz emergente a discussão sobre como essas designações têm circulado nos diferentes espaços sociais, ou seja, é nítida a confusão e a tendência de lidar com gênero e sexualidade, ou gênero e orientação sexual como sendo uma mesma dimensão da vida de alguém. Essas assertivas encontram facilmente filiação com os discursos de senso comum, pouco (ou nada) críticos e reflexivos, como quando alguém vai injuriar um *gay* afeminado e o chama de “menina”.

⁷⁶ Nesta pesquisa de doutorado optou-se por designar Gisberta como travesti em função de ser a forma mais proeminente de nomeação no *corpus* de informações empíricas.

Pelo outro viés analítico, outra questão insurgente e dessa vez refletindo a precariedade da forma como o Disque 100 está posto em relação a sua própria proposta: por via do recebimento e encaminhamento de denúncias auxiliar na redução ou cessar de violências. Gisberta, como pode ser apreendido nos enunciados, não é respeitada em suas identificações com o gênero feminino, por vezes tratada ou lidada no masculino, mesmo quando aparecem os dois nomes (ou mesmo apenas o feminino): o da identidade e o social; a preferência do Disque 100 é por referi-la com “o”, visto nos enunciados: “[nome masculino], travesti, é agredido”. **D.08.01 e** “[nome masculino] de nome social Gisberta, transsexual, é agredido” (sublinhados pelo pesquisador). Há aqui uma contradição em relação à proposta do Disque 100 e suas práticas, uma vez que não respeitar seus usuários em relação ao gênero é, também, uma forma de instauração, manutenção e reprodução de violência.

Os eixos de subordinação que no caso de Gisberta não dão indícios de muitos ou qualquer privilégio, demarcam os processos de institucionalização e reprodução – cristalizados, legitimados, normalizados e essencializados – pela sociedade, das injúrias e insultos direcionados às pessoas consideradas subvertoras e desobedientes das normatividades sociais. Gisberta é violentada, insultada em suas expressões identitárias com os enunciados: “bicha”, “viado”, “pedófilo”, “vagabunda”, “filha da puta”, “macaca” e “fedida”. Ela sofre os efeitos, as consequências da linguagem que, contextualizada, deve ser compreendida como ação, ato, prática (Austin, 1990).

De acordo com Baère et al. (2015), “bicha”, “veado” e “boiola” são considerados os piores xingamentos dirigidos a alguém do gênero masculino exatamente porque aludem às dimensões discursivas de supostas feminilidade e passividade. Ainda de acordo com essxs autorxs, na “ação indicada pelo verbo ‘xingar’, a escolha do vocábulo utilizado nunca

é aleatória, mas se dá, sobretudo, em função dos valores de gênero” (Baère et al. 2015, p. 626), ou compreendido pelo argumento de Foucault (1995), sempre de forma estratégica.

Como é postulado por Foucault (2016a), o discurso, sistematicamente reiterado, forma e produz performaticamente os objetos dos quais fala, caracterizando-os ou nomeando-os, sendo estatutário de um conhecimento ‘verdadeiro’ que, por sua vez, produz efeitos nas práticas das relações sociais. Os enunciados “bicha”, “viado” e “pedófilo” são construções discursivas, portadoras de signos, que instauram, no conjunto enunciativo da denúncia, o ordenamento de uma lógica patologizante: ser “bicha” ou ser “viado”, estereótipo do homossexual masculino afeminado, pode ser considerado e equiparado à pedofilia⁷⁷ (que enquanto categoria socialmente construída também deve ser questionada), ou seja, um transtorno mental em que o sujeito apresenta práticas ou desejos sexuais direcionados a crianças e adolescentes (DSM-V, 2014).

A relação da homossexualidade com/como pedofilia é infrutífera, entretanto, assevera Lowenkron (2014, p. 18), existe “por parte de alguns atores sociais – como alguns religiosos – que se esforçam para juntar ‘homossexuais’ e ‘pedófilos’ em um mesmo ‘pacote da imoralidade sexual’”. Trata-se, portanto, de uma forma discursiva que ainda carrega consigo o poder de menosprezar, diminuir, patologizar, ridicularizar e humilhar. No caso de Gisberta, travesti e homossexual, mostrar-se-ia duplamente patologizada, ou

⁷⁷ “Os critérios diagnósticos para transtorno pedofílico existem com o intuito de serem aplicados tanto a indivíduos que revelam abertamente essa parafilia quanto àqueles que negam qualquer atração sexual por crianças pré-púberes (em geral, 13 anos ou menos), apesar de evidências objetivas substanciais do contrário. Exemplos de revelação dessa parafilia incluem reconhecer abertamente interesse sexual intenso por crianças e a indicação de que o interesse sexual por crianças é maior ou igual ao interesse sexual por indivíduos fisicamente maduros. Se essas pessoas também se queixam de que suas atrações e preferências sexuais por crianças lhes estão causando dificuldades psicossociais, podem ser diagnosticadas com transtorno pedofílico” (DSM-V, 2014, p.698).

seja, tanto pelo gênero quanto pela sexualidade. Austin (1990) argumenta que a linguagem ou, mais especificamente, sentenças ou proferimentos não têm poder apenas de descrição de uma realidade. Mais que isso, elas constroem as realidades que descrevem. Trata-se de atos e ações; portanto, “não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo” (Austin, 1990, p. 24). Dessa forma, o autor afirma que a linguagem é performativa, ou seja, dizer corresponde a fazer:

Proponho denominá-la *sentença performativa* ou *proferimento performativo*, ou, de forma abreviada, “um performativo” [...]. Evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo “ação”, e indica que ao se emitir o proferimento está se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo (Austin, 1990, p. 25).

Isso nos permite refletir que os ditos, ou discursos de ódio que consistem em injuriar pessoas LGBT, são consideradas para muitos *gays*, lésbicas, bissexuais e *trans*, uma modalidade eficaz nos processos que pretendem – estrategicamente – a opressão, subalternização e a inferioridade do outro, exatamente porque quem está dizendo algo, está deliberadamente fazendo/construindo algo, exercendo, assim, violência.

Diante desse panorama violento e de [in]acessos, uma opção adotada por muitxs homossexuais é a de permanecer no “armário” como forma de evitar agressões, ou seja, de se assemelhar e se adequar a norma heterossexual (Oliveira, 2010a). Cabe questionar, mas por que ser chamado de “bicha” e “viado” como no caso de Gisberta podem ser tomados como algo tão pejorativo, com tamanho potencial homofóbico? Dito de outra forma, por qual(is) motivo(s) ser “bicha” ou “viado” é considerado ruim a partir da inteligibilidade heterossexual? Seria por suas aproximações com as expressões de gênero tipicamente reconhecidas socialmente como femininas, ou seja, encontrariam na filiação/estofo com os

discursos machistas, sexistas e heteronormativos as condições de emergência desses mesmos enunciados portadores de signos que remontam a homofobia?

Eribon (2008) afirma que homossexuais são constituídos pela ordem da sociedade e da sexualidade como sujeitos subalternos, inferiores, alvos de injúria e da subordinação por não se encontrarem concatenados com a norma heterossexual (supostamente) “obrigatória”. Os estudos *queer*, que segundo Louro (2014)⁷⁸ se constituem em um movimento não pedinte de tolerância – mas de exigência de direitos –, sugerem que os processos de resignificação dessas injúrias são urgentes.

Os estudos *queer*, a partir do seu próprio termo *queer*, sugere essa proposta: a de fazer uma resignificação e (re)apropriação dos termos usualmente utilizados como ofensas. De acordo com Oliveira (2009, p. 10), “a proposta é que o conceito *queer* possa desestabilizar as certezas da teoria”, certamente como crítica às abordagens naturalizantes e essencialistas das ciências sociais tradicionais, incluindo nesse bojo a psicologia (Borges et al., 2013). Ao destituí-los de seu poder homofóbico, perdem seu valor de ofensa e humilhação e passa a ser reconstruído, agora, com caráter político. Logo, ser “bicha” e “viado”, no caso de Gisberta, poderia deixar de ser ofensivo e ruim, para ser apenas substantivos como quaisquer outros, ou ainda: adjetivos esvaziados do seu caráter heterossexista e homofóbico.

Retomando as discussões suscitadas por Foucault (1971), dessa vez acerca da maquinaria do discurso possuir potencial devastador, observamos no conjunto de enunciados presentes nas denúncias o quanto ele se mostra, inclusive na sua própria contradição, engenhoso em sua produção de violência. Pela lógica do discurso de ódio

⁷⁸ Vídeo intitulado: Guacira Lopes Louro - Educação, feminismos e perspectivas *Queer* (2014). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOoqC5Ew4VM>

contra Gisberta, que tem expressões de gênero femininas, o ataque com maior potencial violento seria o de, pela linguagem, ir contra seu desejo e autonomia de expressar-se como mulher, ou seja, atribuir-lhe injúrias no gênero masculino, como a princípio foi efetuado pelxs agressorxs com os termos “viado” e “pedófilo” (grifos meus).

Entretanto, há enunciados apropriados pelxs autorxs das violências com o intuito de infligir à feminilidade *trans*, o desvalor, sendo um deles o de “vagabunda” (grifo meu) –ser chamada de vagabundo apresentaria outro tipo de ofensa, eventualmente menos agressiva que o termo no feminino, que ataca diretamente sua sexualidade –, proferido pelo delegado. O discurso acerca do “vagabundo” construiu um sentido de masculinidade que, ou representa a figura do desocupado ou do “macho dominante”, “comedor” (vida sexual bastante ativa) e/ou que tem várias parceiras sexuais. Para os valores machistas/sexistas essa imagem não é apenas aceitável como também desejável, representativa do vigor e da virilidade masculina.

Os termos “vagabunda” e “vagabundo” carregam em si valores pragmáticos diferentes, mesmo sendo o mesmo termo. De acordo com os estudos de Baère et al. (2015, p. 626),

constatou-se que, em certas ocasiões, o mesmo termo tomou sentidos distintos de acordo com seu uso (aspecto pragmático), quando utilizado para homem ou para mulher. Exemplo disso foi o termo “vagabundo” que, utilizado para xingar um homem, adquiriu o significado de “homem que não trabalha”, “preguiçoso”, ao passo que, usado para ofender uma mulher, tomou o sentido de “mulher de comportamento sexual ativo”.

Portando, Gisberta ser enunciada como “vagabunda” é o equivalente de ser ferida na dimensão de seus desejos e de suas práticas sexuais, ou seja, estabelece ligações com sua sexualidade e não com sua capacidade laborativa, como seria o caso dessa ofensa ter

sido direcionada a alguém do gênero masculino. Em relação aos ditos proferidos pela promotora de justiça, ocorre uma particularidade: são proferidos também de forma estratégica, não inocente e não despropositada por uma pessoa do sexo feminino e cisgênera, ou seja, do lugar de quem sabe onde a palavra enunciada corta mais fundo nas expressões de gênero femininas. Dito de outra forma, as injúrias são proferidas por uma mulher ‘original’, ‘verdadeira’ e ‘natural’, de acordo com as normas e hierarquias de gênero, na direção de uma ‘mulher’, ‘ilegítima’, ‘falsa’, ‘borrada’, ‘imitada’ e ‘mal construída’.

É possível afirmar, a partir de um contraponto analítico, que, na referida situação, se a relação social estabelecida fosse entre promotora de justiça e uma mulher cisgênera, branca, heterossexual e de classe média, os enunciados que foram proferidos na direção de Gisberta não teriam tido possibilidades de existência, e se tivessem existido, essa mulher (e reitero: branca, heterossexual e de classe média) não teria sido capturada pelos poderes/saberes ali enunciados, exatamente por não portar marcas da rebeldia estabelecida contra as normatizações e normalizações sociais. Dito ainda de outra forma, o mesmo enunciado pode produzir modos de subjetivação diferentes em pessoas mais ou menos atravessadas por múltiplos marcadores sociais de opressão e privilégios.

Outro enunciado a ser analisado é o: “[a] Promotora de Justiça do Fórum [...] proferiu termos de cunho racial como macaca e disse para sair da sala, pois fedia, além disso, proferiu termos como filha da puta, viado, vagabunda e outros” **D.10.12** (sublinhados meus), perpetrado pela promotora de justiça. A figura da “puta”, ainda, continua nos discursos de ódio correntes como algo negativo e marginal, de modo a ser considerada como um dos xingamentos mais ofensivos (Baère et. al.2015). Assim, ser chamado de “filhx da puta”, por exemplo, traz em si a alusão de que as origens dessx filhx são ‘amorais’, ‘ruins’ e/ou ‘sujas’; sua origem é uma “puta”; alguém entregue a

marginalidade e sem valor, abjeto. O que a promotora de justiça ignorou em relação à sua injúria foi o fato de que a “puta” da situação narrada na denúncia é a própria Gisberta e não a sua mãe (que poderia também ser ou não). Também é esse enunciado, portando os signos culturalmente construídos que lhe constitui em seu sentido, que tem urgência de desconstrução e ressignificação. Há, em quaisquer das formas, referências aos discursos homofóbicos, machistas, heterossexistas e racistas (claramente marcado pela figura do macaco) que, por sua vez, produzem efeitos nas práticas sociais, como a violência explícita nos excertos denunciativos.

Os xingamentos direcionados a Gisberta nos permite pensar que, em decorrência da habitação das fronteiras do não binário masculino e feminino, homem e mulher, essa travesti constitui-se discursivamente naquilo de que existe de maior (des)valor nos sistemas de gêneros. Se ofender uma mulher é chamá-la de “puta” e “vagabunda”, então Gisberta pode ser compreendida como uma mulher. Se os piores xingamentos direcionados a um homem são “viado” e “bicha”, então Gisberta pode ser considerada um homem, pois é nesse ponto, dos signos culturalmente produzidos como femininos expressados em um homem que a sua masculinidade pode ser questionada, afetada, apontada e violentada; exatamente porque o gênero feminino é tido como desqualificado/desvalorizado pela cultura e que não pode ser referência.

O que se apreende no contexto dessas denúncias é que as violências apresentadas nas e como práticas discursivas encontraram terreno fértil ou de possibilidade de existência pela vigência, vigor, aderência social dos discursos hegemônicos em suas citacionalidade e iterabilidade (Butler, 2003; 2016). Trata-se, portanto de um sistema perverso de apropriação/reprodução discursiva, transfóbica, homofóbica, misógina e racista que tem como efeito último fazer dx outrx – ao mesmo tempo que em que mostra a essx outrx – que elx é a expressão daquilo que não é digno de existência, daquilo que deve ser execrado,

inexistir e, sobretudo, de que quem profere tais enunciados tem poder/saber e legitimação da sociedade para fazê-lo.

2- Duração/Modalidade das Violências:

Esse recorte temático aborda a periodicidade das violências narradas nas denúncias bem como das suas modalidades de exercício. Nos documentos analisados pôde ser observado que nem sempre a informação sobre a duração esteve presente. Quando continham tais dados, os fragmentos narrativos apontavam para ocorrência dos delitos de forma objetiva, como mostra o fragmento abaixo.

“Os fatos ocorrem há aproximadamente um ano, diariamente, em horários variados”. **D.19.09.**

Pelo número de acessos ao DDH, bem como de denúncias formalizadas no período de 2014 (e que aludiam também ao ano anterior), encontramos um panorama de (supostas) violências que ocorriam há praticamente dois anos. Dessa forma não há a menor possibilidade de lidar com esses dados como se fossem manifestações pontuais de transfobia.

Parece óbvio que violências contra *trans* podem ocorrer de forma pontual em relação a determinadxs agressorxs. Entretanto, se tomarmos como referências situações nas quais agressorxs e vítimas mantêm alguma proximidade (seja territorial, institucional ou de parentesco), pode ser instaurado um sistema de violências recorrentes cometidas contra pessoas *trans*, a exemplo do que ocorreu (e ainda ocorre?) com Gisberta.

Em um país como o Brasil, marcado pelas inúmeras modalidades de preconceito e discriminação contra inúmeros grupos populacionais, entre eles a transfobia, não parece

leviandade ou absurdo afirmar que, se levarmos em conta um recorte longitudinal da vida de um sujeito *trans*, a violência é quase sempre recorrente e multicontextual. Ela se inicia na família, atravessa a escola (Carvalho & Carrara, 2013) e a igreja, se repete e se reproduz no trabalho e, mesmo depois da morte da pessoa *trans*, é possível que a violência seja reiterada, dessa vez pela mídia quando ignora a utilização do seu nome social, evocando costumeiramente seu nome no gênero masculino (nos casos de travestis e mulheres *trans*).

A violência cometida contra pessoas *trans* pode ser manifesta de variadas formas, ou seja, há um leque de possibilidades para a concretização das agressões a tantas pessoas que se expressam por gêneros não binários e sexualidades não hegemônicas. Podem se configurar em violência psicológica/simbólica por via de insultos, termos de baixo calão, humilhações e ameaças à vida; violência institucional; física; sexual e, em muitos casos, os brutais assassinatos (Lopes, 2015). Violência aqui entendida como o exercício de impossibilidades e aplicação de força e coerção direta sobre corpos (Foucault, 1995), subjetividades e direitos, cujas resistências são ínfimas, praticamente inexistentes.

Além de pensar nas possibilidades de como as agressões podem se materializar, é necessário refletir, também, sobre a sua dinâmica em termos de sujeitos e efeitos, ou seja, quem são as pessoas que agridem e quais lugares institucionais/hierárquicos ocupam, bem como o processo de estruturação dos processos de opressão e privilégios quando comparados às pessoas violentadas, uma vez que a violência está nos nós em que estão ligadas as possibilidades de alguns sobre as impossibilidades de outros em um dado lugar, tempo e contexto social, histórico e cultural.

Gisberta, tendo como fundamento os trechos das denúncias recebidas pelo DDH, sofreu, repetidamente, variadas formas de violência como pode ser apreendido e analisado. A discussão torna-se mais complexa, retrato de uma realidade perversa, quando se averigua

que muitas dessas violências partiram de sujeitos e instituições que deveriam resguardar e garantir seus direitos, inclusive à vida.

2.1- Psicológica/Simbólica

Como foi dito anteriormente, as cenas das agressões são variadas. Encontramos nesses fragmentos a atuação discursiva e nas práticas sociais de representantes de três instituições: Conselho Tutelar⁷⁹, família e polícia. Um desses episódios trata-se da invasão de domicílio por parte dos policiais (sem qualquer mandado):

“Policiais invadiram a casa da vítima depredando toda a porta e pertences da mesma para então cometer novas agressões, sabe-se, inclusive, que os policiais colocaram uma arma de fogo na boca de Gisberta. Nas agressões psicológicas, são proferidas palavras de baixo calão, termos depreciativos, humilhantes e extremamente ofensivos. [A conselheira tutelar] ameaçou de morte a vítima, afirmando que ela não passaria desta semana”. D.05.01. “Nas agressões psicológicas, a suspeita [mãe] profere palavras de cunho homofóbicos e de discriminação racial. O Delegado instigou a suspeita [mãe] a cometer as agressões”. D. 02.02. “Às 23:30 houve tentativa de contato com a vítima por telefone, ouviu-se [de dois policiais] tiros e um pedido da vítima para não matá-la. Desde então, não há notícias do paradeiro de Gisberta e o telefone celular está desligado”. D.04.02. “Além disso [seis homens] ameaçaram queimar a vítima”. D.08.09. “Os suspeitos [seis homens] falaram que não vão sossegar enquanto não matarem a vítima”. D.08.09. “[Seis homens] Disseram que vão matá-la, seja queimada ou de qualquer outra forma [...] disseram que a vítima tem que morrer queimada”. D.08.09.

⁷⁹ “ Conselho Tutelar – órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes em seu artigo 131 da Lei Federal 8069/90. O Conselho Tutelar exerce, sem dúvida, uma política de atendimento voltada à criança e ao adolescente, para fins específicos, em face de sua natureza, de sua função equiparada a de um servidor público, mas não vinculado ao regime estatutário ou celetista. As leis municipais estabelecerão os direitos sociais dos conselheiros a exemplo de férias, licenças – maternidade e paternidade, enfim, direitos assegurados com fulcro na Constituição Federal de 1988” (Laureano, 2012, citando Pereira, 2008).

A partir das informações contidas nos excertos denunciativos, podemos observar um (violento) borramento dos limites entre os espaços público e privado, momento em que o próprio espaço de vida privada dessa pessoa *trans* torna-se palco para outras agressões policiais. Souza et al (2015, p. 771) afirmam que “o direito a uma casa e à convivência é violado e grande parte dos espaços disponíveis”. Ou seja, os policiais invadem a casa de Gisberta e, além das empreitadas ofensivas, colocam a arma de fogo em sua boca, provando e atestando para a própria vítima, em atitudes de abuso de poder e autoritarismo, que nem na intimidade de sua própria casa ela está protegida e tampouco esse território (ou qualquer outro) lhe pertence. A polícia procura demarcar para Gisberta os seus (não) lugares sociais. Observa-se, portanto, uma inversão funcional da instituição policial: despe-se da função de proteção para assumir o lugar da autoria, legitimação, manutenção e reprodução da opressão e outras violências.

Um segundo agente de agressões psicológica/simbólica é a própria mãe de Gisberta que, na apropriação de discursos racistas e transfóbicos, a ofende. No trecho também é visível a construção de alianças institucionais para a manutenção das violências, vista em “o Delegado instigou a suspeita [mãe] a cometer as agressões”. **D. 02.02**. Ou seja, cada vez mais os lugares possíveis de trânsito para Gisberta são restritos.

Agressões e ameaças de morte mostram-se fazer parte do cotidiano de inúmeras pessoas *trans* brasileiras, violências já institucionalizadas e que, para a agenda do dia, necessitam ser desestabilizadas. Gisberta foi ameaçada de morte pela polícia e pela conselheira tutelar de sua cidade. Foram presentes, além das promessas de morte, tiros de arma de fogo, como se assassinar Gisberta fosse o objetivo ou aspiração últimos da vida dos agressores, pois “os suspeitos falaram que não vão sossegar enquanto não matarem a vítima”. **D.08.09**.

Outra particularidade mostra-se merecedora de destaque, aparecendo mais de uma vez nos trechos denunciativos: o desejo de queimar Gisberta. Um desses excertos consiste em: “*Disseram que vão matá-la, seja queimada ou de qualquer outra forma*”. **D.08.09**. Ora, o que significa matar alguém queimado? E o que significa matar uma pessoa *trans* queimada? Quer dizer, quanto de ódio está envolvido nessa formulação discursiva? Está em não ser permitido restar nem o corpo morto de uma travesti? É preciso que ela seja reduzida a cinzas, a nada para comprovar que ‘aquilo’, que sequer é considerado ser humano, nunca tenha existido de fato? Seria para lembrar à sociedade que essas pessoas não são pessoas e que, sendo assim, devem ser dizimadas? Matar uma pessoa *trans* homossexual é uma tentativa de matar uma expressão de identidade de gênero não conformada e desobediente, é matar possibilidades de desejos e práticas não heterossexuais e não cisgêneras.

Butler (2003; 2015b) quando teoriza sobre as figuras consideradas abjetas e impassíveis de luto pelas sociedades ocidentais, mostra exatamente isso, de que as pessoas não heterossexuais, não conformadas nos modelos binários de gênero, sequer são estatutárias de serem seres humanos e, na medida em que não possuem qualquer humanidade, são alvos ‘legítimos’ dos ‘justiceiros de gênero’, daqueles que não suportam ver, conviver, dividir territórios com pessoas que se encontram nas fronteiras entre o masculino e o feminino.

2.2- Institucional

Quando os poderes hierárquico-institucionais entram na cena do exercício da violência para a manutenção e reprodução do poder, as possibilidades de resistência e luta se tornam cada vez mais reduzidas, conforme afirma Foucault (1995). Isso adquire

contornos relevantes quando as instituições envolvidas são as que, em tese, deveriam garantir proteção de sujeitos considerados subalternizados e oprimidos (Souza et al., 2015). Sobre as relações estabelecidas entre poder e instituições, Foucault (2004, p. 270-271) afirma:

O poder se caracteriza pelo fato de que ele constitui uma relação estratégica que se estabeleceu nas instituições. No seio das relações de poder, a mobilidade é o que limita, e certas fortalezas são muito difíceis de derrubar por terem sido institucionalizadas, porque sua influência é sensível no curso da justiça, nos códigos. Isso significa que as relações estratégicas entre os indivíduos se caracterizam pela rigidez.

A partir das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos em que Gisberta figura como vítima, podem ser elencadas as seguintes instituições agressoras/opressoras: Conselho Tutelar e polícia (policiais e delegado), discutidos anteriormente, Núcleo de Combate à Discriminação, Ministério Público, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Prefeitura da cidade, Fórum e Defensoria da Polícia (encontram-se no Apêndice 5 todos os órgãos que deveriam ter sido acionados). Essas informações constam no excerto a seguir:

*“Gisberta foi a delegacia, onde o Delegado se recusou a registrar o boletim de ocorrência alegando que não havia testemunhas”. **D.08.01**. “A Delegacia de Polícia Militar, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Ministério Público, CRAS e Prefeitura da cidade foram acionados, porém nenhuma providência foi tomada”. **D.08.01**. “A vítima entrou em contato anteriormente com órgão [Núcleo Especializado de Combate à Discriminação], pedindo proteção, porém falaram que era para Gisberta sair da cidade, pois o órgão não podia fazer mais nada”. **D.25.07**. “O CRAS do município não quis ajudar a vítima, além de rir da mesma por ser homossexual. A Promotoria e o Fórum também foram acionados, porém também sempre riem e hostilizam a vítima. A Defensoria Pública e a única Delegacia de Polícia [...] foram acionadas várias vezes, mas não tomaram as providências cabíveis. Acredita-se que seja pela influência dos suspeitos [conselheira tutelar e seu filho, policiais militares e mais dois*

homens”. **D.13.01.** “Na Diversidade Sexual a vítima foi orientada a não acionar o Disque 100”. **D.15.01.**

Uma das formas de violência institucional pode se constituir nos processos de transformação da vítima em agressorxs nos boletins de ocorrência (Souza et al., 2015). Outras possibilidades se conformam: na manutenção da negligência e invisibilidade social de certos grupos populacionais, ou seja, de mantê-los às sombras, às margens, ignorando suas existências; a polícia negar-se em fazer um boletim de ocorrência justificando seu ato pela falta de testemunhas ao mesmo tempo em que solicita que a vítima saia da cidade; o CRAS, por meio de suas representantes, negar auxílio e ridicularizar a vítima ao rirem dela, por ser uma pessoa homossexual, *trans* e negra; a Defensoria Pública e Delegacia da cidade ao negarem suporte e auxílio, e a Diversidade Sexual por impor à vítima mais limites em relação aos seus direitos, orientando-lhe que não formalizasse mais denúncias no Disque Direitos Humanos. As violências que ocorrem repetidamente já devem, sem dúvidas, ser consideradas como sistemas de (re)vitimização.

De acordo com Costa (2016), o sistema de justiça brasileiro, bem como as decisões assumidas pelxs representantes da lei, não são isentxs de valores sociais e mostram-se fundadas em preconceitos contra determinados grupos populacionais considerados marginais. Efeito disso é uma tendência de julgamento, *a priori*, da vítima como culpadx, mesmo nos casos de assassinatos.

Não é raro que, entre o grupo de pessoas *trans*, essxs sujeitxs sejam consideradxs culpadx ou responsáveis por suas próprias mortes em decorrência do preconceito social e discriminação – em uma visão homogeneizadora, universalizante, heterossexista e cissexista –, por terem seus (supostos) ‘hábitos de vida’, (supostas) ‘características de personalidade’ e (suposta) ‘essência’ passadas pelo crivo da moralidade, ou seja, de

viverem na noite, terem envolvimento com prostituição, drogas e crimes e de serem agressivxs e violentxs. Esse movimento de responsabilização (e violência), *a priori*, encontra na atuação prática e cotidiana da polícia os seus inícios, expressados, por exemplo, pela discussão dos resultados das pesquisas trazidas por Costa (2016) que dão conta de que 60% dxs entrevistadxs residentes em Belo Horizonte já haviam sido agredidxs pela polícia. Sobre os (in)acessos desse grupo populacional ao sistema de justiça e as justificativas para esse fenômeno, Costa (2016, p. 43), ao discutir narrativa de diário de campo de pesquisa, afirma que

A população LGBT relata dificuldade de acesso às instituições de segurança pública e justiça, especialmente, em casos de violência contra travestis e transexuais. Ao tentarem acessar as instituições de segurança pública e justiça, travestis e transexuais relatam que: quando acionados não comparecem ao local do crime; se recusam a registrar o boletim de ocorrência, impedindo a realização da denúncia; as consideram autoras quando na situação de vítimas; desrespeitam o nome social e identidade de gênero com a qual elas se identificam, violando o direito de autodeterminação e escolha do nome; realizam revistas truculentas e negam revista por policial mulher; há descaso e negligência na investigação de denúncias; e relatam situações de violência policial” (Costa, 2016, p. 43)⁸⁰.

Um dos pontos possíveis de discussão constitui-se na afirmação de que uma das possibilidades de fala, de voz de Gisberta, se constituiu nos acessos ao DDH para expor as suas histórias de violência que se repetiam continuamente. Inclusive esse ‘trânsito’ lhe foi negado quando um órgão especializado no combate à discriminação lhe sugere que não busque o Disque Direitos Humanos para formalizar outras denúncias.

Sabe-se que os poderes circunscritos ao gênero e suas identidades não são neutros, não são desinteressados e que localizam pessoas em diferentes posições hierárquicas e de

⁸⁰ Essa discussão faz referência a apropriação de um trecho do diário de campo de pesquisa.

acessos a recursos (Nogueira, 2013a). No caso de Gisberta essa situação é visível na medida em que suas possibilidades de acesso à proteção (além dos recursos de subsistência) são praticamente anuladas em sua totalidade pelos conflitos estabelecidos entre os poderes locais e ela. A partir do momento em que os poderes institucionais estão estabelecidos e legitimados socialmente, as diversas modalidades de violência como a psicologia/simbólica, a física e a sexual são ‘institucionalmente permitidas’ para operar na vida pública e privada (sem a pretensão de dicotomizá-las), bem como no próprio corpo de alguns sujeitos.

2.3- Física

As agressões físicas se constituem na segunda modalidade mais comum de violência cometida contra pessoas *trans* – a primeira seria a psicológica/simbólica aliada à discriminação (Brasil, 2012) – e que normalmente vêm acompanhadas por insultos, humilhações e outras determinações de poder, como podem ser analisadas nos trechos a seguir:

“Nas agressões físicas os adolescentes [e] Conselheira Tutelar da cidade [mãe de um dos adolescentes] atiram pedras, tijolos e barras de ferro na vítima e na residência da mesma, além de socos e tapas ocasionando diversos hematomas e sangramentos, além disso invadiram a residência dele e quebraram vários objetos”.
D.05.01. *“[Policia] colocou a arma na boca da vítima e o agrediu com socos no estômago e na boca e o ameaçou de morte. Foi informado que os suspeitos [conselheira tutelar e mais três homens] agrediram fisicamente Gisberta com uma lâmpada e desferiram chutes e pontapés na vítima”.*
D.08.01. *“Ontem, dia 12/01/2014, por volta das 15h a [conselheira tutelar] jogou o carro para cima da vítima tentando atropelá-la, ocorrendo a mesma situação na data de hoje, além disso, a mesma tentou enforçar a vítima”.*
D.13.01. *“[Cinco adolescentes] o agrediram fisicamente com chutes, socos, tapas e uma barra de ferro, além de rasgarem suas vestis e tiraram a peruca da vítima”.*
D.04.02. *“[Três homens] o agrediram fisicamente com cuspes no rosto, chutes na barriga e nas costas”.*
D.08.02. *“Nas agressões físicas, foram*

desferidos [pelo delegado e outros cinco homens] chutes nas costas, socos, além de rasgarem a roupa da vítima lhe deixando nua”. D.08.02. “Na delegacia a vítima continuou sendo agredida [pelo delegado e policiais militares] psicologicamente e fisicamente com chutes e tapas no ouvido”. D.05.06. No momento em que os suspeitos [policiais militares e outros três homens] entraram [um policial] colocou a mão na boca da vítima para a mesma não gritar”. D.25.07.

Foi alegado nas denúncias que Gisberta passou por inúmeras formas de agressão e tentativas de assassinato perpetradas por diferentes pessoas: adolescentes, policiais e conselheira tutelar. Foram tapas, socos, chutes. Brutalidades no estômago, costas, pescoço, ouvidos e boca. Utilizaram arma de fogo, pedras, tijolos, lâmpadas, barras de ferro e automóvel para tentar atropelar e matar Gisberta. Além de todas essas violências a vítima ainda foi submetida a atos humilhantes e destituidores de sua expressão de gênero.

Gisberta foi cuspidada no rosto, teve as roupas rasgadas e a peruca arrancada, ou seja, no contexto da violência física foi destituída daquilo que havia de fundamental na expressão performativa de ser travesti: roupas e cabelos femininos. Nas palavras de MacDowell (2008, p. 11): “A violência praticada contra elas sempre cumpre a função de reforçar a condição de abjeção, geralmente incidindo diretamente sobre os signos de sua diferença: as marcas corporais e subjetivas que atestam a recusa da norma”. Sequer teve possibilidades de voz porque o policial “*colocou a mão na boca da vítima para a mesma não gritar*”. **D.25.07.**

2.4- Sexual

Os abusos sexuais cometidos contra pessoas *trans* também mostram ser uma das agressões comumente perpetradas, por um lado como veículo de subjugação, objetificação, cerceamento da liberdade e humilhação e, por outro, para a manutenção do poder, das hierarquias de dominação e prazer. Encontram-se presente nos fragmentos denunciativos

recebidos pelo Disque Direitos Humanos as narrativas acerca dessa modalidade de violência, como pode ser analisado a seguir.

Cabe ressaltar que o Delegado mandou os [dois] soldados [...] abusarem sexualmente da vítima, praticando sexo anal e a obrigando a praticar sexo oral”. D.15.01. “Foi informado que no dia 06/02/2014 às 2:00h o Delegado e a Conselheira invadiram a casa da vítima e algemou-a, tendo despido a vítima obrigou-a a manter relações sexuais”. D.04.02. “Os abusos sexuais ocorreram há aproximadamente um mês. Nos abusos sexuais Gisberta foi conduzida pelos suspeitos [delegado e dois policiais militares] até um matagal da cidade, onde foi obrigada a praticar sexo oral e anal com os policiais, sob ameaça de morte”. D.25.07. “Foi agredida por [um homem que] jogou uma pedra na vítima, além de desferir chutes, xingá-la de viado e mostrar o órgão sexual na presença de terceiros”. D.08.09.

A temática da violência sexual perpetrada por policiais exige algumas reflexões, pois demarca o exercício do poder contra um corpo concebido socialmente como ilegítimo. Gisberta foi obrigada a ver os genitais de um policial e a manter relações sexuais, oral e anal, sem o seu consentimento e por via da coerção, violência física e ameaça à vida. Foi violada sexualmente por policiais, delegado e conselheira tutelar, em espaço público (matagal) e privado (sua própria casa). A história de inúmeras travestis, principalmente daquelas que trabalham nas ‘pistas’, mostra-se atravessada pela intervenção policial, ou seja, dos representantes do disciplinamento e manutenção da ‘ordem’ social. Os ‘alibã’, assim nomeados pelas travestis (Garcia, 2007), mostram total liberdade sobre os seus corpos, inclusive de violá-los como aconteceu repetidas vezes com Gisberta.

A questão que se coloca é: Como esses enunciados no conjunto enunciativo “modalidades das violências” puderam emergir, respaldados e associados àqueles já analisados sobre as motivações das violências (identidade de gênero, orientação sexual, raça/cor, classe social), sob a perspectiva das relações de poder e violência em Foucault

(1995)? Talvez uma entrada proporcionada pelas informações empíricas desta pesquisa encontre mote no sistema de diferenciação das modalidades e níveis de violências, pois, para Foucault (1995), relações de poder e violência não são estáticas, podendo tanto as relações de poder chegar ao nível da violência quanto a violência alcançar o *status* de relações de poder.

Quando se trata de violência psicológica/simbólica e institucional há, ainda, alguma possibilidade de resistência e autonomia para dizer não à situação, de se posicionar, de subverter a lógica imposta para escapar ou mover-se, ou seja, ainda é possível argumentar, fundamentado em Foucault (1995), se tratar de relações de poder, de ações sobre o campo de possibilidades de ação dos outros e que podem, ou não, vir a se tornar uma relação de violência em outro momento. O mesmo já não pode ser afirmado sobre as ações coercitivas diretas sobre os corpos das pessoas *trans*: se as resistências e autonomia já eram pouco possíveis na violência psicológica/simbólica e institucional, nas violências física, sexual e assassinatos elas inexistem, quer dizer, qual potencial de recusa/fuga de Gisberta diante dos seguintes enunciados?

“[Policia] colocou a arma na boca da vítima e o agrediu com socos no estômago e na boca e o ameaçou de morte. Foi informado que os suspeitos [conselheira tutelar e mais três homens] agrediram fisicamente Gisberta com uma lâmpada e desferiram chutes e pontapés na vítima” D.08.01. “Ontem, dia 12/01/2014, por volta das 15h a [conselheira tutelar] jogou o carro para cima da vítima tentando atropelá-la, ocorrendo a mesma situação na data de hoje, além disso, a mesma tentou enforcar a vítima”. D.13.01. Cabe ressaltar que o Delegado mandou os [dois] soldados [...] abusarem sexualmente da vítima, praticando sexo anal e a obrigando a praticar sexo oral”. D.15.01. “Foi informado que no dia 06/02/2014 às 2:00h o Delegado e a Conselheira invadiram a casa da vítima e algemou-a, tendo despido a vítima obrigou-a a manter relações sexuais”. D.04.02. “Os abusos sexuais ocorreram há aproximadamente um mês. Nos abusos sexuais Gisberta foi conduzida pelos suspeitos [delegado e dois policiais militares] até um matagal da cidade, onde foi obrigada a praticar sexo oral e anal com os policiais, sob ameaça de morte”. D.25.07.

Nos casos em que a violência está posta, como é o de Gisberta, as possibilidades dela cessar dependeria muito mais das ações de outros do que desse sujeito propriamente dito. Entretanto, nas referidas situações vividas por Gisberta, as ações de outros são materializadas tendo a violência como mediadora, exatamente para que ocorra a manutenção e reprodução dos sistemas de opressão e subalternidade, operados pelos sujeitos das agressões.

Por outro lado, em se tratando de agressões psicológicas/simbólicas e institucionais, a discussão analítica das relações de poder a partir de Foucault (1995) tem terreno fértil de possibilidades. Um primeiro ponto de análise estaria ligado à afirmação de Foucault (1995, p. 246) de que “toda relação de poder opera diferenciações que são para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos”, ou seja, **de um sistema de diferenciações**. Ora, estamos diante de um nível de análise das produções de diferenciação nas relações de poder, na produção daquilo que poderia ser as demarcações identitárias e de suas diferenças nos sujeitos, na relação identidade-diferença. A partir das informações empíricas da pesquisa, temos que Gisberta é uma pessoa *trans*, homossexual, negra e em situação de pobreza, ou seja, há uma multiplicação de eixos interseccionais de subordinação e opressão que a localiza nos lugares hierárquicos de poder no discurso e nas possibilidades de práticas de resistência se comparada aos seus agressores, pessoas (supostamente) menos marcadas e mais assimiladas com as demandas dos discursos cisnormativos, heteronormativos, de raça/etnia e classe social.

Além disso, são sujeitos que ocupam posições institucionais que lhes oferece a legitimidade social/institucional para a manutenção e reprodução do outro como posição de oprimido e de si próprio como de privilegiado. Estou aqui referindo-me aos sujeitos: delegado, policiais militares, conselheira tutelar e representantes do “*Núcleo Especializado*

de Combate a Discriminação, Ministério Público, CRAS e Prefeitura da cidade” D.08.01.

“A Promotoria e o Fórum [...] A Defensoria”. D.13.01.

A partir do que Foucault (1995; 2014; 2016b) discute acerca da genealogia das relações e práticas de poder, quando argumenta sobre as posições de sujeito oprimido e opressor nas relações de opressão e privilégios, mostra encontrar nos privilégios os efeitos desejados nas/para as relações de poder, ou seja, para Foucault (1995), o **tipo de objetivo**. É essa a aspiração última dessas relações: instauração e manutenção dos privilégios, quais sejam, econômicos, acumulação de lucros, exercício profissional e manutenção de *status*. No caso Gisberta, esse último aspecto mostra relevo, inserem-na em relações de poder que seus agressores pretendem manter o *status* ou o estatuto da hegemonia normativa de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe social, ao mesmo tempo em que produzem o outro como abjeto. Operam, pela via das agressões, a separação e valoração das identidades de gênero, orientações sexuais, raça e classe social que importam; dito de outra forma, dos corpos materializados/inteligíveis que para a nossa cultura importam (Butler, 2015b), os corpos que deveriam e os que não deveriam existir: o de Gisberta.

Outro ponto da analítica das relações de poder em Foucault (1995) é sobre as **modalidades instrumentais** apropriadas para a construção e manutenção dessas relações. Trata-se dos meios pelos quais os objetivos – sempre estratégicos – são alcançados. Torna-se bastante claro que se pode, via análise das narrativas sobre Gisberta, identificar quais os meios ou instrumentos utilizados na produção da sua posição de subalternidade: foram utilizadas armas para ameaçar, palavras (que também podemos considerar armas) e seus efeitos, diferenças econômicas, de classe social, signos marcadores de desigualdade de gênero, sexualidade e de raça/cor, como pode ser analisado: *“Foram proferidos [...] termos homofóbicos e de racismo, viado e pessoas de tem que morrer e chamam a vítima de macaco, disseram que a vítima tem que morrer queimada”*. **D.08.09**. *“Os suspeitos [...]*

deixam claro que as violações ocorrem em decorrência da cor da vítima e da identidade de gênero”. D.08.01. “[Policial] colocou a arma de fogo na boca da vítima”. D.08.01. A partir dos meios apropriados pelos autores das agressões, foi possível a elaboração/manutenção de um sistema de controle sobre o corpo *trans* de Gisberta, demarcando-lhe as suas (im)possibilidades em termos de ações e resistências ao poder instaurado naquela mesma relação.

Os meios/instrumentos utilizados no sistema de vigilância, controle e opressão construído pelos agressores de Gisberta só obtiveram êxito em seu engendramento em decorrência das **formas de institucionalização** dos mesmos, outro ponto de análise das relações de poder em Foucault (1995). Os enunciados envolvidos na construção do sujeito Gisberta nas denúncias, bem como de suas violências sofridas, formam um retrato das formas/forças institucionalizadas na produção de relações de poder e hierarquias. Percebemos como as violências encontram respaldo, reprodução e legitimação pela família, polícia e estado que ignora o grupo LGBT e não legisla a essa população em termos de criminalização de violências por gênero e orientação sexual. De acordo com Foucault (1995), esse ponto das análises das relações de poder mostra exatamente sobre a fusão de dispositivos tradicionais poder/saber com estruturas jurídicas, que no caso Gisberta não encontra qualquer apoio, acolhimento, reconhecimento da posição de vítima de violência nem mesmo nessas estruturas.

O último aspecto de análise proposto para as relações de poder (Foucault, 1995) mostra-se intimamente ligado ao anterior, pois é a partir das formas de institucionalização de discursos e práticas sociais que se fundamentam ou se sedimentam **os graus de racionalização** sobre determinado objeto. São esses graus de racionalidade – construídos, normalizados, normatizados sobre gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social – que trarão, nas relações de poder, o quanto um ou outro lado das forças em choque terá, em

termos de ação, sobre o campo de possibilidades de ação e resistência do outro. De acordo com Foucault (1995, p. 246-247),

o funcionamento das relações de poder como ação sobre um campo de possibilidade pode ser mais ou menos elaborado em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado (maior ou menor refinamento tecnológico no exercício do poder).

Os graus de racionalização nas relações de poder e exercício da violência em Gisberta encontram na “certeza do seu resultado” (Foucault, 1995, p. 247) um dos fundamentos de sua lógica, ao mesmo tempo motivo e efeito de/para sua realização. Ora, muito tem-se discutido sobre o que é, para nossa sociedade ocidental e capitalista, um corpo *trans*, homossexual, negro e/ou em situação de pobreza. As denúncias, substrato empírico desta pesquisa, performatizam um sujeito da violência sobre o qual “*Os suspeitos [...] falaram que não vão sossegar enquanto não matarem a vítima*”. **D. 08.09.** “[...] *Disseram que vão matá-la, seja queimada ou de qualquer outra forma [...] disseram que a vítima tem que morrer queimada*”. **D.08.09.**

A certeza do resultado das relações de poder mostra sua filiação, nas dinâmicas violentas experimentadas por Gisberta, nos discursos vigentes das normas sociais de gênero, orientação sexual, raça/cor e classe social e nas (ausentes) práticas do sistema jurídico em prol das pessoas *trans*, interseccionadas por outros eixos de subordinação e privilégios. Dito de outra forma, os graus de racionalização das relações de poder envolvendo sujeitos *trans* encontram sua certeza na assunção do outro, comumente, como um ser abjeto, não humano, indigno de existência.

A partir de elementos da genealogia das relações e práticas de poder em Michel Foucault (1995; 2016b), ligados às informações empíricas desta tese, no que concerne ao conjunto de enunciados “modalidades de violência”, tem-se resumidamente sobre a

emergência das violências vividas por Gisberta : 1- o **tipo de objetivo** das forças ou poderes hegemônicos é a manutenção dos seus privilégios que, nas situações denunciativas, são os da cisgeneridade, heterossexualidade, de uma suposta elite e dos operadores do racismo; 2- as **modalidades instrumentais** componentes da analítica das relações de poder são, nas denúncias, a aplicação do poder via violência com uso da coerção, ameaças, armas diversas, bem como dos efeitos de subalternidade produzidos pelos marcadores da diferença; 3- **formas de institucionalização** compostas pelas diferentes formas e forças administradas pela família, polícia e estado como instituições e, por fim, 4- **graus de racionalização** que, no escopo das denúncias, encontram-se marcados pela normalização e normatização dos discursos que tomam gênero, sexualidade e raça como objetos em tamanha extensão que o exercício da violência e a tentativa de anular/matar a diferença, como as marcadas em Gisberta, imperam.

3- Efeitos da Violência:

Muito tem-se afirmado a favor do argumento de que os discursos/práticas sociais produzem efeitos, de como os próprios objetos dos quais pretende caracterizar ou qualificar (Foucault, 1971) e que se destinam à separação, à exclusão e ao estabelecimento de hierarquias de poder. Esses efeitos podem se materializar nas mais diversas ordens, como discutirei acerca das narrativas das denúncias. As consequências da transfobia trouxeram à Gisberta prejuízos físicos, emocionais, sociais, econômicos e familiares e, por outro lado, alguma (mínima) possibilidade de resistência e de rede de apoio.

3.1. Efeitos Físicos:

Estar inserida em um sistema perverso e eficazmente engendrado de violência e que mostra ter por objetivo a determinação da impossibilidade de sua existência, trouxe a Gisberta um panorama de inacessibilidades e impossibilidades. As consequências das violências sofridas mostram-se concatenadas, uma sendo consequência da outra, desde o corpo e o emocional agredidos, passando pela impossibilidade de trabalhar e a falta de apoio social, chegando às ideias de suicídio. Daí a afirmação de que a violência possui uma lógica que impera e opera para a (im) possibilidade de existência do corpo travesti.

O trecho das denúncias que se segue mostra a potencialidade da violência física em fazer o corpo travesti lembrar-se de que não pode existir, mas que, ainda assim, ele resiste como um ato político de alguém que se recusa a morrer por ser uma pessoa *trans*. Acerca dos atos de resistência, Foucault (2004, p. 268) afirma: “Dizer não constitui a forma mínima de resistência. Mas, naturalmente, em alguns momentos é muito importante. É preciso dizer não e fazer deste não uma forma decisiva de resistência”. Gisberta, até 8 de setembro de 2014, possuía sangramentos nos ouvidos, vomitava sangue, possuía dores de cabeça, desmaios e não conseguia dormir:

“Nesse momento a vítima encontra-se abalada e com sangramento no ouvido”. D.05.06. “Devido às fortes agressões a vítima está vomitando sangue”. D.08.09. “Devido às agressões sofridas, a vítima tem fortes dores de cabeça, não consegue dormir, tem vômitos e desmaios constantes”. D.08.09.

De acordo com dados do *Transgender Europe* do ano de 2015⁸¹, o Brasil é um dos países do mundo em que mais se violenta e mata pessoas *trans*, o que denota ser um dos lugares mais difíceis para uma pessoa *trans* viver. Parece ser notório que o fato de viver

⁸¹ Informações disponíveis em: http://www.transrespect-transphobia.org/en_US/tvt-project/tmm-results/idahot-2015.html

repetidamente situações de violência física, aliada a uma enormidade de outras modalidades de agressões, traz repercussões subjetivas, de modo a ser uma impossibilidade a cisão entre a objetividade da violência no corpo e a subjetividade dos impactos emocionais decorrentes.

3.2. Emocionais

Para além dos danos físicos impelidos ao corpo de Gisberta, também podem ser apreendidos, a partir dos textos denunciativos, os prejuízos emocionais causados pela instauração e manutenção de um sistema de violências. Como efeitos do conjunto de repetidas violências, Gisberta é inserida em uma outra ordem discursiva, mas não menos patologizante: agora é uma travesti em tratamento psiquiátrico e, mais ainda, é forçada a se aproximar da figura da loucura. É interessante pensar que o contexto social vivido por Gisberta a conduz, pelas vias da violência e da pressão, a localizá-la nas posições sociais em que menos possibilidades tem de ser sujeito de ‘liberdade’, autonomia e fala. Por ser uma pessoa *trans*, é ‘direcionada’ a se sujeitar aos saberes médico/psiquiátricos. Foucault (1971) nos alerta para os poderes de coerção que os discursos possuem e que, no caso da medicina, tem para dizer quem são os sãos e quem são os loucos, ou seja, mais um mecanismo de separação e exclusão.

O trecho da denúncia revela que Gisberta está emocionalmente abalada, com sintomas de depressão, fobia social, baixa autoestima, ideias de suicídio e fazendo uso de Diazepam (nome comercial de antidepressivo), como pode ser observado:

“Em decorrência da situação, a vítima está com o estado emocional extremamente abalado, fazendo tratamento psiquiátrico e medicamentoso”. D.05.01. “A vítima não pode sair de casa, está abalada, toma remédios depressivos, dentre eles Diazepam. Gisberta mora sozinha e é profissional do sexo e não

está trabalhando por causa das ameaças”. **D.13.01**. “*Ressalta-se que Gisberta está apresentando sintomas iniciais de depressão e fobia social, tendo muito medo para sair nas ruas devido às violações que tem sofrido nos últimos dias*”. **D.26.03**. “*A vítima está apavorada, com medo de ficar sozinha no período da noite [...]. Informa-se que a vítima apresenta tendências suicidas*”. **D.25.07**. “*Gisberta está muito abalada, com pensamentos suicidas e de baixa estima*”. **D.03.08**. “*Gisberta fala em suicídio a todo momento, por não aguentar mais a situação que se encontra*”. **D.03.08**.

As análises desses fragmentos de narrativas possibilitam alguns questionamentos. Para além do discurso médico incutido, a partir das sintomatologias, e que cumpre seu papel de patologização, é dito que Gisberta “*não pode sair de casa*” **D.13.01**, que tem “*muito medo para sair nas ruas*” **D.26.03**, “*medo de ficar sozinha no período da noite*” **D.25.07** e que “*fala em suicídio a todo momento, por não aguentar mais a situação que se encontra*” **D.03.08**. Esses extratos textuais possibilitam refletir que Gisberta não possui lugar na cidade/sociedade, não há territórios que possam ser habitados por ela: ela não pode ir às ruas e não pode ficar em casa, pois essa já foi invadida repetidas vezes. A ‘única’ possibilidade ‘ofertada’ para seu grupo social é o suicídio. A lógica da violência é construída e, tão engenhosamente construída, que cumpre seu papel: o de excluir, isolar, invisibilizar, fazer a manutenção desses determinantes até que a pessoa, (supostamente) por vontade própria, se suicide. Nota-se, portanto, novamente, a impossibilidade de existência dos corpos travestis.

Diante desse contexto de experimentação praticamente diária de violências em suas diferentes modalidades, cabem algumas provocações: o suicídio seria mesmo uma decisão individual ou podemos complexificar essa ideia desnudando as coerções sociais, pelas vias institucionais, que oferecem o suicídio como ‘única’ alternativa às pessoas de certos grupos populacionais? Se assim for, não seria mais adequado denominá-los de assassinatos, mesmo que vistam roupas de suicídio?

Os trechos das denúncias, analisados pela metodologia de Análise Temática, demonstram que a transfobia constrói um sistema global de prejuízos para a vítima. Além dos efeitos físicos e emocionais, também são presentes os efeitos sociais materializados nas possibilidades e impossibilidades de acessos, consequências econômicas decorrentes, bem como os efeitos da instituição familiar.

3.3. Sociais/Econômicos/Familiares

Considerando as categorias identitárias e interseccionadas presentes na experiência de Gisberta, depara-se com a multiplicação dos eixos opressivos, nomeadamente sexo, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia. Outra categoria também presente é a de classe social, mesmo que nas denúncias não esteja caracterizada pelo termo ‘classe social’, mas que se materializa pelo seu contexto. Nos trechos que se seguem são mostradas algumas implicações consequentes das violências:

“[Gisberta encontra-se] impossibilitada de trabalhar para seu próprio sustento de modo que está passando por dificuldades financeiras, inclusive, sem alimentar-se adequadamente”. D.05.01. “Foi informado que a vítima está em extrema situação de vulnerabilidade social, passando fome e necessitando de ajuda de vizinhos e amigos para se alimentar”. D.26.03. “Gisberta está passando por dificuldades financeiras e chega a passar fome, pois não pode mais trabalhar, tem medo e está muito abalada psicologicamente. A família da vítima não se importa com a situação e não apoiam Gisberta”. D.25.07.

Gisberta é uma trabalhadora das ‘pistas’ ou da ‘avenida’ (expressões utilizadas para designar o trabalho sexual). De classe social pouco ou praticamente nada favorecida, ela depende da prostituição como meio de subsistência econômica, atividade que se mostra interrompida como consequência de ameaças e violências sofridas. É importante a discussão sobre o conceito de vulnerabilidade social. Gisberta não está vulnerável a

agravantes sociais, ela está vivendo esses determinantes lhe atravessarem suas possibilidades e impossibilidades de acessos a bens e recursos materiais, inclusive de ser visível, de frequentar territórios, de ser considerada sujeito e de ser humano. Ou seja, por ser violentada inúmeras vezes e viver um contexto de tensão e ameaças; não pode exercer sua profissão, o que lhe impossibilita até ter alimentação adequada.

Gisberta também sofre processos de exclusão e violência em sua família que tem ciência das agressões às quais ela é submetida e compactua/mantém esses mesmos processos. Gisberta não é a única. Segundo Carvalho e Carrara (2013, p. 334) não são raras as “histórias de violência associadas à rejeição familiar, ao abandono dos estudos, às mudanças de cidade e ao universo da prostituição e da criminalidade”. Inúmeras pessoas *trans* são violentadas e expulsas de casa quando assumem sua homossexualidade e se intitulam como pessoas *trans*. São vítimas de transfobia no contexto escolar, motivando-as a deixar os estudos. São guiadas pelos discursos e pelas práticas de exclusão social a ocupar as margens e as sombras da sociedade para que ninguém as veja ou saiba de sua existência.

No enunciado “*A família da vítima não se importa com a situação e não apoiam Gisberta*”. **D.25.07.**” (grifo meu), é possível localizar, a partir dos estudos de Butler (2003; 2016, as concepções do que seria um sujeito abjeto, bem como das condições de precariedade em que certas existências são construídas e formadas, mostrando que esses seres humanos que, sequer são consideradas como vidas importantes, são impassíveis do luto, afinal, nessa linha argumentativa, quem se importaria ou choraria um corpo morto de uma pessoa *trans* se nem sua própria família, tida pela cultura como a primeira e uma das mais importantes instituições e *locus* de afeto, se importa?

Diante do panorama de violências sofridas, tenta-se observar, por outro lado, a existência ou não de redes de apoio, laços de solidariedade, relações que possibilitam e/ou incitam o afeto como estratégia de resistência e de enfrentamento de viver uma vida precária.

3.4. Rede de Apoio:

As denúncias denunciam⁸² a gravidade e os efeitos da vivência cotidiana de múltiplas violências interseccionais. Quando um coletivo de vozes brada pela morte de um sujeito e esse permanece vivo, esse ato de sobrevivência deve ser considerado como político e de resistência. Foucault (2004) presenteia seus leitores com a afirmação de que os movimentos de resistência se viabilizam pelo dizer não, pela negação daquilo que lhe está proporcionado e pela não obediência. Além disso, argumenta que a resistência é mais forte, pois sem ela não existem relações de poder. Em suas palavras:

Veja que se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica (Foucault, 2004, p. 268).

Nesse sentido, o que permite que alguém como Gisberta, em sua complexa interseccionalidade de opressões, resista em não ser assassinada? Quais são os mecanismos que contribuem para que ela sobreviva? Existem redes de apoio? Qual o lugar

⁸² Pleonismo proposital para evidenciar uma marca de poder deste dispositivo.

do processo denunciativo nos contextos de violência vividos por Gisberta? De quem é a voz que se prontifica a acessar o Disque Direitos Humanos e formalizar as denúncias?

Essas são questões que se pretende tensionar como uma tentativa de argumentação acerca não da impossibilidade de vida do corpo *trans*, mas, agora sim, das suas possibilidades de existência como um corpo legítimo, da travesti como potência de vida. Nos excertos denunciativos, as informações sobre redes de apoio são extremamente limitadas, nos quais encontram-se apenas as figuras do “vizinho” e “amigos”, como pode ser observado a seguir:

“Gisberta foi socorrido por um vizinho”. D.08.01.
“...necessitando de ajuda de vizinhos e amigos para se alimentar”.
D.26.03. “[Outra conselheira] estava na delegacia [...] falou com a vítima e ainda deu conselhos a ela”. D.05.08. “A vítima foi socorrida por um conhecido e levada ao hospital”. D.08.09.

Esses fragmentos narrativos mostram que, após a ocorrência de um episódio de violência, Gisberta contou com o auxílio de um vizinho. Além disso, o segundo extrato denunciativo informou que ela estaria “*necessitando de ajuda*” para suprir necessidades básicas como alimentação. Em outros trechos de denúncias (expostos em outros momentos no corpo desta investigação), os vizinhos aparecem como agressores de Gisberta, o que nos leva a questionar quem agride e quem ajuda, se são as mesmas pessoas em momentos diferentes ou não, ou seja, se essas relações são construídas de forma fluida e movediça. O fato é que houve um vizinho que ajudou Gisberta pontualmente. Teria sido a mesma pessoa que ligou ao Disque Direitos Humanos para formalizar uma denúncia? Afinal, quem ou quais pessoas acessaram o DDH para narrar as situações de violência vividas pelo sujeito que protagoniza esta investigação? E um outro questionamento: o DDH, ao inscrever na denúncia que Gisberta “*foi socorrida*” **D.08.01**, no gênero masculino, não estaria cometendo também uma outra violência de gênero?

As possibilidades de reflexões são numerosas, inclusive acerca dos limites que as denúncias recebidas pelo Disque 100 possuem e sustentam. Em certos momentos dos excertos denunciativos (como “*ouviu-se tiros e um pedido da vítima para não matá-la. Desde então, não há notícias do paradeiro de Gisberta*”. **D.04.02**), tem-se a nítida impressão de que o acesso ao serviço não partiu de Gisberta, mas, sim, de alguém que de alguma forma mantinha contatos próximos com ela. Se assim for, as denúncias nos dão um vislumbre de serem a materialização dos esforços de alguém com o objetivo de cessar as violências cometidas contra Gisberta.

Se aspectos arqueológicos e da genealogia das relações e das práticas de poder estão para a ordem da produção de objetos e de proporcionar objetivações, a genealogia da ética e do cuidado de si está para os efeitos produzidos, via processos de subjetivação, daqueles mesmos saberes e poderes, sintetizados a partir do eixo analítico de Foucault saber-poder-subjetividade (Zanella et. al. 2006). Trata-se, portanto, de objetivações disponibilizadas pela cultura que capturam o indivíduo fazendo dele sujeito ou assujeitado dos saberes e poderes construídos historicamente. Exatamente pela genealogia da ética e do cuidado de si estar ligada a efeitos de subjetividade que o conjunto de enunciados empíricos denominado “Efeitos da violência” encontra seu sentido.

A partir dos enunciados que dizem respeito ao conjunto “Efeitos da violência”, é possível apreender a descrição de uma série de relações sociais mediadas pelas violências. Foram mostrados nos trechos denunciativos efeitos físicos, como “*sangramento no ouvido*” **D.05.06.**; “*a vítima está vomitando sangue*” **D.08.09.**; “*a vítima tem fortes dores de cabeça, não consegue dormir, tem vômitos e desmaios constantes*” **D.08.09.** Foram mostrados efeitos emocionais proporcionados pela violência como: “*estado emocional extremamente abalado, fazendo tratamento psiquiátrico e medicamentoso*” **D.05.01.**; “*não pode sair de casa, está abalada, toma remédios depressivos, dentre eles Diazepam.*”

[...] não está trabalhando por causa das ameaças” D.13.01.; “está apresentando sintomas iniciais de depressão e fobia social, [...] “A vítima está apavorada, com medo de ficar sozinha no período da noite [...]. Apresenta tendências suicidas” D.25.07.; “baixa estima” D.03.08.; “Gisberta fala em suicídio a todo momento, por não aguentar mais a situação que se encontra”. D.03.08. Também existiram efeitos sociais, econômicos e familiares mostrados nos trechos: “[Gisberta encontra-se] impossibilitada de trabalhar para seu próprio sustento de modo que está passando por dificuldades financeiras, inclusive, sem alimentar-se adequadamente” D.05.01.; “está em extrema situação de vulnerabilidade social, passando fome e necessitando de ajuda de vizinhos e amigos para se alimentar” D.26.03.; “a família da vítima não se importa com a situação e não apoiam Gisberta” D.25.07. Por último, e menos numerosos (não pode acaso), foram mostrados os trechos denunciativos referentes à rede de apoio: “Gisberta foi socorrido por um vizinho” D.08.01.; “necessitando de ajuda de vizinhos e amigos para se alimentar” D.26.03.; “[Outra conselheira] estava na delegacia [...] falou com a vítima e ainda deu conselhos a ela” D.05.08.; “A vítima foi socorrida por um conhecido e levada ao hospital” D.08.09.

Ora, todos esses enunciados mostram o panorama da dinâmica sistemática e reiterada das violências vividas por Gisberta. A partir da concepção de violência para Foucault (1995) como força ou coerção que oprime e destrói e outro ou objeto e que são mínimas as possibilidades de resistência (ainda assim reduzidas quando ‘mostram sua cara’ aos poderes hegemônicos), vemos o quanto de descompasso há na materialidade das práticas violentas no contraponto da quase inexistência das relações de poder, nas quais vez uma certa liberdade de ação, autonomia e resistência são ínfimas, quando a referência é uma pessoa *trans* como Gisberta. É mostrado, então, pelos trechos denunciativos, o que há de possibilidades de objetivações disponíveis à Gisberta. Objetividades essas que, quando subjetivadas, operam na produção de um sujeito não normativo, um “corpo aberto”

para ser violentado, um corpo capturado e assujeitado pelos discursos/práticas sociais hegemônicas da cisnormatividade, da heteronormatividade, da branquitude e das elites.

Pensando na discussão proposta por Foucault (2016b) sobre a genealogia da ética e do cuidado de si como sendo uma construção ética e moral de si mesmo a partir de uma liberdade e consciência condicionadas histórica e culturalmente, questões insistem em se fazer: como estão sendo fabricados os corpos *trans* na sociedade brasileira? Se, como afirma Foucault, uma genealogia da ética e do cuidado de si deveria mostrar o corpo impregnado de história e a história arruinando corpos, a partir de quais engenhos ou engendramentos estariam sendo usados como dispositivos na produção e ruína dos corpos travestis, transexuais e outros (supostamente) não binários? Seria pela maquinaria social e cultural que produz o assujeitamento e as condições de vidas precárias?

Se pudermos considerar que exista uma possibilidade (no sentido foucaultiano de liberdade) de construção de modos de subjetivação e cuidado de si nas/pelas pessoas *trans*, devemos considerar também que essas mesmas subjetividades ou essas existências mostram-se negadas ou deslegitimadas no cotidiano das relações sociais. Os nós que devemos refletir e desatar mostram suas faces quando uma determinada forma de cuidado de si, transgressora e desobediente das normas sociais, funciona como gatilho para o exercício da violência.

Já foi discutido nesta pesquisa que, para Kleber Prado Filho (2009), as sociedades modernas e ocidentais fazem da verdade a sua aspiração última: a verdade sobre os diversos objetos de investigação, a verdade essencial do “eu” e do “outro” a partir da máxima do “conhece-te a ti mesmo”. Kleber Prado Filho (2009) faz essas afirmações baseadas nos escritos de Foucault para estabelecer um discurso de crítica, de descentramento do sujeito, de dessencialização das verdades exatamente para mostrar que essas são contingenciais,

históricas e datadas. A contradição que emerge nesse debate é a de, se por um lado é cobrada a verdade, o mais genuína (mesmo que ela não exista) quanto for possível, quando uma versão dissidente das verdades hegemônicas, como as expressões de gênero e sexuais *trans* e homossexual, como no caso de Gisberta, tem sua possibilidade de existência aparente e vista, ela é, na prática, automaticamente rebatida, oprimida, rebaixada e tem sua existência ameaçada de ser dizimada. Daí ser possível o estudo da proveniência desse sujeito aos discursos, uma marca de análises genealógicas e da ética e do cuidado de si.

As esperanças, ou vislumbres de ‘esperança’ diante desse panorama de violências são, primeiramente, a concepção de que não se trata, somente, de um problema teórico-epistemológico, mas que encontra nas cenas do dia a dia, no cotidiano social um aspecto dessa equação ou articulação. Outro ponto seria, talvez, considerar como uma chave para lidarmos com o problema da transfobia as resistências estabelecidas frente aos discursos e práticas hegemônicas. Um terceiro movimento seria denunciando a fragilidade das categorias (sexo, gênero, raça/etnia e orientação sexual) que forjam a ilusão de um “eu” essencial, sempre (pré)determinado e com destino certo.

Capítulo 7: O Disque Direitos Humanos e o seu fluxo denunciativo no Estado de São Paulo: o deslocamento da posição de “vítima” para o de “autora” de um crime

At first I was afraid, I was petrified...

I will survive!

Conforme expliquei na introdução desta pesquisa, o Disque Direitos Humanos é um serviço responsável pelo recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias relativas a situações de violência cometidas contra sujeitos de diversos grupos populacionais (Andrade, 2012). Como a discussão proposta para essa seção é acerca do fluxo denunciativo e de seu monitoramento, torna-se necessário compreendê-lo como estruturado ou delineado de formas diferentes para cada estado brasileiro, pois “cada estado conta com órgãos distintos para o recebimento, encaminhamento e tomada de providências quanto às denúncias do módulo LGBT” (Costa, 2016, p. 89). Essas diferenças, aliadas à falta de informações importantes sobre vítimas e agressorxs, tornam as denúncias fragilizadas, impossibilitando o acompanhamento de seus fluxos, que muitas vezes param nas delegacias, e também a produção de relatórios, mostrando, conforme Costa (2016), a precariedade do serviço Disque 100.

Como o foco desta seção pretende ser um desdobramento das análises referentes as seções qualitativas anteriores, optei por acompanhar o fluxo denunciativo do estado de São Paulo, uma vez que as denúncias de Gisberta originaram-se dali. De acordo com informações do Disque Direitos Humanos⁸³, as instituições que recebem as denúncias encaminhadas são: 1- Defensoria Pública do Estado – Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito; 2- Secretaria de Justiça e Direitos Humanos –

⁸³ Informações enviadas por e-mail para o pesquisador.

Coordenação de Políticas de Diversidade, e 3- Corregedorias e Ministério Público do Estado de São Paulo (por haver homofobia institucional). O *corpus* das denúncias referentes às violências sofridas por Gisberta mostram que os órgãos acessados foram: 1- Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – Brasília – DF; 2- Corregedoria Geral do Ministério Público de São Paulo – SP; 3- Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo – SP Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, e 4- Promotoria de Justiça de [Nome da cidade] – SP (Nome da cidade/SP)⁸⁴.

A proposta de análise dos fluxos de pessoas, instituições e procedimentos do sistema de justiça criminal ainda é pouco apropriada por pesquisadores, segundo Vargas (2007), e que só recentemente esse modelo tem se inserido no campo da produção científica. Uma explicação possível encontraria subsídios no argumento de que a reconstituição e articulação das informações mostra-se falha e com lacunas quando se faz um recorte temporal. Dessa forma, a opção recai sobre análise de poucos casos ou um único caso – como é o caso desta pesquisa de doutorado – ou seja, “o acompanhamento praticamente individualizado dos casos explica o caráter localizado da grande maioria dos estudos desta natureza, realizados a partir de bases de dados relativamente pequenas” (Vargas, 2007, p. 673).

Entretanto, segundo a metáfora do funil, apropriada por Vargas (2007), torna-se possível a identificação e análise de alguns determinantes, como a construção específica de determinados fluxos na dependência de diferentes crimes ou, nas palavras de Vargas (2007, p. 674), “para cada tipo de delito corresponde uma maneira singular de tratamento

⁸⁴ O nome da cidade foi omitido intencionalmente com o objetivo de preservar a identidade de Gisberta e não colocar em risco a confidencialidade das informações fornecidas ao pesquisador.

dos casos, pode-se pensar que a natureza do delito intervém de maneira decisiva na configuração que o fluxo assume”.

Seguindo o exemplo das seções anteriores, também foi construído um mapa de Análise Temática (Apêndice 6) com os enunciados proferidos pelas instituições componentes do sistema de justiça de São Paulo- SP, como uma proposta de sistematização e das informações documentais⁸⁵, momento em que pôde ser construída a idéia de que os enunciados presentes nos relatórios de monitoramento sugerem: as denúncias de Gisberta como ‘falsas’, arquivamento de processos e criminalização da ‘vítima’ e a assistência social como medidas suficientes para Gisberta. Posteriormente foi elaborado um quadro com uma proposta de aprofundamento analítico, Figura 8, em que podem ser apreendidos os enunciados associados, as instituições que aparecem no fluxo denunciativo, a construção da performance de gênero travesti ao longo do fluxo das denúncias e, também, os aprofundamentos propostos para uma análise de inspiração foucaultiana.

Fez-se a opção de construção dessa seção e desse quadro em separado (e não agregado ao quadro e à seção anteriores) em função da modalidade dos documentos serem diferentes das denúncias, ou seja, por se tratar agora dos relatórios de monitoramento do fluxo das denúncias e as informações de um processo criminal. Cabe a ressalva de que das dezessete denúncias envolvendo Gisberta como vítima, seis delas não foram sequer

⁸⁵ Neste capítulo, mesmo com a indicação do Mapa de Análise Temática apontando para a existência de dois conjuntos de enunciados, far-se-á opção pela análise de ambos como se fossem apenas um a partir do conceito de dispositivo para Foucault (2016) argumentando se tratar de um dispositivo de criminalização dos corpos *trans*. Desta forma, mostro a importância do mapa como forma de sistematização das informações empíricas mas que o foco analítico se dará a partir dx referidx teóricx.

monitoradas pelo Disque 100 e em uma delas o monitoramento era para declarar o arquivamento da mesma.

Conjunto de Enunciados	Os enunciados	As instituições que aparecem no fluxo das denúncias	A construção da performance de gênero travesti no fluxo das denúncias	Aprofundamentos teórico-analíticos em Michel Foucault
<p>A (im) possibilidade de existência legítima dos corpos <i>trans</i>: vidas precárias</p>	<p>Foi informado que a vítima foi agredida física e psicologicamente no dia 10.10.2014, no horário das 11h50min, na rua. Os suspeitos, [...] arremessaram pedras e tijolos na cabeça da vítima, além de chutarem suas costas. Os suspeitos ameaçaram a vítima de morte. Disseram que irão matá-la, seja queimada ou de qualquer outra forma. Foram proferidos termos homofóbicos e de racismo, viado e pessoas de cor tem que morrer e chamaram a vítima de macaco. Sabe-se que a vítima no dia 08.10.2014 acionou o Núcleo de Combate ao Racismo e Preconceito [...] a Subcorregedoria da Polícia Civil [...] e a Ouvidoria Geral do Estado [...], porém até o momento não houveram providências por parte dos órgãos [...] 31.10.2014 18:12:32 Foi informado que a casa de [...] foi invadida por [suspeitos], que agrediram com chutes e socos, além de ameaçar de morte com canivete e facas e referiram-se a ela de “macaca”, entre outros termos, além disso, disseram que a vítima tem que morrer queimada. Essas agressões ocorreram para que a vítima retire a queixa registrada contra [suspeitos] disse que vai mandar parentes entrarem na casa de [suspeita] para assassiná-la. Os órgãos acionados foram</p>	<p>Disque 100</p>	<p>Submetida a repetidas violências;</p> <p>Alguém que sofreu violências física, psicológica, sexual;</p> <p>Nomeada de “viado” e “macaco”;</p> <p>Alguém que não possuiu respaldo institucional acerca das violências sofridas;</p> <p>Alguém que deve morrer queimada;</p> <p>Alguém que não pode fazer denúncias (sob a pena de ter que retirá-las);</p> <p>Alguém que não tem voz tida como legítima;</p>	<p>Saber-poder-subjetividade</p> <p>Dispositivo</p>

	<p>procurados, mas tratam mal e dizem para não ligar mais, e sim procurar o Disque 100 e uma Delegacia. A Delegacia de Polícia Civil, [...] mas o escrivão e o delegado humilharam a vítima chamando-a de vagabunda e que não iram fazer nada por ela. 03.01.2015 Foi informado que os fatos persistem. [...] foi agredida por [suspeito], conhecido como [...], este jogou uma pedra na vítima, além de desferir chutes, xingá-la de viado e mostrar o órgão sexual na presença de terceiros.</p>		<p>Nomeada de vagabunda;</p>	
	<p>Em 24.01.14, via <i>e-mail</i>, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual – Sec. de Justiça do Estado de São Paulo-SP – informa, conforme relatório da Secretaria de Desenvolvimento Social, que Gisberta frequentou os projetos do município voltados para adolescentes, como Programa Agente Jovem e Ação Jovem, no período em que os mesmos permitiam. Nesse período, Gisberta teve um desentendimento familiar e foi concedido a ela, para dormir e realizar suas refeições, o prédio onde se desenvolviam as atividades. Com a saída de Gisberta dos programas de Transferência de Renda, a situação financeira da mesma se agravou e lhe foi oferecida oportunidade como monitora de teatro e serviços gerais, sendo desligada após condutas inadequadas com alguns jovens dos programas. Foi dada também oportunidade no CRAS, no recadastramento do Bolsa Família. Depois, foram encerradas suas atividades. Em 2010, houve a parceria com a cidade de [nome da cidade], no Programa [nome do Programa], onde Gisberta participou de curso noturno remunerado. Após esse</p>	<p>Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual</p>	<p>Alguém com dificuldades financeiras;</p> <p>Alguém que precisa ser ajudada;</p> <p>Alguém que não tem residência;</p> <p>Alguém que possui condutas inadequadas;</p> <p>Alguém com problemas psiquiátricos;</p> <p>Alguém que precisa ser monitorada;</p> <p>Alguém que tem a integridade física e psicológica em risco;</p>	

	<p>período, ela não procurou mais a Secretaria de Promoção Social, que recebeu notícias somente através da Defensoria Pública. A Assistente Social [nome] conversou com Gisberta no posto de saúde, quando a mesma passou por consulta psiquiátrica, e ela ficou de retornar para visita domiciliar, porém a Assistente Social precisou tirar férias e as Assistentes Sociais [nomes], ambas do CRAS, foram até a residência de Gisberta e não a encontraram. Em contato telefônico, foi agendado para que ela comparecesse ao CRAS, onde foi efetuado seu cadastro para recebimento do Programa Bolsa Família. Na ocasião, a mesma relatou estar passando por dificuldades financeiras, por estar sendo impedida de realizar suas atividades profissionais (SIC). Dirigiu até a residência de Gisberta para conversar, mas não a encontrou, percorreu vários pontos na cidade e não obteve êxito. Assim, solicitou à Assistente Social do CRAS que acompanhasse Gisberta através de visitas sistemáticas em sua residência ou em conversas no próprio CRAS e enviasse um relatório para acompanhamento. Pelo exposto, a Coordenação de Políticas para Diversidade Sexual manifesta sua preocupação com a integridade física e mental da declarante, como continuará tomando todas as providências necessárias e cabíveis para auxiliá-la.</p>			
	<p>Em 15.01.2014, a SEADS (via <i>e-mail</i>) informa que solicitou a colaboração da Direção da SADS no que diz respeito ao conhecimento e acompanhamento do caso; viabilizar com o CRAS a realização de visita domiciliar, acompanhamento da assistência</p>	<p>Secretaria de Estado de Assistência Social</p>	<p>Alguém que deve ser monitorada;</p>	

	social e encaminhamento a outras políticas se necessário.			
	<p>Em 29.09.2014, a Delegacia Seccional de [...], via <i>e-mail</i>, informou que encaminhou cópia do expediente à Delegacia de Polícia de [...], para que tome conhecimento e adote as medidas cabíveis ao caso. Em 08.10.2014, via <i>e-mail</i>, a Delegacia de Polícia informou que, após realizar perquirições e levantamentos necessários, sempre refutou a existência de qualquer tipo de indício de que as denúncias de origens claramente falsas tivessem qualquer tipo de procedência ou verossimilhança. Em 04.12.2014, via <i>e-mail</i>, a Delegacia informa que os fatos ora noticiados, ao que parece, guardam relação com os fatos que estão sendo investigados no Inquérito Policial de nº [...], versando sobre “Tentativa de Homicídio”, encaminhe-se o presente expediente ao Delegado de Polícia presidente designado para presidência desse procedimento investigatório para conhecer e adotar as providências que julgar pertinentes. Em 07.01.15, a Delegacia, via e-mail, reiterou as informações.</p>	Delegacia de polícia	Alguém que não diz a verdade;	
	<p>Em 09.03.2015, a Corregedoria Geral do Ministério Público, via <i>e-mail</i>, informou que foram solicitadas informações à Promotoria de Justiça de [...], que noticiou ter promovido ação penal contra o reclamante pelo delito de denúncia criminosa, em razão dele noticiar fatos e delitos não ocorridos, supostamente cometidos por pessoas que teriam contrariado seus interesses. Desse modo, como a atuação da Promotora de Justiça afigurou-se adequada diante das circunstâncias noticiadas, não se vislumbrando indícios da prática</p>	Corregedoria Geral do Ministério Público	Alguém que não diz a verdade; Alguém que inventa situações de violência; Suposta criminosa por construir denúncias falsas;	

	de falta funcional ou descumprimento de dever legal, entendeu-se não ser o caso de intervenção do órgão correccional.			
	Em 25.09.2014 via <i>e-mail</i> , a Promotoria de Justiça informou que [Gisberta] costuma noticiar fatos e delitos não ocorridos contra pessoas que lhe negam favores sexuais ou não se comportam conforme esperado por ele , inclusive a Promotoria já tomou as medidas cabíveis contra [Gisberta] e está o processando criminalmente por calúnia . Desta forma deixa de tomar medidas, pois sabe-se que os fatos narrados são falsos e mentirosos , no mais, encaminha as denúncias contra [X] ao Ministério Público.	Promotoria de Justiça	<p>Suposta criminosa por construir denúncias falsas;</p> <p>Alguém que não é respeitada em sua identidade de gênero (“ele”);</p> <p>Alguém que não diz a verdade;</p>	
	16.10.2015 Decisão Proferida Vistos. 1. Recebo a denúncia de folhas XX-X/XX-X, porque contém a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, indicando a existência de prova da materialidade do crime e indícios de autoria ; 2. Processe-se pelo rito ordinário (art. 394, § 1º, I, CPP); 3. Providencie a serventia a formação de autos apensos para juntada de Folha de Antecedentes e certidões existentes em nome do réu; 4. Nos termos do artigo 396 do [...] o acusado para responder à acusação , por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que poderá exercer ampla defesa, arguir preliminares, oferecer documentos e especificar as provas que pretende produzir, indicando até 08 testemunhas, devidamente qualificadas, com indicação do endereço onde possam ser encontradas, requerendo sua intimação. O Oficial de Justiça deverá indagar ao réu, no ato da citação, se possui	Processo Criminal	<p>Acusada de um crime com base em provas;</p> <p>Alguém que não é respeitada em sua identidade de gênero (“o acusado/citado/o réu”);</p>	

	<p>advogado constituído, certificando tudo em mandado. Em caso positivo, intime-se o advogado indicado para apresentar defesa preliminar, nos termos supramencionados. No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal dos acusados ou do defensor constituído (art. 396, parágrafo único, [...]). 5. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, providencie a indicação de advogado dativo no sistema de indicação eletrônica da Defensoria Pública, que será nomeado por este juízo, devendo, ato contínuo, ser intimado pessoalmente para ofertar a resposta no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do item 4. Oportunamente será designada audiência de instrução e julgamento, ocasião em que será interrogado o réu. Intime-se.</p>			
	<p>18.01.2016 Processo XXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Denúncia caluniosa - Justiça Pública - [nome do réu] - Dr. [Nome do Advogado], apresentar resposta à acusação no prazo legal. - ADV: [Nome do Advogado] (OABXXXXXXXX/XX).01.08.2016 Processo XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX (apensado ao processo XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Denúncia caluniosa - [nome do réu] - Ciência às partes da certidão de fl. --: Certifico e dou fé que nos autos XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX foi instaurado incidente de insanidade mental do réu, o qual recebeu o nº XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX, e</p>	<p>Diário Oficial</p>	<p>Acusada de um crime (Denúncia caluniosa);</p> <p>Alguém com suposta insanidade mental.</p>	

	determinado às fl. --, a suspensão deste feito. Nada Mais. [Nome da cidade], 26 de julho de 2016. - ADV: [Nome do Advogado] (OABXXXXXX/XX).			
--	---	--	--	--

Figura 8: Quadro síntese das informações empíricas, de teoria e método apropriadas para análise.

O conjunto das informações presentes na Figura 8 dão conta da precariedade das condições às quais uma existência (ou inexistência?) travesti está construída/submetida na sociedade brasileira, motivo pelo qual optei por nomear esse conjunto de informações empíricas de “A (im)possibilidade de existência legítima dos corpos *trans*: vidas precárias”, pensando na apropriação das noções de abjeção e de vidas precárias discutidas por Butler (2003; 2015b).

Um conceito que me serve como ferramenta analítica deste escopo empírico é o de dispositivo a partir de Foucault que, aliando teoria e empiria, poderíamos considerar como a construção de um dispositivo de criminalização dos corpos *trans*, uma vez que há uma pluralidade de discursos e outras práticas sociais (como a violência) na cultura moderna ocidental que, *a priori*, considera sujeitos *trans* como criminosos, argumento que encontra estofo nos estudos realizados por Carrara e Vianna (2006) sobre a transfobia a partir de processos judiciais e da afirmação de Coelho (1978, p. 178) sobre as relações entre marginalidade, criminalidade e os legisladores.

Os legisladores criam o crime ao elaborar leis cuja infração constitui *comportamento criminoso*; estas leis são criadas ou elaboradas de tal forma que a probabilidade teórica de serem violadas por certos tipos sociais coincidam com as probabilidades imputadas a certos *roteiros típicos*.

Assim, de acordo com Foucault (2016, p. 364), retomando a noção de dispositivo, ele carrega consigo algumas características:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

A partir desse conceito podemos perceber a importância da heterogeneidade de aspectos componentes do dispositivo e de suas relações, pois na concepção de Foucault o dispositivo funcionaria como uma espécie de jogo construído a partir de determinadas regras que são passíveis de mudança dependendo dos objetivos estratégicos (já que é construído em um determinado momento histórico) que se queira alcançar. Esse autor ressalta que, ao mudar as regras, mudam-se, também, as funções do jogo ou da “rede”, bem como de posições. Foucault exemplifica que “pode aparecer como um programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática” (Foucault, 2016, p. 364), reiterando, dependendo dos objetivos e das urgências históricas daquele dado momento.

Em leitura de Foucault e dado como exemplo a sexualidade, Prado Filho (2009, p. 237), sugere que dispositivo diga respeito a:

um arranjo histórico e singular de poder que articula linhas de visibilidade e enunciação, linhas de força, e modos de subjetivação que envolvem relações do sujeito consigo mesmo no sentido de se reconhecer como sujeito do enunciado e da norma e ‘incorporá-los’: fazê-los funcionar em seu corpo, na sua vida.

Esses ditos sobre enunciados em sua historicidade, temporalidade, sua complexidade, suas linhas de saberes e poderes articulados em rede na produção de modos de subjetivação, do cuidado de si, permitem transpor essa rede argumentativa para os dados

empíricos desta pesquisa acerca das diferentes práticas discursivas – de diferentes instituições – e não discursivas como as violências, na produção ou performatização do corpo *trans* como desobediente, não só do gênero e das sexualidades, mas como um corpo, literalmente, fora da lei, uma existência (*a priori*) criminosa, abjeta e que não mereceria luto por (supostamente) não ter importância para ninguém. Os enunciados presentes no *corpus* denunciativo desta pesquisa mostram como essa rede de saberes e poderes capturam/performam os corpos *trans* produzindo modos de subjetivação e que passarão a ser descritos a seguir.

O primeiro conjunto de enunciados diz respeito às narrativas de violências descritas nas denúncias, ou seja, das situações em que as violências aconteceram, a modalidade das mesmas, os motivos para suas ocorrências e as instituições envolvidas na reprodução e legitimação da transfobia vivida por Gisberta. Como nas seções anteriores desta pesquisa, as denúncias já foram analisadas e problematizadas, e para não se tornar uma discussão repetitiva, passemos aos próximos enunciados que, dessa vez, são de relatório de monitoramento acerca da instituição Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e Secretaria de Estado de Assistência Social (SEADS), descritos em conjunto por possuírem enunciados com funções semelhantes.

Os enunciados, tanto da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual quanto da SEADS, aparecem nos relatórios de monitoramento do Disque 100 como designando instituições de caráter assistencial, fazendo breve relato das demandas de Gisberta bem como de suas respectivas atuações frente às necessidades apresentadas. Exemplo disso é o afirmar:

frequentou os projetos do município voltados para adolescentes, como Programa [nome], no período em que os mesmos permitiam. [...] Foi concedido a ela, para dormir e realizar suas refeições, [...] lhe foi oferecida oportunidade como monitora de teatro e serviços

gerais [...] Foi dada também oportunidade no CRAS, no recadastramento do Bolsa Família [foi solicitado que] acompanhasse Gisberta através de visitas sistemáticas em sua residência (Relatório de monitoramento DDH, 24.01.2014).

Uma contradição posta é a de que, nas denúncias, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual figura como sendo uma instituição que sugere a Gisberta deixar a cidade em que reside.

Ainda sobre os conjuntos de enunciados da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e SEADS, Gisberta aparece como alguém que necessita de cuidados especiais, alguém que tem sua integridade física e mental em risco. Posto isso, há a indicação que Gisberta se consulte com um psiquiatra, “a Assistente Social [nome] conversou com Gisberta no posto de saúde, quando a mesma passou por consulta psiquiátrica”. Já existe aqui a percepção de que determinados códigos sociais e culturais são corrompidos por Gisberta e que, portanto, haveria a necessidade de intervenção de saberes e poderes outros, os da medicina mais especificamente, para (re)ajustá-la ou trazê-la de volta às normas sociais, inserindo-a ou assujeitando-a ao discurso/prática médicos como saberes/poderes portadores da verdade sobre Gisberta.

Um terceiro conjunto de enunciados é proferido pela Delegacia de Polícia: “Em 08.10.2014, via *e-mail*, a Delegacia de Polícia informou que, após realizar perquirições e levantamentos necessários, sempre *refutou a existência de qualquer tipo de indício de que as denúncias de origens claramente falsas* tivessem qualquer tipo de procedência ou verossimilhança” (grifo meu). Questiona-se: quais seriam as condições de emergência desse enunciado, pensando nas relações de poderes envolvidos, bem como dos efeitos em termos de processos de subjetivação desse corpo travesti? Há nesse enunciado, em função dos poderes associados a instituição policial, o início de uma viragem discursiva que intenta

questionar e (des)formar o lugar de “vítima” que Gisberta assume nas denúncias a partir da premissa de que Gisberta não fala a verdade.

Outros conjuntos enunciativos são referentes à Corregedoria Geral do Ministério Público e Promotoria de Justiça, momento do fluxo denunciativo em que se nota um processo de criminalização da marginalidade, conforme proposto por Coelho (1978), ou seja, quando Gisberta é deslocada da posição de vítima de violências (nas denúncias) para a posição de suspeita de crime. Está presente nos enunciados: “ação penal contra o reclamante pelo delito de denúncia criminosa, em razão dele noticiar fatos e delitos não ocorridos, supostamente cometidos por pessoas que teriam contrariado seus interesses”, e ainda: “que [Gisberta] costuma noticiar fatos e delitos não ocorridos contra pessoas que lhe negam favores sexuais ou não se comportam conforme esperado por ele, inclusive a Promotoria já tomou as medidas cabíveis contra [Gisberta] e está o processando criminalmente por calúnia. Desta forma deixa de tomar medidas, pois sabe-se que os fatos narrados são falsos e mentirosos”.

Corregedoria Geral do Ministério Público e Promotoria de Justiça Gisberta sugerem formalmente, a partir do *status* histórico de verdade que o discurso jurídico se reveste, que Gisberta – travesti, negra, pobre e homossexual – não sofreu qualquer violência. Sendo assim, não porta a verdade ou verdades quando denuncia situações de violência e que, portanto, deve ser processada por Denúncia caluniosa⁸⁶. De acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu Art. 339, trata-se de

Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-

⁸⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm

lhe crime de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 10.028, de 2000). Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

Gisberta não ter sua fala compreendida como legítima, portanto, ser considerada falsa, mentirosa ou não verdadeira, se liga ao que Foucault (1971), em “A Ordem do Discurso”, afirmava. De acordo com ele, não são todas as pessoas que têm legitimidade para veicular determinados discursos, ou seja, discursos só possuem *status* de verdade se forem construídos/proferidos por determinados sujeitos. O louco (na cultura moderna e ocidental), na análise de Foucault (1971), seria um desses sujeitos que poderia falar as ‘maiores verdades’, mas que seriam desconsideradas, descaracterizadas, menosprezadas e tidas como não verdades exatamente pelo louco ocupar uma posição subalterna nas relações de saber/poder, enquanto a medicina portaria o discurso hegemônico sobre o louco e sobre o são.

Poderíamos sugerir que os corpos (ou existências) *trans*, como o de Gisberta, são análogos à figura do louco, ou seja, daquele que não tem sua voz reconhecida, de que *a priori* está faltando com a verdade: tanto a do corpo ao borrar os gêneros, quanto da sexualidade ao ser homossexual, quanto daquilo que enuncia ou é enunciado por outrem via denúncias e porque, também, tratar-se-ia de uma existência, *a priori*, transgressora e, portanto, marginal e criminosa (Coelho, 1978).

O seguimento do fluxo denunciativo, que teve início com recebimento das denúncias de Gisberta pelo Disque 100 – como vítima – depois de passar pelas diversas instituições, teve seu processo criminal instaurado. Entretanto, não mais como vítima de violências, mas como suspeita de crime de Denúnciação Caluniosa. De acordo com seu

processo criminal: “contém a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, indicando a existência de prova da materialidade do crime e indícios de autoria; [...] o acusado para responder à acusação”. O fluxo denunciativo das denúncias de Gisberta mostram com certa clareza, a partir dos saberes/poderes jurídicos, como houve a viragem da posição de vítima de violência para a posição de autoria de crimes. Se a fala de Gisberta não é considerada legítima ou portadora da verdade sobre as violências sofridas e desses fatos não existem quaisquer provas, por outro lado, o do jurídico e o da criminalização da marginalidade, há o processo criminal “indicando a existência de prova da materialidade do crime e indícios de autoria”.

O último momento do fluxo denunciativo de Gisberta é a publicação de informações de processo criminal no Diário Oficial, mostrando a partir de seus enunciados sobre: “Ação Penal - Procedimento Ordinário - Denúncia caluniosa - Justiça Pública - [nome do réu] - Dr. [Nome do Advogado], apresentar resposta à acusação no prazo legal. - ADV: [Nome do Advogado] [...]. Certifico e dou fé que nos autos [XXXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX] foi instaurado incidente de insanidade mental do réu”. Nessa publicação há o acréscimo de “foi instaurado incidente de insanidade mental do réu” que não havia até então no processo criminal. Se antes Gisberta era criminosa ou suspeita de ser criminosa, agora ela passaria, pelo sistema de justiça, a ser considerada criminosa ou suspeita de ser criminosa por ser e/ou possuir transtornos mentais ou suspeita de transtornos mentais.

O fluxo denunciativo em que figura Gisberta nos proporciona diversos aspectos que a performatizam. Os enunciados produzidos pelo sistema de justiça aqui discutidos dão margem para formar, construir ou performatizar Gisberta em sua expressão de gênero travesti como: submetida a repetidas violências; alguém que sofreu violências física, psicológica, sexual; nomeada de “vagabunda”, “viado” e “macaco”. Alguém que não

possuiu respaldo institucional acerca das violências sofridas; que deve morrer queimada; que não pode fazer denúncias sob a pena de ter que retirá-las; que não tem voz tida como legítima. Alguém com dificuldades financeiras e que precisa ser ajudada; que não tem residência; que possui condutas inadequadas e problemas psiquiátricos; que precisa ser monitorada; que tem a integridade física e psicológica em risco. Alguém que não diz a verdade; que inventa situações de violência. Suposta criminosa por construir denúncias falsas. Alguém que não é respeitada em sua identidade de gênero (“o acusado/citado/o réu/ele”) e que é acusada de um crime (Denúnciação caluniosa). Mostram ser essas as objetivações do sistema de justiça, em seus saberes/poderes, disponibilizados à Gisberta em seus processos de subjetivação.

A questão que perturba é: realmente existe uma possibilidade de construção de uma estética de si mesma, de um cuidado de si que envolve liberdade, mesmo que condicionada a uma sociedade/cultura e tempo histórico? Ao mesmo tempo em que nossa sociedade nos cobra “a verdade” (Prado Filho, 2009), quando uma “verdade” *trans* emerge em uma de suas expressões, ela é automaticamente atacada e rebatida pelos discursos hegemônicos como inverdade, falsidade e ilegalidade. Butler (2015b) parece ter razão quando nos ensina que algumas existências são precárias. É preciso reconhecer que algumas existências são precárias, mas que também há possibilidade de resistir a essas mesmas condições.

Considerações [que não pretendem ser] finais...

Nesta pesquisa de doutorado, sugeri a tese de que a violência cometida contra pessoas *trans* permanece evidente mesmo depois que a vítima entra para o sistema de justiça em seus fluxos, tendo como ponto de partida o Disque Direitos Humanos. Além disso, busquei defender o argumento de que há uma dinâmica de saberes-poderes-subjetividade que performatiza, adocece e criminaliza as existências *trans* no fluxo denunciativo.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em identificar e analisar, quantitativa e qualitativamente, os processos transfóbicos a partir das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos, de seus fluxos no sistema de justiça (órgãos para os quais as denúncias são reportadas) e de um processo criminal. Pensando nas possibilidades de alcance deste anseio, construí como objetivos específicos: elencar, sistematizar e analisar as denúncias de violência cometidas contra sujeitos LGBT recebidas pelo DDH em âmbito nacional no ano de 2014 para, em seguida, estabelecer foco na população de travestis e transexuais; construir um conjunto de características das vítimas e da violência transfóbica brasileira nas denúncias do ano de 2014 analisando especificidades da transfobia, como: características dxs autorxs, das vítimas, das violências, dos locais de ocorrência; analisar as variadas dimensões da transfobia a partir das narrativas das violências presentes nas denúncias recebidas pelo DDH; descrever como é construído o fluxo das denúncias a partir do DDH em São Paulo; analisar como os discursos/práticas transfóbicas comparecem nos relatórios de monitoramento construídos pelo DDH (ano de 2014), bem como de um processo criminal, e problematizar as relações entre o Disque Direitos Humanos acerca da superação ou reprodução da transfobia.

Os aportes epistemológicos, teóricos e metodológicos discutidos me possibilitaram uma compreensão histórica, crítica e política das categorias de gênero e sexualidade (e suas intersecções). Os pensamentos pós-modernos e pós-estruturalistas fornecem ferramentas importantes de questionamento e desestabilização em relação aos essencialismos categoriais e a universalidade do conhecimento posto nas ciências sociais e psicológicas de uma forma geral. Os feminismos, sobretudo os localizados na terceira onda, e os estudos *queer* se estabelecem no fundamental rompimento com a “Psicologia tradicional”, propondo conhecimentos cada vez mais localizados e interseccionalizados com outros eixos de opressão e privilégios.

A Psicologia, de acordo com Borges et. al. (2014), tem nos estudos de gênero e sexualidade, interseccionados, um importante *locus* para a (re)construção de discursos menos disciplinares, tradicionais, domesticados, morais e familiares, que se aproximem mais das experiências plurais dos seres humanos em suas relações sociais. Isso, é obvio, se for uma ciência que pretende estar comprometida com uma política emancipadora e resistente em relação às opressões e desigualdades sociais. Em consonância com essa argumentação, Sales et. al. (2014) afirmam que

mirando a Psicologia a partir dos olhos do *cu* [um *queering*], pretendemos desconstruir uma série de pressupostos desta disciplina [...] Se quisermos, de fato, sobreviver como psicólog@*s* no século XXI, será preciso muito mais que o escoramento do saber sobre si no pinto, no cérebro, nos comportamentos, nos hormônios, na família burguesa, pois que estes elementos não passam de entidades fictícias da cultura humanista [...] (Sales et. al., 2014, p. 4).

As análises construídas mostram o quanto as denúncias de múltiplas e repetidas violências cometidas contra sujeitos *trans* (recebidas pelo DDH) constituem um espectro complexo de discussões e que somente fazem sentido em suas nuances se forem consideradas a multiplicidade de eixos opressivos de forma interseccional, bem como a

utilização de algumas teorias, como afirma (Bento, 2014, p. 479): “Foucault está certo: temos que usar uma teoria se ela nos serve para alguma coisa. Se não serve, devemos deixá-la de fora!”. A isso se deve aos debates aqui propostos com as teorias sócioconstrucionistas, feministas e dos estudos interseccionais e *queer*.

A partir das análises desta pesquisa foi possível fazer, quantitativamente, um mapeamento da transfobia brasileira a partir das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos, mostrando os cenários de ocorrência das violências e as personagens envolvidas. Foram levantadas críticas acerca dos delineamentos quantitativos no ‘fazer pesquisa’ e, por outro lado, mostrou sua importância ao ser, mesmo pela via do discurso numérico, uma tentativa de maior visibilidade desse grupo populacional e não a sua homogeneização e opressão. Pela realização da pesquisa quantitativa também foi possível problematizar a estrutura e o funcionamento do Disque Direitos Humanos mostrando o quanto tem sido falha a sua atuação junto à sociedade civil, sugerindo que das suas funções (recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias), apenas o recebimento das informações de violência tem sido realizado com algum êxito, bem como da elaboração de relatórios estatísticos, mesmo que ambos envolvam a precariedade em relação as pessoas *trans*.

A parte qualitativa desta investigação também se mostrou importante para o alcance dos objetivos que propus para esta pesquisa. Com auxílio das ferramentas conceituais do construcionismo social, dos feminismos, estudos *queer* e interseccionalidade, aprofundamentos analíticos se tornaram viáveis. A partir da apropriação da metodologia de Análise Temática e Análise de Discurso Foucaultiana foi possível conhecer as dinâmicas da transfobia a partir das denúncias em seus aspectos arqueológicos e genealógicos, dito de outra forma, pôde ser descrita e analisada a dinâmica entre saberes-poderes-subjetividade no caso das violências cometidas contra a travesti brasileira, negra e homossexual, ficcionalmente chamada por mim de Gisberta.

A análise das práticas discursivas, em aspectos da arqueologia do saber, a partir de Michel Foucault (1971; 2016a), foi um instrumento importante para a análise do primeiro conjunto de informações empíricas do capítulo qualitativo desta pesquisa. Argumento que tais práticas são formadoras das narrativas de violência e que mostraram o quanto os discursos transfóbicos, aliados aos discursos homofóbicos e racistas, funcionam como mecanismos de possibilidade de ocorrência das violências, ao mesmo tempo em que indicaram ser produtores de opressão, assujeitamento e de agravamento das desigualdades sociais. Gênero, orientação sexual, raça/etnia e classe social, interseccionados, e a partir das concepções hegemônicas, como foi analisado, mostraram ter potencial motivador para a efetivação da transfobia.

A partir dos subsídios de uma genealogia das relações e práticas de poder, Foucault (1995; 2004; 2016b), aplicados como lentes de análise do conjunto de enunciados “motivação para as violências”, pude apreender alguns meandros relativos às relações de poder e violência acerca da emergência das violências vividas por Gisberta, organizadas segundo a lógica de uma cena de forças, sempre desiguais, as regras de um ‘jogo’. O tipo de objetivo desse ‘jogo’ consiste em manter privilégios postos e cristalizados da dita supremacia cisgênera, heterossexual, de elite e branca em detrimento da existência travesti, homossexual, pobre e negra. As modalidades instrumentais consistem na aplicação de coerções, ameaças e outras para que sua vitória e objetivos sejam alcançados em humilhar, subalternizar e oprimir xs sujeitxs da diferença, como Gisberta. As formas de institucionalização encontram na família, polícia e Estado seus disseminadores de discursos e outras práticas transfóbicas, homofóbicas e racistas. Por fim, os graus de racionalização encontram-se enraizados ou fincados nos processos de normalização e normatização dos discursos hegemônicos acerca do gênero, sexualidade, raça/etnia e classe

social, diferentes dos vividos por Gisberta em um corpo considerado às margens da sociedade, abjeto e impassível de luto.

Pensando nas possibilidades de análise dos efeitos de subjetivação e proveniência de um corpo assujeitado por discursos e outras práticas sociais (como a violência), os aspectos referentes à genealogia da ética e do cuidado de si a partir de Foucault (2006; 2016b) mostraram-se substratos importantes para compreender a proveniência de Gisberta, assujeitada/constuída subjetivamente em e por suas violências, bem como de sua experiência como travesti brasileira, homossexual, negra e pobre. Nessa perspectiva, questionei em que dimensão a “liberdade”, atribuída por Foucault (2006; 2016b) como atributo importante na construção de um cuidado de si, é possível diante de experiências de vidas dissidentes, abjetas e impassíveis de luto. Questionei também a contradição posta na sociedade brasileira de que, ao mesmo tempo em que cobra a busca incessante da verdade, quando alguém toma para si uma verdade dissidente da norma, ela é automaticamente rebatida, considerada ilegítima e alvo de violências e tentativas de assassinato, apagamento e silenciamento.

Outros resultados desta pesquisa mostraram que, a partir do Disque Direitos Humanos e em seus fluxos no sistema de justiça, a transfobia mostra suas feições. Além disso, também é possível asseverar sobre a construção da criminalidade dos corpos *trans* no sistema de justiça brasileiro, dando relevo à instituição policial como o ‘abre-alas’ dessa tecnologia, de um refinamento de governo da conduta de outrem baseado nas normas sociais e culturais, nos saberes e poderes disponíveis, dos preconceitos e discriminações. Notei, nesse sentido, o deslocamento da posição de vítima de violências de Gisberta para a posição de autora de crime de Denúncia Caluniosa, um movimento que, segundo Coelho (1978), consiste na criminalização da marginalidade.

De acordo com Andrade (2012; 2013), o Disque Direitos Humanos é um serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de informações de violências cometidas contra diversos grupos populacionais, sendo um deles o LGBT. No caso de Gisberta, por exemplo, não foi apenas 1 (uma), mas 17 (dezessete) denúncias (contando com 63 acessos ao serviço). Ao final do ano de 2014, as violências ainda se encontravam em vigor, mesmo depois de quase dois anos de agressões. Se as funções do Disque Direitos Humanos são de receber, encaminhar e *monitorar*, por que essas supostas violências não foram cessadas? O que fizeram os órgãos que receberam essas denúncias? O Disque Direitos Humanos encontra seu limite máximo quando se depara com as relações de poder estaduais e municipais? Mais do que responder, pretendo questionar acerca do que é esperado e possível para uma pessoa *trans* (ou LGBT de uma forma geral) que acessa o DDH. É certo que deve funcionar mais do que um canal de acesso com fins de desabafo, afinal de contas, trata-se de uma política pública que tem sua existência fundamentada na garantia e promoção dos direitos de brasileiros.

A partir das reflexões, tentativas de desconstruções e reconstruções, ainda ficam algumas perguntas ou provocações que se fazem insurgentes nesta investigação. Pode ser notado que, em parte, nesta pesquisa (principalmente nas análises qualitativas) as discussões se voltam principalmente para os temas caros aos estudos de gênero e sexualidade, e a categoria denúncia (em sua instrumentalidade e função) torna-se opaca. Ora, isso é algo que necessita ser problematizado. Nesse sentido, algumas perguntas pedem a voz: o que mais uma denúncia representa, para além de ser a materialização de uma narrativa? Uma denúncia, de fato, denuncia? Qual(is) poder(es) uma denúncia possui, se a base da reflexão e função for o objetivo de cessar violências? Ela somente terá poder denunciativo na medida em que for apropriada pelos interesses acadêmicos, da opinião pública e dos movimentos sociais, ou seja, funcionam somente como notícias, dados de

pesquisa ou índices para fazer os movimentos sociais se mobilizarem? Será que outros atores da sigla LGBT também acessam o serviço repetidamente e, ainda assim, continuam a sofrer violências como no caso de Gisberta, ou isso se deve ao fato dela ser uma pessoa *trans*? Essas são questões para pensar as possibilidades e as limitações do estabelecimento de uma denúncia e que esta pesquisa não pôde contemplar. São problematizações fundamentais pois resvalam, no seu extremo, na organização, no funcionamento e nos discursos que sustentam a atuação do Disque Direitos Humanos.

A guisa de considerações finais deste estudo, sintetizo a ideia de que discursos normalizadores, patologizantes e fundados em concepções heteronormativas produzem, como efeitos, as práticas violentas contra a população LGBT, sendo as pessoas *trans* um grupo enormemente afetado, sobretudo nos sistemas repetidos de violência e não raros casos de assassinatos. Observa-se em relação a estas um panorama de agressões que inicia-se desde sua apresentação performatizada como *trans* (ou até antes disso como homossexual); violência que procede na família, atravessa a escola, o mercado de trabalho. Agressões que perduram quando inseridas na prostituição e que, mesmo depois de sua morte, continuam sendo vilipendiadas pela mídia ao não terem suas identidades de gênero e seus nomes sociais reconhecidos. Todos esses fatores aliados a impunidade da justiça que mostra não entender como fundamental a sua investigação e culpabilização dxs autorxs das violências.

Acreditando no potencial das discussões construídas acerca da relação entre desestabilização das identidades, questionamento das normatividades, naturalizações e essências construídas culturalmente e redução das violências transfóbicas e, sendo radicais acerca da necessária dissolução ou borramento das identidades por serem opressivas e excludentes com as populações tidas como foras das leis das normas (Peres et. al. 2014), finalizo este estudo com as palavras de Foucault (2004, p. 266): “É muito chato ser sempre

o mesmo”. E retomando as epígrafes distribuídas, não por acaso ou ingenuamente, nos capítulos de análise qualitativa desta investigação, eu afirmo: “I will survive!”.

Referências:

- Adorno, S. (2010). *História e Desventura: O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos*. Fundação Carlos Chagas: Novos Estudos.
- Alexandre, G. (2015). *Emoções, Documentos e Subjetivação na construção de transexualidades em João Pessoa/PB*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, Brasil).
- Andrade, V. N. G; Sousa, S. M. G. (2013a). Dimensões subjetivas na “escuta” das denúncias de violações contra crianças e adolescentes. In: S. M. G. Sousa., & M. I. C. Moreira (orgs). *Quebrando o Silêncio Disque 100: Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Cênone Editorial.
- Andrade, V.N.G & Sousa, S.M.G. (2013). As situações de violência e abuso sexual e os direitos das crianças e adolescentes. In: S. M. G. Sousa., & M. I. C. Moreira (orgs). *Quebrando o Silêncio Disque 100: Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Cênone Editorial.
- Andrade, V.N.G. (2012). *As falas dos atendentes do Disque 100 sobre a escuta das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes*. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil.
- Apa. (2009a). American Psychological Association, Task Force on Gender Identity and Gender Variance. (2009). Report of the Task Force on Gender Identity and Gender Variance. Washington, DC: Author.
- Apa. (2009b). American Psychological Association. Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. (2009). Report of the Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. Washington, DC: Author
- Appadurai, A. (2009). O medo ao pequeno número. Ensaio sobre a geografia da raiva. Ana Goldberg (trad). São Paulo, Iluminuras: Itaú Cultural.

- Austin, J. L. (1990). Performativos e Constatativos. In: J. L, Austin; *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. / Porto Alegre: Artes Médicas.
- Baère, F.; Zanello, V., & Romero, A.C. (2015). Xingamentos entre homossexuais: transgressão da heteronormatividade ou replicação dos valores de gênero? *Rev. bioét.* (Impr.) 23 (3): 623-33.
- Balestrin, P.A., & Soares, R.F.R. (2015). Gênero e sexualidade nas práticas educativas. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 9, n. 16, p. 47-61.
- Balzer, C.; Hutta, J.S.; Ádrian, T.; Hyndal, P., & Stryker, S. (2012). Transrespect versus transphobia worldwide: A Comparative Review of the Human-rights Situation of Gender-variant/Trans People. TvT Publication Series Vol. 6, Berlin – Germany.
- Barbosa, B.C. (2013). “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*. Dossier 2, n.14 - ago. 2013, pp. 352-379.
- Benedetti, M.R. (2005). *Toda feita. O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro. Editora Garamond.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade?* São Paulo, Editora Brasiliense (Coleção Primeiros Passos).
- Bento, B. (2014). Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. Diego Madi Dias. *Cadernos Pagu* (43) julho-dez, pp.475-497.
- Bernardes, L. F., & Moreira, M. I. C. (2013). Metodologia de Intervenção do Disque 100: perspectivas e desafios. In: S. M. G. Sousa., & M. I. C. Moreira (orgs). *Quebrando o Silêncio Disque 100: Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Cànone Editorial.
- Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289.
- Borges, L.; Canuto, A.; Oliveira, D., & Vaz, R. (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 2013, 730-745.

- Borrillo, D. (2009). A Homofobia. In: T. D. Lionço., & D. Diniz (orgs). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres: EdUnB.
- Brasil. (2004). Brasil Sem Homofobia. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.
- Brasil, SDH. (2009). Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes- Disque Denúncia Nacional DDN 100, Brasília- DF, 2009.
- BRASIL, SDH. (2011). Relatório do Disque Direitos Humanos: Módulo da Criança e Adolescente. Brasília-DF.
- Brasil, S. (2012). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012*, Brasília-DF.
- Brasil, SDH. (2014). Relatório de sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012 (relatório não publicado). Brasília- DF.
- Brasil, SDH. (2015). Relatório de sobre violência homofóbica no Brasil (relatório não publicado). Brasília- DF.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Brito, L.M.T. (2015). A escuta de crianças no sistema de Justiça no Brasil: ações e indagações. Entrevista de Tatiana Fernandes com Leila Maria Torraca de Brito. *Desidades*: número 9, ano 3.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Renato Aguiar (trad). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015a). Corpos que importam. *Sapere Aude* – Belo Horizonte, v.6 - n.11, p.12-16.
- Butler, J. (2015b). Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Butler, J. (1998). Fundamentos Contingentes: feminismos e a questão do “Pós-Moderno”. *Cadernos pagu* (11).
- Cabral, G. (2016). Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil. *Periódicus*, Salvador, n. 4, v. 1.
- Carrara, S., & Vianna, R.B. (2006). “Tá lá o corpo estendido no chão”... A Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16 (2): 233-249.
- Carvalho, M., & Carrara, S. (2013). Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento travestis e transexuais no Brasil. Sexualidad, Salud, y Sociedad, *Revista Latinoamericana*. Dossier No 2, No 14, pp. 319-351.
- Clarke, V., & Braun, V. (2013). Successful qualitative research: A practical guide for beginners. Los Angeles|London|New Delhi|Singapore|Washington, DC: Sage Publications
- Coelho, E. C. (1978). A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *R. Adm. públ.* Rio de Janeiro, 12(2)139-161.
- Costa, N.G. (2016). *Do disque denúncia ao call center: os limites do Disque 100 para a realização da denúncia de violência contra a população LGBT*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Crenshaw, K (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, 1º semestre 2002, 171-188.
- DSM-5. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtorno. American Psychology Association. Maria Inês Corrêa Nascimento, et. al., (trad). Porto Alegre: Artmed.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. Procópio Abreu (trad). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Foucault, M. (1971). A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Laura Fraga de Almeida Sampaio (trad). São Paulo, Editora Loyola.

- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: P. Rabinow., & H. M. Dryfus (orgs). *Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Foucault, M. (1998). Introdução. In: *História da Sexualidade, o uso dos prazeres*. Editora Graal.
- Foucault, M. (2001). Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). Eduardo Brandão (Trad). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004). Sexo, Poder e a Política da Identidade. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982. In: *Sexo, Poder e Indivíduo – entrevistas selecionadas*. D. Souza., & J. L. Silva (trads), 2ª ed. Desterro: Ed. Nefelibata, p.27-45. Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>
- Foucault, M. (2006). A ética do cuidado de si como prática de liberdade”. In: *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. 2ª Edição, Rio de Janeiro – Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). História da Sexualidade, a vontade de saber. Paz e Terra Editora.
- Foucault, M. (2016a). A arqueologia do saber. L. F. B. Neves (trad). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2016b). Microfísica do Poder. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, M. R. (2015) “«Podem chamar-lhe loucura, mas achamos que é cultura»: A performance do transformismo em Lisboa”. *RPM Revista Portuguesa de Musicologia*. 2/2 (2015), pp. 271-294.
- Garcia, M. R. V. (2007). *Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação de identidade entre travestis de baixa renda*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, n.1, p. 299-325.
- Gomes, N. L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: R. Henriques. (Org.). *Educação anti-*

racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. Ed. Brasília: SECAD/MEC.

- Guaresh, N. (2000). Prefácio. In: M. J. In: Spink (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Edição Virtual.
- Hall, S. (2000). A identidade cultural na pós-modernidade. T. T. da Silva., & G. L. Louro (trads). 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Halberstan, J. (1998). Introduction. In: J. Halberstan: *Female Masculinity*. Duke University Press.
- Hammarberg, T. (2011). Direitos Humanos e Identidade de Gênero Relatório Temático de Thomas Hammarberg Comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa. Série de Publicações do TvT. Vol. 5.
- Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário Marxista. A política sexual de uma palavra”. *Cadernos Pagu* (22), 2004: pp.201-246.
- Hooks, B. (2015). Mulheres negras moldando a teoria feminista. Black women: shaping feminist theory. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.
- Iñiguez, L. (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas em la psicología social de la era ‘post-construccionista’. *Athenea Digital* – num. 8.
- Jesus, J.G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2ª edição – revista e ampliada. Brasília- DF.
- Junior, J. L. (2012). Transitar para onde? Monstruosidade, (des) patologização, (in) segurança social e identidades transgêneras. *Estudos Feministas*, (20) 2.
- Junqueira, R. D. (2007). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas* – Estudos gay, gêneros e sexualidades. V.1, n.1.
- Laqueur, T. (2001). Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Laureano, C.W.M. (2012). Conselho tutelar: funções, características e estrutura do órgão de efetivação dos direitos da criança. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 98.

- Le Breton, D. (2011). *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Lopes, F. H. (2015). *Corpos trans! Visibilidade das violências e das mortes*. Dossiê Transversos: O Corpo na História e a História do Corpo, Rio de Janeiro, v. 05; n. 05; Ano 02.
- Louro, G. L. (2000). *Corpo, escola e identidade*. *Educação e Realidade*, 25 (2), 59-76.
- Louro, G. L. (2012). *Conversações sobre gênero, sexualidade, teoria queer e educação: Entrevista com Guacira Lopes Louro*. *Revista do Difere* - v. 2, n.4.
- Louro, G. L. (2016). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2ª Edição, Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Lowenkron, L. (2014). *A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da “violência sexual” e seus atores*. *Contemporânea*. V. 4, n. 1, jan.- jun. p. 231-255.
- Macdowell, P.L. (2008). *Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG – Brasil.
- Maciazeki Gomes, R.C; Nogueira, C.; Vázque, C.L., & Toneli, M.J. (2016). *Participação política e subjetividade – Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil*. *Psico* (Porto Alegre). 47(2), 148-158.
- Marinho, C. M., & Veras, E. F. (2017). *Michel Foucault e a teoria queer*. Bagoas: Estudos Gays * Gênero e Sexualidades, vol. 11, n 16.
- Mello, L.; Avelar, B. R., & Brito, W (2014). *Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(1): 416.
- Mello, L.; Brito, W., & Maroja, D. (2010). *Políticas públicas para população LGBT no Brasil: apontamentos gerais de uma pesquisa inacabável*. In: MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende B. ; FREITAS, F. R. A. ; PERILO, M. ; KABRAL, Vinícios R. ; MAROJA, Daniela ; IRINEU, Burna A. ; PEDROSA, C. H. ; FROEMMING, Cecilia N. ; BRAZ, Camilo Albuquerque de. *Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar*. 2010. (Relatório de pesquisa).

- Mello, L.; Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Cadernos pagu* (39), julho-dezembro de 2012:403-429.
- Miskolci, R. (2007). A Teoria *Queer* e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: 16º Congresso de Leitura do Brasil, 2007, Campinas. Anais Eletrônicos do 16º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: UNICAMP.
- Moraes, L. P. B. (2001). *Imagens do caos: percepções de ordem e segurança pública a partir as experiências da Central Disque-Denúncia do Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Especialização- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Introdução: Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In: Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero. NOGUEIRA, C. & OLIVEIRA, J. M. (orgs). *Coleção Estudos de Gênero 8*, Lisboa.
- Nogueira, C. (2001a). Construcionismo social, discurso e Gênero. *Psicologia* vol. XV [1], pp. 43-65.
- Nogueira, C. (2001b). Feminismo e discurso do gênero na Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, 13 (1): 107-128.
- Nogueira, C. (2008). Análise (s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, 2008, Vol. 24 n. 2, pp. 235-242.
- Nogueira, C. (2013a). A teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: Brizola, A. L. C.; Zanella, A. V.; Gesser, M. (Orgs) *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos*. Florianópolis; ABRAPSO-NUPPE/CFH/UFSC.
- Nogueira, C. (2013b). Uma psicologia feminista crítica em Portugal: influência das vagas feministas. *Faces de Eva*, Edições Colibri- Universidade Nova de Lisboa, No 30, p. 21-36.

- OEA, (2015). Organización de los Estados Americanos. Inter-American Commission on Human Rights. Violencia contra Personas Lesbianas, Gays, Bissexuales, Trans e Intersex en América / Comisión Interamericana de Derechos Humanos. OAS/Ser.L/V/II.rev.1 Doc. 36
- Oliveira, J. M. (2010a). Orientação Sexual e Identidade de Género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: C. Nogueira., & J. M. Oliveira (orgs). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa. Coleção Estudos de Género 8.
- Oliveira, J.M. (2010b). Os feminismos que habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex.Aequo*, no.22, p.25-39.
- Oliveira, J.M., & Nogueira, C. (2009). Introdução: Um lugar feminista queer e o prazer da confusão de fronteiras. *Ex.Aequo*, No 20, pp.9-12.
- Pelucio, L. (2005). “Toda quebrada na plástica. Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos*, 6 (1-2): 97-112.
- Pelucio, L. (2016). O Cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. *Iberic@l, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*, No 9.
- Peres, W. S. (2005). Travestis Brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: M. Grossi., & Outras (Orgs.). *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Peres, W. S.; Pocahy, F. A; Carneiro, N. S., & Filho, F. S; T; (2014). Transconversações queer: sussurros e gemidos lusófonos Quatro cadelas mirando a(s) Psicologia(s). *Revista Periódicus* 1ª edição.
- Peruchi, J.; Brandão, B. C., & Silva, J. A. Gênero, sexo e corpos trans: um relato de experiência de Extensão Universitária a partir da construção de um grupo de apoio e militância com travestis e transexuais. *Revista Feminismos*. Vol. 3, N. 1.
- Peters, M. (2000). Pós estruturalismo e a filosofia da diferença. T. T. da Silva (trad). Belo Horizonte, Autentica Editora.
- Prado Filho, K. (2009). Michel Foucault: uma história política da verdade. Editora Achiamé.

- Prado, M. A. M., & Junqueira, R. R. D. (2011). Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: G. Venturi., & V. Bokany (orgs). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Prado, M. A. M., & Machado, F.V. (2012). Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. 2ª Ed. São Paulo: Cortez.
- PRECIADO, B. (2014). Introdução. In: M. P. G. Ribeiro (trad). Manifesto Contrassexual: Práticas Subversivas de Identidade. São Paulo, n-1 Edições.
- Prins, B., & Meijer, I.C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, 155-67.
- Ramalho, N. (2013). ‘Transgressão’ de Gênero e os Limites da Tolerância: prostituição, violências e vulnerabilidade social. IV Colóquio Internacional Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias, organizado pela Secção Temática «Relações Sociais de Género e Raça». Disponível: <http://www.coloquiointernacional.com/anais/GT11.pdf#page=97>.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2001). Contribuições do Pensamento Construcionista para o Estudo da Prática Grupal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), pp 201-209.
- Rodrigues, J (2011). Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In: G. Venturi., & V. Bokany (orgs). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Rubin, G. (1989). Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. En: Vance, Carole S. (Comp.) Placer y peligro. Explorando la sexualidad femenina. , Ed. Revolución, Madrid, 1989. pp. 113-190.
- Sales, A., & Peres, W.S. (2016). Apontamentos anal-lisadores: corpos travestis, tempos e subjetivadas compreensões do cu. *Periódicus*, Salvador, n. 4, v. 1.
- Seffner, F. (2003). *Derivas da Masculinidade: Representação, Identidade e Diferença no Âmbito da Masculinidade Bissexual*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

- Silveira, R. S., & Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*; 26(n. spe.), 14-24.
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 1-35.
- Scott, J. (1998). Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista Ponto de Vista*. Publicações Anpocs. São Paulo.
- Silva, L.M. (2015). *Trajetórias de alunos e alunas transgêneros na educação de jovens e adultos do Município de Nova Iguaçu*. Dissertação de Mestrado em Programa de Pós Graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In: T. T. Silva (Org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Souza, T.S. (2015). *O Nome que eu (Não) sou: retificação de nome e sexo de pessoas transexuais e travestis no registro civil*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça. Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, Brasil.
- Spink, P. (2000). Análise de documentos de domínio público. In: M. J. Spink (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Edição Virtual.
- Spink, M. J. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. M. J. Spink (org). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Edição Virtual.
- Suassuna, D., & Carvalho, R. M. (2013). O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes segundo dados do Disque 100: seus tipos e o perfil das vítimas. In: S. M. G. Sousa., & M. I. C. Moreira (orgs). *Quebrando o Silêncio Disque 100: Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Cênone Editorial.
- Tavares, R.C.; Prado, J. I. A., & Santana, L.C.M. (2013). Breve história do Disque 100: análise da implantação e monitoramento do serviço. In: S. M. G. Sousa., & M. I.

- C. Moreira (orgs). *Quebrando o Silêncio Disque 100: Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Câneone Editorial.
- Tavares, T. L. (2017). Introdução. In: L. Camino., N. S. Carneiro., & C. Nogueira (orgs). *Aqui, (Tam) Bem Reguladas: Sexualidades e Discursos de Igrejas Inclusivas*. Recife: Livro Rápido, 2017.
- Tavares, T. L.; Camino, L.; Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2017b). Estudos Críticos do Discurso, Estudos Queer e Construcionismo Social: Possibilidades de Articulação. In: L. Camino., N. S. Carneiro., & C. Nogueira (orgs). *Aqui, (Tam) Bem Reguladas: Sexualidades e Discursos de Igrejas Inclusivas*. Recife: Livro Rápido, 2017
- Vargas, J. D. (2007). Análise Comparada do Fluxo do Sistema de Justiça para o Crime de Estupro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 4, 2007, pp. 671-697.
- Venturi, G., & Bokany, V. (2011). Foco na homofobia: a coleta e a análise dos dados. In: G. Venturi., & V. Bokany (orgs). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. Editora Perseu Abramo.
- Zanella, V. A.; Penna Soares, D. H.; Aguilari, F.; Maheirie, K.; Prado, K. F.; Coelho, M. C. S. L.; Chalfin Coutinho, M.; Toneli, M. J., & Scotti, S. (2006). Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. *Interações*, vol. XII, núm. 22, julho-dezembro, 2006, pp. 11-38.

Anexos:

Anexo 1:

TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO.

Título/Tema do Projeto	Violência cometida contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT): um estudo partindo do Disque Direitos Humanos da Presidência da República
Objetivo	<p>OBJETO, PROBLEMAS E OBJETIVOS DA PESQUISA</p> <p>Objeto de Estudo:</p> <p>A descrição do percurso das denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos da Presidência da República sobre assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e a análise das concepções que os profissionais ligados ao fluxo das denúncias, assim como os sentenciados, constroem acerca dos assassinatos de sujeitos LGBTs.</p> <p>Problemas de investigação:</p> <p>Qual o percurso das denúncias de assassinatos cometidos por intolerância a orientação sexual e identidade de gênero recebidas pelo módulo LGBT do Disque Direitos Humanos? Quais são as concepções construídas por profissionais ligados ao fluxo das denúncias, assim como sentenciados, acerca dos assassinatos de sujeitos LGBTs?</p>

Objetivos Gerais:*Da pesquisa bibliográfica:*

Fornecer os subsídios teóricos necessários e suficientes para discussão e análise dos temas propostos: orientação sexual, identidade de gênero e violência cometida contra sujeitos LGBT.

Da pesquisa documental:

Descrever o percurso das denúncias de assassinatos cometidos por intolerância a orientação sexual e identidade de gênero recebidas pelo módulo LGBT do Disque Direitos Humanos da Presidência da República.

Da pesquisa empírica:

Analisar as concepções que profissionais ligados ao fluxo das denúncias recebidas pelo DDH e os sentenciados constroem acerca dos assassinatos de sujeitos LGBTs.

Objetivos Específicos:*Da pesquisa bibliografia:*

- Apreender subsídios teóricos sobre as temáticas nas seguintes áreas do conhecimento: psicologia

social em abordagens críticas; psicologia política; filosofia, sociologia e antropologia.

Da pesquisa documental:

- Elencar as denúncias de assassinatos a sujeitos LGBT recebidas pelo DDH de 2010 (momento de instauração do módulo) a 2014 e apreender quais são os sujeitos mais atingidos (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) e em quais circunstâncias;
- Descrever o fluxo das denúncias pelos órgãos competentes, apreendendo as medidas adotadas;
- Elencar as denúncias recebidas pelo DDH de assassinatos ocorridos em Goiânia- Goiás (de 2010 a 2014) para posterior pesquisa e verificação de processos criminais.

Da pesquisa empírica:

Pesquisa com os profissionais envolvidos no fluxo das denúncias:

- Analisar como os profissionais ligados ao fluxo das denúncias recebidas pelo modo LGBT do DDH significam os gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.
- Apreender as concepções de violência homofóbica construídas pelos profissionais ligados ao fluxo das denúncias recebidas pelo modo LGBT do DDH.
- Analisar as motivações que os profissionais ligados ao fluxo das denúncias recebidas pelo

	<p>módulo LGBT do Disque Direitos Humanos atribuem aos assassinatos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar o significado que os profissionais envolvidos no fluxo das denúncias atribuem as estatísticas de recebimento de relatos reveladas pelo DDH no módulo LGBT em comparação com outros módulos. • Aprender como os profissionais concebem serviço Disque Direitos Humanos no que tange ao grupo populacional LGBT e a violência homofóbica. <p><u>Pesquisa com os sentenciados por assassinatos de sujeitos LGBT:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar como os sentenciados por assassinatos significam os gays, lésbicas, travestis e transexuais. • Aprender as concepções de violência homofóbica construídas pelos sentenciados por assassinatos a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. • Analisar as motivações que os sentenciados por assassinatos a sujeitos LGBT atribuem a esta violência. • Estabelecer correspondências entre o assassinato cometido e a história de vida do sujeito sentenciado.
Pesquisador(a) Responsável	Vinicius Novais Gonçalves de Andrade
CPF	020.573.371-97

Residência/Endereço:	Rua J56 Quadra 103 Lote 12 Setor Jaó
Telefones de Contato	(62) 3204-1752/ (62) 8408-7102
E-mail de Contato	viniciusnga@hotmail.com
Demais Pesquisadores	
Instituição do Pesquisador	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Curso/Departamento	Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Psicologia da PUC-Goiás
Endereço	1ª Avenida, 1069 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74605-020
Professor(a) Orientador(a)	Sônia Margarida Gomes Sousa
CPF	
Telefones de Contato	
E-mail de Contato	smgsousa2@gmail.com

Locais de Pesquisa/Coleta de Dados	(X) Ouvidoria Nacional (X) Disque Direitos Humanos
---	---

O pesquisador(a) responsável e o seu professor(a) orientador(a) do projeto acima identificado, por este termo, assumem o compromisso de:

- (1) não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
- (2) não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso e fornecer a terceiros;
- (3) não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível;

(4) não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas; e,

(5) preservar o sigilo e a privacidade dos sujeitos cujos dados pessoais (informações e/ou características físicas e sociais) serão objeto de estudo.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

- (a)** Informação Confidencial significará toda informação revelada através da apresentação das denúncias do Disque e da Ouvidoria, a respeito de, ou, associada com a Avaliação, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.
- (b)** Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações entre outros.
- (c)** Informação sigilosa toda informação pessoal de demandantes, vítimas e suspeitos inscritos nos formulários de extrato de denúncias. Confunde-se, nesse sentido, com o dever de segredo profissional e constitui desdobramento do direito à privacidade, amparável pelo art. 5º, X, da CF e pela Lei nº 4.595 /64. 2.
- (d)** Avaliação significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com a apresentação do Disque Direitos Humanos, acima mencionada.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções administrativas e judiciais que poderão advir.

Brasília, DF 03 de setembro de 2014

Pesquisador(a) Responsável

Professor(a) Orientador(a)

Partes Interessadas:

Diretor do Departamento

Coordenador Geral

MONITORAMENTO / BUSCA ATIVA

O QUE É MONITORAMENTO DE DENÚNCIAS?

O monitoramento consiste em um processo permanente de busca de informações que possibilita compreender a dinâmica de articulação entre diversos órgãos que integram a rede de garantia, defesa e responsabilização. Procura evidenciar, de forma objetiva, o tempo transcorrido até a efetiva proteção da vítima e as providências adotadas quanto a implementação das medidas protetivas previstas em Lei, permitindo a visualização da real situação da vítima e, conseqüentemente, o processo de responsabilização.



Ações basilares do Monitoramento:

- Acompanhar a ação dos órgãos;
- Analisar a efetividade dos encaminhamentos realizados;
- Identificar as fragilidades e potencialidades da rede;
- Sistematizar informações em tempo hábil e de forma completa para subsidiar políticas públicas de atendimento a grupos sociais vulneráveis em nível Municipal, Estadual e Federal;
- Avaliar a interação do trabalho em rede e sua efetividade no rompimento do ciclo de violência;
- Priorizar a qualidade das medidas de proteção as vítimas;
- Delinear o tempo transcorrido a partir do registro da denúncia até atuação da rede;
- Traçar o perfil das vítimas e qual o contexto de violência estão inseridos;

- Avaliar e validar a eficácia dos fluxos e parcerias estabelecidas com a rede, principalmente no que diz respeito às demandas oriundas do serviço;
- Identificar a necessidade de serviços especializados para demandas específicas e necessidade de fortalecimento da rede local.

O QUE É BUSCA ATIVA?

Refere-se ao contato direto e humanizado com autoridades e órgãos com os quais foram pactuadas parcerias ou com centro de referências e instituições que recebem as demandas oriundas do Disque Direitos Humanos, após identificação minuciosa de critérios elencados que objetivam identificar situações de vulnerabilidade extrema, grande riscos as vítimas ou envolvimento de autoridades que podem comprometer os processos de implementação de medidas e responsabilização.

CRITÉRIOS PARA BUSCA ATIVA

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO
SITUAÇÃO DE FLAGRANTE	É o exato momento com horário e dia concreto em que o suspeito está cometendo o delito ou pretende realizá-lo, ou, quando após sua prática, os vestígios encontrados podem possibilitar a confirmação da violência ou a evidência da prática delituosa.
RESISTÊNCIA EM RECEBER A DENÚNCIA	Quando os órgãos, instituições ou centros de referencias se recusam ou alegam dificuldade de recebimento da denúncia, demonstrando resistência e transmitindo insegurança na atuação para interrupção do ciclo de violência.
ENVOLVIMENTO DE AUTORIDADES	Em virtude da relevância do cargo ou função que ocupam podem interferir nos processos de

	investigação, responsabilização e proteção a vítima.
DENÚNCIAS COM MAIS DE 05 COMPLEMENTOS	Denúncias com mais de 05 retornos, geralmente informando que nenhuma providência foi tomada.
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	Grupo de pessoas que interagem com o objetivo único de cometer crimes específicos, podendo atuar em diversas esferas sociais e em diferentes Estados e Municípios, dificultando a atuação dos órgãos e autoridades.
IDENTIFICAÇÃO DE INCOERÊNCIA NAS RESPOSTAS	Ao analisar a resposta, é importante verificar se o que a autoridade relata corresponde com a lei vigente e, principalmente, se corresponde ao que pregamos. Caso contrário, devemos fazer nos encaminhamentos.
VIOLÊNCIA CONTINUADA / CRUELDADE	Ciclos de violência intensa, constante ou ininterruptos, que se intensificam a cada ocorrência, fragilizando a vítima evidenciando risco de morte. Violência grave praticada por meio cruel, ocasionando sofrimento extremo e degradante.
SANGRAMENTO OU LESÕES GRAVES	Evidência de lesão corporal grave, caracterizada por alteração física, temporária ou permanente que coloca em risco a vida da vítima.
RISCO DE MORTE	Possibilidade concreta de risco iminente, a partir de indícios e/ou alegação.
RETORNO DE AUTORIDADE	Contatos realizados pelas autoridades com competência de atuação via Disque 100, no intuito de repassar / informar / solicitar informações relacionadas a demanda recebida.
DEMANDAS DA ESCUTA ESPECIALIZADA	
USUÁRIOS RECORRENTES	São casos identificados pela Escuta Especializada que requer uma atenção específica pelo alto grau de complexidade.
PRÓPRIA VÍTIMA EM SOFRIMENTO	
PRÓPRIO AGRESSOR	
CASOS COMPLEXOS	

Anexo 3: Termo de sigilo e Compromisso Relatórios de Monitoramento.



Coordenação Geral do Disque Direitos Humanos – Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Termo de Compromisso e Sigilo de Informações

Eu, Vinicius Novais Gonçalves de Andrade, aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, declaro para os fins que se fizerem necessários que as informações enviadas a mim (dia 5/07 as 10:37 horas), referentes aos relatórios de encaminhamento e monitoramento das denúncias recebidas no ano de 2014, no módulo LGBT do Disque Direitos Humanos, serão utilizadas por mim em pesquisa de doutorado (com previsão de defesa em fevereiro de 2018). Declaro também que as informações serão sistematizadas de modo a garantir o sigilo das identidades das pessoas envolvidas nas denúncias, bem como, o sigilo de quaisquer cenários e quaisquer narrativas que possam a vir identificá-las (não serão sequer utilizados nomes fictícios, visto que mesmo a utilização de nomes fictícios poderá, a partir do cenário da violação, identificar o contexto da denúncia). A confidencialidade dos documentos será preservada e os dados serão sistematizados e analisados somente pelo pesquisador. É importante a ressalva de que trabalharei apenas com os documentos enviados (relatórios) e não com as vítimas e/ou agressores (as), de modo que estes não serão acessados por mim. Me prontifico a providenciar relatórios e/ou produtos parciais da pesquisa sempre que me for solicitado.

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade

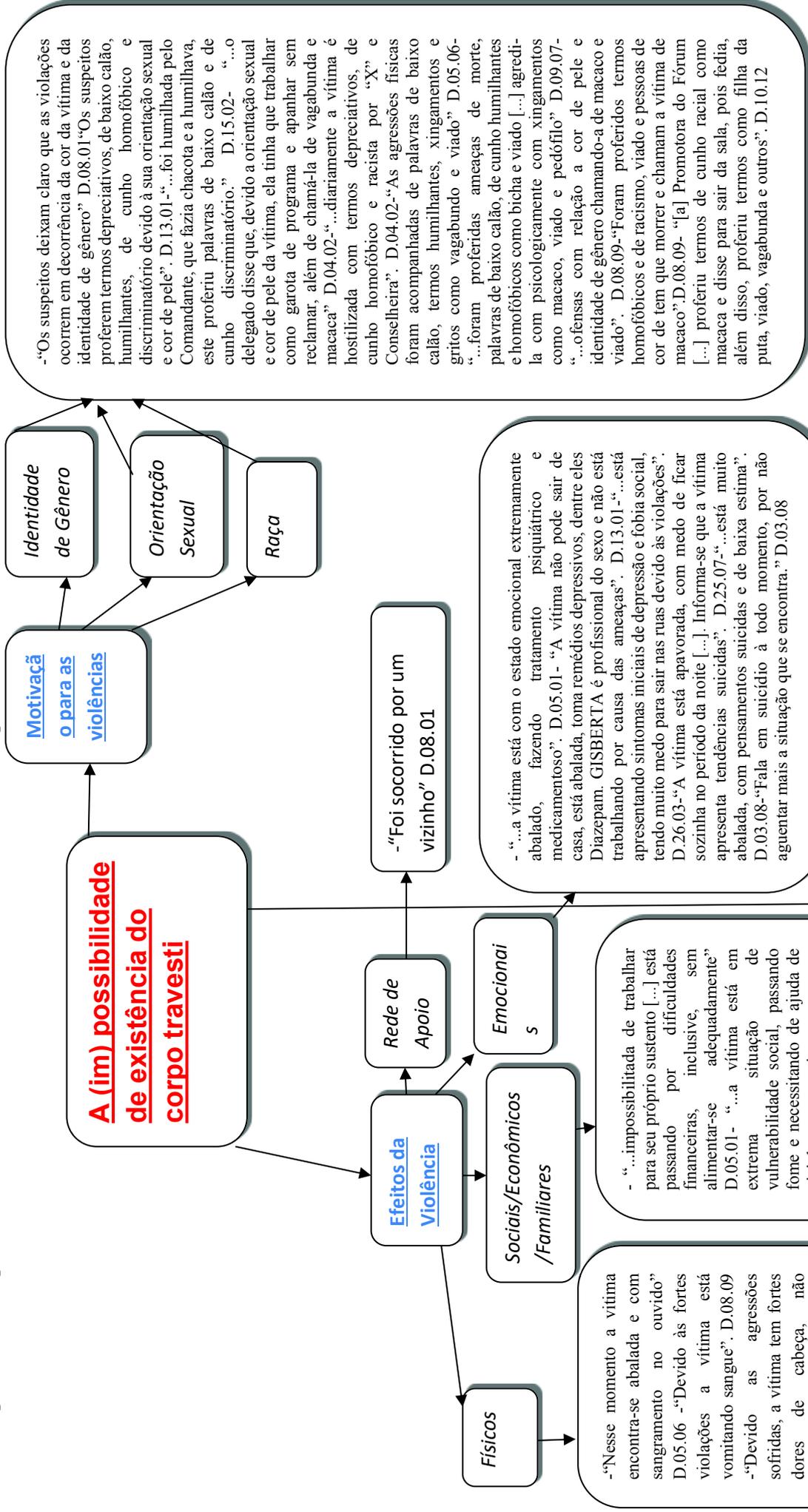
Goiânia, 25 de julho de 2016.

Apêndices:

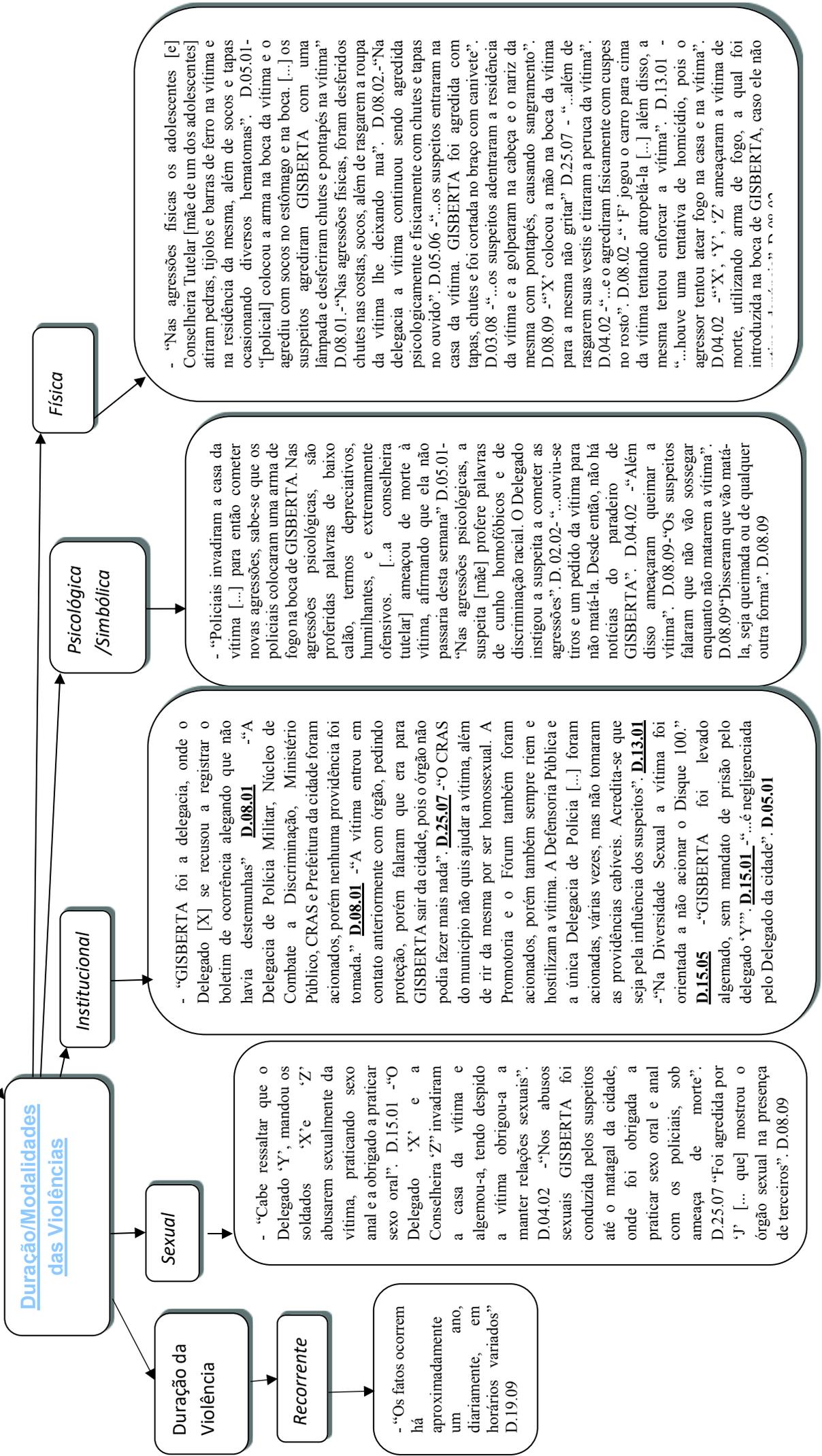
Apêndice 2: Algumas das categorias de análise sistematizadas no SPSS.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
	denuncia	SexoV1	Id_GeneroV1	Orient_SexualV1	Raca_CorV1	Deficiencia_FisicaV1	Transstorno_PsicologicoV1	Classe_SocialV1	IdadeV1	Usuario_de_drogasV1	EstadoV1	Id_NovoGenero	AgredidaSozinha	NumeroAgre
1	denuncia	2	2	2	2	2	2	1	4	26	3	5	2	1
2	716359	2	2	2	2	2	1	2	4	31	3	5	2	1
3	716444	2	2	2	2	1	3	3	4	26	3	25	2	1
4	716589	2	2	2	2	1	3	3	4	26	3	12	4	1
5	716611	2	3	2	2	1	3	3	4	26	3	18	4	1
6	716726	2	3	3	5	1	3	3	4	24	3	13	2	1
7	716763	2	2	2	2	1	3	3	4	39	3	5	2	1
8	716778	2	2	2	2	2	3	3	4	41	3	2	2	1
9	717111	2	2	2	2	2	3	3	4	27	3	2	2	1
10	717203	3	5	5	5	3	3	3	4	17	3	5	0	0
11	717278	2	2	2	2	3	3	3	4	18	3	17	2	1
12	717301	2	3	5	2	3	3	3	4	27	3	18	4	1
13	717447	2	2	5	1	3	3	3	4	35	3	7	2	1
14	717540	2	3	2	5	3	3	3	4	26	3	8	4	1
15	717563	2	2	2	3	3	3	3	4	23	3	9	2	1
16	717750	2	2	2	2	3	3	3	4	41	3	16	2	1
17	717815	2	4	5	3	3	1	3	4	34	3	4	4	1
18	718024	2	2	2	1	3	3	3	4	40	3	15	2	1
19	718120	1	1	3	2	3	3	3	4	13	3	13	1	1
20	718124	2	2	2	2	3	3	3	4	26	3	17	2	1
21	718149	2	2	4	1	3	3	3	4	20	3	20	2	1
22	718384	2	2	2	5	3	3	3	4	36	3	25	2	1

Apêndice 3: Mapa de análise temática das narrativas das denúncias do Capítulo 6.



Apêndice 4: Órgãos brasileiros acionados.



Apêndice 5: Órgãos paulistas de recebimento de denúncia.

Grande São Paulo e Interior

Núcleo de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo;

Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual- Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo;

Corregedoria Geral da Polícia Civil de São Paulo

Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo

Ministério Público do Estado de São Paulo

Promotoria de Justiça da Cidade

Delegacia de Polícia da cidade

Ouvidoria da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social- SEADS- São Paulo

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Centro de Apoio Operacional Criminal

Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR- Brasília- DF

Obs.: Denúncias de Homofobia Instrucional: as denúncias também deverão ser encaminhadas para as respectivas Corregedorias e ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Apêndice 6: Mapa de Análise Temática do Capítulo 7 (Figura 9).

